UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

JOSÉ EDUARDO FERREIRA LOPES

Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e
desempenho

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CLÁUDIA SOUZA PASSADOR

RIBEIRÃO PRETO

2014

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Profa. Dra. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira
Chefe do Departamento de Administração

JOSÉ EDUARDO FERREIRA LOPES

Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências. “Versão Corrigida. A original encontra-se disponível no Serviço de Pós-Graduação da FEA-RP/USP”.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Souza Passador

RIBEIRÃO PRETO

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Lopes, José Eduardo Ferreira

Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho. Ribeirão Preto, 2014.

280 p.: il.; 30 cm

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Administração Pública.

Orientadora: Cláudia Souza Passador.

1. Políticas públicas. 2. Educação do campo. 3. Descentralização da Educação. 4. Federalismo. 5. Desempenho Escolar.

Nome: José Eduardo Ferreira Lopes

Título: Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências. “Versão Corrigida. A original encontra-se disponível no Serviço de Pós-Graduação da FEA-RP/USP”.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

À minha esposa Cecília e aos meus filhos
Pedro e André, com amor, carinho e
gratidão.

AGRADECIMENTOS

Houve várias pessoas que contribuíram com esta caminhada. Algumas de forma mais incisiva, outras de maneira mais discreta, indireta, mas todas com muito valor. Agradeço a todos e permito-me citar os nomes de alguns.

Agradeço ao meu nobre amigo e guru, o Prof. Dr. José Augusto Dela Coleta, quem tanto me orientou e ajudou com o projeto exigido no processo de seleção do doutorado.

Ao Prof. Dr. Gilberto Shinyashiki, que de braços abertos me aceitou como orientando e, com muita serenidade, permitiu que eu mudasse de projeto e de orientador.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cláudia Souza Passador, pela parceria estabelecida, pela confiança em mim depositada e, principalmente, pela oportunidade a mim concedida por meio deste projeto.

Ao Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP/USP), aos funcionários e a todos os professores, mas de forma especial aos professores Dr. Dirceu Tornavoi de Carvalho, Dra. Geciane Silveira Porto, Dra. Irene Kazumi Miura, Dr. João Luiz Passador e Dr. Evandro Marcos Saidel Ribeiro.

Aos meus amigos mestrandos e doutorandos da FEARP, pela oportunidade da convivência e da aprendizagem.

Ao meu grande amigo Dr. André Fagundes que, além de contribuir de forma ímpar com este trabalho, também o fez durante o mestrado e foi quem me conduziu ao mundo acadêmico.

Aos meus amigos Prof. Dr. Marcelo Tavares, Profa. Dra. Renata Daher e Profa. Dra. Verônica Angélica, pelas contribuições no desenvolvimento deste projeto.

Aos meus amigos, por entenderem as ausências, compartilharem as angústias e darem forças para que eu seguisse em frente.

À minha cunhada, amiga e dedicada revisora deste trabalho, Fernanda, à sua filha e minha querida afilhada Luiza e ao meu cunhado Claudio.

Aos meus pais, Seu Zico e Dona Helena e aos meus irmãos Lúcia, Hércio e Aroldo que, mesmo a distância, me acompanham e me apoiam. Aliás, a Dona Helena foi, por anos, professora de escolas rurais e em uma destas – Escola Estadual Manoel Firmino Lopes Valente – cursei os primeiros anos da educação fundamental e a tive como minha professora.

À minha sogra Wilma, pelo carinho e afeto, e ao meu sogro Fernando, pela acolhida, adoção, pela palavra amiga, pelo apoio incondicional e, claro, pelas vezes que foi o motorista

de Uberlândia a Ribeirão Preto, pois eu havia passado a noite debruçado neste projeto e não tinha condições de dirigir.

Por fim, à minha maravilhosa família, a minha esposa Cecília e os meus filhos Pedro e André, pela compreensão, pelo sorriso, pelo afeto, pelo amor, pela ternura, pela torcida, pela vibração e pelo apoio incondicional. A razão e a recompensa de todo o meu esforço são vocês.

“As escolas primárias, a instrução do povo, a mais essencial de todas para o bem da nação essa, abandonada, esquecida, perseguida pelos tartufos políticos, e não tendo força para lutar com eles, sucumbiu, e hoje, podemos dizer, e com o coração oprimido o dizemos, que não há. Temos muitos alferes, muitos tenentes, muitos generais, capacetes com penachos brancos na cavalaria, muitos soldados municipais agaloados, dourados, enfeitados; mas preceptores que ensinem a ler os filhos do povo, e lhes deem as primeiras noções morais, padres virtuosos que propaguem os princípios suaves e eminentemente liberais da verdadeira religião, isso não temos nós; nem os nossos senhores tratam de preparar as coisas para que o hajam um dia”.

RESUMO

LOPES J. E. F. **Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho.** 2014. 280f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

A educação como catalizadora do desenvolvimento humano e econômico é uma ideia já enraizada na maioria das culturas contemporâneas. Todavia, compreender como ela influencia esse desenvolvimento e identificar os fatores influenciadores desse processo ainda é um desafio para os pesquisadores das mais distintas áreas que se interessam pelo tema, sobretudo quando se trata da educação direcionada às minorias. Neste contexto, no Brasil, destaca-se a população do campo que, por muito tempo, não recebeu os devidos olhares. Contudo, avanços são observados, sobretudo, a partir da Constituição de 1988, que possibilitou o surgimento e a evolução das políticas públicas e gestão da educação, incluindo a Educação do Campo. Como forma de contribuir com a evolução dessas políticas, este trabalho tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertam a educação fundamental (5º e 9º anos) em zonas rurais, ao compará-las com escolas localizadas em zonas urbanas, considerando as Unidades da Federação (UF) e a dependência administrativa (estadual e municipal) como fatores de análise. Os dados utilizados nesta pesquisa são provenientes das bases de dados do INEP: dados da Prova Brasil, Censo Escolar, IDEB e fluxo escolar do ano de 2011. Após a obtenção das bases de dados, estas foram processadas e ajustadas para a realização das análises. Como medida de desempenho, utilizou-se a relação idade-série que permite avaliar a defasagem idade/série, as notas em Matemática e Língua Portuguesa da Prova Brasil, a taxa de aprovação e a taxa de evasão das escolas, e, em alguns casos, o IDEB. Para este trabalho, construiu-se um indicador socioeconômico a partir das respostas dadas pelos alunos ao questionário socioeconômico aplicado juntamente com a Prova Brasil e que está relacionado à posse de bens, ao acesso à cultura, à escolaridade dos pais, entre outros. Construiu-se também um indicador do nível de ruralidade das escolas/anos, obtido a partir da relação entre a proporção de alunos residentes em zonas rurais e a quantidade total de alunos matriculados no ano. Após a construção da base de dados e da definição de indicadores de avaliação, procedeu-se à análise estatística dos dados valendo-se da estatística descritiva, análise de correlação e análise de agrupamento (*cluster*) para formação de grupos homogêneos de escolas. Os resultados, tanto para o 5º quanto para o 9º ano, evidenciam o pior desempenho das escolas rurais em relação às urbanas, bem como o pior desempenho das escolas municipais em relação às estaduais. Além disso, à medida que aumenta o índice de ruralidade das escolas urbanas (turmas mistas), piora o desempenho destas; nesses termos, os resultados parecem legitimar a centralização das políticas públicas para a educação básica pelo governo federal como forma de assegurar a qualidade e a equidade do ensino, já que a descentralização por si só não tem garantido, principalmente no campo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação do campo. Descentralização da Educação. Federalismo. Desempenho Escolar.

ABSTRACT

LOPES J. E. F. **Fundamental education in rural areas in Brazil: federative organization, socio-economic profile and performance.** 2014. 280f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

Education as a catalyst for human and economic development is an idea ingrained in most contemporary cultures. However, to understand how it influences this development and to identify the factors influencing this process is still a challenge for researchers from different areas who are interested in the subject, especially when it comes to education for minorities. In this context, in Brazil, the rural population has not received proper attention for a long time. However, advances are observed, mainly from the 1988 Constitution that enabled the emergence and evolution of public policies and education management, including education in rural areas. As a contribution to the evolution of these policies, this study aims at analyzing the socio-economic profile and performance of Brazilian public schools that offer Fundamental Education (Primary and Middle Education, 5th and 9th grades in Brazil) in rural areas, comparing them to schools located in urban areas, considering Federation Units (UF) and administrative responsibility (state and cities) as analytical factors. Data used in this research are derived from INEP databases, namely data from “Prova Brasil”, school census, IDEB and school flow of 2011. Data were processed and adjusted and then analyzed. As performance measure the following factors were used: age-grade relationship for assessing the age versus grade delay; grades obtained in Mathematics and Portuguese at “Prova Brasil”; the approval rate and the dropout rate in schools; and in some cases, IDEB. For this study, a socioeconomic indicator was developed from the answers given by the students to the socioeconomic questionnaire at “Prova Brasil”, including questions related to asset ownership, access to culture, parental education, among others. An indicator of the level of rurality of schools/years was also developed from the relationship between the proportion of students living in rural areas and the total number of students enrolled in the year. Once the database and the evaluation indicators were defined, the statistical analysis was developed, using descriptive statistics, correlation analysis and cluster analysis to get and to analyze homogeneous groups of schools. Results for both 5th and 9th grades (Primary and Middle Education) show worse performances of rural schools compared to urban schools and also worse performance of city schools compared to state schools and as the degree of rurality of urban schools (mixed classes) increases, the performance worsens. Results seem to justify the centralization of public policies for Basic Education by the Federal Government in order to ensure the quality and equity of education, since the decentralization alone has not guaranteed it yet, especially in rural areas.

Keywords: Public Policies. Education in rural areas. Education Decentralization. Federalism. School Performance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porte das escolas que oferecem o 5º ano e que não participaram da PB em 2011	106
Gráfico 2 - Porte das escolas que oferecem o 9º ano e que não participaram da PB em 2011	107
Gráfico 3 - Porte das escolas participantes da PB – 5º ano	117
Gráfico 4 - Porte das escolas participantes da PB – 9º ano	119
Gráfico 5 - Perfil univariado das variáveis do 5º ano	124
Gráfico 6 - Perfil univariado das variáveis do 9º ano	126
Gráfico 7 - Idade média – 5º ano	142
Gráfico 8 - Nota média em Matemática – 5º ano	144
Gráfico 9 - Nota média em Língua Portuguesa – 5º ano	147
Gráfico 10 - Taxa média de aprovação – 5º ano	149
Gráfico 11 - Taxa média de abandono – 5º ano	151
Gráfico 12 - IDEB – 5º ano	153
Gráfico 13 - Idade média – 9º ano	165
Gráfico 14 - Nota média em Matemática – 9º ano	167
Gráfico 15 - Nota média em Língua Portuguesa – 9º ano	169
Gráfico 16 - Taxa média de aprovação – 9º ano	171
Gráfico 17 - Taxa média de abandono – 9º ano	173
Gráfico 18 - IDEB – 9º ano	175
Gráfico 19 - Idade média (anos) no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil	187
Gráfico 20 - Nota média em Matemática no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	187
Gráfico 21 - Nota média em Língua Portuguesa no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil	187
Gráfico 22 - Taxa de aprovação média no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	187
Gráfico 23 - Taxa média de abandono no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	187
Gráfico 24 - IDEB médio no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	187
Gráfico 25 - Idade média (anos) no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil	195

Gráfico 26 - Nota média em Matemática no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	195
Gráfico 27 - Nota média em Língua Portuguesa no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil	195
Gráfico 28 - Taxa de aprovação média no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	195
Gráfico 29 - Taxa média de abandono no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	195
Gráfico 30 - IDEB médio no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil.....	195
Gráfico 31 - Centros dos grupos – 5º ano.....	200
Gráfico 32 - Centros dos grupos – 9º ano.....	201
Gráfico 33 - Centros finais dos grupos – 5º ano.....	202
Gráfico 34 - Centros finais dos grupos – 9º ano.....	203
Gráfico 35 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de turmas na escola	211
Gráfico 36 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de matrículas na escola	211
Gráfico 37 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de turmas no 5º ano.....	211
Gráfico 38 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de matrículas no 5º ano	211
Gráfico 39 - Perfil médio – 5º ano – Média dos índices de ruralidade.....	211
Gráfico 40 - Perfil médio – 5º ano – IDEB médio	211
Gráfico 41 - Perfil médio – 5º ano – ISE médio.....	211
Gráfico 42 - Perfil médio – 5º ano – ISF médio	211
Gráfico 43 - Perfil médio – 5º ano – ILC médio	212
Gráfico 44 - Perfil médio – 5º ano – IDC médio.....	212
Gráfico 45 - Perfil médio – 5º ano – Idade média	212
Gráfico 46 - Perfil médio – 5º ano – Taxa média de abandono.....	212
Gráfico 47 - Perfil médio – 5º ano – Taxa média de aprovação.....	212
Gráfico 48 - Perfil médio – 5º ano – Nota média em Matemática	212
Gráfico 49 - Perfil médio – 5º ano – Nota média em Língua Portuguesa	212
Gráfico 50 - Perfil dos grupos – 5º ano – Distribuição das escolas da UF dentro dos grupos.....	215
Gráfico 51 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de turmas na escola	221
Gráfico 52 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de matrículas na escola	221
Gráfico 53 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de turmas no 9º ano.....	221
Gráfico 54 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de matrículas no 9º ano	221
Gráfico 55 - Perfil médio – 9º ano – Média dos índices de ruralidade.....	221

Gráfico 56 - Perfil médio – 9º ano – IDEB médio	221
Gráfico 57 - Perfil médio – 9º ano – ISE médio.....	221
Gráfico 58 - Perfil médio – 9º ano – ISF médio	221
Gráfico 59 - Perfil médio – 9º ano – ILC médio	222
Gráfico 60 - Perfil médio – 9º ano – IDC médio.....	222
Gráfico 61 - Perfil médio – 9º ano – Idade Média.....	222
Gráfico 62 - Perfil médio – 9º ano – Taxa média de abandono.....	222
Gráfico 63 - Perfil médio – 9º ano – Taxa média de aprovação.....	222
Gráfico 64 - Perfil médio – 9º ano – Nota média em Matemática	222
Gráfico 65 - Perfil médio – 9º ano – Nota média em Língua Portuguesa	222
Gráfico 66 - Perfil dos grupos – 9º ano – Distribuição das escolas da UF dentro dos grupos.....	225

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo conceitual da pesquisa	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis que influenciaram nos projetos da SECADI	45
Quadro 2 - Relação entre a Educação no Brasil e Educação do Campo	47
Quadro 3 - Características da PB e do SAEB.....	75
Quadro 4 - Pontuação atribuída à posse de bens da família para composição do ISE	80
Quadro 5 - Pontuação atribuída à escolaridade do pai e da mãe para composição do ISE	80
Quadro 6 - Pontuação atribuída aos itens suporte familiar para composição do ISF.....	81
Quadro 7 - Pontuação atribuída aos itens leitura e cultura para composição do ILC.....	82
Quadro 8 - Pontuação atribuída aos itens disponibilidade e comprometimento para composição do IDC	83
Quadro 9 - Estrutura final do arquivo – variáveis disponíveis para análise	84
Quadro 10 - Síntese dos resultados da pesquisa	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tolerância e VIF após a exclusão de variáveis que apresentaram multicolinearidade	90
Tabela 2 - Censo Escolar 2011 – Número de escolas e matrículas por Unidade da Federação, dependência administrativa, localização da escola e período.....	94
Tabela 3 - Perfil das escolas e turmas não participantes da edição 2011 da PB por Unidade da Federação, dependência administrativa e localização	99
Tabela 4 - Total de escolas ofertantes do 5º e do 9º ano, participações na PB 2011 e porte das escolas participantes	110
Tabela 5 - Média e desvio-padrão das principais variáveis presentes no estudo	121
Tabela 6 - Coeficientes de correlação (Bravais-Pearson) entre as principais variáveis constantes no estudo	128
Tabela 7 - Comparação de desempenho – 5º ano	132
Tabela 8 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Idade Média – todas as escolas – 5º ano	143
Tabela 9 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Matemática – todas as escolas – 5º ano.....	145
Tabela 10 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Língua Portuguesa – todas as escolas – 5º ano.....	148
Tabela 11 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Aprovação – todas as escolas – 5º ano.....	150
Tabela 12 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Abandono – todas as escolas – 5º ano.....	152
Tabela 13 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pelo IDEB – todas as escolas – 5º ano	154
Tabela 14 - Comparação de desempenho – 9º ano	156
Tabela 15 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Idade Média – todas as escolas – 9º ano	166
Tabela 16 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Matemática – todas as escolas – 9º ano.....	168
Tabela 17 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Língua Portuguesa – todas as escolas – 9º ano.....	170

Tabela 18 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Aprovação – todas as escolas – 9º ano.....	172
Tabela 19 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Abandono – todas as escolas – 9º ano.....	174
Tabela 20 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pelo IDEB – todas as escolas – 9º ano	176
Tabela 21 - Nível de ruralidade da escola pela localização – 5º ano.....	180
Tabela 22 - Desempenho por perfil de ruralidade – 5º ano	182
Tabela 23 - Nível de ruralidade da escola pela localização – 9º ano.....	188
Tabela 24 - Desempenho por perfil de ruralidade – 9º ano	191
Tabela 25 - Centros dos grupos – 5º ano	200
Tabela 26 - Centros dos grupos – 9º ano	201
Tabela 27 - Centros finais e tamanho dos grupos – 5º ano.....	203
Tabela 28 - Centros finais e tamanho dos grupos – 9º ano.....	204
Tabela 29 - Perfil médio dos grupos – 5º ano.....	210
Tabela 30 - Composição dos grupos por UF – 5º ano	213
Tabela 31 - Perfil médio dos grupos – 9º ano.....	220
Tabela 32 - Composição dos grupos por UF – 9º ano	223

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANOVA	Análise de Variância
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCEB	Critério de Classificação Econômica Brasil
CE	Censo Escolar
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CF	Constituição Federal
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GCR	Maior Raiz Característica de Roy
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICNEC	I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”
IDC	Indicador de Disponibilidade e Comprometimento
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
ILC	Indicador de Leitura e Cultura
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE	Indicador Socioeconômico das Escolas
ISF	Indicador de Suporte Familiar

KI	Índice de Curtose
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOED	Laboratório de Estudos Descritivos
MANOVA	Análise Multivariada da Variância
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
PB	Prova Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
Procampo	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SI	Índice de Assimetria
UF	Unidade da Federação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
VIF	Fator de Inflação de Variância

SUMÁRIO

1	Introdução.....	24
1.1	<i>Objetivo Geral .....</i>	<i>36</i>
1.2	<i>Objetivos Específicos .....</i>	<i>37</i>
2	Políticas Públicas e Educação do Campo	38
2.1	<i>Educação do Campo .....</i>	<i>40</i>
3	Descentralização do Poder e da Gestão Pública	49
3.1	<i>Federalismo e a Educação .....</i>	<i>49</i>
3.2	<i>Descentralização .....</i>	<i>56</i>
3.3	<i>Descentralização da Educação .....</i>	<i>64</i>
4	Metodologia	70
4.1	<i>Metodologia da Pesquisa.....</i>	<i>70</i>
4.1.1	<i>Abordagem .....</i>	<i>72</i>
4.1.2	<i>Delineamento .....</i>	<i>73</i>
4.1.3	<i>Tipo de Dados .....</i>	<i>73</i>
4.2	<i>Procedimentos.....</i>	<i>74</i>
4.2.1	<i>Coleta dos Dados .....</i>	<i>74</i>
4.2.2	<i>Preparação dos Dados .....</i>	<i>77</i>
4.2.3	<i>Censo Escolar .....</i>	<i>78</i>
4.2.4	<i>Prova Brasil .....</i>	<i>78</i>
4.2.4.1	<i>Composição do ISE .....</i>	<i>79</i>
4.2.4.2	<i>Composição do ISF .....</i>	<i>81</i>
4.2.4.3	<i>Composição do ILC.....</i>	<i>81</i>
4.2.4.4	<i>Composição do IDC.....</i>	<i>82</i>
4.2.5	<i>IDEB e Outros Indicadores Educacionais .....</i>	<i>83</i>
4.2.6	<i>Arquivo final.....</i>	<i>83</i>
4.2.7	<i>Desempenho e Perfil Socioeconômico.....</i>	<i>84</i>

4.2.8	<i>Análise dos Dados</i>	85
4.2.8.1	<i>Estatística Descritiva</i>	85
4.2.8.2	<i>Análise de Correlação</i>	86
4.2.8.3	<i>Análise de Agrupamentos</i>	86
5	Resultados e Discussões	91
5.1	<i>Censo Escolar de 2011</i>	91
5.2	<i>Prova Brasil – Escolas não Participantes</i>	97
5.3	<i>Prova Brasil – Escolas Participantes – Perfil da População</i>	108
5.4	<i>Desempenho das escolas</i>	120
5.4.1	<i>Avaliação Geral das Variáveis</i>	121
5.4.2	<i>Análise de Correlação</i>	127
5.4.3	<i>Análise de Desempenho entre Fatores</i>	130
5.4.3.1	<i>Análise de Desempenho do 5º Ano</i>	131
5.4.3.2	<i>Análise de Desempenho do 9º Ano</i>	154
5.4.3.3	<i>Considerações sobre o Desempenho entre Fatores</i>	176
5.4.4	<i>Nível de Ruralidade – Análise do Desempenho</i>	179
5.4.4.1	<i>Análise de Desempenho do 5º Ano pelo Nível de Ruralidade</i>	179
5.4.4.2	<i>Análise de Desempenho do 9º Ano pelo Nível de Ruralidade</i>	188
5.4.4.3	<i>Considerações sobre o Nível de Ruralidade</i>	196
5.4.5	<i>Análise de Agrupamento</i>	198
5.4.5.1	<i>Formação dos Grupos do 5º e do 9º anos</i>	199
5.4.5.2	<i>Análise dos Perfis dos Grupos do 5º Ano</i>	204
5.4.5.3	<i>Análise dos Perfis dos Grupos do 9º Ano</i>	215
5.4.5.4	<i>Considerações sobre o Perfil dos Grupos</i>	226
5.5	<i>Síntese dos Resultados</i>	228
6	Considerações Finais	231
6.1	<i>Limitações da Pesquisa e Sugestões para Trabalhos Futuros</i>	232

<i>6.2 Contribuições da Pesquisa .....</i>	<i>233</i>
Referências.....	238
Apêndice A – Subconjuntos Homogêneos – 5º Ano.....	257
Apêndice B – Subconjuntos Homogêneos – 9º Ano	269

1 Introdução

A educação como catalizadora do desenvolvimento humano e econômico é uma ideia já enraizada na maioria das culturas contemporâneas. Conforme Mello (2005), a educação é uma prioridade revisitada em diversos países, tendo como finalidade tornar os sistemas educacionais mais eficientes e equitativos no preparo da cidadania, capaz de enfrentar a revolução e a evolução tecnológica, além de seus desdobramentos políticos, sociais, econômicos e éticos.

Todavia, compreender como a educação influencia tal desenvolvimento e identificar os fatores influenciadores desse processo ainda é um desafio para os pesquisadores das mais distintas áreas que se interessam pelo tema.

Considerando a educação um mecanismo de desenvolvimento, Kliksberg (1998) afirma que investimentos em capital humano, capital social e melhoria da equidade, numa perspectiva democrática, são primordiais para formar bases firmes ao crescimento econômico.

Sob esta perspectiva, predomina um princípio de partilha equitativa em que os bens (e os males) da vida social deveriam ser distribuídos de forma justa entre todos os membros da sociedade. Na educação fundamental, a partilha equitativa diz respeito à obrigação da sociedade em fornecer, a todas as crianças, uma oportunidade de acesso relativamente igual à educação (KLEVEN, 2010).

De fato, o discurso da educação como fator estratégico para o desenvolvimento social e econômico no Brasil passa por uma nova contextualização, pois a ênfase central das reformas educacionais contemporâneas não é a expansão da escolarização, mas a equidade. Esta, por sua vez, é entendida como a oferta eficiente e eficaz do ensino, de modo a garantir condições de aquisição de habilidades e informações que permitam aos alunos competir no mercado profissional (VOSS, 2011).

Nessa perspectiva, torna-se necessária a disponibilização de mecanismos que assegurem um ensino de qualidade aos alunos que dependem do sistema público e gratuito (ALVES; PASSADOR, 2011). Essa observação se torna ainda mais relevante no caso brasileiro, pois o desenvolvimento e a abrangência da educação ainda apresentam fraquezas no país – a preocupação em promover o desenvolvimento integral da população não foi um objetivo dos governantes, o que gerou disparidades consideráveis entre o Brasil econômico e o Brasil social. Enquanto o país evoluiu significativamente o PIB, por exemplo, ainda há

diversos problemas sociais, como a desigualdade na distribuição de renda, um sistema público de saúde deficitário e escolas públicas, na sua maioria, de qualidade inferior às particulares.

Dentre os direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), a educação ocupa papel de destaque, por ser considerada primordial ao exercício da cidadania; dessa forma, espera-se que o Estado ofereça boas condições educacionais para todos os brasileiros. Contudo, o cumprimento dessa obrigação é, muitas vezes, negligenciado, havendo milhões de brasileiros com acesso precário a esse direito, com destaque para a grande parcela da população rural (BAPTISTA, 2003).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2012), os analfabetos brasileiros somavam 13,2 milhões de pessoas acima de 15 anos, sendo que quase 35% destes residem no meio rural. Ao considerar que 14% (21,8 milhões) da população brasileira acima de 15 anos residem no meio rural, há aproximadamente cinco milhões de pessoas analfabetas.

O espaço rural apresenta problemas que não são somente relacionados à disparidade de investimentos e políticas públicas quando comparado ao espaço urbano, mas também a uma desigualdade gerada por anos de história (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2002).

De acordo com Canário (2008), no processo de construção dos Estados modernos, a escola do campo serviu como um mecanismo de penetração de cultura urbana e laica no meio rural. Num primeiro momento, a reação foi defensiva, mas, posteriormente, as comunidades camponesas se apropriaram da instituição escolar.

Ainda segundo esse autor, no meio rural a escola primária adquiriu uma dimensão emblemática. Ela se transformou num símbolo de progresso e se constituiu como um elemento de identidade da própria comunidade, embora a escola rural apareça como condenada para alguns, em nome da “modernização” e do “progresso”.

Nesse sentido, identifica-se um progressivo fechamento de escolas rurais, fato que contribui com o declínio das comunidades camponesas e o enfraquecimento do rural em termos econômicos, sociais, culturais e paisagísticos. Em média, oito escolas da zona rural são fechadas em todo o Brasil a cada dia, sendo que, nos últimos 10 anos, foram mais de 32.500 escolas fechadas. Somente em 2013, 3.269 escolas foram fechadas e, atualmente, há pouco mais de 70 mil escolas ante mais de 103 mil existentes em 2003 (CANCIAN, 2014).

Dessa forma, pesquisar e defender a escola em contexto rural apresenta argumentos sob as seguintes perspectivas: (a) defender a escola rural é defendê-la no seu conjunto, tudo o que ela representa (CANÁRIO, 2008); (b) a instituição escolar pode desempenhar um papel de produção social, contribuindo ativamente para a revitalização social das zonas rurais

(AMIGUINHO, 1995; ESPINEY, 1994); e (c) pelas suas características singulares, a escola rural pode contribuir para “reinventar” práticas pedagógicas e educativas que superem os limites inerentes à forma escolar tradicional dos centros urbanos (CANÁRIO, 1995).

Conforme apresentado por Ferraz (2010), pesquisas têm discutido e apresentado essas perspectivas da escola rural, sobretudo pelo conjunto e pelo papel social. Entre as discussões apresentadas, sob o ponto de vista dos pais dos alunos, tem sido atribuída à escola rural a capacidade de trazer melhorias para os alunos e a comunidade, fornecer um local de aprendizagem e de ascensão social, além de contribuir para a diminuição de desavenças na comunidade.

Sob o ponto de vista dos professores, existem dificuldades decorrentes da infraestrutura muitas vezes precária, das condições de isolamento, da falta de assistência, de problemas das famílias dos alunos, da ausência de acompanhamento do projeto pedagógico e da alta rotatividade de docentes (FERRAZ, 2010). Ademais, as escolas rurais desarticulam a relação relativamente integrada entre o ser humano e o seu meio circundante ao trazer valores predominantes das áreas urbanas e, ao mesmo tempo, atenua essa desarticulação, atuando como uma via de mobilidade social para os membros da comunidade, sobretudo para os mais jovens (MOREIRA, 1993).

Essa escola também é vista como meio de propagação de conhecimentos que contribui para a superação do suposto atraso decorrente da vida campesina. É preocupação dos pais que os filhos tenham conhecimento da língua e da matemática básica como forma de prepará-los para a inserção no meio social e para enfrentar situações que decorram da modernização do campo. Assim, espera-se das escolas modos alternativos de conhecimento e construção de relações sociais, culturais e de trabalho, bem como a capacidade de mobilizar o conhecimento sistematizado nas atividades campesinas e o relacionamento deste com o saber popular (DAMASCENO; BESERRA, 2004; FERRAZ, 2010; HASHIZUME; LOPES, 2008).

Hashizume e Lopes (2008) apontam diversos entraves à frequência escolar no meio rural. Dentre as barreiras, de um lado destacam-se as baixas expectativas dos professores e a realidade pouco estimulante para a aprendizagem, a transmissão de conhecimentos desconectados da realidade vivenciada pelos alunos, as classes multisseriadas, a precariedade do transporte escolar, a falta de recursos, a ausência de profissionais qualificados e de condições adequadas de trabalho; de outro, tem-se como dificultadores o fato de muitos alunos serem trabalhadores rurais, de eles estarem isolados geograficamente, tendo que fazer longos percursos entre o local da moradia, o trabalho e a escola, além da dissonância entre os

ciclos de produção e o calendário escolar. Como consequência, são esperados altos índices de evasão, repetência e distorção idade-série.

Conforme Ferraz (2010), percebe-se que a escola, por vezes, é um ambiente valorizado, sendo um local de formação e transformação que contribui com a aspiração de elevação social. Entretanto, em outras situações, ela representa um ambiente desvalorizado, pois a precariedade e a baixa qualidade do ensino não propiciam oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho ou de melhoria da produção local.

Por sua vez, Canário (2008) argumenta que a escola em meio rural tem sido objeto de uma abordagem duplamente reducionista que consiste, primeiramente, em acentuar o seu caráter interno ao sistema escolar, omitindo-se a sua dimensão social mais ampla. Em contrapartida, a sua leitura privilegia a dimensão meramente técnica da questão, reduzindo-a a um problema de maior ou menor racionalidade da rede escolar, encarado numa perspectiva de “eficácia”, de “qualidade” e de racionalização de custos. Segundo o autor, a discussão sob esse ponto de vista remete a um debate mais amplo que se relaciona com o tipo de diagnóstico que se faz das dificuldades e ambiguidades que impactam atualmente a instituição escolar.

Com o olhar mais voltado para essa realidade, e com a efervescência de movimentos sociais, segundo Oliveira (2008), o governo federal vem desenvolvendo várias iniciativas como as parcerias entre ministérios e movimentos ligados à luta do campo em que são criados projetos na área em questão, dentre eles a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo¹. Essas diretrizes possuem, na explicação de Canário (2000), a síntese de seus objetivos; a escola precisa estar em sintonia com as mudanças ocorridas no meio, as tecnologias criadas e aperfeiçoadas, além das expectativas que se formam de acordo com o modo de vida e de trabalho que estão em transformação como o aluno.

Para Passador (2013), ainda que não representem uma solução permanente, as iniciativas, tanto federais quanto estaduais, para a Educação do Campo, tentam romper com a negligência no país em relação a essa área no passado. Porém, é necessário entender que ainda há muito a evoluir no tocante aos aspectos que envolvem a educação no Brasil.

Para discutir essas iniciativas em diferentes esferas, é preciso discorrer sobre o regime de formação do estado brasileiro. O regime federativo brasileiro tem uma arquitetura complexa em que a União, os estados e os municípios têm diferentes papéis no provimento da

---

¹ Tem havido diversos debates em torno dos termos “Educação no Campo”, “Educação Rural” e “Educação do Campo”. Tais expressões não devem ser utilizadas indistintamente ou como sinônimas; por tal fato, assume-se no presente trabalho o termo “Educação do Campo” como mais adequado para comportar as particularidades desse âmbito e o histórico de lutas de movimentos sociais em prol de uma educação contextualizada.

educação. Observa-se uma diferenciação acentuada na distribuição das receitas fiscais, nas políticas públicas e, no caso da educação, na grande diversidade em relação à forma e aos meios de oferta desse direito constitucional. Ademais, garantir o direito a educação de todos os brasileiros pressupõe a igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso na escola, principalmente quando se trata da escolarização obrigatória (OLIVEIRA; SANTANA, 2010).

Nesse entremeio, Kleven (2010) argumenta que é responsabilidade governamental prover a igualdade de oportunidades educacionais num sistema federal. O governo federal deveria assumir essa responsabilidade, na medida do necessário, para assegurar a comparabilidade que, sob condições sociais igualitárias, tanto em nível nacional quanto em local, a provisão da educação seja adequada, e que, sob condições desiguais, a federalização total ou parcial parece ser o caminho mais viável para minimizar as desigualdades educacionais.

Assim, oferecer educação padronizada e de qualidade em esfera nacional ainda é um desafio, considerando as diversidades regionais e locais, a definição de estratégias de coordenação intergovernamental, em observância às leis em vigor, à articulação da autonomia e à interdependência na gestão dos sistemas educativos, a regulamentação de um regime colaborativo viável entre os entes federativos e os ordenamentos institucionais que garantam a oferta educativa mais homogênea possível (DEFOURNY, 2010).

No Brasil, sobretudo na Educação do Campo, tais desafios são ainda maiores devido, principalmente, às dimensões geográficas, à federação e seus entes, à extensão territorial e à própria evolução do sistema de educação. Contudo, o mesmo autor considera que várias ações têm sido desenvolvidas, sendo necessário criar mecanismos para medir e avaliar o desempenho dessas ações.

Nessa linha, Mello (2005), em sintonia com organismos multilaterais, afirmava que era preciso instituir sistemas de avaliação externa da aprendizagem dos alunos e dar início a uma cultura avaliativa. Para o autor, a avaliação externa seria apenas um instrumento de gestão com o objetivo de analisar o desempenho do sistema como um todo, gerando informações que subsidiassem decisões sobre a alocação de recursos técnicos e financeiros. Assim, sistemas integrados de avaliações nacionais, regionais e estaduais seriam desenvolvidos de modo que o país pudesse conhecer a forma de aprendizagem dos alunos.

Como avaliador externo e com o intuito de analisar o desempenho desse sistema, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) elabora, periodicamente, avaliações e levantamentos como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Censo Escolar (CE), entre outros.

O SAEB é uma avaliação que contempla não somente questões de conteúdo, mas também habilidades e competências dos alunos. Esse sistema de avaliação é censitário para os alunos do 5º e 9º anos (4ª e 8ª séries) do Ensino Fundamental público, tanto na área urbana como rural, em escolas que tenham, no mínimo, 20 alunos no período a ser avaliado. Quando aplicada a esse estrato, ela é denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida como Prova Brasil (PB). Nos demais casos, a avaliação é aplicada na forma de amostragem e recebe o nome de Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEb) (BRASIL, 2013a).

Enquanto isso, o CE é um instrumento de coleta de informações da educação básica realizado anualmente. Ele envolve a coleta de dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (BRASIL, 2012c).

A partir das notas obtidas pelos alunos das escolas públicas na PB e da taxa de aprovação das escolas da rede pública de ensino, calcula-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL, 2013b). O IDEB é calculado para os anos iniciais do Ensino Fundamental e os períodos finais dos Ensinos Fundamental e Médio, tendo sido criado para medir, de forma objetiva, a qualidade da educação básica, conforme os termos do Decreto n. 6.094, que o introduziu:

Art. 3º – A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O Ideb será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007).

Numa escala de zero a dez, o IDEB reflete a qualidade da educação e permite comparar as unidades avaliadas – escolas, redes e sistemas estaduais e municipais de ensino –, além de do acompanhamento no que tange à evolução do indicador ao longo do tempo.

O IDEB, ao mesmo tempo em que recebe fortes críticas de uma parte do público acadêmico, vem conquistando legitimidade junto à outra parte. De forma geral, esse índice encontra apoio na área da economia, e os críticos são de origem mais educacional, o que reflete uma tensão entre valores muito distintos (ALMEIDA, 2008; SETUBAL, 2010; SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Esse índice demonstra a medição da qualidade da Educação Básica, sendo usado como elemento justificador das reformas e ações em curso. Com base no discurso da necessidade de

e elevar a qualidade da educação, melhorando os resultados do IDEB, foram propostos novos planos para a gestão da Educação Básica, como o Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas (PAR), os quais reivindicam a mobilização e responsabilização de diferentes setores sociais para sua efetivação (VOSS, 2011).

De forma geral, tais avaliações, classificadas como de larga escala, buscam estabelecer um processo padronizado de avaliação. Nesses termos, Araújo e Luzio (2005) ponderam que elas são importantes para os governos ao mostrarem se os recursos públicos em políticas educacionais têm proporcionado uma escolarização de qualidade, sendo relevantes também para a sociedade ao informarem sobre a qualidade do serviço educacional público ofertado a ela.

Na maioria dos países, tem-se dado importância às avaliações em larga escala, realizadas em diversos âmbitos dos sistemas educativos (FERRER, 2006). Essa importância cresceu a partir da década de 1960, após a publicação do Relatório Coleman (COLEMAN, 1966), que tinha como objetivo principal analisar o atendimento educacional dos Estados Unidos. Como resultado, constataram-se grandes diferenças no desempenho dos alunos com relação à raça, cor, religião, origem geográfica e origem social, o que ocasionou mudanças significativas do sistema educacional norte-americano.

Voss (2011) apresenta um contraponto à avaliação da educação local por meio de provas e exames nacionais padronizados aplicados em todo território. Ele afirma que tal modelo deixaria de levar em conta o princípio da territorialidade, ao não considerar as peculiaridades e as culturas locais e regionais. Além disso, o autor critica o fato de essa classificação, feita a partir de índices quantitativos, regular as práticas dos sujeitos implicados, de modo a fabricar certas performances e tornando, ainda maior, a disparidade de condições da oferta de escolarização, dado que são acirradas as relações de disputa, competição, vigilância e frustração entre as escolas e os sujeitos implicados nessa política.

Das avaliações realizadas pelo INEP, este estudo utilizou os resultados da PB e do CE (local de moradia dos alunos, idade/série e número de escolas), além de outras informações como o fluxo escolar (aprovação/reprovação), a evasão escolar e o IDEB.

Ressalta-se que, de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional de 1996, a educação escolar brasileira compõe-se de dois níveis, sendo o primeiro a educação básica (composta pelos ensinos infantil, fundamental e médio) e o segundo, a educação superior (INEP, 2010). A partir dessa definição, compreende-se que o escopo da pesquisa diz respeito à análise dos indicadores referentes aos anos finais da educação pública fundamental (5º e 9º anos).

De acordo com outros relatórios do Observatório da Educação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/INEP) e com as pesquisas de Passador (2009), Alves (2007), Calhado (2007) e Salvetti (2008), identificaram-se lacunas na literatura a respeito da falta de atenção especial por parte dos gestores públicos à Educação do Campo. Por conseguinte, a proposta deste estudo é um desdobramento do projeto desenvolvido pela coordenadora Cláudia Souza Passador – “Análise das condições de oferta da educação em escolas da rede pública estadual para mensuração do custo-aluno para o financiamento de uma educação básica de qualidade” – no período de 2010 a 2012. No entanto, o foco desta pesquisa é o aprofundamento do tema Educação do Campo, que apresenta características específicas no cenário nacional, inclusive com a ampliação para as redes municipais, como sugerido pela comissão avaliadora do projeto acima citado.

Ressalta-se que este trabalho foi precedido pelos estudos de Passador (2011) e Artoni (2012), que avaliaram o desempenho da educação nos estados de Minas Gerais e de São Paulo, respectivamente, com recortes similares ao proposto pela presente pesquisa e que foram utilizados como pilotos para o desenvolvimento de um projeto com maior abrangência e profundidade. Portanto, esta pesquisa irá além dos trabalhos anteriores, trazendo novas contribuições ao analisar o desempenho da educação básica em todo o território nacional ao correlacionar tal desempenho com variáveis socioeconômicas das famílias e das escolas, bem como correlacionando o desempenho com o modelo federativo adotado pelo Brasil.

Destaca-se que, apesar de as linhas de pesquisa econômica da Educação, Pedagogia e Sociologia serem tangenciadas em algum momento nesta pesquisa, o estudo tem como âncora a linha políticas públicas. Ele busca identificar o efeito das políticas públicas no desempenho das escolas, considerando os diferentes contextos nos quais elas estão inseridas: as Unidades da Federação e o nível da dependência administrativa que caracterizam o federalismo, o local da escola, o local de moradia dos alunos, além das características socioeconômicas das escolas derivadas, no que concerne às características socioeconômicas dos alunos, conforme ilustrado no modelo da Figura 1.

Pesquisas que tratam do desempenho dos alunos e, por consequência, das escolas, têm apontado vários fatores como causas e/ou mediadores do desempenho, conforme ilustrado na Figura 1 e descrito a seguir.

Neste trabalho, o desempenho das escolas foi avaliado considerando os indicadores defasagem idade-série, nota em Matemática (PB), nota em Língua Portuguesa (PB), taxa de aprovação (fluxo), taxa de abandono (evasão) e o próprio IDEB.

Com relação ao uso dos indicadores de desempenho – neste caso, nota em Matemática, nota em Língua Portuguesa e IDEB – conforme Carvalho (2001), observa-se alguma relação entre esses dados e a aprendizagem dos alunos. Porém, tal relação é intermediada pelas políticas educacionais que poderiam, por exemplo, levar a fortes pressões pela diminuição do número de reprovados.

Figura 1- Modelo conceitual da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à defasagem idade-série, apesar da diminuição, esta é ainda apontada como importante integrante do fracasso escolar, tanto como causa quanto como consequência de tal fenômeno (MARCHESI, PÉREZ, 2004).

Entre as características típicas do percurso escolar das camadas populares, uma bastante presente em diversos estudos é a tendência às interrupções (PORTES, 1993; 2000; ZAGO, 2000; VIANA, 2007). Entre as suas causas, há a necessidade de trabalhar (PORTES, 1993) e a desmotivação por causa das retenções escolares (JACOMINI, 2010).

Para Barros (2013), a distorção entre a idade e a série em que o estudante se encontra é multideterminada, sendo os principais fatores a entrada tardia na escola, as interrupções

ocorridas durante a escolarização e as reprovações. Na investigação dessa autora, os sujeitos em análise sofreram, no mínimo, uma retenção escolar, sendo que pelo menos a última reprovação está relacionada à não obtenção da frequência mínima às aulas.

Ainda conforme Barros (2013), outro fator relevante à frequência e, conseqüentemente, à evasão escolar é a própria escola. Segundo ela, as pesquisas na área identificam a baixa qualidade do ensino, a falta de sentido da escola para o estudante e as questões relacionadas aos professores e à sociabilidade dos estudantes como os principais fatores determinantes da não frequência escolar.

Considerando-se o perfil socioeconômico (que aparece em vários estudos como variável explicativa ou de controle para a análise de diversos fenômenos sociais) dos alunos, o local de moradia destes e a localização das escolas como fatores determinantes do desempenho dessas instituições, alguns apontamentos têm sido feitos em relação às variáveis e ao desempenho.

Em relatório sobre as desigualdades no sistema de educação francês divulgado pelo CESE (2011), são apontadas falhas no que tange ao período de escolaridade obrigatória, e as desigualdades em termos de resultados escolares são correlacionadas com as circunstâncias sociais, culturais e familiares. Os resultados dos alunos que entram no primeiro ano do Ensino Primário são significativamente variáveis em todo o espectro social, e a diferença aumenta ainda mais quando os estudantes saem do sistema educativo.

Além disso, a qualidade da comunicação entre as escolas e os pais de alunos oriundos de meios desfavorecidos é, muitas vezes, insuficiente e mesmo tensa. Isso se deve às suas próprias experiências no sistema de ensino e às preocupações de que eles estejam lidando com uma instituição encarregada de transmitir conhecimentos que eles próprios (pais ou responsáveis pelos alunos) não possuem.

Ainda segundo o relatório, as divisões geográficas tendem a agravar as desigualdades, aumentando a complexidade da situação. Em grandes áreas urbanas onde a segregação social e educacional é mais acentuada, tais situações tendem a aparecer em maior grau.

Para Ayed (2012), é preciso considerar, nos estudos das avaliações do aprendizado escolar, os contextos de escolarização e a necessidade de não dissociar, nas análises, o impacto dos fatores sociais e espaciais. Por fim, os resultados escolares são fortemente associados à origem social e cultural dos alunos matriculados nas escolas (COLEMAN, 1966; BOURDIEU; PASSERON, 2008).

O suporte familiar ao aluno parece ser outro mediador do desempenho deste e também está presente em diversos estudos. No decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000, a

legislação brasileira evidenciou o dever da família com o processo de escolaridade dos filhos e a sua participação no contexto escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), em seu Art. 4º, diz que:

Art. 4. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2010, p. 12).

No artigo 55, o estatuto diz que “[...] os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 2010, p. 41), e no artigo 129, inciso V, diz que é medida aplicável aos pais a “[...] obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar” (BRASIL, 2010, p. 79).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), no artigo 12, inciso VI, diz que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de “[...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei n. 10.172/2001), baseado na LDB, define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local, incluindo as famílias, na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

Num estudo sobre o absenteísmo – que tem como consequência a evasão escolar, a reprovação ou ambos –, Barros (2013) encontrou resultados que sugerem que a família pode ser um dos fatores determinantes da não frequência escolar de seus filhos, principalmente pelas formas de autoridade típicas das camadas populares, por suas disposições temporais, pelo valor que atribui à escola e pelo envolvimento que tem na escolarização dos filhos. Isso revela, de fato, as dificuldades dessas famílias em investir na escolarização.

Para Alves e Soares (2013), além da relação entre o nível socioeconômico dos alunos e o resultado escolar, as condições de infraestrutura e complexidade das escolas têm relação com o seu desempenho e os alunos que têm menores condições socioeconômicas e suporte familiar. Logo, eles precisariam de escolas com melhores estruturas e mais focadas em suas necessidades específicas de aprendizado.

No que concerne à participação e ao envolvimento dos pais na educação dos filhos e com a escola, incluindo a participação no colegiado, esta é mais efetiva na escola que atende

um público de poder socioeconômico mais elevado do que na instituição de ensino que atende indivíduos de poder socioeconômico menos favorecido (RIBEIRO, 2006).

Ao considerar a localização das escolas e o local de moradia dos alunos, estudos apontam que o desempenho das escolas situadas em zonas rurais ou urbanas, mas com predominância de alunos provenientes de zonas rurais, segue a tendência de ser inferior ao desempenho das instituições escolares urbanas (PASSADOR, 2011; ARTONI, 2012).

Com relação à dependência administrativa, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) definiu que é de responsabilidade dos municípios a oferta da educação infantil e, com prioridade, a oferta do Ensino Fundamental, mais tarde reiterada na LDB (Lei n. 9.394/1996). Como a Educação do Campo, é majoritariamente do nível fundamental – entende-se que ela é de responsabilidade dos municípios.

Alguns estudos apontam que estados ou municípios onde há maior abundância de recursos educacionais têm maiores chances de ser mais eficientes e prestar um ensino de melhor qualidade e, como consequência, há um desempenho educacional melhor (ANUNCIAÇÃO; VERHINE, 2006; DELGADO; MACHADO, 2007). Nesse sentido, destaca-se que municípios mais ricos tendem a ter maior compromisso em financiar a educação do que aqueles mais pobres, dado que os mais ricos, em função da maior disponibilidade de recursos financeiros, têm mais poder de decisão sobre o volume de recursos a ser investido na educação e, ao contrário, os municípios mais pobres, em virtude dos recursos financeiros escassos, têm o poder de decisão sobre o aumento dos gastos em educação limitados (ANUNCIAÇÃO; VERHINE, 2006). Ao considerar que, em geral, os municípios têm menos recursos que os estados, espera-se que, no geral, aqueles invistam menos recursos na educação quando comparados a estes.

Em pesquisa relacionando educação e pobreza, Duarte (2012) encontrou grande incidência negativa da pobreza sobre o IDEB, tanto nos sistemas de ensino municipais quanto estaduais. Além disso, a riqueza (PIB per *capita*) não alcança o sistema municipal, mas apresenta algum impacto no sistema estadual, e as regiões do Brasil têm capacidade de modular essa relação, evidenciando que algumas delas e alguns estados apresentam maior impacto da população em situação de pobreza no IDEB.

Para Silva (2013), o modelo federativo adotado no Brasil acentua os problemas em torno das desigualdades na oferta e na qualidade da educação. Eles são refletidos na desarticulação e nas condições de gestão entre os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital ou municipais, o que implica, conseqüentemente, em mais desigualdade social.

Nesse entremeio, a autora discorre que, ao considerar a história da organização federativa brasileira, com a presença de fragmentação, patrimonialismo e disputas de diferentes tipos que acentuam as desigualdades e implicam de formas diferentes na qualidade da oferta da educação nas diferentes regiões do país, garantir o direito à educação com qualidade social para todos é um desafio que exige a articulação entre os entes federados, e não apenas a implementação de programas dispersos e localizados em diferentes níveis.

Faria (2009) considera que, ao mesmo tempo em que houve uma ampliação da importância dos municípios dentro do contexto político como entes politicamente autônomos, há municípios que apresentam desigualdades financeiras para a oferta de serviços públicos, em especial a educação, com condições diferenciadas de atendimento às demandas de uma população que precisa, ao final de um processo, atingir um bom desempenho educacional.

Portanto, considerando o exposto, esta pesquisa teve como **hipótese a correlação negativa entre o modelo federativo adotado no Brasil e o desempenho da educação fundamental, sobretudo a Educação do Campo, ao transferir responsabilidades para municípios que, na maioria, apresentam limitações na oferta da educação.**

Assim, a partir do modelo apresentado e da hipótese da pesquisa, foram propostos os objetivos que serão detalhados a seguir.

1.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral **analisar o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertaram a educação fundamental (5º e 9º anos) em zonas rurais no ano de 2011, comparando-as com escolas localizadas em zonas urbanas. Serão considerados as Unidades da Federação (UF), a dependência administrativa (estadual e municipal), o local de moradia dos alunos e o perfil socioeconômico destes como fatores de análise, utilizando a base de dados do INEP (PB, CE, IDEB e fluxo escolar) e outras fontes de dados secundários disponíveis.**

1.2 Objetivos Específicos

Como forma de atingir o objetivo geral, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as variáveis disponíveis que fossem importantes para a análise do perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertam o Ensino Fundamental a partir do perfil socioeconômico e do desempenho dos alunos;
2. Caracterizar o rendimento escolar;
3. Caracterizar o perfil socioeconômico das escolas;
4. Descrever a oferta da educação básica no Brasil;
5. Descrever a população participante deste estudo;
6. Descrever o perfil médio do ensino público fundamental brasileiro;
7. Analisar as diferenças médias nos rendimentos escolares, considerando a localização das escolas e a dependência administrativa ou organização federativa brasileira;
8. Relacionar o perfil socioeconômico das escolas ao desempenho destas;
9. Examinar as diferenças de desempenho das escolas, conforme o local de residência dos alunos;
10. Formar e analisar grupos homogêneos de escolas, de acordo com as variáveis de desempenho;
11. Relacionar os resultados encontrados ao contexto da Educação do Campo no Brasil.

No próximo capítulo, encontra-se o referencial teórico que trata da evolução das políticas públicas e da Educação do Campo (segundo capítulo), do federalismo, da descentralização da gestão pública e da descentralização da educação (terceiro capítulo). Posteriormente, no capítulo quatro são apresentados os aspectos metodológicos do estudo; no cinco, os resultados e as discussões; e, no capítulo seis, são traçadas as considerações finais acerca dos resultados encontrados e do trabalho como um todo.

2 Políticas Públicas e Educação do Campo

Políticas públicas dizem respeito aos projetos de governo implantados pelo Estado por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Nesse caso, o Estado é responsável pela implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Enquanto isso, políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, com vistas à redistribuição dos benefícios sociais e à redução das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico – nesse grupo se enquadra a educação (HÖFLING, 2001).

Para Azevedo (2004), as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado. Elas guardam intrínseca conexão com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social.

Enquanto isso, Höfling (2001) arrazoa que, embora tenha havido evolução na produção de instrumentos de avaliação de programas, de projetos e mesmo de políticas públicas, é necessário entender em qual contexto as decisões foram tomadas, as escolhas, feitas, os caminhos de implementação, traçados e os modelos de avaliação, aplicados em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer. Um desses contextos diz respeito às relações entre a concepção de Estado e as políticas implementadas por eles numa determinada sociedade, em determinado período histórico.

Para a autora, é importante considerar fatores de diferentes naturezas, complexidades, variedades e determinações na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, sobretudo quando se analisam as políticas sociais, incluindo as de educação, para a aferir o seu sucesso ou fracasso.

No caso brasileiro, o cenário das políticas públicas é construído conforme todo o histórico de evolução da gestão pública no país. A análise desse aspecto deve levar em conta o histórico da formação do Estado no Brasil e a sua recente democracia, uma vez que as estruturas e os processos do Estado ainda passam por transformações. Nesse cenário, padrões de comportamento político como o clientelismo, o populismo e o patrimonialismo ainda influenciam o rumo das políticas públicas desenvolvidas (FREY, 2000).

Em anos mais recentes, principalmente nos países em desenvolvimento, tem-se tentado adotar as políticas públicas participativas que, na maioria das vezes, têm como objetivo a melhoria das condições econômicas e sociais da população menos favorecida, promovendo a inserção dos diversos grupos sociais tanto no processo de formulação quanto no acompanhamento das políticas públicas sociais. No Brasil, os exemplos disso podem ser verificados nos conselhos comunitários e nos orçamentos participativos (PAULA, 2005a, 2005b; SOUZA, 2006) e, mais recentemente, a partir de 2003, nas novas articulações governamentais e nos arranjos produtivos locais incentivados pelo governo federal (PASSADOR; PASSADOR, 2008).

Ruediger e Riccio (2005) destacam que, no Brasil, apesar das mudanças ocorridas nos modelos de gestão do Estado, as assimetrias sociais ainda são grandes, e o Estado brasileiro redefine seu papel ao passar de agente hegemônico para regulador e articulador de ações coletivas, ampliando a esfera pública. Tais ações seriam as responsáveis por formar a base para estabelecer políticas públicas estruturantes e sinérgicas de desenvolvimento.

O Estado (considerado como o articulador por promover mudanças) depende do auxílio da sociedade civil para a elaboração e condução das políticas públicas. O principal desafio é criar um modelo de desenvolvimento social voltado para as pessoas e a partir do qual elas terão acesso a bens, serviços e riquezas da sociedade (TENÓRIO; ROSEMBERG, 1997; COLUCCI FILHO, 2003).

Contudo, conforme apontam Ruediger e Riccio (2005), boa parte da população do Brasil não possui os conhecimentos básicos necessários para lidar com a nova realidade participativa e se posicionar como instrumento de decisão. Nesses termos, um ponto primordial para suprir as deficiências é prover o acesso à escola, sobretudo pelo fato de ela ser a instituição que possui uma capilaridade social e, portanto, possibilitar o acesso à população. Na opinião dos autores, as escolas públicas no Brasil poderiam ir além da finalidade educacional, consistindo num espaço cívico e de convívio social cuja frequência não é composta somente pelos estudantes, mas também pela comunidade em geral. A necessidade da construção de um novo contrato social para se adequar a essa realidade participativa precisa do intermédio da escola para promover a conscientização das pessoas.

Para Passador (2011), o cenário de transformações do setor público brasileiro e o fortalecimento da democracia após a CF de 1988 permitiram que a pressão de agentes sociais surtisse efeito em alguns setores, como é o caso da Educação do Campo, que começa a ter políticas públicas específicas notadamente na primeira década do século XXI.

2.1 Educação do Campo

A origem do ensino agrícola no Brasil coincide com o período da República Velha, no século XIX, e seu desenvolvimento foi marcado por ações realizadas no sentido de adequá-lo às necessidades oriundas da própria evolução do sistema econômico brasileiro. Nesse período, além de diversas iniciativas educacionais, como o financiamento de escolas primárias e escolas rurais, foram criados os institutos agrícolas entre 1859 e 1861 (PASSADOR, 2006).

Entretanto, de acordo com aquela autora, somente a partir de 1930 foi possível observar maior interesse dos órgãos oficiais pela Educação Rural, sobretudo em função da preocupação quanto ao êxodo rural. Dois importantes marcos político-legais desse período foram a criação do Ministério da Educação e a promulgação da Constituição de 1934, que garantia o financiamento do ensino rural. Ademais, outros fatos como o surgimento da Sociedade Brasileira de Educação Rural, cujo propósito envolvia a disseminação da Educação Rural e a difusão do folclore no país, os movimentos de criação de clubes agrícolas estaduais, os quais se propunham a tornar as escolas como fortes núcleos de atuação no meio rural, e a nova Constituição de 1946, que assegurava a educação como um direito de todos e colocava as empresas como responsáveis pelo ensino rural, contribuíram para o desenvolvimento dessa modalidade educacional no país.

A década de 1950 foi marcada pelas ideias de modernização do país e pelo desenvolvimento industrial, o que afetou tanto a agricultura, quanto a população do campo. Nesse caso, e com a finalidade de adequar essa população por meio da educação de base para o plano de desenvolvimento econômico, surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), oficializada em 1956 pelo governo Juscelino Kubitschek. A criação da campanha foi fundamentada nas correntes filosóficas e ideológicas de debates sobre o desenvolvimento socioeconômico-cultural das populações menos favorecidas, inclusive do campo, além da possibilidade de integrá-las ao modelo de desenvolvimento, modernização e expansão industrial. Em função de ter sido um modelo desenvolvido pelos líderes do governo, a CNER tornava a “educação” da população um “passaporte” para a vida urbana, pois o conhecimento transformaria o homem do campo num sujeito inadequado ao seu meio e o influenciaria a migrar para a cidade. Apesar do debate e dos esforços, a campanha durou pouco: de 1952 a 1963 (CALAZANS; CASTRO; SILVA, 1981).

Nesse contexto inicial, no qual o modelo econômico agroexportador era vigente, é possível associar a falta de políticas públicas específicas para a educação da população à

ainda inexpressiva necessidade de mão de obra especializada (GRITTI, 2007; SILVA, 2004). Molina (2010) complementa, indicando a existência de um período em que o governo abandonou a Educação no Campo. Em decorrência desse quadro, a qualificação educacional ficava reservada para a elite do país.

A preocupação do governo com a formação da população urbana foi fruto do aumento das atividades industriais no Brasil, sobretudo a partir de 1950. Naquela época, a intensa migração da população rural em direção aos centros urbanos ocasionou efeitos como o “inchaço” das cidades, além da baixa qualificação da população rural que ali se instalava (BARREIRO, 2010; LEITE, 2002; WERLE, 2005).

Em contrapartida, a Educação Rural era pautada pelo ruralismo pedagógico, cujo objetivo era a fixação do homem no campo. Nesse sentido e com base no modelo adotado pelo México vinha desde 1920, foram criadas as escolas denominadas “normal rural” (BARREIRO, 2010; LEITE, 2002; WERLE, 2005).

Mais tarde, já na década de 1960, o contexto da Educação no Campo sofreu profundas modificações com a promulgação da Lei n. 4.024 (BRASIL, 1961), a qual alterou vários aspectos da educação brasileira, especialmente a urbana. A Educação no Campo ficou a cargo dos municípios que, sem recursos humanos e financeiros adequados para estruturar a oferta, não a assumiram efetivamente e não foram capazes de evitar a sua deterioração e submissão ao modelo urbano (LEITE, 2002).

Com o golpe militar de 1964, novas mudanças (como a reforma dos ensinos de primeiro e segundo grau, o aumento da obrigatoriedade de anos de estudo e a inserção da perspectiva profissionalizante) ocorreram na área da educação no país. Não obstante, tais mudanças se restringiram à educação urbana, ao passo que, no campo, o governo se manteve afastado e com reduzida responsabilidade sobre o processo educacional, pois as escolas, embora sob responsabilidade das municipalidades, continuaram vinculadas às empresas; assim, as escolas rurais foram excluídas dos modelos educacionais adotados. Vale ressaltar que a proposta extensionista, anteriormente enfraquecida na Educação Rural, recuperou força e culminou na substituição das professoras do ensino formal por técnicos financiados pelas empresas (SILVA, 2003).

A década de 1960 também foi palco da “Revolução Verde”, nome dado ao processo de industrialização da agricultura que se caracterizava pelo desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade rural, ancoradas no uso de insumos, máquinas e implementos agrícolas (FEITOSA, 2007). Assim, a reestruturação da atividade agrícola associada à urbanização e à intensificação da atividade industrial foi importante influenciadora da

determinação de políticas de educação para a população do campo (GRITTI, 2007). A LDB 4.024/1961 e as reformas da LDB relativas ao Ensino Superior (n. 5.540/1968) e ao Ensino Primário (n. 5.692/1971) são exemplos relevantes. Ao analisar tais diretrizes, percebe-se que o trabalhador rural não é visto como protagonista social global, mas sim como mero instrumento de produção (COUTINHO; TEIXEIRA, 2009).

Outro exemplo importante foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2º Grau que contemplava a preparação de pessoal qualificado por meio de cursos profissionalizantes nas escolas de 2º grau. Dessa forma, os cursos deveriam melhorar a produtividade; possibilitar o suprimento de produtos agrícolas para o mercado interno em crescimento; assegurar o aumento de recursos financeiros e mão de obra para o desenvolvimento econômico geral; e promover a integração econômica e social por meio do aumento da capacidade de absorção de produtos não agrícolas (BRASIL, 1973).

Do exposto, é possível verificar que a Educação no Campo foi concebida em torno da transmissão de conhecimentos previamente elaborados, os quais eram oferecidos à população rural com a mesma metodologia adotada para a população urbana, sem que fosse realizada qualquer adequação (BAPTISTA, 2003).

Tal comportamento era reflexo de uma consolidação do modelo de industrialização que vinculava o desenvolvimento à área urbana e restringia o campo à produção agrícola, que atendia ao modo de produção capitalista e se limitava ao desenvolvimento do agribusiness e à manutenção dos latifúndios. Nesse cenário, a população rural em essência e ligada à agricultura familiar foi desamparada de políticas que buscassem atender aos seus interesses (CALAZANS; CASTRO; SILVA, 1981).

Porém, o final da década de 1980 marcou a elaboração de novas ações educacionais no campo, influenciadas pelos movimentos sociais que surgiam e propunham o repensar da sociedade e da educação, com base em novos valores, identidades e consciência da população rural (COUTINHO; TEIXEIRA, 2009; PARANÁ, 2009).

Por outro lado, o fim da ditadura militar e a redemocratização do país, entre 1980 e 1990, marcaram mudanças não apenas no modelo de governo, como também na atenção à educação. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) consolidou a educação como um direito de todos e um dever do Estado, e os debates sobre a LDB na década de 1990 resultaram em normas específicas para a Educação Rural; assim, a Educação no Campo ganhou modelo próprio, sendo desvinculada da educação urbana. A lei possibilitou, ainda, a adequação do modelo educacional ao contexto rural, com calendário e número de horas específicos para atender às características da sazonalidade agrícola.

Mais recentemente, os dois processos políticos de educação que interferiram na Educação no Campo foram o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 2001, e as Diretrizes Operacionais. O PNE recebeu críticas em função de ter sido elaborado pelo poder público, sem considerar a realidade dos problemas da Educação do Campo. Por conseguinte, considerou-se que o Plano era unilateral e excludente, pois não atendia às metas de qualidade da educação pleiteadas pelo Movimento de Educação do Campo (MUNARIM, 2008b). Já a elaboração das Diretrizes Operacionais ocorreu a partir de encontros, reuniões e audiências públicas, nos quais houve a participação de pessoas ligadas ao Movimento de Educação do Campo. Além disso, o contexto político no qual as Diretrizes foram elaboradas e aprovadas também se difere do período do PNE, pois ocorreu após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, um governo aparentemente sensível aos movimentos sociais, entre eles o Movimento de Educação do Campo.

Na mesma época foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com a finalidade de assegurar o compromisso dos governos futuros com o oferecimento de cursos de Pedagogia e de especialização direcionados para professores rurais. Foi nesse contexto que surgiu o movimento social denominado “Por uma Educação do Campo”, que visa à elaboração de políticas públicas capazes de renovar a Educação Rural por meio da melhoria da qualidade e da dissociação das ideias de exclusão e domesticação da população rural (MARTINS, 2010; MUNARIM, 2008a).

A Educação Rural representa um novo paradigma em construção. Nesse processo participaram diferentes grupos sociais:

[...] pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 9-10).

O antigo paradigma do espaço rural, considerado um ambiente produtivista e não um espaço de vida, foi rompido para incorporar os aspectos culturais, a organização política própria, o trabalho e o espaço especificamente rurais (FERNANDES; MOLINA, 2004; GOMES NETO et al., 1994).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) tornou-se ativa pouco depois do estabelecimento da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), focando, dentre outros aspectos, a educação infantil e a Educação do Campo. O primeiro texto de projeto da LDBEN passou pela Câmara dos Deputados ainda em 1988, mas só se tornou ativo nos aspectos relativos à Educação do Campo e educação infantil em 1996.

Não obstante, apenas em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), visando à redução das desigualdades educacionais com base em políticas públicas de melhoria da educação. Entre as atribuições da SECAD está o gerenciamento de programas de melhoria das condições da Educação Rural, e suas principais frentes de trabalho incluem a alfabetização, a Educação do Campo, a educação ambiental, a educação em direitos humanos e a educação escolar indígena.

A inserção das questões relativas à inclusão social nas atribuições da SECAD e a mudança na sua denominação para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) ocorreu em 2011, por decisão do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2011b). Um dos programas da SECADI é o Escola Ativa, que conta com metodologia voltada para turmas multisseriadas. Dentre as iniciativas anteriores merecem destaque o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), cuja finalidade é investir na formação em serviço de professores dos anos finais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2011a), e o Projovem Campo – Saberes da Terra, voltado à qualificação profissional e à escolarização de jovens agricultores familiares que não concluíram o Ensino Fundamental.

Atualmente, esse programa está sendo ampliado e já estabeleceu parâmetros e oportunidades às Instituições Federais de Educação Superior (IFES), para a implantação de 40 cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da Educação do Campo. Devem ser disponibilizadas, no mínimo, 120 vagas para cursos novos e 60, para ampliação de cursos existentes, na modalidade presencial (BRASIL, 2012d).

O conteúdo da LDBEN que interferiu nos projetos da SECADI, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e no novo projeto de Educação Rural infantil está resumido no Quadro 1.

O artigo 4º da LDBEN consolida a disposição da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), à medida que obriga o Estado a oferecer educação gratuita para jovens e adultos, assegurando também, aos trabalhadores, os meios para que possam permanecer na escola. Ao complementar o artigo 4º, o artigo 28º da LDBEN entra na necessidade de oferecimento de um ensino adaptado à realidade da população rural quanto à metodologia, ao conteúdo, ao calendário sazonal agrícola e à adequação ao trabalho.

Lei	Descrição	Projeto Afetado
LDBEN n. 9.394/1996, art. 4º	O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]; VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.	Projovem/Educação Infantil
LDBEN n. 9.394/1996, art. 28º	Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação ao trabalho na zona rural.	Projovem Campo
LDBEN n. 9.394/1996, art. 3º	O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.	Projovem/Educação Infantil
CNE/CEB 05/2009, art. 8º, Inciso I (BRASIL, 2009a)	As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem: I – reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; [...]	Educação Infantil
CNE/CEB 05/2009, art. 8º, Inciso II (BRASIL, 2009a)	II – ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis; [...]	Educação Infantil
CNE/CEB 05/2009, art. 8º, Inciso III (BRASIL, 2009a)	III – flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações; [...]	Educação Infantil
CNE/CEB 05/2009, art. 8º, Inciso IV (BRASIL, 2009a)	IV – valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; [...]	Educação Infantil
CNE/CEB 05/2009, art. 8º, Inciso V (BRASIL, 2009a)	V – prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.	Educação Infantil

Quadro 1 - Leis que influenciaram nos projetos da SECADI

Fonte: Adaptado de LDBN e Brasil (2009a)

As DCNEIs, divulgadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Básica (CEB), inseriram no contexto da educação infantil as populações consideradas minoria na sociedade: os filhos de extrativistas, pescadores artesanais,

ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e agricultores. Isso foi feito além do que já havia sido estabelecido pela LDBEN.

O Pronera se tornou política pública recentemente, por meio do Decreto n. 7.352/2010 (BRASIL, 2010a), reafirmando o compromisso dos governos futuros com a criação de cursos de Pedagogia e de especialização para os profissionais das escolas rurais.

Entretanto, conforme dados disponibilizados por Baptista (2003), a forma de atuação da Educação do Campo só foi formalizada em 2002 por meio das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, tratada pela Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Nacional de Educação.

Em resumo, na tentativa de reverter o quadro de analfabetismo, o governo federal, por meio de parceria com os vários ministérios e movimentos ligados à luta do campo, lançou alguns programas e projetos para a educação da população rural. Em 1996, foi elaborada a nova LDB (Lei n. 9.394) (BRASIL, 1996), primeira lei que aborda a Educação Rural. Como apontado no Quadro 1, em seu artigo 28, a LDB refere-se diretamente à Educação Rural.

A discussão sobre as políticas públicas de Educação do Campo resultou nos debates em universidades públicas e municípios brasileiros. Tais debates propuseram-se a discutir as diretrizes da Educação do Campo, bem como as proposições de adequação desta à realidade da população do campo. O resultado desses debates foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, resolução que consolida o direito à educação da população rural, considerando a realidade local para contextualizar o ensino.

A partir do cenário discutido, o Quadro 2 relaciona as mudanças ocorridas ao longo dos séculos XX e XXI na educação no Brasil e o impacto das alterações no cenário da Educação do Campo.

Contexto histórico da Educação no Brasil		Contexto da transformação da Educação Rural para Educação do Campo no Brasil
Início do século XX	▪ Educação elitista – jesuítas. ▪ 1930: Criação do Ministério da Educação – responsabilidade do Estado em prover a educação pública.	▪ Início da Educação Rural, em 1889, por intermédio da Pasta de Agricultura, Comércio e Indústria. ▪ Surgimento do ruralismo pedagógico: visava fixar o homem ao campo.
Década de 1950	▪ Educação definida conforme o modelo nacional-desenvolvimentista. ▪ Mecanismo para o desenvolvimento objetivava a modernização da sociedade e a formação de recursos humanos.	▪ Surgimento da CNER. ▪ Objetivo: estimular, por meio da educação de base, a adequação da população que vivia no campo ao plano de desenvolvimento econômico.

(Continua)

(Conclusão)

	Contexto histórico da Educação no Brasil	Contexto da transformação da Educação Rural para Educação do Campo no Brasil
Década de 1960	- Lei n.4.024, de 1961: preservação da educação nacional urbana e voltada para as classes dominantes. - Descentralização para os estados dos Ensinos Primário e Médio.	- Deterioração da Educação Rural brasileira: Lei n. 4.024, de 1961. - Educação rural (cargo das municipalidades) desconsiderava que as prefeituras municipais do interior não possuíam recursos humanos e financeiros para estruturar a Educação Rural.
Golpe Militar 1964	- Expansão do acesso ao Ensino Médio, mas privilegiando a população urbana. - Foco no modelo desenvolvimentista.	- Escolas rurais vinculadas a empresas (tirou a responsabilidade do governo). - Modelo de extensão rural voltou a tomar forças, e as professoras do ensino formal do campo foram substituídas por técnicos e extensionistas financiados pelas empresas.
Década de 1970	- Educação para o desenvolvimento. - Viés centralizador pela esfera federal: visava ampliar o acesso a partir da expansão da rede de ensino. - Repressão aos movimentos estudantis. - Desenvolvimento do primeiro, segundo e terceiro grau no país, buscando formar quadros científicos e tecnológicos.	Políticas públicas muito precárias voltadas para a Educação Rural: em algumas regiões do país, era comum o Estado prover o transporte dos alunos para as escolas urbanas ou escolas “núcleo”. O cenário de baixa atenção às políticas públicas de Educação Rural, a partir da década de 1960 e 1980, reforçou-se com o aumento dos índices de êxodo rural na época.
Década de 1990	- Crise econômica, social e fiscal. - Desintervencionismo estatal. - Reforma administrativa do governo. - LDB (1996): priorização do ensino fundamental e busca por aumento de vagas. - Responsabilização da educação aos estados e municípios (descentralização), sem o respectivo respaldo financeiro para ampliação de vagas. - Universalização do ensino no fim do século XX: política de redução do investimento público em educação. - Queda no nível de qualidade da educação.	- Mudança no cenário rural: “novo mundo rural”, em que a determinação de limites entre o ambiente rural e urbano se tornou complexa. - LDB regularizou adequações necessárias à Educação Rural.
Anos 2000	- Emergência de políticas públicas participativas. - Novos processos de avaliação da educação básica pelo INEP. - Criação do Observatório Nacional da Educação em 2002.	- Movimento social “Por uma Educação do Campo”: constituído pelos sujeitos sociais do campo, objetiva criar políticas públicas que visem renovar a chamada Educação Rural pela Educação do Campo. - Criação da SECADI em 2004. - Propõe incorporação do modo de vida do campo, aspectos culturais, sua organização própria de política, trabalho. - Projovem – Saberes da Terra
Década de 2010	Consolidação	- Execução das políticas para Educação do Campo - Aprimoramento e adequação das políticas

Quadro 2 - Relação entre a Educação no Brasil e Educação do Campo

Fonte: Adaptado de Passador (2013)

Atualmente, o enfoque está na execução das políticas estabelecidas com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola do Campo, que consiste no repasse financeiro por meio de transferência de recursos para a manutenção predial, a aquisição de mobiliário escolar e outras ações de apoio com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas coletivas requeridas pela oferta de turmas multisseriadas. Elas objetivam promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas das redes municipais, estaduais e distritais que possuam alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental em classes multisseriadas localizadas no campo (BRASIL, 2011c; BRASIL, 2012a; BRASIL 2012b).

Outro exemplo é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mais especificamente o PNLD do Campo. Ele estabelece o desenvolvimento de obras didáticas destinadas ao atendimento às escolas situadas ou que mantenham turmas anexas em áreas rurais que ofereçam os anos iniciais do Ensino Fundamental em turmas organizadas sob a forma multisseriada, seriada e por segmento de aprendizagem, que integrem as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, 2011d; BRASIL, 2011e).

Percebe-se que, apesar de ser recente, a Educação do Campo está na atual agenda de políticas públicas do governo federal e dos movimentos sociais. A sociedade tem sido mais efetiva na articulação e participação nos debates sobre as políticas públicas para a Educação do Campo, e o Estado tem se esforçado, notadamente nos últimos anos, para dar vazão às demandas sociais e à necessidade de estabelecer uma Educação do Campo de qualidade e com equidade.

Neste capítulo, buscou-se fazer uma retrospectiva do processo de construção da educação básica no Brasil, sobretudo da educação básica no campo. Porém, faz parte desse processo histórico a avaliação da atribuição e responsabilidade dos entes federados. Dessa forma, é necessário entender como se desenvolveu o federalismo e a descentralização no Brasil e, dentro desse contexto, a descentralização da educação – estes são os assuntos abordados no próximo capítulo.

3 Descentralização do Poder e da Gestão Pública

Nesta etapa, busca-se entender o federalismo para, em seguida, abordar o movimento da descentralização do poder e da gestão pública, sendo que, na sequência, é discutido o processo, as atribuições e alguns possíveis impactos na educação. Embora no segundo tópico se busque tratar da descentralização de uma forma mais genérica, em vários momentos recorre-se à descentralização da educação. Contudo, esse assunto é tratado em maior profundidade no tópico específico. Da mesma maneira, embora tenha sido dividido em dois tópicos distintos e com recortes também distintos, ao abordar o federalismo, acaba-se por discutir alguns aspectos da descentralização e vice-versa, e, no caso deste trabalho, a educação permeia os dois assuntos.

3.1 *Federalismo e a Educação*

A literatura sobre a descentralização no Brasil, incluindo a educacional, é significativamente mais numerosa do que a que trata do federalismo (MORDUCHOWIEZ; ARANGO, 2010). Contudo, literatura relevante é encontrada sobre o assunto. Antes de tratar do federalismo propriamente dito, faz-se necessário entender o que é a federação.

Para Elazar (1994), o termo federal deriva do latim *foedus* e significa aliança, pacto, tratado e, em essência, um arranjo federativo é de parceria, estabelecida e regulada por um pacto, cujas relações internas refletem um tipo especial de partilha que deve prevalecer entre os parceiros. Nisso, ambos reconhecem a integridade de cada um e procuram estabelecer um tipo especial de unidade entre eles.

Princípios federais se preocupam com a combinação de autonomia e normas compartilhadas. Em sentido mais amplo, o federalismo envolve a articulação duradoura de indivíduos, grupos e organizações políticas com união limitada, de modo a proporcionar a busca enérgica de fins comuns, mantendo a integridade das partes. Como princípio político, o federalismo tem a ver com a difusão constitucional do poder, de modo que os elementos que constituem o arranjo federativo compartilhem o processo de formulação de políticas comuns, enquanto as atividades de cada governo são conduzidas de forma a manter as respectivas

integridades. Sistemas federais fazem isso constitucionalmente distribuindo poder entre as entidades gerais e os constituintes do governo, com vistas a proteger a existência e a autoridade de todos. Em sistemas federais, políticas básicas são concebidas e implementadas de forma negociada para que todos compartilhem o processo de decisão e de execução (ELAZAR, 1994).

Cury (2010, p. 152) define federação como a união de membros federados que “[...] formam uma só entidade soberana: o Estado Nacional. No regime federal, só há um Estado Soberano cujas unidades federadas subnacionais (estados) gozam de autonomia dentro dos limites jurisdicionais atribuídos e especificados”. Assim, essas subunidades não se resumem somente a unidades administrativas, nem tampouco se configuram como nações independentes. Trata-se, pois, de um regime em que os poderes de governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de competências legalmente definidas (CURY, 2010).

O regime federalista tem como pressuposto a diversidade, a qual pode ser entendida por sua própria definição:

Federalismo é o sistema político (e os princípios fundamentais desse sistema) que: a) defende ou estabelece um governo central para todo o país e determinados governos regionais autônomos (estados, províncias, länder, cantões) para as demais unidades territoriais; b) distribui os poderes e as funções de governo entre os governos central e regionais; c) atribui às unidades regionais um conjunto de direitos e deveres; d) autoriza os governos de ambos os níveis a legislar, tributar e agir diretamente sobre o povo, e e) fornece vários mecanismos e procedimentos para a resolução dos conflitos e disputas entre os governos central e regionais, bem como entre duas ou mais unidades regionais (FGV, 1987, p. 471).

Abrucio e Franzese (2007, p. 15) referem-se ao federalismo como um arranjo territorial de poder que envolve um “[...] acordo capaz de estabelecer um compartilhamento da soberania territorial, fazendo com que coexistam, dentro de uma mesma nação, diferentes entes autônomos e cujas relações são mais contratuais do que hierárquicas”. A autonomia e a interdependência entre as partes devem ser compatibilizadas, e as funções e os poderes são divididos entre os níveis de governo.

O federalismo, como técnica de organização constitucional, torna possível a coexistência de ações políticas compartilhadas ou autônomas entre os diferentes níveis de governo. Assim, é possível preservar a individualidade dos entes federados respeitando características da população e do território e, ao mesmo tempo, perseguir objetivos comuns (WATTS, 2002).

Cury (2010) distingue três tipos gerais de federalismo baseados na relação concentração – difusão do poder, a saber: o federalismo centrípeto com inclinação ao fortalecimento do poder da União, em que predominam relações de subordinação dentro do Estado federal; o federalismo centrífugo, que remete ao fortalecimento do poder do estado-membro sobre o da União e no qual prevalecem relações de larga autonomia dos Estados-membros; e o federalismo de cooperação, em que há a busca pelo equilíbrio de poderes entre a União e os estados-membros, estabelecendo laços de colaboração na distribuição das múltiplas competências por meio de atividades planejadas e articuladas entre si, para alcançar fins comuns.

No Brasil, o processo histórico que evolui para a adoção do sistema federal contou com influências externas e, principalmente, com a insatisfação com administração colonial portuguesa, sobretudo com o governo imperial altamente centralizado e com fortes características antidemocráticas e autoritárias. Portanto, o federalismo brasileiro está atrelado à própria história política de construção do Estado e à demanda, em diferentes momentos, por maior partilha de poder (PIRES, 2013).

Para Maluf (1998), devido às particularidades históricas deste país, o federalismo brasileiro é do tipo orgânico, e a construção do sistema federal deveu-se mais a forças centrífugas que se deram de cima para baixo e de dentro para fora, ao contrário do modelo norte-americano, que ocorreu de baixo para cima e de fora para dentro. Assim, consolida-se um modelo com baixo nível de cooperação, hegemônico de cima para baixo e com fraca autonomia estadual em relação à boa parte das questões financeiras, tributárias, sociais e políticas.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na reorganização do federalismo brasileiro, redefinindo um sistema mais claro de transferências constitucionais de recursos públicos entre as esferas governamentais. Desse modo, foi possível que estados e municípios executassem políticas públicas para a garantia do atendimento de necessidades básicas da população sob suas responsabilidades, além de reconhecer os municípios como entes federados dotados de autonomia político-administrativa (BRAIL, 1988).

Segundo Camargo (2001), ao atribuir *status* constitucional aos municípios e reconhecer sua existência como ente federativo em igualdade de condições com estados, rompeu-se a tradição constitucionalista do federalismo dual, inaugurando o federalismo tripartite.

Para Costa (2013), o Executivo federal tem forte presença nas matérias legislativas de interesse federativo no Congresso Nacional, além de influenciar nas decisões políticas

referentes às transferências legais para os governos subnacionais. As fortes desigualdades no federalismo brasileiro podem ser explicadas em parte pela debilidade institucional decorrente do incipiente regime de colaboração entre os entes federados.

Esse autor aponta também que a elevação da autonomia dos governos subnacionais, inclusive com o expressivo aumento numérico destes e uma participação maior da sociedade civil, instalou uma democracia com vários problemas, em meio a um federalismo marcado muito mais pela competição do que pela cooperação entre os entes federados.

Abrucio (1998, p. 226) trata essa questão como “ordem federativa estadualista”, e a manutenção de tal ordem teve como consequência o estabelecimento de padrões não cooperativos e predatórios de relacionamento dos estados com a União e dos estados entre si. Assim, a federação brasileira não conseguia estabelecer um verdadeiro contrato federativo, com base na interdependência responsável entre os níveis de governo, interdependência capaz de aumentar o controle sobre as perversidades no federalismo brasileiro, além de permitir o ataque às grandes desigualdades regionais.

Para Lima et al. (2012), problemas como as desigualdades territoriais, que são de ordem estrutural, dificilmente podem ser resolvidos apenas pela ação articulada dos estados e municípios, sem uma efetiva atuação do governo federal.

Convém salientar que o processo de formação do federalismo no Brasil estabeleceu um federalismo com características peculiares e, conforme Arretche (2010), sendo tratado como de “natureza particular”. Contudo, a autora afirma que a expressão “natureza particular do federalismo brasileiro”, empregada para designar uma das instituições que tendem a afetar negativamente a efetividade do Estado brasileiro na provisão de políticas públicas; a adoção do federalismo como uma espécie de artificialismo, dado que a sociedade brasileira não apresenta as clivagens étnicas ou religiosas que justificariam a adoção de arranjos consociativos; a fórmula descentralizada adotada, o que conferiria excessiva autonomia aos governos locais e, por consequência, incentivos limitados para a cooperação horizontal, além de relações intergovernamentais predatórias e ausência de coordenação, embora sejam características presentes no Estado e no sistema político brasileiro, ganham realce excessivo nas interpretações dos estudiosos do federalismo que analisam a autonomia dos governos subnacionais e as regras eleitorais.

O superdimensionamento na importância desses traços se deve ao fato de ignorarem o papel das desigualdades regionais na escolha da fórmula federativa adotada no Brasil, além da importância das relações entre a União e os governos subnacionais sobre seu funcionamento. Por isso, para uma interpretação mais precisa a respeito das motivações para a adoção da

fórmula federativa no Brasil e de seus resultados, é necessário incluir na análise as dimensões desigualdades territoriais e relações federativas centrais-loais (ARRETCHE, 2010).

Para essa autora, é possível compatibilizar a descentralização da execução de políticas com a centralização da autoridade em estados federativos, e a autoridade de definir políticas e programas pelo poder central o provê de instrumentos para coordenar as políticas públicas.

Assim, no regime federativo brasileiro, que tem uma arquitetura complexa, a União, os estados e os municípios têm diferentes papéis no provimento da educação. Na estruturação adquirida por esse regime no Brasil, observa-se uma diferenciação acentuada na distribuição das receitas fiscais, no padrão das políticas públicas e, no caso da educação, grande diversidade na forma e nos meios de provimento desse direito (OLIVEIRA; SANTANA, 2010).

Desse modo, conforme Oliveira e Santana (2010), apesar da diversidade pressuposta pelo federalismo, é questão federativa garantir o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros, pressupondo a igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso na escola, sobretudo a escolarização obrigatória.

Portanto, a desigualdade educacional e as diferentes condições de oferta entre regiões mais e menos desenvolvidas resultantes, dentre outros fatores, da assimetria entre as condições econômicas dos entes federados, dos moldes de atuação do poder público, da relação entre o governo federal e os demais entes federados (estados e municípios) e da distribuição de competências prevista constitucionalmente, e que constitui obstáculo ao desenvolvimento educacional do país, deveriam ser tratadas com o estabelecimento de um regime no qual a educação fosse uma política sistêmica e nacionalmente consistente (OLIVEIRA; SANTANA, 2010; OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

Oliveira e Sousa (2010) defendem que o direito à educação, que tem como bandeira a igualdade de condições, contrapõe-se à diferenciação típica do sistema federativo, e a observação dessa contraposição é particularmente importante no Brasil, dada a necessidade de se definir políticas públicas ao levar em consideração os preceitos democráticos e de igualdade. Esses autores afirmam ainda que “[...] mais do que afirmar a liberdade de ser diferente, inerente ao que se pode chamar de federação descentralizada, ao se discutir direito à educação, trata-se da igualdade remetendo-se ao conceito de federação centralizada” (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p. 13).

Alguns federalistas, dentre eles os americanos Madison, Hamilton e Jay (1993), enfatizavam a necessidade de um governo central forte. Entretanto, no Brasil, a federação surge, juntamente com a República, na perspectiva da descentralização, capaz de permitir aos

entes federados maior autonomia. Vale salientar que a descentralização pode acentuar a desigualdade, sobretudo se no centro não houver ações supletivas que promovam o equilíbrio. Assim, a tensão entre centralização e descentralização e a forma de colaboração ou relacionamento entre a União e os demais entes federados é fundamental para compreender a política educacional (OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

Sob uma perspectiva histórica, o atendimento educacional, no que diz respeito ao seu aspecto organizativo, teve início com a Lei Geral de 15 de outubro de 1827, que estabelecia responsabilidades para as províncias e localidades no que diz respeito à criação e extinção de escolas quando necessário, em função da densidade populacional. Posteriormente, em 12 de agosto de 1834, promulgou-se a Lei n. 16, conhecida como Ato Adicional, explicitando a transferência da responsabilidade pela educação elementar às províncias. A Constituição Republicana de 1891 manteve o anteriormente definido e explicitou a responsabilidade da União em relação à educação apenas no Distrito Federal, transferindo, por omissão, esse encargo aos estados, e induzindo, conseqüentemente, a um atendimento diferenciado em cada um deles; com isso, os estados mais ricos assumiram diretamente a responsabilidade pela oferta, e os mais pobres repassaram-na para seus municípios ainda mais pobres que os respectivos estados (OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

A Era Vargas impôs grandes mudanças ao federalismo, sobretudo com uma centralização maior do poder, fortalecendo o Executivo Federal e expandindo as ações e políticas nacionais em várias áreas (ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2009), o que fez ressurgir a ideia da centralização da educação na esfera federal. Diversas ações empreendidas pelo governo federal sinalizaram a concepção que predominaria daí em diante: o governo federal estabelece normas nacionais e os entes subnacionais são responsáveis pela implementação, com possível colaboração técnica da União e autonomia daqueles nas matérias de competência concorrente ou sobre as quais a União lhes delegava o poder de legislar (OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

A Constituição de 1988, em relação às políticas públicas que tratam da dinâmica federativa, ancorava-se na descentralização, preferencialmente em prol da municipalização das políticas, e na preocupação com a interdependência federativa, na forma de medidas de combate à desigualdade, da preocupação em torno da cooperação intergovernamental e da definição de um raio importante de ações federais como agente nacional (ABRUCIO, 2010).

Dado que a divisão dos recursos orçamentários não se alterou, a desigualdade na oferta da educação se manteve significativa e foi agravada a partir desta Constituição, quando o município foi incorporado como ente federativo. Isso evidenciou o descompasso entre os

recursos disponibilizados a cada um e suas responsabilidades na oferta educacional, apesar dos mecanismos de transferências intergovernamentais (OLIVEIRA; SOUSA, 2010). Outrossim, a conquista da posição de ente federativo foi pouco absorvida pela maioria das municipalidades, uma vez que elas tinham uma forte dependência em relação aos outros níveis de governo (ABRUCIO, 2010).

Nesse contexto iniciou-se a discussão sobre a criação de um Sistema Nacional de Educação, cujo conceito de sistema ganhou força, no caso brasileiro, por conta da experiência do Sistema Único de Saúde (ABRUCIO, 2010) como articulador, “[...] normatizador, coordenador e, sempre que necessário, financiador dos sistemas de ensino (federal, estadual/DF e municipal), garantindo finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns, mas mantendo as especificidades próprias de cada um” (BRASIL, 2010, p. 12). Contudo, essa proposta não vingou nem na CF de 1988, nem na LDB de 1996. A solução encontrada pelos constituintes foi prever um regime de colaboração pressupondo a criação de três sistemas, o que ampliou dos dois níveis existentes até então, o federal e o estadual para três, acompanhando a transformação do município em ente federativo (OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

Tal colaboração vem acontecendo por meio da implantação de mecanismos de financiamento que busquem alinhar a oferta de serviços com o recebimento de recursos (fundos) e pela utilização do poder normativo já estabelecido para a esfera federal, a fim de interferir na gestão dos sistemas por meio de diretrizes centralizadoras, como a definição dos parâmetros curriculares nacionais, a generalização dos sistemas de avaliação, entre outras medidas.

As políticas de fundos permitiram a ampliar o atendimento das redes municipais, inclusive no Nordeste; possibilitaram a redução da desigualdade de recursos disponíveis entre diferentes redes no interior de cada estado; permitiram ajustar salários que eram, em alguns casos, abaixo do mínimo; e possibilitaram impulsionar o processo de universalização do ensino fundamental. No entanto, a limitação dos montantes utilizados pela complementação da União, ou por não cumprimento da legislação (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef), ou por limitação do montante previsto na lei (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb), reduziu o impacto equalizador que as propostas poderiam ter (OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

Em relação aos processos de centralização, observaram-se a partir do ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, algumas medidas que reforçaram o papel centralizador da União. Entre essas medidas, cita-se a criação do CNE, subordinado ao MEC

e com o poder de indicar os membros do órgão normativo do sistema federal e intérprete da LDB (que já existia), subordinando as decisões do colegiado ao Executivo; e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais por meio da aprovação da LDB que, embora não obrigatórios, passaram a ser utilizados para a elaboração das provas de testagem em larga escala, adquirindo, em função disso, a característica de serem tendencialmente compulsórios, uma vez que a opção por não segui-los podia acarretar prejuízos ao sistema de ensino nos processos de avaliação (OLIVEIRA; SOUSA, 2010).

Tal processo de avaliação em larga escala parece ser o aspecto mais centralizador das iniciativas de política educacional nos últimos tempos. A centralização manifestou-se pelo estabelecimento de exames ou avaliações para todos os níveis do sistema, incluindo o SAEB, ampliado com a PB. Assim, o governo federal passa a exercer uma função estratégica na coordenação das políticas: ele induz e controla programas e ações, além de estabelecer uma nova centralização do sistema (OLIVEIRA; SOUSA, 2010),

Por fim, é importante frisar que, em anos recentes, sobretudo na última década, o governo federal tem agido no sentido de introduzir novos mecanismos de gestão, definir critérios técnicos na determinação alocativa dos recursos e induzir a descentralização institucional e financeira das ações. Ele tem avançado nos mecanismos de avaliação dos sistemas de ensino, buscando, com essa estratégia unificadora, fortalecer seu papel coordenador e articulador nas áreas da educação fundamental e básica (CASTRO, 2010).

3.2 Descentralização

Para Souza (2002), apesar de as políticas descentralizadas estarem em pauta na maioria dos países, o conceito de descentralização ainda era vago e ambíguo. Alguns autores enfatizam a desconcentração administrativa, e outros a veem como questão política que envolve uma efetiva transferência de autoridade para setores, parcelas da população ou espaços territoriais antes excluídos do processo decisório.

Gomes e Mac Dowell (2000) afirmam que, de forma ampla, a chamada descentralização política envolve a redistribuição de poder, ou seja, distribuição de prerrogativas, recursos e responsabilidades do governo para a sociedade civil, da união para os estados e municípios e do Executivo para o Legislativo e Judiciário.

Gremauld (2001) afirma que a descentralização implica em alguma autonomia dos governos regionais e locais quanto aos gastos e às arrecadações e, conseqüentemente, a algum nível de responsabilidade perante os cidadãos. A descentralização, no mínimo, incorpora aspectos administrativos, com a passagem da responsabilidade pela gestão da provisão de serviços públicos e políticas; fiscal, com a passagem de pelo menos parte da responsabilidade pela obtenção de recursos; e política, com autonomia decisória quanto à forma de promover a política, escolher entre diferentes serviços a serem ofertados e a sua estrutura de financiamento.

Esse autor destaca também a diferença entre descentralização e desconcentração, em que os corpos administrativos subnacionais ou níveis governamentais regionais apenas implementam políticas definidas e financiadas nacionalmente, sem qualquer autonomia decisória sobre as medidas a serem adotadas e, tampouco, responsabilidade por recursos para financiá-las.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), a centralização e a descentralização geral e administrativa são fórmulas contendo princípios, tendências e modos de ser de um aparelho político ou administrativo. Os dois extremos da centralização e descentralização representam ameaças ao poder do Estado e, independentemente da forma do Estado, são sempre parciais, centralizados ou descentralizados em certos níveis.

De acordo com esses autores, a descentralização política distingue-se da administrativa pelo tipo diferente de funções exercidas e pelo título que caracteriza o seu fundamento. Enquanto a descentralização política expressa a ideia de direito autônomo, na descentralização administrativa há derivação de poderes administrativos. Assim, um Estado federal certamente é descentralizado, mas o inverso pode não ocorrer –podem existir Estados descentralizados que não são federais. Somente quando a descentralização assume forma de descentralização política é possível começar a tratar como federalismo, com real autonomia política das entidades territoriais.

A organização política adotada pelas nações possui fundamentos históricos e culturais. Ao analisar países mais desenvolvidos, observa-se que a associação de diversas comunidades levou a um sistema mais descentralizado, como na Suíça e nos Estados Unidos, ao passo que, em outros países, a tendência foi a centralização embasada em lutas entre o Estado e as regiões, com destaque para a Itália e a França (SUCHAUT, 2007).

No entanto, de acordo com Dente (1997), em anos recentes observa-se um movimento de desconcentração e descentralização dos Estados nacionais, além de propostas e propagação

de entidades federalistas nos países do Ocidente. São apresentadas peculiaridades nas federações que variam de acordo com as características do país e do modelo federativo.

O Estado centralizado e unitário, progressivamente, está se desmantelando. O parlamento, o governo e a burocracia ministerial não são mais a base que sustenta o Estado, sem, contudo, significar o surgimento de um novo modelo de fácil reconhecimento para o qual convergem os diferentes sistemas político-institucionais.

Ainda segundo esse autor, a identificação das causas de tal fenômeno é complexa. Todavia, é possível agrupá-las, sob o ponto de vista de interpretação, em: perspectiva econômica, relacionada às transformações impostas pela reestruturação do modo de produção e do funcionamento da economia, em que a capacidade de captação de recursos e o endividamento público dos Estados nacionais sofreram profundas transformações, levando a uma alteração na equação descentralização/federalismo como solução para governar a redução da despesa pública; perspectiva política, com destaque para a transição do autoritarismo para a democracia em muitos países do mundo ocidental, a emergência de autoridades administrativas independentes, sem vínculos com o circuito tradicional parlamento/burocracia intermediado pelo governo, e permanentes desequilíbrios socioeconômicos entre regiões de um mesmo país; e perspectiva do Estado, com ênfase para a deterioração do *Welfare State*, dado que a busca pela eficiência e equilíbrio financeiro resultou em propostas de descentralização das atividades de regulação, provisão e financiamento de bens e serviços sociais (DENTE, 1997; OBINGER; LEIBFRIED; CASTLES, 2005; SHARPE, 1997).

A base formada por governo central, parlamento e burocracia ministerial foi substituída por novos elementos, com destaque para os governos subnacionais, as novas autoridades administrativas, o mercado e o setor terciário, o que caracteriza acentuadamente a transformação atual do Estado.

O desgaste do poder dos Estados nacionais lhes confere novas aparências, e o processo de erosão é observado a partir de três ângulos: para cima, a favor da dimensão internacional; para baixo, a partir da descentralização; e, por fim, lateralmente, a favor das autoridades administrativas independentes (DENTE, 1997).

Conforme Souza (2001), o processo de democratização vivenciado pela América Latina e pelo Leste Europeu iniciado nos anos 1980 tem seguido caminhos diferentes e produzido resultados também diferentes. Em alguns países, junto com a democratização, veio a descentralização política e financeira para os governos subnacionais; em outros, as constituições foram reelaboradas e mudaram o papel desempenhado pelos entes federativos,

além do processo de democratização e a descentralização. Junto com as mudanças, uma nova proposta econômica com ênfase no controle fiscal emergiu, criando contradições e tensões para o cumprimento dos compromissos relacionados ao processo de redemocratização.

No Brasil, segundo Souza (2001), todos esses fatores ocorreram simultaneamente, sendo que o federalismo passou por profundas transformações, e, ao final, se apresenta como uma instituição moderadora das profundas disparidades regionais. Suas características atuais conformam uma federação que constrange o centro e redireciona o papel dos governos subnacionais na provisão dos serviços sociais, mas com grande diversidade de respostas, em razão das profundas disparidades inter e intrarregionais.

D'Ávila, Lima e Oliveira (2002) argumentam que, no Brasil, as diversas análises realizadas sobre o tema das relações intergovernamentais – sejam as que priorizam a distribuição de recursos ou aquelas que relevam as relações político-administrativas – são convergentes, visto que identificam três grandes períodos marcados por uma dinâmica de tensão e distensão de controles políticos e fiscais, como apontado por Kugelmas e Sola (2000): um primeiro, de alto centralismo, característico da fase do regime autoritário; outro, orientado para a descentralização e formação de um novo modelo federalista (anos 1980); e um terceiro, indefinido quanto ao modelo de federação, mas com traços de recentralização e ausência marcante de mecanismos cooperativos, denominado federalismo predatório e vigente nos anos 1990.

A identificação desses três períodos distintos não descarta a existência de alguns aspectos de continuidade entre eles. No movimento de oscilação entre centralização e descentralização no federalismo brasileiro há, em certa medida, um continuum institucional, uma vez que aspectos da dinâmica institucional que antecedem às novas orientações não são de todo anulados quando esta entra em vigor. Esse princípio pode ser especialmente útil na observação do caso brasileiro, em que convergem “[...] aspectos recentralizadores e descentralizadores” (KUGELMAS; SOLA, 2000).

Conforme Abrucio (1998), o modelo “unionista-autoritário”, que funcionou como uma forma de relação intergovernamental no período do regime militar, apoiou-se em três pilares: o financeiro, o administrativo e o político. A centralização de receitas pelo Executivo Federal, a uniformidade administrativa em todas as três esferas de governo e o controle das eleições para governadores garantiram a predominância da União sobre as outras entidades federadas.

A transição para um novo modelo de relação intergovernamental começou na segunda metade da década de 1970, consolidando-se com as eleições diretas para os governos estaduais em 1982, o que contribuiu para a definição de um novo modelo, denominado pelo

autor como “federalismo estadualista”, em função do fortalecimento do poder dos governadores ao longo dos anos de 1980. Tal evento coincidiu temporalmente com o período entre as crises do Estado desenvolvimentista e a do regime militar; concomitante ao crescimento financeiro das unidades subnacionais, ao papel dos governadores na transição democrática, a importância das eleições estaduais para o sistema político e a crise do presidencialismo brasileiro durante a década de 1980 e começo dos anos 1990.

Como resultado dessa crise, o autor cita o enfraquecimento do executivo federal e da Presidência da República perante o Congresso Nacional, bem como da União perante os Estados: a crise financeira do governo federal no início da década de 1980, a conquista dos governos estaduais pela oposição, o papel dos governadores na transição e, por fim, as regras estabelecidas pela Constituição de 1988 que destruíram o antigo modelo de federalismo (ABRUCIO, 1998).

Conforme apontado por Abrucio (1998), a descentralização no Brasil ocorreu sob um padrão perverso de políticas públicas, pois nem a União conseguiu governar esse processo, nem os estados mudaram seu comportamento na elaboração da ação pública; foram mantidas a politização da administração pública estadual, a dependência do sistema eleitoral ao governo estadual, a ausência de contrapesos regionais, a baixa visibilidade política e a neutralização dos órgãos fiscalizadores estaduais.

Dessa forma, o poder dos governadores se sustenta numa relação de lealdade, vinculada à distribuição de cargos do executivo estadual e à montagem de uma estrutura clientelista junto aos prefeitos e líderes locais.

A Constituição de 1988, sob pressão de vários grupos, sobretudo os liderados por prefeitos e governadores demandando a descentralização financeira (ABRUCIO, 1998; SOUZA, 2001), obteve como resposta a diminuição da participação do governo federal na receita pública e um incremento nas receitas subnacionais materializado, por exemplo, pela transferência de vários impostos federais para os estados e pelo incremento do percentual de transferência dos impostos federais por meio dos fundos de participação. Além disso, houve a concessão de maior liberdade aos estados para determinar as bases de arrecadação e a liberdade no seu uso, desde que garantissem repasses aos municípios (SOUZA, 2001).

Assim, conforme Arretche (2004), estados e municípios desfrutam de recursos garantidos, independentemente tanto de lealdade política ou da adesão a políticas federais quanto de seu esforço tributário. Sistemas tributários e fiscais, caracterizados por elevado nível de dependência de transferências fiscais e ausência de vínculo entre quem implementa taxas e quem gasta, tendem a produzir baixo compromisso com o equilíbrio fiscal por parte

dos governos subnacionais (RODDEN, 2002), que, no caso brasileiro, houve a Lei de Responsabilidade Fiscal como limitador. Além disso, a autoridade do governo federal para induzir as decisões dos governos locais, no sentido de que elas coincidam com as suas próprias prioridades, permanece limitada, uma vez que estes detêm autonomia fiscal e política, tendo, portanto, condições institucionais para não aderir às políticas federais.

Adicionalmente, como as transferências fiscais têm limitado o efeito equalizador sobre as diferenças interestaduais e intermunicipais de capacidade de gasto, permanece necessária a ação do governo federal para viabilizar patamares básicos de produção de serviços sociais (ARRETCHE, 2004).

Ainda segundo Arretche (2004), a autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite a adoção da própria agenda em detrimento da agenda do Executivo federal. As relações entre os governos federal e estadual e destes com os municípios, na federação brasileira, são caracterizadas pela independência, pois estados e municípios são entes federativos autônomos. Em tese, as garantias constitucionais do Estado federativo permitem que os governos locais estabeleçam sua própria agenda na área social.

A autora cita como exemplo um objetivo nacional de política social, como elevar os padrões de qualidade do ensino fundamental, tendo em vista as novas demandas da sociedade do conhecimento e considerando os baixos índices de desempenho escolar dos estudantes brasileiros. Cumpre destacar que a realização desse objetivo suporia a mobilização dos governos estaduais e municipais, que são os gestores das redes de ensino. O reconhecimento generalizado de que esta deveria ser uma prioridade nacional não implicou que eles estabelecessem a elevação da qualidade do ensino como uma prioridade de política pública no plano local e nem que estejam de acordo com as estratégias mais adequadas para elevar a qualidade do ensino, mesmo que venham a fazê-lo.

Continuando com o exemplo da educação, a Constituição Federal de 1988 estabelece a vinculação de 25% das receitas municipais e estaduais em gastos com o ensino. Embora estados e municípios cumpram essa regra constitucional, cada um estabeleceu sua própria prioridade de gasto. Ainda que a autonomia de decisões de alocação de tais gastos tenha possivelmente produzido melhor adaptação às necessidades locais, seus efeitos foram a elevação generalizada do gasto, acompanhada de superposição e dispersão das ações (ARRETCHE, 2004).

A Constituição de 1988 aprovou também outras medidas para fortalecer os governos subnacionais, mas manteve grande parte do monopólio legislativo na esfera federal, incluindo a educação (SOUZA, 2001).

Por outro lado, Galiani, Gertler e Schargrodsky (2008) defendem que a descentralização, ao encorajar a participação local e por requerer uma prestação maior de contas por parte dos prestadores de serviços, pode melhorar a prestação desses serviços pela mitigação da assimetria da informação e pela maior possibilidade de atendimento das preferências heterogêneas. Contudo, a descentralização pode não melhorar e, eventualmente, até degradar a prestação dos serviços públicos, quando as comunidades locais não têm a capacidade de elevar suas vozes, quando os poderes locais podem captar recursos públicos e alocá-los conforme as suas preferências (BARDHAN; MOOKHERJEE, 2005) ou quando os governos locais são tecnicamente menos capazes do que o governo central para administrar os serviços públicos (SMITH, 1985).

A ambiguidade teórica sobre as vantagens da descentralização para a prestação de serviços públicos estende-se a seus efeitos distributivos. Dado que existe uma variação das características dos governos e das populações locais, seria de se esperar uma resposta heterogênea à descentralização. Uma conjectura é que a descentralização melhora a prestação de serviços nas áreas mais ricas, onde os cidadãos conseguem se expressar e defender suas preferências, mas os benefícios da descentralização podem não atingir os pobres. Como alternativa, a descentralização pode prover a prestação de serviços públicos mais sensíveis às necessidades locais, e isso pode ser mais importante para o grupo que tem menos recursos para atenuar inadequações da provisão pública (GALIANI; GERTLER; SCHARGRODSKY, 2008).

Nesse entremeio, o estado e os governos locais, estando mais perto do povo, descentralizados, são mais sensíveis às necessidades locais e são capazes de encontrar novas e melhores formas de fornecer serviços. Desse modo, é possível permitir um melhor ajuste às demandas localmente heterogêneas (OATES, 1979; OATES, 1999), além de possibilitar uma participação maior da sociedade civil na esfera pública sem a intenção de substituir o Estado, mas lutando para que este cumpra seu dever de propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade para todos (GOHN, 2004), elevando o nível de legitimidade desse Estado.

No caso do Brasil, conforme argumenta Arretche (1999), apesar das modificações e reformas sociais ocorridas, estas não são homogêneas para as diversas políticas sociais (incluindo educação) e as variadas regiões do território nacional. Há, porquanto, grandes variações no que diz respeito à extensão do processo de descentralização entre as diversas políticas sociais e entre os distintos estados brasileiros.

Essa autora ainda afirma que num Estado federativo com diferenças regionais marcantes e dotado da maioria de municípios com baixa capacidade econômica, expressiva dependência das transferências fiscais e fraca tradição administrativa, a capacidade fiscal e administrativa das administrações locais influi no processo de prestação de serviços sociais e, conseqüentemente, na absorção da descentralização. Para que a descentralização seja bem-sucedida, os níveis de governos interessados devem ter disposição, tomando medidas favoráveis a programas de descentralização e provendo meios, como recursos financeiros, políticos e administrativos, necessários à implementação das políticas institucionais.

A extensão da descentralização em cada Unidade da Federação depende de estratégias eficientes implementadas por parte do governo federal e da ação dos executivos estaduais. Nessas condições, programas de descentralização desenhados de forma a minimizar os custos financeiros e administrativos de gestão passam a ter um peso decisivo na decisão das administrações locais (ARRETCHE, 1999).

Arretche (2012) complementa dizendo que o sistema federativo brasileiro, apesar da acentuada centralização, permite que estados e municípios exerçam papéis importantes na execução de políticas públicas.

De acordo com essa autora, após a promulgação da CF em 1988, predominava entre os especialistas a interpretação de que a federação brasileira, em contraste com a centralização dos anos anteriores, fortaleceria a democracia com uma operação descentralizada das políticas públicas. Apesar das críticas iniciais ao arranjo descentralizado por conceder uma exagerada autonomia aos estados e municípios, o papel de coordenação e formulação das políticas fiscais pela União, assim como suas funções redistributivas que reduzem desigualdades entre estados e municípios, minimizou as críticas e não permitiu a dispersão da autoridade política, ainda que cada nível de governo seja dotado de autoridade política própria.

A União tem ampla autoridade legislativa, podendo iniciar legislação em qualquer área de política, ao passo que estados e municípios têm sua autoridade legislativa bastante limitada e o governo central, como apresenta recursos financeiros para incentivar o alinhamento dos governos locais à agenda política federal, exerce o papel de regulação das políticas executadas pelos governos municipais, contrapondo à interpretação tradicional, sobre o federalismo brasileiro, de um governo federal enfraquecido pela descentralização. Assim, o governo central não consegue ter um poder exacerbado, mas também não é paralisado, nem enfraquecido (ARRETCHE, 2012).

Por fim, a discussão entre descentralização e centralização é recorrente e, em vários momentos, conforme visto nesta seção, apesar de contrapontos, a descentralização ganha

força em várias frentes. Em contrapartida, nesse movimento pendular, a centralização e o federalismo são assuntos em pauta e, conforme destaca Almeida (2005, p. 30), “[...] a relação entre federalismo e descentralização, em termos conceituais e empíricos, está longe de ser simples e incontroversa”.

3.3 Descentralização da Educação

Na literatura sobre a economia da educação, vários estudos em diversos países evidenciam empiricamente a visão de que os sistemas de ensino descentralizados melhoram o desempenho dos alunos e das escolas, ou, no mínimo, mantêm o nível de desempenho anterior (BARANKAY; LOCKWOOD, 2007; CLARK, 2009; GALIANI; SCHARGRODSKY, 2002; HOXBY; MURARKA, 2009; MERROUCHE, 2007; NAPER, 2010; WOBMANN, 2003).

Por outro lado, analistas assinalam que, para alcançar melhores resultados, os sistemas educacionais não devem ser totalmente descentralizados, e o equilíbrio entre as competências sob responsabilidade de cada nível de governo, se possível, deveria ser buscado. Assim, tais analistas aconselham que os programas curriculares, o controle da qualidade e o reconhecimento dos certificados devem ser de responsabilidade do governo central, enquanto outras funções – como a administração dos recursos humanos – devem ser de competência local (MONS, 2004). Nesse sentido, Ornelas (2003) argumenta que aspectos críticos como certificações e exames semelhantes para permitir a mobilidade nacional, o reconhecimento recíproco de certificados, a transferência de pessoal e uma parcela do currículo mereceriam padronização como forma de conferir à educação um caráter nacional.

Nesse entremeio, os diversos trabalhos pesquisados acerca da descentralização da educação mostram que, além da grande variedade de definições, existem diversas maneiras, como a provisão dos serviços educacionais, que podem ser transferidas dos governos centrais para os subnacionais. De forma ampla, conforme Ceneviva (2011), a descentralização pode ser entendida e definida como o processo de transferência de gastos e de certos poderes de decisão no que concerne a aspectos financeiros, administrativos ou pedagógicos de um nível superior de governo para níveis inferiores.

Fiske (1996) aborda também os níveis da descentralização, distinguindo o tipo de poder que é descentralizado. O nível mais fraco da descentralização é a desconcentração,

transferência de responsabilidades de gestão para níveis mais baixos, de tal forma que o controle permanece na esfera central. A delegação é uma abordagem mais ampla para a descentralização em que as autoridades centrais emprestam autoridade para níveis mais baixos do governo ou até mesmo para organizações semiautônomas, tais como igrejas, com o entendimento de que a autoridade delegada pode ser retirada. Devolução é a forma mais abrangente de descentralização, em que a transferência de autoridade sobre questões financeiras, administrativas, ou pedagógicas é permanente e não pode ser revogada ao capricho de autoridades centrais.

Conforme Fiske (1996), a descentralização da educação é um processo complexo que pode resultar em grandes mudanças na forma como os sistemas escolares vão afetar a política, a geração e o uso de receitas, a formação de professores, a concepção de currículos e o gerenciamento de escolas locais. Inerentes a tais mudanças estão aquelas fundamentadas nos valores que estabeleçam a educação pública, os quais dizem respeito às relações de pais e alunos com as escolas, as relações das comunidades com os governos e, de fato, o significado e propósito da educação pública.

Ainda, segundo esse autor, a descentralização da educação também é um processo altamente político. Por definição, envolve mudanças substanciais – ou pelo menos a percepção de mudanças – no poder, o que afeta a influência e a subsistência de grupos importantes, como os professores e os seus sindicatos. De fato, a Educação é fundamental para o desenvolvimento econômico nacional, e os sistemas escolares são veículos para aumentar a influência política e para a realização dos programas e objetivos de quem está no poder. Esquemas de descentralização do ensino muitas vezes têm sucesso ou falham por razões que se relacionam mais com política do que com o projeto técnico.

Souza (2001) afirma que a descentralização da educação no Brasil foi adotada sem uma compreensão mais profunda dessas questões envolvidas, como a avaliação da capacidade administrativa e financeira dos municípios que varia enormemente. A descentralização requer uma complexa engenharia político-institucional, mas, em muitos municípios, essas políticas apresentam resultados poucos satisfatórios.

A mensuração da descentralização é complexa, algo que tem sido abordado, sobretudo, por trabalhos que tratam da descentralização fiscal e, em menor escala, nos trabalhos que abordam a descentralização dos serviços da educação (BIRD, 2000; CENEVIVA, 2011; MARTINEZ-VAZQUEZ; GUESS; LOEHR, 1997; MARTINEZ-VAZQUEZ; MCNAB, 2003). Diante dessa complexidade, o indicador de descentralização comumente utilizado é a parcela de gastos dos governos subnacionais em relação aos gastos

governamentais totais em educação, sem, contudo, considerar a decisão sobre a alocação dos gastos com a educação – a execução é a única variável disponível para mensurar a descentralização e permitir a comparação entre diferentes municípios, estados e até países (FAGUET; SANCHEZ, 2008).

Em alguns países-membros da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE), a sistematização e a coleta de dados já estão mais consolidadas, e a mensuração da descentralização tem ido além do aspecto fiscal, levando em consideração determinados poderes de decisão no que diz respeito à gestão do ensino, a saber: quais decisões acerca da gestão do ensino são tomadas automaticamente pelos órgãos governamentais, quais as competências dos órgãos regionais, locais e das unidades escolares, quais as esferas de governo responsáveis pelas funções dos sistemas de educação, entre outros fatores (CENEVIVA, 2011).

A descentralização do ensino, segundo a OCDE (1998), pode ser mensurada com base na identificação da instância ou do órgão governamental que, de fato, detém o poder de decisão sobre a organização da instrução que envolve currículo, adoção de livros-textos, modelos de ensino e período letivo; a gestão de pessoal, que envolve contratação e demissão de professores e funcionários, organização de carreiras e salários, treinamento e atribuições de responsabilidades; e o planejamento, a estrutura e a gestão de recursos.

Mesmo para os países-membros da OCDE, a formalização, a coleta e a disponibilização de informações específicas para cada uma dessas funções e atribuições assumem características diferentes e se encontram em estágios diferentes de institucionalização. Para os estados e municípios brasileiros, esse tipo de informação ainda não está disponível e ainda não foi formalizado pelas secretarias de educação (CENEVIVA, 2011).

Conforme Gomes (2008), no Brasil, a descentralização e a provisão dos serviços em educação têm significativa variação entre os diferentes estados e até mesmo entre os municípios de um mesmo estado. Vale ressaltar que o processo de descentralização da educação está associado à transferência de controle das escolas da esfera estadual para a municipal.

Ceneviva (2011) argumenta que existem diversas definições de descentralização da educação e várias formas de mensurá-la, sendo que ela se manifesta empiricamente de maneiras bem distintas. No caso brasileiro, a mensuração é desafiadora em função, principalmente, da pouca disponibilidade de dados dos estados e dos municípios para a construção de uma medida abrangente e do alcance limitado do uso de medidas de execução

de gastos dissociadas da análise da autoridade decisória para as diferentes funções dos sistemas de ensino.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 definiu as responsabilidades dos municípios em relação ao atendimento da educação pré-escolar e fundamental que mais tarde, foram reiteradas na LDB (Lei n. 9.394/1996) que, por sua vez, definiu também as responsabilidades da União e dos estados em seus artigos 9º, 10º e 11º:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

- I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
- III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
- V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

Art. 10º. Os Estados incumbir-se-ão de:

- I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;
- II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;
- III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;
- V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11º. Os Municípios incumbir-se-ão de:

- I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim, para Faria (2009), ao mesmo tempo em que houve uma ampliação da importância dos municípios dentro do contexto político como ente politicamente autônomo, há municípios que apresentam desigualdades financeiras para a oferta de serviços públicos, em especial a educação, com condições diferenciadas de atendimento das demandas de uma população que precisa, ao final de um processo, atingir um bom desempenho educacional.

Sendo a oferta do Ensino Fundamental de responsabilidade dos estados e municípios, essas duas redes deveriam operar de modo interdependente. Devido à forma como historicamente evoluiu a expansão das matrículas, é muito variável a participação das duas redes na oferta de matrículas em cada Estado (ARRETCHE, 2004). Essa autora afirma também que as desigualdades horizontal e vertical de capacidade de gastos da federação brasileira implicam diferenças na carreira e nos salários dos professores, na natureza e qualidade dos serviços educacionais, bem como no nível de gasto/aluno.

A CF de 1988 definiu como concorrentes as competências na educação fundamental, estabelecendo apenas que esta deveria ser oferecida preferencialmente pelos governos municipais. Além disso, ela obriga governos estaduais e municipais a gastarem 25% de sua receita disponível em ensino. Nesse caso, o governo federal não é o principal financiador, desempenhando uma função apenas supletiva: financiar programas de alimentação dos estudantes das escolas públicas e de construção e capacitação das unidades escolares, contando com recursos institucionais bem mais limitados para coordenar a adoção de objetivos nacionais de política.

Porém, a implementação do modelo educacional previsto nesta Constituição não seguiu todos os passos previstos. A municipalização do ensino não se deu na velocidade esperada, além de se concentrar principalmente nos municípios com características rurais e/ou pequenos, gerando um problema na distribuição das matrículas do Ensino Fundamental. “É interessante observar que entre 1980 e 1994 – portanto, já com os efeitos da Constituição – os estados expandiram sua participação nas matrículas, enquanto as estruturas municipais reduziram seu espaço” (ABRUCIO; COSTA, 1999, p. 150).

A ausência de um modelo intergovernamental organizador do processo de descentralização na educação contribuiu para a precariedade do resultado. Com isso, a municipalização ficou vinculada às negociações políticas entre os estados e municípios, sem que houvesse uma arena institucional para isso e/ou critérios claros de repasse de funções (ABRUCIO, 2010).

É por essa razão que, para alcançar um objetivo nacional – por exemplo, reduzir as assimetrias intraestaduais de gastos no ensino fundamental e promover a valorização salarial dos professores – foi criado o Fundef.

Na prática, a implementação dessa Emenda Constitucional implicou uma minirreforma tributária de âmbito estadual, na medida em que, a cada ano, 15% das receitas de estados e municípios são automaticamente retidas e contabilizadas no Fundef. Suas receitas são redistribuídas, no interior de cada estado, entre governos estaduais e municipais de acordo com o número de matrículas oferecidas anualmente. O Fundef estabeleceu assim um vínculo entre encargos e receitas fiscais, além de garantir a efetiva transferência dos recursos (OLIVEIRA, 2001), cujo efeito foi eliminar as desigualdades intraestaduais de gastos no Ensino Fundamental (VAZQUEZ, 2003)².

Nesse caso, para alcançar seus objetivos, o governo federal adotou a estratégia de constitucionalizar as transferências intraestaduais, eliminando a incerteza quanto ao recebimento dos recursos vinculados à oferta de matrículas. Para obter o comportamento desejado por parte dos governos locais, criou uma obrigação constitucional, dada sua limitada capacidade institucional de afetar as escolhas dos governos locais.

Assim, pode-se perceber, se num primeiro momento a descentralização fortaleceu estados e municípios, há, entretanto, uma tendência no século XXI de o governo federal implementar políticas públicas que centralizem novamente a questão da educação pública, na tentativa de minimizar as externalidades negativas criadas com o impasse da descentralização da CF de 1988.

Nesse contexto, os processos de avaliação da educação, como a PB utilizada neste estudo, reforçam a retomada da “centralidade” do governo federal na educação brasileira.

---

² Diversos autores analisam a efetividade do Fundef e do Fundeb, algo que não é o objetivo deste trabalho. Para mais detalhes, ver Oliveira e Adrião (2007), Castro (2010).

4 Metodologia

Este capítulo está dividido em metodologia da pesquisa e os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Na primeira seção o trabalho foi contextualizado como método e, em seguida, todos os procedimentos utilizados bem como as técnicas estatísticas foram descritos.

4.1 *Metodologia da Pesquisa*

As ciências humanas, sociais e sociais aplicadas em que se enquadram a Administração e a Administração Pública formam um objeto rico de informação, diversidade e sobreposição de áreas do conhecimento. Como consequência, sob o ponto de vista metodológico, desenvolveu-se forte preocupação e vasta literatura, sendo que a mais acessível e amplamente utilizada por pesquisadores para determinação da metodologia de pesquisa nessa área se apresenta, normalmente, sob a forma de manuais com itens de preparação, execução, avaliação de pesquisa e normas de confecção de trabalhos monográficos (AZEVEDO, 2012; BARROS; LEHEFELD, 2007; CHIZZIOTTI, 2005; DEMO, 1985, 1995; ECO, 2010; GIL, 2010; HAGUETTE, 2010; LAKATOS; MARCONI, 2011; LIMA, 1981; MANN, 1983; MARINHO, 1980; MARTINS, 2002; RUIZ, 2006; SEVERINO, 2007; VERGARA, 2013; VIEIRA, 2008).

Embora apresentem diferenças nas ênfases, a apresentação e o detalhamento das etapas de pesquisa e, em especial, as técnicas de coleta sistemática de dados são coincidentes, caracterizando grande preocupação de controle sobre o objeto e os procedimentos da pesquisa.

Conforme já apontado por Passador (2011), esse aparato metodológico é utilizado de forma ampla na produção de pesquisas em administração pública e ditam o perfil geral das pesquisas nessa área em que há expressiva “matematização” dos resultados e rigor de procedimentos empíricos, de tipo laboratorial, chegando até a subestimar a interpretação pelo sujeito. Ainda segundo a autora, não se pode esquecer que as ciências humanas se distinguem das ciências abstratas e naturais pelo seu caráter interpretativo, por excelência.

Seguir as normas é necessário, mas é preciso também perceber o quanto a investigação científica se encontra a serviço de critérios subjetivos de natureza econômica, social, política, cultural, psicológica ou estética (BAUER, 1999).

Dessa forma, os procedimentos aqui utilizados e a construção do conhecimento sobre o objeto seguiram como base instrumentos consagrados da pesquisa científica, mas sob uma ótica mais ampla na realização do saber científico, além de ter em mente que “[...] é o método que faz da ciência esta forma particular de construção do conhecimento” (ALVEZ, 1994, p. 49). Assim, buscou-se valorizar a relação entre fenômenos objetivos e a subjetividade dos indivíduos, combinando métodos que pudessem oferecer melhores soluções sem perder a compreensão clara dos limites que estes impõem.

A coleta de dados e a sistematização das informações se deram no sentido de, além de valorizar as análises quantitativas, buscar dados e informações que enriquecessem análises institucionais, aspectos de ordem social e política.

Com tal olhar, este estudo teve como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertaram a Educação Fundamental (5º e 9º anos) em zonas rurais no ano de 2011, comparando-as com instituições de ensino localizadas em zonas urbanas, considerando as Unidades da Federação (UFs), a dependência administrativa (estadual e municipal), o local de moradia dos alunos e o perfil socioeconômico destes como fatores de análise.

Nesse sentido, a abordagem empírica adotada consistiu em examinar a diferença de desempenho entre as redes públicas de ensino, ou, mais especificamente, buscou examinar:

1. O desempenho das escolas considerando as Unidades da Federação;
2. O desempenho das escolas rurais e urbanas;
3. O desempenho das escolas das redes públicas estaduais e municipais;
4. O desempenho das escolas considerando o perfil socioeconômico destas;
5. O desempenho das escolas urbanas, conforme a intensidade da presença de alunos residentes em zonas rurais;
6. A relação (correlação) entre as diversas variáveis presentes no estudo.

Assim, com o intuito de atingir os objetivos propostos nesta tese, a abordagem metodológica proposta é descrita a seguir.

4.1.1 Abordagem

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, ou seja, definir qual método será utilizado na investigação (GIL, 1999).

Há vários métodos disponíveis às ciências sociais para se fazer ciências. Daí a necessidade de classificá-los o que, de acordo com Andrade (2004), pode ser feito de várias formas, segundo critérios diversos, sob diferentes pontos de vista.

Gil (1999) classifica os métodos em dois grandes grupos: os que proporcionam as bases lógicas da investigação, classificados em dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico; e os que indicam os meios técnicos da investigação, classificados em experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico.

Essa classificação apresenta semelhanças com a de Lakatos e Marconi (2006) e Andrade (2004), que os classificam em métodos de abordagem e de procedimento.

Ao levar em conta os métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação, este trabalho se orientou pelo método indutivo. Nele, conforme Gil (1999), a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir de observações de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade. Parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer e, posteriormente, os compara com o propósito de descobrir a relação existente entre eles.

Quanto ao método que indica os meios técnicos de investigação, o que orientou este trabalho é o estatístico. Ele se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade, por meio do qual se torna possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido, com considerável reforço às conclusões obtidas, sobretudo mediante a experimentação e a observação (GIL, 1999).

No que tange aos objetivos da pesquisa, Gil (1999), Lakatos e Marconi (2006), Andrade (2004) e Triviños (1997), classificam as pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas ou causais.

Como esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertaram a educação fundamental (5º e 9º anos), considerando as Unidades da Federação, a dependência administrativa (estadual e municipal), a localização (rural e urbana) das escolas e o local de moradia dos alunos como

grupos de comparação, ela pode ser caracterizada como um estudo descritivo, ou seja, objetivou primordialmente descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer as relações entre variáveis (GIL, 1999). Em algum momento deste estudo buscou-se também, ainda que de forma incipiente, explicações para os diferentes níveis de desempenho escolar considerando todos os fatores de análises. Assim, esta pesquisa pode ser classificada também como explicativa, cuja preocupação central foi identificar os fatores que determinaram ou que contribuíram para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 1999).

4.1.2 Delineamento

O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados (GIL, 1999).

Segundo Gil (1999), o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento para a coleta de dados. Portanto, este trabalho utilizou o delineamento *ex-post-facto* (GIL, 1999; KOCHÉ, 1997), uma vez que se estudou a relação entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las. Na pesquisa descritiva, constatarem-se e avaliaram-se as relações entre as variáveis, à medida que estas se manifestaram espontaneamente em fatos, situações e nas condições já existentes. Não houve manipulação *a priori* das variáveis, e a constatação de sua manifestação foi feita *a posteriori*.

4.1.3 Tipo de Dados

As pesquisas também podem ser classificadas em quantitativas ou qualitativas, em função dos dados utilizados nas análises. Os dados quantitativos são mensurações em que números são usados diretamente para representar as propriedades de algo. Como são registrados diretamente com números, os dados estão numa forma que se presta para a análise estatística. Cumpre ressaltar que os dados qualitativos representam descrições de coisas sem a atribuição direta de números (HAIR Jr. et al., 2005).

O método qualitativo tem como objetivo tratar situações complexas, sendo possível compreender e classificar processos de determinados grupos e proporcionar o entendimento de alguns fatores do comportamento dos indivíduos. Já o método quantitativo é caracterizado pela utilização de métodos de mensuração e quantificação para a coleta e o tratamento de dados, empregando técnicas estatísticas com o intuito de garantir precisão nas análises e permitir a realização de inferências (RICHARDSON, 1999).

Os dados podem ainda ser classificados em primários e secundários, com base na sua fonte. Nesse sentido, os dados primários são coletados com o propósito de completar o projeto de pesquisa, e o pesquisador está envolvido em todos os aspectos da transformação desses dados em conhecimento, ao passo que os dados secundários já foram coletados para algum outro propósito de pesquisa (HAIR Jr. et al., 2005). Dessa forma, este estudo se caracterizou como quantitativo. A partir dos dados secundários disponibilizados pelo INEP/MEC, estes foram quantificados e analisados por meio de estatística descritiva, análise de correlação e análise de agrupamento, permitindo proceder às interpretações dos resultados encontrados.

4.2 Procedimentos

Nesta seção, estão detalhados os procedimentos utilizados na condução da pesquisa, desde o processo de coleta de dados até os métodos estatísticos empregados na interpretação dos dados.

4.2.1 Coleta dos Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos do SAEB, mais especificamente da ANRESC, do CE da Educação Básica e do Censo Populacional.

Desde a sua concepção, o SAEB está fundamentado na ideia de sistema, com o objetivo de desencadear um processo de avaliação por meio de levantamento de informações a cada dois anos que permita monitorar a evolução do quadro educacional brasileiro. Como pressupostos, destaca-se que a qualidade do ensino é espelhada no rendimento dos alunos e tem vários fatores determinantes (BRASIL, 2013a).

Atualmente, o SAEB é composto por duas avaliações complementares: a primeira, denominada ANEB, abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e particulares do país localizados na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental (EF) e no 3º ano do Ensino Médio (EM); e a segunda, ANRESC, é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de PB e oferece resultados por escola, município, UF, região e país (BRASIL, 2013a).

As características da PB e do SAEB são apresentadas no Quadro 3:

Prova Brasil	SAEB
A prova foi criada em 2005.	A primeira aplicação ocorreu em 1990.
Sua primeira edição foi em 2005 e, em 2007, houve nova aplicação. A última foi a de 2011 sendo que a divulgação dos resultados ocorreu apenas em 2012.	É aplicado de dois em dois anos.
A PB avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas).	Alunos fazem as provas de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas).
Avalia apenas estudantes de Ensino Fundamental, do 5º e do 9º anos.	Avalia estudantes do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental e alunos do 3º ano do Ensino Médio.
A PB avalia as escolas públicas localizadas em área urbana e, a partir de 2009, passou avaliar também a área rural.	Avalia alunos da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural.
A avaliação é censitária: todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas e rurais do Brasil com mais de 20 alunos na série, devem fazer a prova.	A avaliação é amostral, ou seja, apenas parte dos estudantes brasileiros das séries avaliadas participa da prova.
Por ser censitária, expande o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB. Com isso, fornece as médias de desempenho para o Brasil, as regiões e as Unidades da Federação, para cada um dos municípios e cada uma das escolas participantes.	Por ser amostral, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, as regiões e as Unidades da Federação.

Quadro 3 - Características da PB e do SAEB

Fonte: Brasil (2012c; 2013a; 2013b)

Como a unidade de análise nesta pesquisa é a escola, os dados utilizados são provenientes da ANRESC (PB), já que eles são censitários e permitem fazer afirmações em nível de escolas.

Além dos instrumentos de medida de rendimento, são aplicados quatro tipos de questionários: de alunos, de professores, de diretores e de escolas. Os estudantes respondem a perguntas sobre o ambiente familiar, os hábitos de estudo e de leitura, a motivação e a trajetória escolar. O diretor e os docentes de cada uma das disciplinas avaliadas são convidados a fornecer informações sobre a formação profissional, o nível socioeconômico e

cultural, o estilo de liderança, as formas de gestão, as práticas pedagógicas, o clima acadêmico, o clima disciplinar, os recursos humanos e pedagógicos. O aplicador preenche, ainda, questionários com informações sobre a escola. Os construtos do nível de alunos têm duas funções centrais: fornecer dados para o filtro de características individuais e a identificação de fatores escolares que promovem a eficácia; e colher informações sobre as características econômicas, demográficas e sociais dos discentes, para estudar a equidade do sistema de ensino (BRASIL, 2013a).

Nesta pesquisa, interessa especialmente o questionário aplicado aos alunos. Os dados coletados a partir desse questionário serviram de base para a construção do perfil socioeconômico das escolas a partir do perfil socioeconômico dos alunos e de suas famílias. Esse perfil foi descrito por meio de indicadores desenvolvidos especialmente para esta pesquisa e que estão especificados mais adiante.

O CE coleta todos os anos dados referentes à educação básica brasileira nas diferentes etapas e modalidades, como o ensino regular, a educação especial e a educação de jovens e adultos nos níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nesse levantamento, são coletados dados a respeito de escolas, matrículas, funções dos docentes e rendimento escolar (BRASIL, 2013a).

Por meio dessas informações, foi possível obter um amplo panorama da educação brasileira que, no ano de 2011, incluiu cerca de 350 variáveis para quase 51 milhões de matrículas, mais de dois milhões de docentes e aproximadamente 193 mil estabelecimentos de ensino.

A utilização conjunta dos dados obtidos sobre o rendimento dos alunos, mais especificamente a aprovação e as notas obtidas na PB, resultam no IDEB, indicador referencial para as políticas do Ministério da Educação. A fórmula geral para cálculo do IDEB é dada por:

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji} \quad 0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1; 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

em que:

i : ano do exame (SAEB e PB) e do CE;

N_{ji} : média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre zero e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino i ;

P_{ji} : indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j na etapa i .

O IDEB foi criado pelo INEP em 2007 e tem a pretensão de reunir, num só indicador, os conceitos de fluxo escolar (aprovação) e desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no CE, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as Unidades da Federação e para o país –, e a PB para os municípios. Assim, para que escolas, redes, municípios, estados e a federação alcancem maiores níveis nesse indicador, é necessário um bom desempenho dos alunos nas provas avaliativas e que não sejam reprovados.

Com o IDEB, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa, em valores, resultados importantes da educação: aprendizagem e fluxo. Os pais e responsáveis pelos alunos, por exemplo, podem acompanhar o desempenho da escola de seus filhos verificando o IDEB da instituição, que é apresentado numa escala de zero a 10. O IDEB também é importante por ser condutor de políticas públicas em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para que gestores acompanhem o trabalho das secretarias municipais e estaduais, além das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica. O PDE estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável à dos países desenvolvidos (BRASIL, 2013b).

4.2.2 *Preparação dos Dados*

Após a obtenção das bases de dados, o próximo passo foi realizar o tratamento, a transformação, a higienização e a integração dessas informações, de modo a construir uma única base que contemplasse todas as informações necessárias ao desenvolvimento das análises. As seções a seguir descrevem os procedimentos adotados para conseguir os dados finais a partir de cada uma das fontes de dados obtidas.

4.2.3 Censo Escolar

O ponto de partida para a construção da base de dados foi o CE do ano de 2011. Essa base foi considerada como a “população primária” do estudo, composta por 189.076 escolas divididas entre escolas particulares e públicas federais, estaduais e municipais, conforme se observa na Tabela 2. Do CE, foram selecionadas todas as escolas em funcionamento, de todas as dependências administrativas (federal, estadual, municipal e particular) que ofereceram turmas regulares do 5º e do 9º ano.

Uma vez selecionadas as escolas, procedeu-se à seleção e transformação das variáveis da base do censo. Dessa base obteve-se a quantidade de turmas, de alunos residentes em zonas rurais, de alunos residentes em zonas urbanas e idade média dos alunos. Para fins de cálculo da idade, utilizou-se como referência o dia 31 de dezembro de 2011; portanto, foi calculada a idade dos alunos ao final do 5º e do 9º ano. Tais variáveis estão separadas em blocos e contemplam a escola como um todo, além de variáveis específicas relativas ao 5º e ao 9º ano.

4.2.4 Prova Brasil

A partir da “população primária”, nesta etapa, o enfoque foi dado às escolas públicas que ofertaram o 5º e/ou o 9º ano, por nível de responsabilidade e localização das escolas, e as respectivas participações na PB em 2011, conforme se observa na Tabela 4. As variáveis número de escolas, escolas que ofertaram o 5º ano e escolas que ofertaram o 9º ano são provenientes do CE. Essas escolas foram cruzadas com o arquivo da PB e, a partir deste ponto, foi possível distinguir entre as escolas que participaram da referida prova naquele ano e as que não participaram. Do arquivo da PB, foram geradas as informações de percentual de participação das turmas e escolas na prova e as notas médias das escolas em Matemática e Língua Portuguesa para o 5º e o 9º ano. Assim, esta passa ser a verdadeira população para análise do desempenho da educação básica no Brasil.

Conforme já mencionado anteriormente, além dos instrumentos de medida de rendimento (prova), são aplicados questionários e, em nível de alunos, coletadas informações sobre as características econômicas, demográficas e sociais deles. A partir da coleta das informações, foram construídos quatro indicadores específicos para este trabalho, a saber: ISE

– Indicador Socioeconômico, ISF – Indicador de Suporte Familiar, ILC – Indicador de Leitura e Cultura e IDC – Indicador de Disponibilidade e Comprometimento. Cumpre salientar que os indicadores foram calculados para os alunos dos 5º e 9º anos e, posteriormente, agregados para representarem os perfis médios destes mesmos períodos.

A composição e a atribuição da pontuação aos indicadores não seguiram critérios técnicos ou conceituais específicos, mas tão somente a sensibilidade do pesquisador e a relação dos itens com tais indicadores. Portanto, esses indicadores serão utilizados apenas no contexto desta pesquisa e de forma relativa, permitindo a comparação entre as escolas; assim, o perfil socioeconômico das instituições de ensino será descrito por meio desses indicadores.

A seguir, é descrito o procedimento de formação de cada um desses indicadores.

4.2.4.1 Composição do ISE³

Este indicador sinaliza a condição socioeconômica das famílias dos alunos e, quando agregado, representa, na média, a condição socioeconômica das escolas. Para a composição do indicador, utiliza-se um sistema de pontuação conforme a posse de bens da família. A pontuação atribuída a cada item está detalhada no Quadro 4 e no Quadro 5.

Além da pontuação pela posse de itens e pessoas que moram no domicílio, o indicador contempla o grau de instrução dos pais ou responsáveis pelos alunos, conforme se observa no Quadro 5.

---

³ O indicador ISE é uma adaptação do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), utilizado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Para mais detalhes, consultar <<http://www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx>>. Conforme Almeida (2009), esse critério também é utilizado pelo Laboratório de Estudos Descritivos da Universidade de Campinas (LOED/UNICAMP).

Posse de itens	Não tem	Tem		
		1	2	3 ou Mais
Na sua casa tem televisão em cores?	0	2	3	4
Na sua casa tem rádio?	0	1	2	3
Na sua casa tem videocassete ou DVD?	0	2	2	2
Na sua casa tem geladeira?	0	1	2	2
Na sua casa tem freezer junto à geladeira?	0	1	1	1
Na sua casa tem freezer separado da geladeira?	0	1	1	1
Na sua casa tem máquina de lavar roupa (não é tanquinho)?	0	1	1	1
Na sua casa tem carro?	0	2	4	5
Na sua casa tem computador?	0	2	2	2
Na sua casa tem acesso à Internet?	0	2	2	2
Dentro de sua casa tem banheiro?	0	2	3	4
Na sua casa trabalha alguma empregada doméstica?	0	2	4	4
Item	Quantidade		Pontos	
Na sua casa tem quartos para dormir?	0		0	
	1		1	
	2		2	
	3		3	
	4 ou +		4	
Quantas pessoas moram com você?	1		4	
	2		4	
	3		3	
	4		2	
	5		2	
	6		1	
	7 ou +		0	

Quadro 4 - Pontuação atribuída à posse de bens da família para composição do ISE

Fonte: Questionário PB

Grau de instrução	Pai	Mãe
Nunca estudou	0	0
Não completou a 4ª série	1	1
Completou a 4ª série, mas não completou a 8.ª série (antigo ginásio)	2	2
Completou a 8ª série, mas não completou o Ensino Médio (antigo 2º grau)	3	3
Completou o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade	4	4
Completou a Faculdade	5	5

Quadro 5 - Pontuação atribuída à escolaridade do pai e da mãe para composição do ISE

Fonte: Questionário PB

Considerando as situações extremas, este indicador pode variar entre zero, indicando uma baixa condição socioeconômica, e 49, quando há uma alta condição socioeconômica.

4.2.4.2 Composição do ISF

Ao construir o indicador ISF, busca-se sinalizar a intensidade do exemplo e hábito de leitura dos pais, transformando-se em estímulo ao desempenho escolar além da participação dos pais na vida escolar dos seus filhos. A pontuação atribuída a cada item está detalhada no Quadro 6:

Itens	Sim	Não	Às vezes
Sua mãe ou a mulher responsável por você sabe ler e escrever?	1	0	
Você vê sua mãe ou mulher responsável por você lendo?	1	0	
Seu pai ou homem responsável por você sabe ler e escrever?	1	0	
Você vê o seu pai ou homem responsável por você lendo?	1	0	
Com que frequência seus pais ou responsáveis vão à reunião de pais?	2*	0**	1
Seus pais ou responsáveis incentivam você a estudar?	1	0	
Seus pais ou responsáveis incentivam você a fazer o dever de casa e os trabalhos da escola?	1	0	
Seus pais ou responsáveis incentivam você a ler?	1	0	
Seus pais ou responsáveis incentivam você a ir à escola e não faltar às aulas?	1	0	
Seus pais ou responsáveis conversam com você sobre o que acontece na escola?	1	0	

* Sempre vai às reuniões ** Nunca vai às reuniões

Quadro 6 - Pontuação atribuída aos itens suporte familiar para composição do ISF

Fonte: Questionário PB

Em situações extremas, este indicador pode variar entre zero, indicando um baixo suporte da família ao aluno, e 11, quando se refere a um alto suporte e estímulo familiar à atividade escolar do aluno.

4.2.4.3 Composição do ILC

Pretendeu-se que o indicador ILC sinalizasse o hábito de leitura dos alunos e o acesso a fontes de informações culturais. A pontuação atribuída a cada item está detalhada no Quadro 7, sendo que os itens que compõem o indicador do 5º ano são diferentes daqueles do indicador do 9º ano.

Itens	Sempre ou quase sempre	De vez em quando	Nunca ou quase nunca
Você lê jornais (inclusive os de distribuição gratuita)?	2	1	0
Você lê livros em geral?	2	1	0
Você lê livros de literatura infanto-juvenil?	2	1	0
Você lê revistas em geral?	2	1	0
Você lê revistas em quadrinhos?	2	1	0
Você lê sites da internet?	2	1	0
Você costuma frequentar bibliotecas?	2	1	0
Você costuma ir ao cinema?	2	1	0
Você costuma ir ao museu*?	2	1	0
Você costuma ver apresentações teatrais?	2	1	0
Você costuma ver apresentações musicais ou de dança?	2	1	0
Você lê revistas sobre comportamento, celebridades, esporte e TV**?	2	1	0
Você costuma participar de festas abertas à comunidade**?	2	1	0

* Apenas para o 5º ano

** Apenas para o 9º ano

Quadro 7 - Pontuação atribuída aos itens leitura e cultura para composição do ILC

Fonte: Questionário PB

Este indicador pode variar entre zero, destacando o baixo acesso à leitura e cultura, e 22, para alunos do 5º ano, e 24, para estudantes do 9º ano, indicando níveis elevados de acesso à leitura e cultura.

4.2.4.4 Composição do IDC

O indicador IDC buscou sinalizar a disponibilidade de tempo dos alunos para se dedicarem aos estudos, além do comprometimento deles em relação aos estudos. A pontuação atribuída a cada item está detalhada no Quadro 8:

Itens	Medida	Pontos
Em dia de aula, quanto tempo você gasta assistindo à TV, navegando na internet ou jogando jogos eletrônicos?	1 hora ou menos	3
	2 horas	2
	3 horas	1
	4 horas ou mais	0
Em dias de aula, quanto tempo você gasta fazendo trabalhos domésticos?	Não faço	4
	1 hora ou menos	3
	2 horas	2
	3 horas	1
Você trabalha fora de casa?	4 horas ou mais	0
	Sim	0
Você faz o dever de casa de Língua Portuguesa?	Não	3
	Sempre ou quase sempre	3
	De vez em quando	1
Você faz o dever de casa de Matemática?	Nunca ou quase nunca	0
	Sempre ou quase sempre	3
	De vez em quando	1
Você utiliza a biblioteca ou sala de leitura da sua escola?	Nunca ou quase nunca	0
	Sempre ou quase sempre	3
	De vez em quando	1
	Nunca ou quase nunca	0

Quadro 8 - Pontuação atribuída aos itens disponibilidade e comprometimento para composição do IDC

Fonte: Questionário PB

Este indicador pode variar entre zero, mostrando uma baixa disponibilidade e dedicação aos estudos, e 22, indicando níveis elevados de disponibilidade e dedicação aos estudos.

4.2.5 IDEB e Outros Indicadores Educacionais

A partir das bases de dados disponibilizadas no portal IDEB, obteve-se a nota padronizada média nas provas de Língua Portuguesa e Matemática e o IDEB que, conforme já mencionado anteriormente, é calculado a partir do indicador de rendimento e da nota padronizada média. Por meio dos indicadores educacionais disponíveis no portal IDEB, obteve-se o indicador de abandono (evasão) dos ciclos da educação básica.

4.2.6 Arquivo final

Após todo o tratamento dos dados, obteve-se o arquivo final com todas as variáveis disponíveis para efetuar as devidas análises. No Quadro 9 observa-se as principais variáveis

constantes neste arquivo. O arquivo final está estruturado de forma a permitir a realização de análises para o 5º e 9º anos. Em algumas situações, as variáveis descrevem características da escola como um todo e não somente dos períodos específicos.

Variável	Descrição	Abrangência			Fonte dos Dados
		Escola	5º Ano	9º ano	
SIGLA	Unidade da federação				Censo Escolar
ID_MUNICIPIO	Código do município				Censo Escolar
POPULACAO_ESTIMADA	População do município				IBGE
ID_ESCOLA	Código da escola				Censo Escolar
ID_DEPENDENCIA_ADM	Dependência administrativa da escola				Censo Escolar
ID_LOCALIZACAO	Localização da Escola				Censo Escolar
QTD_TURMAS	Quantidade de turmas	✓	✓	✓	Censo Escolar
NUM_MATRICULAS	Número de alunos matriculados	✓	✓	✓	Censo Escolar
QTD_ALUNOS_RURAL	Número de alunos residentes em áreas rurais	✓	✓	✓	Censo Escolar
QTD_ALUNOS_URBANO	Número de alunos residentes em áreas urbanas	✓	✓	✓	Censo Escolar
INDICE_RURALIDADE	Índice de ruralidade	✓	✓	✓	Censo Escolar - Calculado
IDADE_MEDIA	Idade média dos alunos	✓	✓	✓	Censo Escolar - Calculado
APROVACAO	Taxa de aprovação	✓	✓	✓	Indicadores Educacionais
REPROVACAO	Taxa de reprovação	✓	✓	✓	Indicadores Educacionais
ABANDONO	Taxa de abandono	✓	✓	✓	Indicadores Educacionais
ISE	Indicador socioeconômico	✓	✓	✓	Questionário Prova Brasil - Calculado
ISF	Indicador de suporte familiar	✓	✓	✓	Questionário Prova Brasil - Calculado
ILC	Indicador de leitura e cultura	✓	✓	✓	Questionário Prova Brasil - Calculado
IDC	Indicador de disponibilidade e comprometimento	✓	✓	✓	Questionário Prova Brasil - Calculado
NU_PRESENTES	Número de alunos presentes da prova Brasil		✓	✓	Prova Brasil
TAXA_PARTICIPACAO	Taxa de participação na prova Brasil		✓	✓	Prova Brasil
MEDIA_LP	Nota média na prova de língua Portuguesa		✓	✓	Proa Brasil
MEDIA_MT	Nota média na prova de matemática		✓	✓	Prova Brasil
NOTA_MED_PADR	Nota média (língua portuguesa e matemática) padronizada		✓	✓	IDEB
IDEB	IDEB no ano de 2011		✓	✓	IDEB

Quadro 9 - Estrutura final do arquivo – variáveis disponíveis para análise

Fonte⁴: CE 2011, PB 2011, IDEB 2011, questionário PB 2011, censo populacional 2010

Ao fim da etapa de preparação dos dados, entendeu-se que o objetivo específico número 1 – “Identificar as variáveis disponíveis que fossem importantes para a análise do perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertam o Ensino Fundamental a partir do perfil socioeconômico e do desempenho dos alunos” – tenha sido atingido.

4.2.7 Desempenho e Perfil Socioeconômico

Nesta etapa, procurou-se definir dois pontos importantes para o trabalho: a caracterização do rendimento escolar, conforme o objetivo específico número 2, e a caracterização do perfil socioeconômico das escolas, conforme o objetivo específico número 3.

⁴ Deste ponto em diante, sempre que se referir à origem dos dados (fonte das tabelas e gráficos), será utilizada a fonte “base de dados da pesquisa”, que diz respeito a essa base de dados.

Para a mensuração do desempenho, embora o MEC/INEP utilize o IDEB, preferiu-se considerar, além deste indicador e dos indicadores primários que o compõe (notas médias na PB e taxa de aprovação), a taxa de abandono e a idade média dos alunos no período em análise. A partir desta última variável, é possível avaliar a defasagem idade-série.

Para a mensuração do perfil socioeconômico das escolas, utilizou-se apenas o ISE, conforme metodologia de cálculo descrita anteriormente. Contudo, os outros indicadores (ISF, ILC, IDC) foram empregados na composição do perfil das escolas e turmas analisadas.

4.2.8 *Análise dos Dados*

Com a base de dados preparada, a próxima etapa compreendeu a análise estatística dos dados como forma de atender aos objetivos do trabalho.

Os dados foram analisados com o auxílio do pacote estatístico IBM SPSS Statistics 20 e do Microsoft Excel. Foram utilizados três grupos de técnicas estatísticas: (i) estatística descritiva; (ii) análise de correlação; e (iii) análise de agrupamento. Tais técnicas serão descritas a seguir.

4.2.8.1 *Estatística Descritiva*

A estatística descritiva permite ao pesquisador uma compreensão melhor dos dados por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos. As medidas mais utilizadas em estatística descritiva têm por objetivo principal o estudo aprofundado do comportamento de uma determinada variável de cada vez em relação aos valores centrais, à dispersão ou às formas de distribuição de seus valores em torno da média (FAVERO et al., 2009).

Nesses termos, a estatística descritiva foi utilizada em diversas seções do trabalho, desde o resumo dos dados, de forma a caracterizar as escolas que participaram da PB e aquelas que não atenderam ao critério mínimo para participar da referida prova, até a análise dos dados propriamente dita, conforme os objetivos desta pesquisa.

4.2.8.2 *Análise de Correlação*

Ao utilizar técnicas estatísticas multivariadas, torna-se necessário conhecer o padrão de relacionamento entre as variáveis presentes no estudo. Um ponto de partida, após verificar as medidas descritivas, é analisar a correlação entre as variáveis.

Coefficientes de correlação, a exemplo da correlação produto-momento de Pearson (Bravais-Pearson), fornecem um resumo numérico dos dados sobre a direção e a força do relacionamento linear entre duas variáveis. O coeficiente de correlação de Pearson (r) pode variar entre -1 e +1, em que o sinal indica se a correlação é positiva (o aumento ocorre nas duas variáveis simultaneamente) ou negativa (uma variável aumenta enquanto a outra diminui). O valor absoluto da correlação indica a força do relacionamento, em que uma correlação perfeita de 1 ou -1 indica que o valor de uma variável pode ser exatamente determinado conhecendo-se o valor de outra. Uma correlação com valor igual zero indica que não existe relacionamento linear entre as duas variáveis (TABACHNICK; FIDELL, 2013).

O relacionamento entre variáveis também pode ser inspecionado visualmente utilizando-se gráficos de dispersão. Esse tipo de gráfico provê informações sobre a direção (positiva ou negativa) e a força do relacionamento entre pares de variáveis.

4.2.8.3 *Análise de Agrupamentos*

Em muitas situações, a análise de dados pode ser mais bem resolvida quando, a partir de uma população, definem-se grupos de objetos homogêneos com base num perfil multivariado. A técnica que permite formar os grupos é denominada análise de agrupamento e, conforme Hair Jr. et al. (2009, p. 430), “[...] é um grupo de técnicas multivariadas cuja finalidade principal é agregar objetos com base nas características que eles possuem”.

A análise de agrupamentos (*clusters*) classifica objetos de modo que cada um deles é semelhante aos outros objetos dentro do grupo, com base num conjunto de características escolhidas. Os grupos resultantes devem exibir elevadas homogeneidades interna (dentro do grupo) e elevada heterogeneidade externa (entre os grupos) (HAIR Jr. et al., 2009).

Hair Jr. et al. (2009) propõe uma abordagem de construção da análise de agrupamentos em seis estágios, descrita a seguir e adotada neste estudo. O primeiro deles diz respeito à definição dos objetivos e à seleção das variáveis de agrupamento.

Quanto ao objetivo, a análise de agrupamento tem fins exploratórios e busca simplificar dados pela definição de estrutura entre as observações, agrupando-as para análise posterior. No que concerne à seleção das variáveis, os grupos obtidos refletem a estrutura inerente dos dados e são definidos apenas pelas variáveis selecionadas. Portanto, as variáveis utilizadas na segmentação devem estar consistentes com as considerações teóricas, conceituais e práticas.

Assim, neste estudo as variáveis selecionadas para a segmentação foram IDADE_MEDIA (defasagem idade x série), ABANDONO (taxa de abandono), APROVACAO (taxa de aprovação), MEDIA_MT (nota média em Matemática na PB – edição 2011) e MEDIA_LP (nota média em Língua Portuguesa na PB – edição 2011). A variável IDEB não foi utilizada, pois ela, conforme já mencionado anteriormente, é derivada das notas obtidas nas provas de Português e Matemática, além da taxa de aprovação, o que, consequentemente, apresentaria problema de multicolinearidade. Estas variáveis foram selecionadas por representarem o desempenho das escolas, alinhando-se aos objetivos do trabalho.

Vale ressaltar que foram feitos dois processos de agrupamento: um para as escolas que ofertaram o 5º ano e outro para as que ofertaram o 9º ano. Em ambos os casos, as variáveis utilizadas foram as mesmas, mas referentes aos respectivos períodos em análise.

O segundo estágio está relacionado ao projeto da análise de agrupamento. Nele, deve-se analisar se o tamanho da amostra é adequado, a presença e o tratamento das observações atípicas, qual a medida de similaridade a ser utilizada e a necessidade de padronização dos dados.

Conforme detalhado à frente, como algoritmo de agrupamento, utilizou-se uma combinação de métodos hierárquicos e não hierárquicos. Também, como já mencionado, neste trabalho foram utilizados dados populacionais e não dados amostrais. Contudo, na etapa hierárquica da análise de agrupamentos, foram empregadas amostras aleatórias simples tanto para o 5º ano quanto para o 9º ano. As amostras finais tiveram tamanhos de 1.880 para o 5º ano e de 1.756 para o 9º ano, representando aproximadamente 5% da população em ambos os casos. Esses tamanhos de amostras foram suficientemente grandes para representar todos os grupos relevantes da população, incluindo a identificação de pequenos grupos.

Ao gerar as amostras, procedeu-se à análise de observações atípicas, que são notadamente diferentes das outras observações. Elas, em princípio, não podem ser categoricamente caracterizadas como benefícios ou problemas, mas devem ser contextualizadas na análise e avaliadas pelas informações que possam fornecer (HAIR JR et al., 2009).

Conforme Hair Jr. et al. (2009), as observações atípicas podem ocorrer em função de: 1) erros de procedimento, como erros na entrada de dados ou falhas na codificação; 2) observações que ocorrem como o resultado de um evento extraordinário, sendo possível identificar o evento; 3) um evento extraordinário, quando não se consegue explicá-lo; e 4) variáveis que possuem valores dentro de intervalos usuais, mas que, quando há combinação entre elas, são geradas observações atípicas.

As observações atípicas podem ser identificadas sob uma perspectiva univariada, bivariada ou multivariada. Nesta etapa do trabalho, optou-se pela avaliação de observações atípicas multivariadas, sendo utilizada a medida D^2 de Mahalanobis, que avalia a posição de cada observação comparada com o centro de todas as observações num conjunto de variáveis (HAIR JR et al., 2009).

Considerando a recomendação de Hair Jr. et al. (2009), em que valores de D^2 de Mahalanobis divididos pelo grau de liberdade (números de variáveis) maiores que 2,5 sinalizam valores atípicos, em cada uma das amostras (5º e 9º ano), vários casos superaram esse valor de referência. Contudo, excetuando-se poucos casos que apresentavam idade média muito alta para o ano em análise, os outros casos não foram removidos da amostra, pois, de fato, as observações atípicas poderiam ser representativas de segmentos pequenos.

A similaridade entre objetos é uma medida empírica de correspondência ou semelhança entre objetos a serem agrupados. Como medida de similaridade, utilizou-se a distância euclidiana quadrada.

No que concerne à padronização dos dados, é preciso considerar que a medida de distância euclidiana quadrada é sensível a diferentes escalas ou magnitudes entre as variáveis. Com isso, recomenda-se que as variáveis de agrupamento sejam padronizadas sempre que possível (HAIR JR et al., 2009). Assim, as variáveis de agrupamento foram convertidas em escores padrão (escores Z), subtraindo-se cada variável da média e dividindo-a pelo desvio-padrão. As novas variáveis padronizadas possuem agora média igual a zero e desvio-padrão igual a um, eliminando o viés introduzido pelas diferentes escalas das variáveis utilizadas.

O terceiro estágio trata das suposições em análise de agrupamento, técnica que não é de inferência estatística e, portanto, tem baixa exigência quanto à normalidade, à linearidade e

à homocedasticidade. Neste ponto, duas questões devem ser consideradas: a representatividade da amostra e a multicolinearidade entre as variáveis utilizadas no agrupamento. Como neste estudo foram utilizados dados populacionais, a representatividade da amostra também não foi objeto de análise, restando investigar a multicolinearidade.

Quando as variáveis utilizadas no agrupamento são altamente correlacionadas, tal situação é tratada como multicolinearidade, que pode ocorrer quando uma variável é a combinação de outras variáveis. Nesta etapa do trabalho, as variáveis utilizadas no agrupamento são primárias, com menor chance de multicolinearidade.

A tarefa, então, se torna avaliar o grau de multicolinearidade. A maneira mais simples e óbvia de identificar colinearidade é um exame da matriz de correlação para as variáveis dependentes, em que a presença de elevadas correlações (geralmente maiores que 0,9) é a primeira indicação de colinearidade substancial (HAIR Jr. et al., 2009).

Ao proceder à análise de correlação, observou-se que o par de variáveis nota média em Língua Portuguesa e nota média em Matemática apresentava coeficientes de correlação superiores a 0,9, tanto para o 5º ano quanto para o 9º ano.

Contudo, além da análise da matriz de correlação, para analisar a multicolinearidade é necessário utilizar medidas que expressem o grau em que cada variável dependente é explicada pelo conjunto de outras variáveis dependentes. As duas medidas mais comuns para avaliar a colinearidade múltipla são a tolerância e sua inversa, o fator de inflação de variância (VIF) (HAIR Jr. et al., 2009).

Hair Jr. et al. (2009, p. 109) ponderam que a tolerância é definida “[...] como a quantidade de variabilidade da variável dependente selecionada não explicada pelas outras variáveis dependentes”. O valor da tolerância varia entre zero e um; quanto mais alto, menor o grau de multicolinearidade.

O VIF é calculado simplesmente como o inverso do valor de tolerância. Assim, casos maiores de multicolinearidade são refletidos em valores de tolerância menores e valores maiores para VIF, sendo uma referência de corte muito comum o valor de tolerância de 0,10, que corresponde a um valor de VIF de 10 (HAIR Jr. et al., 2009).

Neste ponto, procedeu-se à análise da multicolinearidade e, como pode ser observado na Tabela 1, tanto para o 5º ano quanto para o 9º ano, as variáveis utilizadas no agrupamento apresentam tolerância e VIF dentro dos limites recomendados e, portanto, atendem ao pressuposto da multicolinearidade.

Tabela 1 - Tolerância e VIF após a exclusão de variáveis que apresentaram multicolinearidade

	5º Ano		9º Ano	
	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF
Idade Média	0,579	1,727	0,596	1,677
Nota em Matemática	0,115	8,672	0,167	5,983
Nota em Língua Portuguesa	0,115	8,724	0,165	6,078
Taxa de Aprovação	0,563	1,778	0,622	1,608
Taxa de Abandono	0,552	1,812	0,546	1,830

Fonte: Base de dados da pesquisa

Definidas as variáveis de agrupamento e calculada a similaridade, no quarto estágio ocorrem a determinação dos agrupamentos e a avaliação do ajuste geral do processo, no quinto estágio, há a interpretação dos agrupamentos, e, no sexto estágio, valida-se os perfis dos agrupamentos gerados. Estes estágios são tratados no próximo capítulo que trata dos resultados e discussões.

5 Resultados e Discussões

Tendo como ponto de partida o CE de 2011, primeiro buscou-se entender e descrever a oferta da educação básica no Brasil (objetivo específico número 4), observando a parcela que coube à iniciativa privada e às redes públicas federal, estadual e municipal. A partir deste ponto, caminhou-se para o objetivo do trabalho, que está centrado nas escolas públicas das redes estaduais e municipais. Como a PB forneceu importantes indicadores de desempenho utilizados neste trabalho, mas boa parte das escolas públicas das redes estaduais e municipais não participou da referida prova, dado o critério de participação das escolas nesta edição da PB (escolas cujas turmas em análise constassem 20 ou mais alunos matriculados), primeiro procedeu-se à análise do perfil das escolas que não participaram da referida prova para, em seguida, concentrar a análise naquelas que participaram, que é o recorte adotado por esta pesquisa.

Ao concluir as três seções a seguir, o sexto objetivo específico, que trata de descrever o perfil médio do Ensino Fundamental brasileiro, terá sido explorado parcialmente. Contudo, esse objetivo específico continuou sendo explorado em todas as outras etapas das análises e discussões, pois o alcance completo dele permeia todo o trabalho.

5.1 *Censo Escolar de 2011*

Neste tópico, buscou-se atingir o quarto objetivo específico do trabalho, que trata de descrever a oferta da educação básica no Brasil. Como pode ser observado na Tabela 2, no ano de 2011 quase 47 milhões (46.720.917) de alunos estavam matriculados na educação básica em 189.076 escolas ofertantes desse nível de educação. Deste número de matrículas, 3.180.028 estavam matriculados no 5º ano, e 3.030.649, no 9º ano, distribuídos nas redes federal, estaduais, municipais e privadas de ensino.

A participação da rede federal nessa oferta foi discreta, com apenas 450 escolas, com destaque para o estado de Minas Gerais, onde há 49 dessas escolas, sendo 11 rurais; Rio de Janeiro, com 48; e Rio Grande do Sul, com 39 escolas fundamentais federais.

Coube à iniciativa privada 19% (35.220) das escolas que ofertaram essa modalidade de ensino, estrato que mereceria investigação em maior profundidade, pois parte das escolas consideradas particulares é filantrópica ou assemelhada e, de alguma forma, recebe incentivos ou subvenções públicas para ofertar o ensino, não entrando nas estatísticas da educação pública.

Quando se analisou o Brasil, constatou-se que os estados foram responsáveis por 16% (30.815) das escolas que ofertaram este nível de educação. Ao considerar o número de matrículas nessas escolas, percebe-se que os estados concentraram os esforços nos anos finais (6º ao 9º ano) da educação básica, pois tais escolas tinham 709.853 alunos matriculados no 5º ano e 1.612.680, no 9º ano. Dessas escolas estaduais, 81% (24.993) estavam localizadas em áreas urbanas e 19% (5.882), em áreas rurais.

Os municípios foram responsáveis por 65% (122.591) das escolas; destas, 57% (69.288) eram rurais e 43% (53.303), urbanas. Nas escolas municipais, 2.030.642 alunos estavam matriculados no 5º ano, e 998.319, no 9º ano.

Ao analisar a participação dos estados e dos municípios por Unidade da Federação, percebeu-se que, de forma geral, na região Nordeste, a participação dos estados na oferta dessa etapa da educação foi bem inferior à dos municípios, sendo, em muitos casos, abaixo de 10%, como foi em Alagoas (9,9%), Bahia (7%), Ceará (7,3%), Maranhão (10%) e Pernambuco (10,9%). Além desses estados, o Pará (8%) também teve uma baixa participação na oferta, quando comparado aos municípios.

Se considerarmos as escolas localizadas em áreas rurais, a participação desses estados foi ainda mais discreta. Alagoas (2,3%), Bahia (1%), Ceará (1,2%), Maranhão (6,5%), Pernambuco (4,2%) e Pará (3%) apresentaram baixa participação dos estados nesse estrato, mas, nesse caso, Amazonas (3,2%), Piauí (1,4%), Rio de Janeiro (6,5%), Rio Grande do Norte (6%) e Sergipe (5,1%), também tiveram participações modestas.

No outro extremo, Amapá (50,4%), Roraima (49,3%), Acre (38,4%), Tocantins (29,2%), Mato Grosso (27,1%), Rio Grande do Sul (26,2%), Goiás (24%) e Paraná (23,7%) foram os estados com a maior participação na oferta da educação básica.

Conforme Arretche (2004), sendo a oferta do Ensino Fundamental de responsabilidade dos estados e municípios, estas duas redes deveriam operar de modo inteiramente interdependente e, devido à forma como historicamente evoluiu a expansão das matrículas, é muito variável a participação das duas redes na oferta de matrículas em cada estado, conforme apresentado neste tópico. Além disso, as desigualdades horizontal e vertical de capacidade de gasto da federação brasileira implicam em diferenças na carreira e nos salários dos

professores, na natureza e qualidade dos serviços educacionais, bem como no nível de gasto/aluno.

Destaca-se que das 153.406 escolas municipais e estaduais que ofertaram a educação básica, apenas 72.502 disponibilizaram o 5º ou o 9º ano, e as outras 80.904, na maioria, apenas a pré-escola. Das 72.502 escolas que ofertaram o 5º ou o 9º ano, 30.435 escolas ofereceram apenas o 5º ano, 16.932, somente o 9º ano e 25.137, o 5º e o 9º ano. Neste trabalho, como as análises foram feitas para o 5º e o 9º ano de forma separada, em algumas situações o número de escolas foi maior que 72.502, pois as que ofertaram os anos iniciais e finais (5º e 9º anos) foram computadas duas vezes.

A Tabela 2 a seguir ilustra esses dados consolidados, de acordo com as redes privada e pública, as dependências administrativas federal, municipal e estadual, as localizações rural e urbana das escolas, os anos em análise, além das Unidades da Federação.

Tabela 2 - Censo Escolar 2011 – Número de escolas e matrículas por Unidade da Federação, dependência administrativa, localização da escola e período

UF	Localização	Dependência Administrativa															
		Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		# Escolas	Matrículas na Escola	Matrículas 5º Ano	Matrículas 9º Ano	# Escolas	Matrículas na Escola	Matrículas 5º Ano	Matrículas 9º Ano	# Escolas	Matrículas na Escola	Matrículas 5º Ano	Matrículas 9º Ano	# Escolas	Matrículas na Escola	Matrículas 5º Ano	Matrículas 9º Ano
AC	Urbana	1	511	30	60	174	107.704	5.944	8.236	186	49.735	4.339	786	24	11.071	748	804
	Rural					479	30.362	1.045	1.699	838	35.727	1.118	783				
	Total	1	511	30	60	653	138.066	6.989	9.935	1.024	85.462	5.457	1.569	24	11.071	748	804
AL	Urbana	12	5.403			286	205.684	5.957	16.061	783	341.870	34.829	24.361	482	117.055	8.227	7.126
	Rural					39	10.386	474	602	1.663	173.841	15.463	6.768	25	1.487	86	15
	Total	12	5.403	0	0	325	216.070	6.431	16.663	2.446	515.711	50.292	31.129	507	118.542	8.313	7.141
AM	Urbana	11	8.282		224	587	410.508	25.756	38.968	732	337.504	32.652	13.110	208	88.476	5.978	4.765
	Rural					129	33.750	1.290	1.862	3.874	196.539	8.751	6.806	9	1.146	63	56
	Total	11	8.282	0	224	716	444.258	27.046	40.830	4.606	534.043	41.403	19.916	217	89.622	6.041	4.821
AP	Urbana	2	690			146	105.612	7.447	8.313	132	46.343	4.749	732	55	17.585	1.094	946
	Rural					264	23.857	2.146	1.478	209	10.396	548	54	5	527		40
	Total	2	690	0	0	410	129.469	9.593	9.791	341	56.739	5.297	786	60	18.112	1.094	986
BA	Urbana	17	9.906		118	1.304	873.380	9.621	70.454	4.659	1.292.554	135.597	72.263	2.046	393.756	29.839	20.769
	Rural	4	2.004			123	31.761	486	2.078	12.106	840.118	56.362	39.769	59	5.173	301	147
	Total	21	11.910	0	118	1.427	905.141	10.107	72.532	16.765	2.132.672	191.959	112.032	2.105	398.929	30.140	20.916
CE	Urbana	16	6.631		136	589	439.746	1.879	29.182	2.471	920.722	88.815	61.801	1.577	406.279	27.901	21.191
	Rural	2	579			49	10.141	180	266	4.036	440.456	35.111	28.603	21	1.812	128	16
	Total	18	7.210	0	136	638	449.887	2.059	29.448	6.507	1.361.178	123.926	90.404	1.598	408.091	28.029	21.207
DF	Urbana	5	3.287		459	551	414.416	33.345	27.900					462	182.964	10.776	10.659
	Rural	1	451			76	17.757	2.027	1.035					2	1.149	8	215
	Total	6	3.738	0	459	627	432.173	35.372	28.935	0	0	0	0	464	184.113	10.784	10.874
ES	Urbana	15	7.928			368	235.286	9.620	17.675	1.268	422.091	35.980	23.024	339	109.593	6.442	7.162
	Rural	3	1.778			167	12.798	702	916	1.172	60.973	3.291	2.874	21	2.003	27	204
	Total	18	9.706	0	0	535	248.084	10.322	18.591	2.440	483.064	39.271	25.898	360	111.596	6.469	7.366
GO	Urbana	10	3.837	60	60	995	493.771	11.678	57.463	1.788	556.028	61.706	20.686	1.016	252.228	15.345	16.291
	Rural	5	2.910			66	9.499	418	973	530	40.214	3.776	2.327	17	2.054	96	102
	Total	15	6.747	60	60	1.061	503.270	12.096	58.436	2.318	596.242	65.482	23.013	1.033	254.282	15.441	16.393
MA	Urbana	15	6.249	55	99	734	390.193	11.796	30.222	2.328	704.992	68.032	39.011	744	174.774	11.154	8.244
	Rural	5	1.803	10	8	629	61.046	1.685	2.141	8.931	627.871	37.408	28.257	82	10.874	563	218
	Total	20	8.052	65	107	1.363	451.239	13.481	32.363	11.259	1.332.863	105.440	67.268	826	185.648	11.717	8.462

(Continua)

(Continuação)

Dependência Administrativa																	
UF	Localização	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		# Escolas	Matrículas na Escola	5º Ano	Matrículas 9º Ano	# Escolas	Matrículas na Escola	5º Ano	Matrículas 9º Ano	# Escolas	Matrículas na Escola	5º Ano	Matrículas 9º Ano	# Escolas	Matrículas na Escola	5º Ano	Matrículas 9º Ano
MG	Urbana	38	26.305	242	488	3.165	2.028.592	118.061	179.356	4.837	1.472.594	160.157	67.161	3.644	673.482	29.292	29.964
	Rural	11	7.136			395	71.112	4.960	6.163	4.489	244.614	22.425	9.886	39	2.577	35	101
	Total	49	33.441	242	488	3.560	2.099.704	123.021	185.519	9.326	1.717.208	182.582	77.047	3.683	676.059	29.327	30.065
MS	Urbana	6	1.706		178	307	227.793	11.662	20.584	682	261.774	21.242	11.773	322	72.447	3.623	3.721
	Rural	2	321			51	14.111	722	979	178	44.450	3.427	2.338	6	1.541	66	93
	Total	8	2.027	0	178	358	241.904	12.384	21.563	860	306.224	24.669	14.111	328	73.988	3.689	3.814
MT	Urbana	6	3.258			495	314.625	16.994	33.576	834	264.812	20.665	8.043	303	76.158	4.498	4.888
	Rural	4	1.482			196	38.175	2.110	2.990	708	61.149	4.322	3.732	3	178	17	14
	Total	10	4.740	0	0	691	352.800	19.104	36.566	1.542	325.961	24.987	11.775	306	76.336	4.515	4.902
PA	Urbana	15	10.498	198	332	688	515.242	20.806	30.068	1.904	809.235	82.391	42.484	685	169.459	11.403	11.124
	Rural	1	261			258	66.489	2.734	5.141	8.279	587.781	35.797	20.873	29	2.592	155	146
	Total	16	10.759	198	332	946	581.731	23.540	35.209	10.183	1.397.016	118.188	63.357	714	172.051	11.558	11.270
PB	Urbana	13	5.420	6		726	286.437	14.421	23.333	1.273	315.947	27.218	18.974	850	158.081	10.983	8.374
	Rural	1	461			261	14.420	819	855	2.963	135.323	6.758	3.263	8	671	50	21
	Total	14	5.881	6	0	987	300.857	15.240	24.188	4.236	451.270	33.976	22.237	858	158.752	11.033	8.395
PE	Urbana	12	10.928		224	882	655.216	14.066	65.364	1.852	711.712	74.365	37.319	2.323	463.314	33.983	22.981
	Rural	5	3.081			206	47.934	1.482	3.601	4.699	328.384	21.576	12.874	47	4.598	378	84
	Total	17	14.009	0	224	1.088	703.150	15.548	68.965	6.551	1.040.096	95.941	50.193	2.370	467.912	34.361	23.065
PI	Urbana	14	8.219			704	233.963	10.143	13.120	1.272	300.700	24.800	16.982	434	104.777	7.123	6.910
	Rural	1	275			55	8.230	144	138	3.976	214.549	13.992	10.038	19	1.517	63	64
	Total	15	8.494	0	0	759	242.193	10.287	13.258	5.248	515.249	38.792	27.020	453	106.294	7.186	6.974
PR	Urbana	22	7.632		137	1.605	1.083.028	3.336	148.892	3.762	875.408	116.251	3.330	1.629	348.644	16.124	18.466
	Rural	1	88			432	65.611	514	10.121	1.143	74.928	10.326	368	13	1.561	74	109
	Total	23	7.720	0	137	2.037	1.148.639	3.850	159.013	4.905	950.336	126.577	3.698	1.642	350.205	16.198	18.575
RJ	Urbana	46	33.488	814	1.653	1.238	837.138	18.054	69.415	3.790	1.482.492	149.282	75.670	4.077	962.576	66.305	58.009
	Rural	2	449			81	24.074	772	2.646	1.129	130.400	12.847	3.898	41	7.494	604	455
	Total	48	33.937	814	1.653	1.319	861.212	18.826	72.061	4.919	1.612.892	162.129	79.568	4.118	970.070	66.909	58.464
RN	Urbana	17	9.178			569	249.437	12.559	15.867	977	280.649	25.730	14.781	582	153.163	9.845	8.202
	Rural	2	1.069			105	10.531	949	510	1.629	115.522	8.746	3.604	7	793	32	40
	Total	19	10.247	0	0	674	259.968	13.508	16.377	2.606	396.171	34.476	18.385	589	153.956	9.877	8.242

(Continua)

(Conclusão)

Dependência Administrativa																	
UF	Localização	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		# Escolas	Matriculas na Escola	5º Ano	Matriculas 9º Ano	# Escolas	Matriculas na Escola	5º Ano	Matriculas 9º Ano	# Escolas	Matriculas na Escola	5º Ano	Matriculas 9º Ano	# Escolas	Matriculas na Escola	5º Ano	Matriculas 9º Ano
RO	Urbana	4	1.300			269	186.240	10.453	16.839	289	107.390	9.047	2.184	135	34.767	1.848	1.794
	Rural	2	759			116	12.163	762	996	532	63.121	5.334	4.782	8	1.478	12	92
	Total	6	2.059	0	0	385	198.403	11.215	17.835	821	170.511	14.381	6.966	143	36.245	1.860	1.886
RR	Urbana	3	1.523	26	53	88	55.607	3.438	6.650	115	34.738	3.268	45	31	10.423	579	568
	Rural	2	532			272	18.967	1.335	1.446	218	10.554	520	213	1	21		
	Total	5	2.055	26	53	360	74.574	4.773	8.096	333	45.292	3.788	258	32	10.444	579	568
RS	Urbana	32	15.759		359	1.852	961.368	41.408	69.239	3.026	766.371	64.009	46.220	2.073	331.007	5.328	15.810
	Rural	7	3.001			669	65.384	2.667	5.620	1.943	131.439	9.517	9.433	13	1.142	15	98
	Total	39	18.760	0	359	2.521	1.026.752	44.075	74.859	4.969	897.810	73.526	55.653	2.086	332.149	5.343	15.908
SC	Urbana	18	9.517	75	76	888	542.978	42.699	49.153	2.635	576.293	43.003	30.649	815	192.275	8.214	10.162
	Rural	2	1.415			222	33.211	3.276	3.534	1.283	71.715	6.286	3.349	7	755		
	Total	20	10.932	75	76	1.110	576.189	45.975	52.687	3.918	648.008	49.289	33.998	822	193.030	8.214	10.162
SE	Urbana	3	2.036		69	314	165.578	8.748	12.880	477	147.024	12.988	6.901	344	93.343	6.629	5.556
	Rural	3	1.418			59	8.952	555	505	1.092	110.622	8.816	4.075	8	810	85	14
	Total	6	3.454	0	69	373	174.530	9.303	13.385	1.569	257.646	21.804	10.976	352	94.153	6.714	5.570
SP	Urbana	24	5.710	39		5.079	4.232.121	191.415	469.627	10.744	3.506.666	373.471	142.297	9.310	1.948.122	99.645	106.261
	Rural	1	113			283	69.332	2.541	6.801	1.053	89.037	10.529	2.982	43	6.205	441	338
	Total	25	5.823	39	0	5.362	4.301.453	193.956	476.428	11.797	3.595.703	384.000	145.279	9.353	1.954.327	100.086	106.599
TO	Urbana	5	2.960			390	186.827	10.904	18.251	487	122.635	10.904	4.108	175	31.513	1.673	1.408
	Rural	1	650			140	12.677	848	896	615	32.823	2.106	1.675	2	1.185	80	80
	Total	6	3.610	0	0	530	199.504	11.752	19.147	1.102	155.458	13.010	5.783	177	32.698	1.753	1.488
Total	Urbana	382	208.161	1.545	4.725	24.993	16.438.490	672.210	1.546.688	53.303	16.708.279	1.685.490	784.695	34.685	7.577.332	434.599	412.155
	Rural	68	32.036	10	8	5.822	822.730	37.643	65.992	69.288	4.872.546	345.152	213.624	535	61.343	3.379	2.762
	Total	450	240.197	1.555	4.733	30.815	17.261.220	709.853	1.612.680	122.591	21.580.825	2.030.642	998.319	35.220	7.638.675	437.978	414.917

Fonte: Base de dados da pesquisa

5.2 Prova Brasil – Escolas não Participantes

Para descrever a população participante do estudo (objetivo específico número 5), primeiramente optou-se por explorar a população que não foi contemplada pelo estudo, composta por escolas estaduais e municipais que ofertaram a educação básica no ano de 2011, cujos 5º ou 9º anos tinham menos que 20 alunos matriculados. Ao analisar essa população, poderiam ser encontrados resultados relevantes que contribuíssem para a análise da educação básica, sobretudo da educação básica do campo.

A Tabela 3, o Gráfico 1 e o Gráfico 2 trazem a síntese do perfil das escolas que não participaram da PB no ano em análise (2011). Vale destacar que a Tabela 3 está detalhada por UF, dependência administrativa, localização da escola e por período (5º e 9º anos). As variáveis analisadas foram: número de escolas, matrículas totais na escola e matrículas nos períodos em análise.

Das 55.570 escolas que ofertaram o 5º ano em 2011, 14.575 (26,2%) não participaram da PB e 37.559 desse total eram urbanas, sendo que 3.974 (10,6%) não participaram da PB e outras 18.011 eram rurais, das quais 10.601 (58,9%) não participaram da PB.

No caso do 9º ano, os números são muito parecidos com os do 5º ano. Das 42.067 escolas, 10.314 (24,5%) não participaram da PB, em que 29.470 eram urbanas – destas, 2.861 (9,7%) não participaram da PB – e outras 12.597 eram rurais, das quais 7.453 (59,2%) não participaram da PB.

As proporções de participação na PB entre escolas estaduais urbanas e estaduais rurais, municipais urbanas e municipais rurais se mantêm. Contudo, ao considerar apenas a dependência administrativa sem verificar a localização da escola, a não participação de escolas municipais é bem superior à das instituições estaduais. Porém, esse fato seria esperado, dada a maior participação do município na oferta da escola rural que, no geral, teve participação bem inferior na PB.

Quando se analisa a não participação na PB por UF, alguns grupos se destacaram de forma positiva ou negativa. Como destaque negativo do 5º ano, cita-se a alta ausência das escolas rurais do Rio Grande do Sul (estaduais, 85,5% e municipais, 82,3%), de Goiás (estaduais, 84,6% e municipais, 73,6%), de Roraima (estaduais, 70,9% e municipais, 82,1%), do Amapá (estaduais, 69,6% e municipais, 81,3%); escolas estaduais rurais da Bahia (78,9%);

escolas rurais do Piauí (estaduais, 60% e municipais, 78,5%); escolas municipais rurais do Mato Grosso (76,6%).

Além desses estratos, em outras Unidades da Federação, a ausência das escolas rurais na PB ultrapassou 70%. Como destaque positivo do 5º ano, cita-se a baixa ausência das escolas urbanas do Amazonas (estaduais, 0,3% e municipais, 2,2%), do Amapá (estaduais, 1,1% e municipais, 3,8%), do estado de São Paulo (estaduais, 1,6% e municipais, 4%) e do Distrito Federal (2,3%). Em outras Unidades da Federação, a ausência das escolas urbanas na PB não ultrapassou a caso dos 10%.

Em relação ao 9º ano, o cenário é parecido com o 5º ano e, como aspecto negativo, cita-se a alta ausência das escolas rurais de Roraima (estaduais, 80,6% e municipais, 92,6%), do Amapá (estaduais, 71,7% e municipais, 87,5%), do Tocantins (estaduais, 60,9% e municipais, 84,7%), escolas municipais rurais de Amazonas (83,3%) e escolas rurais do estado do Rio Grande do Sul (estaduais, 81,3% e municipais, 80,5%). Em outras Unidades da Federação, a ausência das escolas rurais na PB ultrapassou 65%.

Como destaque positivo do 9º ano, cita-se a baixa ausência das escolas estaduais urbanas do Amazonas (0,7%), das escolas urbanas do Distrito Federal (0,7%), das escolas estaduais urbanas no Ceará (0,8%), das escolas urbanas do estado de São Paulo (estaduais, 0,8% e municipais, 2%), escolas estaduais urbanas do Mato Grosso (1%). Em outras Unidades da Federação, a ausência das escolas urbanas na PB não ultrapassou a caso dos 10%.

Conforme pode ser observado na Tabela 3, a participação das escolas na edição de 2011 da PB está detalhada para cada uma das Unidades da Federação.

Tabela 3 - Perfil das escolas e turmas não participantes da edição 2011 da PB por Unidade da Federação, dependência administrativa e localização

UF	Dependência	Localização	5º Ano				9º Ano					
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
AC	Estadual	Urbana	83	3	3,6	237,33	15,67	84	3	3,6	301,33	28,33
		Rural	54	31	57,4	161,52	12,26	91	61	67,0	109,90	11,38
		Total	137	34	24,8	168,21	12,56	175	64	36,6	118,88	12,17
	Municipal	Urbana	78	7	9,0	333,86	23,43	17	3	17,6	212,67	15,33
		Rural	56	36	64,3	135,64	12,78	54	41	75,9	122,34	9,98
		Total	134	43	32,1	167,91	14,51	71	44	62,0	128,50	10,34
	Total	Urbana	161	10	6,2	304,90	21,10	101	6	5,9	257,00	21,83
		Rural	110	67	60,9	147,61	12,54	145	102	70,3	114,90	10,81
		Total	271	77	28,4	168,04	13,65	246	108	43,9	122,80	11,43
AL	Estadual	Urbana	117	8	6,8	367,50	15,38	196	12	6,1	349,17	14,33
		Rural	17	5	29,4	228,00	15,60	18	6	33,3	172,67	12,83
		Total	134	13	9,7	313,85	15,46	214	18	8,4	290,33	13,83
	Municipal	Urbana	461	21	4,6	131,14	20,00	220	10	4,5	510,00	30,70
		Rural	484	148	30,6	98,64	14,46	182	52	28,6	225,69	14,17
		Total	945	169	17,9	102,68	15,15	402	62	15,4	271,55	16,84
	Total	Urbana	578	29	5,0	196,34	18,72	416	22	5,3	422,27	21,77
		Rural	501	153	30,5	102,87	14,50	200	58	29,0	220,21	14,03
		Total	1.079	182	16,9	117,76	15,17	616	80	13,0	275,78	16,16
AM	Estadual	Urbana	287	1	0,3	177,00	15,00	299	2	0,7	250,00	12,50
		Rural	49	21	42,9	142,29	13,00	60	22	36,7	117,14	11,64
		Total	336	22	6,5	143,86	13,09	359	24	6,7	128,21	11,71
	Municipal	Urbana	414	9	2,2	259,33	21,00	153	12	7,8	435,92	16,33
		Rural	350	188	53,7	133,76	13,43	486	405	83,3	119,49	9,57
		Total	764	197	25,8	139,49	13,77	639	417	65,3	128,60	9,76
	Total	Urbana	701	10	1,4	251,10	20,40	452	14	3,1	409,36	15,79
		Rural	399	209	52,4	134,61	13,38	546	427	78,2	119,37	9,67
		Total	1.100	219	19,9	139,93	13,70	998	441	44,2	128,58	9,87
AP	Estadual	Urbana	91	1	1,1	181,00	17,00	75	1	1,3	609,00	101,00
		Rural	125	87	69,6	85,95	8,62	92	66	71,7	130,91	9,94
		Total	216	88	40,7	87,03	8,72	167	67	40,1	138,04	11,30
	Municipal	Urbana	78	3	3,8	133,67	10,33	18	5	27,8	419,40	12,20
		Rural	32	26	81,3	79,31	9,62	8	7	87,5	55,86	3,43
		Total	110	29	26,4	84,93	9,69	26	12	46,2	207,33	7,08
	Total	Urbana	169	4	2,4	145,50	12,00	93	6	6,5	451,00	27,00
		Rural	157	113	72,0	84,42	8,85	100	73	73,0	123,71	9,32
		Total	326	117	35,9	86,51	8,96	193	79	40,9	148,57	10,66

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
BA	Estadual	Urbana	144	18	12,5	299,56	27,67	817	95	11,6	624,29	72,61
		Rural	19	15	78,9	210,93	23,80	61	26	42,6	231,42	16,96
		Total	163	33	20,2	259,27	25,91	878	121	13,8	539,88	60,65
	Municipal	Urbana	2.491	306	12,3	153,69	16,46	940	127	13,5	296,82	19,90
		Rural	2.397	1.259	52,5	104,95	12,54	1.467	674	45,9	169,67	13,23
		Total	4.888	1.565	32,0	114,48	13,31	2.407	801	33,3	189,83	14,29
	Total	Urbana	2.635	324	12,3	161,79	17,09	1.757	222	12,6	436,95	42,45
		Rural	2.416	1.274	52,7	106,20	12,67	1.528	700	45,8	171,97	13,37
		Total	5.051	1.598	31,6	117,47	13,57	3.285	922	28,1	235,77	20,37
CE	Estadual	Urbana	32	3	9,4	156,67	12,33	260	2	0,8	288,50	17,50
		Rural	13	9	69,2	99,89	10,00	10	8	80,0	178,13	8,88
		Total	45	12	26,7	114,08	10,58	270	10	3,7	200,20	10,60
	Municipal	Urbana	1.465	143	9,8	189,45	15,78	1.042	130	12,5	260,54	15,00
		Rural	1.661	895	53,9	132,35	13,80	1.298	683	52,6	154,69	13,73
		Total	3.126	1.038	33,2	140,21	14,07	2.340	813	34,7	171,61	13,93
	Total	Urbana	1.497	146	9,8	188,77	15,71	1.302	132	10,1	260,96	15,04
		Rural	1.674	904	54,0	132,02	13,76	1.308	691	52,8	154,96	13,67
		Total	3.171	1.050	33,1	139,92	14,03	2.610	823	31,5	171,96	13,89
DF	Estadual	Urbana	306	7	2,3	107,86	15,57	152	1	0,7	148,00	14,00
		Rural	64	24	37,5	107,21	13,04	23	4	17,4	185,25	15,50
		Total	370	31	8,4	107,35	13,61	175	5	2,9	177,80	15,20
	Municipal	Urbana										
		Rural										
		Total										
	Total	Urbana	306	7	2,3	107,86	15,57	152	1	0,7	148,00	14,00
		Rural	64	24	37,5	107,21	13,04	23	4	17,4	185,25	15,50
		Total	370	31	8,4	107,35	13,61	175	5	2,9	177,80	15,20
ES	Estadual	Urbana	184	22	12,0	375,50	16,14	250	13	5,2	232,54	14,62
		Rural	29	14	48,3	178,14	12,93	37	14	37,8	117,07	11,64
		Total	213	36	16,9	298,75	14,89	287	27	9,4	172,67	13,07
	Municipal	Urbana	576	52	9,0	164,58	14,77	365	45	12,3	228,02	13,84
		Rural	178	107	60,1	102,26	10,93	142	77	54,2	151,53	12,32
		Total	754	159	21,1	122,64	12,19	507	122	24,1	179,75	12,89
	Total	Urbana	760	74	9,7	227,28	15,18	615	58	9,4	229,03	14,02
		Rural	207	121	58,5	111,04	11,17	179	91	50,8	146,23	12,22
		Total	967	195	20,2	155,15	12,69	794	149	18,8	178,46	12,92

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
GO	Estadual	Urbana	325	74	22,8	210,76	15,05	785	63	8,0	157,73	13,13
		Rural	26	22	84,6	154,91	13,64	54	34	63,0	97,85	9,06
		Total	351	96	27,4	197,96	14,73	839	97	11,6	136,74	11,70
	Municipal	Urbana	1.054	88	8,3	170,93	14,59	331	40	12,1	244,45	13,63
		Rural	231	170	73,6	85,65	9,72	155	122	78,7	111,40	10,27
		Total	1.285	258	20,1	114,74	11,38	486	162	33,3	144,25	11,10
	Total	Urbana	1.379	162	11,7	189,12	14,80	1.116	103	9,2	191,41	13,32
		Rural	257	192	74,7	93,59	10,17	209	156	74,6	108,45	10,01
		Total	1.636	354	21,6	137,31	12,29	1.325	259	19,5	141,44	11,32
MA	Estadual	Urbana	223	16	7,2	191,19	20,69	468	30	6,4	286,97	18,07
		Rural	61	30	49,2	130,23	16,53	80	42	52,5	149,45	11,60
		Total	284	46	16,2	151,43	17,98	548	72	13,1	206,75	14,29
	Municipal	Urbana	1.237	116	9,4	168,06	15,31	694	96	13,8	286,30	16,21
		Rural	1.612	870	54,0	124,36	13,45	1.378	871	63,2	158,40	12,08
		Total	2.849	986	34,6	129,50	13,67	2.072	967	46,7	171,10	12,49
	Total	Urbana	1.460	132	9,0	170,86	15,96	1.162	126	10,8	286,46	16,65
		Rural	1.673	900	53,8	124,55	13,55	1.458	913	62,6	157,99	12,06
		Total	3.133	1.032	32,9	130,48	13,86	2.620	1.039	39,7	173,57	12,62
MG	Estadual	Urbana	1.899	145	7,6	227,56	14,73	2.477	204	8,2	212,24	14,70
		Rural	237	138	58,2	151,98	14,11	300	180	60,0	140,36	13,08
		Total	2.136	283	13,2	190,70	14,43	2.777	384	13,8	178,54	13,94
	Municipal	Urbana	2.402	240	10,0	134,45	14,24	1.008	128	12,7	211,10	13,38
		Rural	1.286	924	71,9	82,51	12,03	544	360	66,2	131,18	11,52
		Total	3.688	1.164	31,6	93,22	12,49	1.552	488	31,4	152,15	12,01
	Total	Urbana	4.301	385	9,0	169,51	14,43	3.485	332	9,5	211,80	14,19
		Rural	1.523	1.062	69,7	91,54	12,30	844	540	64,0	134,24	12,04
		Total	5.824	1.447	24,8	112,28	12,87	4.329	872	20,1	163,77	12,86
MS	Estadual	Urbana	251	14	5,6	385,29	15,64	283	11	3,9	273,09	16,00
		Rural	23	5	21,7	260,20	15,20	34	14	41,2	172,07	13,57
		Total	274	19	6,9	352,37	15,53	317	25	7,9	216,52	14,64
	Municipal	Urbana	340	27	7,9	232,59	16,67	224	20	8,9	342,35	11,70
		Rural	120	60	50,0	175,80	12,82	118	79	66,9	181,54	11,67
		Total	460	87	18,9	193,43	14,01	342	99	28,9	214,03	11,68
	Total	Urbana	591	41	6,9	284,73	16,32	507	31	6,1	317,77	13,23
		Rural	143	65	45,5	182,29	13,00	152	93	61,2	180,12	11,96
		Total	734	106	14,4	221,92	14,28	659	124	18,8	214,53	12,27

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
MT	Estadual	Urbana	337	26	7,7	340,50	15,65	413	4	1,0	301,00	15,75
		Rural	93	53	57,0	192,47	13,47	123	57	46,3	173,91	13,72
		Total	430	79	18,4	241,19	14,19	536	61	11,4	182,25	13,85
	Municipal	Urbana	387	32	8,3	188,53	15,44	170	25	14,7	275,52	15,00
		Rural	291	223	76,6	98,82	9,84	214	147	68,7	133,12	11,56
		Total	678	255	37,6	110,08	10,54	384	172	44,8	153,81	12,06
	Total	Urbana	724	58	8,0	256,66	15,53	583	29	5,0	279,03	15,10
		Rural	384	276	71,9	116,80	10,54	337	204	60,5	144,51	12,17
		Total	1.108	334	30,1	141,09	11,40	920	233	25,3	161,26	12,53
PA	Estadual	Urbana	288	53	18,4	593,30	58,36	302	22	7,3	714,23	66,64
		Rural	91	43	47,3	187,21	20,21	99	31	31,3	301,65	32,03
		Total	379	96	25,3	411,41	41,27	401	53	13,2	472,91	46,40
	Municipal	Urbana	1.134	54	4,8	178,26	15,96	515	29	5,6	394,83	14,21
		Rural	1.413	666	47,1	123,81	13,61	1.073	712	66,4	153,07	11,14
		Total	2.547	720	28,3	127,90	13,79	1.588	741	46,7	162,53	11,26
	Total	Urbana	1.422	107	7,5	383,84	36,96	817	51	6,2	532,61	36,82
		Rural	1.504	709	47,1	127,66	14,01	1.172	743	63,4	159,27	12,01
		Total	2.926	816	27,9	161,25	17,02	1.989	794	39,9	183,25	13,61
PB	Estadual	Urbana	395	96	24,3	193,77	13,17	399	81	20,3	222,74	14,35
		Rural	43	25	58,1	84,68	13,04	40	23	57,5	144,22	11,65
		Total	438	121	27,6	171,23	13,14	439	104	23,7	205,38	13,75
	Municipal	Urbana	737	167	22,7	171,19	15,33	396	81	20,5	323,47	13,54
		Rural	404	284	70,3	89,40	11,66	143	81	56,6	154,26	12,11
		Total	1.141	451	39,5	119,69	13,02	539	162	30,1	238,86	12,83
	Total	Urbana	1.132	263	23,2	179,43	14,54	795	162	20,4	273,10	13,94
		Rural	447	309	69,1	89,02	11,77	183	104	56,8	152,04	12,01
		Total	1.579	572	36,2	130,59	13,04	978	266	27,2	225,77	13,19
PE	Estadual	Urbana	278	16	5,8	357,31	14,50	676	22	3,3	259,77	14,86
		Rural	48	18	37,5	146,61	12,67	68	11	16,2	213,09	13,73
		Total	326	34	10,4	245,76	13,53	744	33	4,4	244,21	14,48
	Municipal	Urbana	1.246	88	7,1	184,64	15,20	492	55	11,2	391,49	14,47
		Rural	895	462	51,6	99,15	12,00	393	128	32,6	196,83	13,94
		Total	2.141	550	25,7	112,83	12,51	885	183	20,7	255,33	14,10
	Total	Urbana	1.524	104	6,8	211,20	15,10	1.168	77	6,6	353,86	14,58
		Rural	943	480	50,9	100,93	12,02	461	139	30,2	198,12	13,92
		Total	2.467	584	23,7	120,57	12,57	1.629	216	13,3	253,63	14,16

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
PI	Estadual	Urbana	319	93	29,2	173,49	14,98	337	103	30,6	243,09	14,33
		Rural	5	3	60,0	97,33	12,67	7	5	71,4	175,80	11,00
		Total	324	96	29,6	171,11	14,91	344	108	31,4	239,97	14,18
	Municipal	Urbana	590	118	20,0	144,23	13,58	378	88	23,3	268,43	13,40
		Rural	1.007	790	78,5	81,00	9,72	581	423	72,8	139,00	11,12
		Total	1.597	908	56,9	89,21	10,23	959	511	53,3	161,29	11,51
	Total	Urbana	909	211	23,2	157,13	14,20	715	191	26,7	254,76	13,90
		Rural	1.012	793	78,4	81,06	9,74	588	428	72,8	139,43	11,12
		Total	1.921	1.004	52,3	97,04	10,67	1.303	619	47,5	175,02	11,98
PR	Estadual	Urbana	70	4	5,7	263,25	12,00	1.484	89	6,0	80,16	13,34
		Rural	22	10	45,5	112,90	7,60	397	198	49,9	70,28	11,78
		Total	92	14	15,2	155,86	8,86	1.881	287	15,3	73,34	12,26
	Municipal	Urbana	2.030	233	11,5	115,59	13,02	38	2	5,3	205,00	16,50
		Rural	564	380	67,4	64,20	10,47	11	3	27,3	141,00	12,33
		Total	2.594	613	23,6	83,73	11,44	49	5	10,2	166,60	14,00
	Total	Urbana	2.100	237	11,3	118,08	13,00	1.522	91	6,0	82,90	13,41
		Rural	586	390	66,6	65,45	10,40	408	201	49,3	71,33	11,79
		Total	2.686	627	23,3	85,34	11,38	1.930	292	15,1	74,94	12,29
RJ	Estadual	Urbana	327	35	10,7	255,29	16,60	875	63	7,2	233,98	21,73
		Rural	21	3	14,3	194,33	13,67	69	19	27,5	145,63	13,05
		Total	348	38	10,9	250,47	16,37	944	82	8,7	213,51	19,72
	Municipal	Urbana	2.195	146	6,7	135,01	13,32	982	106	10,8	334,98	13,10
		Rural	497	257	51,7	107,41	12,61	157	80	51,0	175,59	11,58
		Total	2.692	403	15,0	117,41	12,87	1.139	186	16,3	266,42	12,45
	Total	Urbana	2.522	181	7,2	158,27	13,95	1.857	169	9,1	297,33	16,32
		Rural	518	260	50,2	108,41	12,62	226	99	43,8	169,84	11,86
		Total	3.040	441	14,5	128,88	13,17	2.083	268	12,9	250,24	14,67
RN	Estadual	Urbana	315	38	12,1	135,50	15,29	340	71	20,9	281,34	14,92
		Rural	42	19	45,2	86,74	11,42	29	19	65,5	138,11	11,63
		Total	357	57	16,0	119,25	14,00	369	90	24,4	251,10	14,22
	Municipal	Urbana	482	50	10,4	150,42	15,12	288	55	19,1	305,75	13,11
		Rural	390	199	51,0	111,19	13,84	172	105	61,0	182,40	12,47
		Total	872	249	28,6	119,06	14,10	460	160	34,8	224,80	12,69
	Total	Urbana	797	88	11,0	143,98	15,19	628	126	20,1	291,99	14,13
		Rural	432	218	50,5	109,06	13,63	201	124	61,7	175,61	12,34
		Total	1.229	306	24,9	119,10	14,08	829	250	30,2	234,27	13,24

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	% Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
RO	Estadual	Urbana	193	19	9,8	307,74	14,26	213	12	5,6	207,58	12,33
		Rural	51	39	76,5	68,03	7,72	40	24	60,0	126,42	10,54
		Total	244	58	23,8	146,55	9,86	253	36	14,2	153,47	11,14
	Municipal	Urbana	146	11	7,5	250,18	13,55	54	10	18,5	324,70	14,40
		Rural	214	104	48,6	145,85	12,00	202	105	52,0	166,52	13,57
		Total	360	115	31,9	155,83	12,15	256	115	44,9	180,28	13,64
	Total	Urbana	339	30	8,8	286,63	14,00	267	22	8,2	260,82	13,27
		Rural	265	143	54,0	124,62	10,83	242	129	53,3	159,06	13,01
		Total	604	173	28,6	152,72	11,38	509	151	29,7	173,89	13,05
RR	Estadual	Urbana	48	2	4,2	398,00	18,50	66	3	4,5	196,00	13,67
		Rural	79	56	70,9	123,79	11,39	108	87	80,6	113,51	9,44
		Total	127	58	45,7	133,24	11,64	174	90	51,7	116,26	9,58
	Municipal	Urbana	48	2	4,2	145,50	9,00	3	2	66,7	177,50	10,50
		Rural	39	32	82,1	107,53	10,13	27	25	92,6	97,36	6,52
		Total	87	34	39,1	109,76	10,06	30	27	90,0	103,30	6,81
	Total	Urbana	96	4	4,2	271,75	13,75	69	5	7,2	188,60	12,40
		Rural	118	88	74,6	117,88	10,93	135	112	83,0	109,90	8,79
		Total	214	92	43,0	124,57	11,05	204	117	57,4	113,26	8,94
RS	Estadual	Urbana	1.352	362	26,8	308,50	13,32	1.544	274	17,7	228,27	14,22
		Rural	220	188	85,5	130,40	9,56	395	321	81,3	103,18	10,58
		Total	1.572	550	35,0	247,62	12,03	1.939	595	30,7	160,78	12,26
	Municipal	Urbana	1.596	384	24,1	162,03	13,59	1.239	317	25,6	210,12	13,53
		Rural	691	569	82,3	102,45	10,46	641	516	80,5	116,86	11,30
		Total	2.287	953	41,7	126,46	11,72	1.880	833	44,3	152,35	12,15
	Total	Urbana	2.948	746	25,3	233,11	13,46	2.783	591	21,2	218,53	13,85
		Rural	911	757	83,1	109,39	10,24	1.036	837	80,8	111,62	11,02
		Total	3.859	1.503	38,9	170,80	11,83	3.819	1.428	37,4	155,86	12,19
SC	Estadual	Urbana	730	62	8,5	327,15	17,13	804	53	6,6	218,17	15,70
		Rural	155	86	55,5	122,52	13,26	173	110	63,6	112,53	13,54
		Total	885	148	16,7	208,24	14,88	977	163	16,7	146,88	14,24
	Municipal	Urbana	994	234	23,5	145,12	13,89	591	77	13,0	220,01	14,60
		Rural	409	307	75,1	74,14	10,26	153	83	54,2	133,05	12,75
		Total	1.403	541	38,6	104,84	11,83	744	160	21,5	174,90	13,64
	Total	Urbana	1.724	296	17,2	183,24	14,57	1.395	130	9,3	219,26	15,05
		Rural	564	393	69,7	84,73	10,91	326	193	59,2	121,35	13,20
		Total	2.288	689	30,1	127,05	12,48	1.721	323	18,8	160,76	13,94

(Continua)

(Conclusão)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	%Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Não Participantes PB	%Escolas Não Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
SE	Estadual	Urbana	202	26	12,9	240,85	15,92	206	26	12,6	338,69	20,73
		Rural	27	15	55,6	113,33	12,67	22	13	59,1	176,15	12,69
		Total	229	41	17,9	194,20	14,73	228	39	17,1	284,51	18,05
	Municipal	Urbana	255	32	12,5	183,97	14,28	140	38	27,1	372,32	14,05
		Rural	402	219	54,5	100,52	12,94	158	75	47,5	226,91	13,67
		Total	657	251	38,2	111,16	13,11	298	113	37,9	275,81	13,80
	Total	Urbana	457	58	12,7	209,47	15,02	346	64	18,5	358,66	16,77
		Rural	429	234	54,5	101,34	12,92	180	88	48,9	219,41	13,52
		Total	886	292	33,0	122,82	13,34	526	152	28,9	278,04	14,89
SP	Estadual	Urbana	1.694	27	1,6	273,78	15,00	3.559	28	0,8	166,75	19,32
		Rural	79	25	31,6	102,16	12,12	139	30	21,6	110,33	14,73
		Total	1.773	52	2,9	191,27	13,62	3.698	58	1,6	137,57	16,95
	Municipal	Urbana	4.139	164	4,0	155,52	13,90	1.430	29	2,0	182,72	15,48
		Rural	512	303	59,2	68,60	10,29	94	35	37,2	167,31	15,23
		Total	4.651	467	10,0	99,13	11,56	1.524	64	4,2	174,30	15,34
	Total	Urbana	5.833	191	3,3	172,24	14,05	4.989	57	1,1	174,88	17,37
		Rural	591	328	55,5	71,16	10,43	233	65	27,9	141,02	15,00
		Total	6.424	519	8,1	108,36	11,76	5.222	122	2,3	156,84	16,11
TO	Estadual	Urbana	234	23	9,8	253,78	17,83	277	18	6,5	230,83	15,44
		Rural	51	39	76,5	139,33	12,28	46	28	60,9	152,14	12,04
		Total	285	62	21,8	181,79	14,34	323	46	14,2	182,93	13,37
	Municipal	Urbana	260	53	20,4	167,74	13,62	101	25	24,8	256,76	11,76
		Rural	132	100	75,8	112,13	11,69	131	111	84,7	118,45	9,84
		Total	392	153	39,0	131,39	12,36	232	136	58,6	143,88	10,19
	Total	Urbana	494	76	15,4	193,78	14,89	378	43	11,4	245,91	13,30
		Rural	183	139	76,0	119,76	11,86	177	139	78,5	125,24	10,28
		Total	677	215	31,8	145,93	12,93	555	182	32,8	153,75	10,99
Total	Estadual	Urbana	10.724	1.194	11,1	276,31	16,77	17.641	1.306	7,4	257,64	20,25
		Rural	1.744	1.023	58,7	133,25	12,31	2.615	1.453	55,6	123,49	12,19
		Total	12.468	2.217	17,8	210,30	14,71	20.256	2.759	13,6	186,99	16,01
	Municipal	Urbana	26.835	2.780	10,4	156,39	14,56	11.829	1.555	13,1	271,04	14,54
		Rural	16.267	9.578	58,9	102,87	12,06	9.982	6.000	60,1	149,38	11,94
		Total	43.102	12.358	28,7	114,91	12,62	21.811	7.555	34,6	174,42	12,47
	Total	Urbana	37.559	3.974	10,6	192,42	15,22	29.470	2.861	9,7	264,93	17,15
		Rural	18.011	10.601	58,9	105,80	12,08	12.597	7.453	59,2	144,33	11,99
		Total	55.570	14.575	26,2	129,42	12,94	42.067	10.314	24,5	177,79	13,42

Fonte: Base de dados da pesquisa

Observa-se, a partir do Gráfico 1 e do Gráfico 2, que as escolas não participantes da PB em 2011 eram de menor porte. Convém salientar que as escolas municipais são menores que as estaduais e as rurais são ainda menores que as urbanas.

Em média (Tabela 3 e Gráfico 1), as escolas estaduais urbanas que ofereceram o 5º ano tinham 276 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 215 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 530 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 2.037 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 17 alunos matriculados no 5º ano.

As escolas estaduais rurais que ofereceram o 5º ano tinham, em média, 133 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 112 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 250 alunos matriculados, em que a maior escola desse grupo tinha 1.547 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 12 alunos matriculados no 5º ano.

Gráfico 1 - Porte das escolas que oferecem o 5º ano e que não participaram da PB em 2011

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em média, as escolas municipais urbanas que ofereceram o 5º ano tinham 156 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 135 alunos matriculados e mais de 90% dessas

instituições, menos que 265 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.438 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 15 alunos matriculados no 5º ano.

As escolas municipais rurais que ofereceram o 5º ano tinham, em média, 102 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 90 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 190 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 751 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 12 alunos matriculados no 5º ano.

Com relação ao 9º ano (Tabela 3 e Gráfico 2), em média, as escolas estaduais urbanas tinham 258 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 204 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 438 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 2.691 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 20 alunos matriculados no 9º ano.

As escolas estaduais rurais que ofereceram o 9º ano tinham, em média, 123 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 103 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 221 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.547 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 12 alunos matriculados no 9º ano.

Gráfico 2 - Porte das escolas que oferecem o 9º ano e que não participaram da PB em 2011

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em média, as escolas municipais urbanas que ofertaram o 9º ano tinham 271 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 233 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 460 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.246 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 15 alunos matriculados no 9º ano.

As escolas municipais rurais que ofereceram o 9º ano tinham, em média, 149 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 137 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, menos que 243 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.235 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 12 alunos matriculados no 9º ano.

Por fim, destaca-se a quantidade acentuada de escolas rurais, sobretudo as municipais, que não participaram da PB em função do número reduzido de alunos matriculados no período avaliado. Portanto, tais escolas não estão contempladas neste estudo e, consequentemente, não tiveram o desempenho avaliado, ficando à margem das possibilidades de adequação de políticas públicas que pudessem garantir a equidade e a qualidade do ensino.

Essa análise permite também evidenciar um fator que pode ser motivador da redução da quantidade de escolas nas áreas rurais; trata-se do maior custo por aluno devido à falta de escala. Molina, Montenegro e Oliveira (2010) discutem o tema caracterizando a rede de ensino no meio rural como aquela composta por estabelecimentos de pequeno porte e que vêm diminuindo drasticamente devido às políticas de nucleação das escolas e transporte escolar. Conforme Cancian (2014), em média, oito escolas da zona rural são fechadas a cada dia em todo o Brasil e, nos últimos 10 anos, foram mais de 32.500 escolas fechadas. Somente no ano de 2013, 3.269 escolas foram fechadas, e agora há pouco mais de 70 mil escolas ante mais de 103 mil existentes em 2003.

5.3 Prova Brasil – Escolas Participantes – Perfil da População

Neste tópico, o foco esteve em entender o perfil das escolas que participaram da edição 2011 da PB, buscando atingir o quinto objetivo específico (descrever a população participante do estudo). Na seção anterior, buscou-se descrever a população que não participou do estudo para, em seguida, entender a população participante.

A Tabela 4, o Gráfico 3 e o Gráfico 4 trazem a síntese do perfil das escolas participantes da PB no ano em análise (2011). Nesse sentido, a Tabela 4 está detalhada por UF, dependência administrativa, localização da escola e por período (5º e 9º anos). As

variáveis analisadas foram: número de escolas, matrículas totais na escola e matrículas nos períodos em análise.

Em princípio, analisou-se o percentual de participação na referida prova por UF, dependência administrativa, localização da escola e período. Em seguida, concentrou-se no entendimento do porte das escolas participantes considerando os mesmos níveis de análise.

Ao analisar as escolas que participaram da PB em 2011 (Tabela 4), foi possível inferir que os estados atuaram principalmente no 9º ano e em áreas urbanas, enquanto os municípios tiveram maior atuação no 5º ano e, na maioria dos casos, foram responsáveis pelas escolas rurais.

Das 55.570 escolas que ofertaram o 5º ano em 2011, 41 mil (73,8%) participaram da PB, e, das 55.570 escolas, 37.559 eram urbanas – 33.588 (89,4%) participaram da PB – e outras 18.011 eram rurais, das quais 7.412 (41,2%) participaram da PB.

No caso do 9º ano – os números são muito parecidos com os do 5º. Das 42.067 escolas, 31.754 (75,5%) participaram da PB, sendo que das 42.067 escolas, 29.470 eram urbanas – 26.609 (90,3%) participaram da PB – e outras 12.597 eram escolas rurais, das quais 5.147 (40,8%) participaram da PB.

As proporções de participação na PB entre escolas estaduais urbanas e estaduais rurais, municipais urbanas e municipais rurais se mantiveram. Contudo, ao considerar apenas a dependência administrativa sem verificar a localização da escola, a participação de escolas estaduais foi bem superior à das instituições municipais. Porém, esse fato seria esperado, dada a maior participação do município na oferta da escola rural que, no geral, teve participação bem inferior na PB.

Quando se analisou a não participação na PB por UF, alguns grupos se destacaram de forma positiva ou negativa, e a leitura é a mesma feita na seção anterior, quando se analisaram as escolas que não participaram da edição de 2011 da PB. Conforme já dito, destacou-se a baixa participação das escolas do Rio Grande do Sul em todos os níveis de análise e a participação mais intensa das escolas dos estados de São Paulo e Alagoas.

Tanto no 5º quanto no 9º ano, destaca-se a baixa participação das escolas rurais na edição 2011 da PB. Na média, o índice ficou próximo de 40%, mas, em alguns casos, a participação não chega a 20%.

Tabela 4 - Total de escolas ofertantes do 5º e do 9º ano, participações na PB 2011 e porte das escolas participantes

Tabela 1 - Total de Escolas Operantes de 5º e do 9º ano, participações na PDE 2011 e porte das escolas participantes												
UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
AC	Estadual	Urbana	83	80	96,4	509,33	73,71	84	81	96,4	713,88	100,63
		Rural	54	23	42,6	245,43	28,91	91	30	33,0	293,33	33,50
		Total	137	103	75,2	450,40	63,71	175	111	63,4	600,22	82,49
	Municipal	Urbana	78	71	91,0	356,20	58,80	17	14	82,4	456,21	52,86
		Rural	56	20	35,7	246,40	32,90	54	13	24,1	263,69	28,77
		Total	134	91	67,9	332,07	53,11	71	27	38,0	363,52	41,26
	Total	Urbana	161	151	93,8	437,32	66,70	101	95	94,1	675,91	93,59
		Rural	110	43	39,1	245,88	30,77	145	43	29,7	284,37	32,07
		Total	271	194	71,6	394,89	58,74	246	138	56,1	553,91	74,42
AL	Estadual	Urbana	117	109	93,2	517,68	53,52	196	184	93,9	860,62	86,35
		Rural	17	12	70,6	245,58	33,00	18	12	66,7	464,92	43,75
		Total	134	121	90,3	490,69	51,49	214	196	91,6	836,39	83,74
	Municipal	Urbana	461	440	95,4	553,59	78,20	220	210	95,5	894,56	114,54
		Rural	484	336	69,4	292,65	39,65	182	130	71,4	487,88	46,39
		Total	945	776	82,1	440,60	61,51	402	340	84,6	739,06	88,49
	Total	Urbana	578	549	95,0	546,46	73,30	416	394	94,7	878,71	101,38
		Rural	501	348	69,5	291,02	39,42	200	142	71,0	485,94	46,17
		Total	1.079	897	83,1	447,36	60,16	616	536	87,0	774,65	86,75
AM	Estadual	Urbana	287	286	99,7	680,20	90,00	299	297	99,3	998,96	131,12
		Rural	49	28	57,1	330,82	36,32	60	38	63,3	319,74	42,26
		Total	336	314	93,5	649,04	85,22	359	335	93,3	921,92	121,04
	Municipal	Urbana	414	406	98,1	579,69	80,16	153	141	92,2	825,38	91,59
		Rural	350	162	46,3	293,89	38,44	486	81	16,7	339,89	36,19
		Total	764	568	74,3	498,17	68,24	639	222	34,7	648,24	71,37
	Total	Urbana	701	692	98,7	621,23	84,23	452	438	96,9	943,08	118,39
		Rural	399	190	47,6	299,33	38,13	546	119	21,8	333,45	38,13
		Total	1.100	882	80,2	551,88	74,29	998	557	55,8	812,84	101,25
AP	Estadual	Urbana	91	90	98,9	601,60	82,56	75	74	98,7	909,69	110,97
		Rural	125	38	30,4	298,74	36,74	92	26	28,3	316,38	31,62
		Total	216	128	59,3	511,69	68,95	167	100	59,9	755,43	90,34
	Municipal	Urbana	78	75	96,2	449,63	62,91	18	13	72,2	622,77	51,62
		Rural	32	6	18,8	375,83	49,67	8	1	12,5	524,00	30,00
		Total	110	81	73,6	444,16	61,93	26	14	53,8	615,71	50,07
	Total	Urbana	169	165	97,6	532,52	73,62	93	87	93,5	866,82	102,10
		Rural	157	44	28,0	309,25	38,50	100	27	27,0	324,07	31,56
		Total	326	209	64,1	485,52	66,23	193	114	59,1	738,27	85,39

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
BA	Estadual	Urbana	144	126	87,5	539,09	72,40	817	722	88,4	681,55	88,03
		Rural	19	4	21,1	241,75	32,25	61	35	57,4	335,06	46,77
		Total	163	130	79,8	529,94	71,17	878	757	86,2	665,53	86,12
	Municipal	Urbana	2.491	2.186	87,8	339,90	59,75	940	813	86,5	573,91	85,78
		Rural	2.397	1.138	47,5	255,79	35,65	1.467	793	54,1	322,87	38,90
		Total	4.888	3.324	68,0	311,11	51,50	2.407	1.606	66,7	449,96	62,63
	Total	Urbana	2.635	2.312	87,7	350,76	60,44	1.757	1.535	87,4	624,54	86,84
		Rural	2.416	1.142	47,3	255,75	35,64	1.528	828	54,2	323,39	39,24
		Total	5.051	3.454	68,4	319,34	52,24	3.285	2.363	71,9	519,02	70,16
CE	Estadual	Urbana	32	29	90,6	712,28	63,52	260	258	99,2	796,73	112,97
		Rural	13	4	30,8	213,75	22,50	10	2	20,0	450,00	97,50
		Total	45	33	73,3	651,85	58,55	270	260	96,3	794,06	112,85
	Municipal	Urbana	1.465	1.322	90,2	522,28	65,48	1.042	912	87,5	565,00	65,63
		Rural	1.661	766	46,1	259,89	29,71	1.298	615	47,4	272,63	31,26
		Total	3.126	2.088	66,8	426,02	52,35	2.340	1.527	65,3	447,25	51,79
	Total	Urbana	1.497	1.351	90,2	526,36	65,43	1.302	1.170	89,9	616,10	76,07
		Rural	1.674	770	46,0	259,65	29,67	1.308	617	47,2	273,21	31,48
		Total	3.171	2.121	66,9	429,54	52,45	2.610	1.787	68,5	497,71	60,67
DF	Estadual	Urbana	306	299	97,7	660,31	111,16	152	151	99,3	1053,46	184,68
		Rural	64	40	62,5	343,03	42,85	23	19	82,6	533,26	51,21
		Total	370	339	91,6	622,88	103,10	175	170	97,1	995,32	169,76
	Municipal	Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	Urbana	306	299	97,7	660,31	111,16	152	151	99,3	1053,46	184,68
		Rural	64	40	62,5	343,03	42,85	23	19	82,6	533,26	51,21
		Total	370	339	91,6	622,88	103,10	175	170	97,1	995,32	169,76
ES	Estadual	Urbana	184	162	88,0	555,52	57,19	250	237	94,8	722,64	73,78
		Rural	29	15	51,7	339,80	34,73	37	23	62,2	310,43	32,74
		Total	213	177	83,1	537,24	55,29	287	260	90,6	686,17	70,15
	Municipal	Urbana	576	524	91,0	506,92	67,20	365	320	87,7	604,95	70,00
		Rural	178	71	39,9	271,39	29,87	142	65	45,8	270,97	29,62
		Total	754	595	78,9	478,81	62,74	507	385	75,9	548,56	63,18
	Total	Urbana	760	686	90,3	518,40	64,84	615	557	90,6	655,03	71,61
		Rural	207	86	41,5	283,33	30,72	179	88	49,2	281,28	30,43
		Total	967	772	79,8	492,21	61,03	794	645	81,2	604,03	65,99

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
GO	Estadual	Urbana	325	251	77,2	368,54	42,09	785	722	92,0	591,19	78,44
		Rural	26	4	15,4	228,75	29,50	54	20	37,0	244,10	33,25
		Total	351	255	72,6	366,35	41,89	839	742	88,4	581,84	77,23
	Municipal	Urbana	1.054	966	91,7	447,70	62,55	331	291	87,9	606,33	69,21
		Rural	231	61	26,4	266,26	34,80	155	33	21,3	310,76	32,55
		Total	1.285	1.027	79,9	436,92	60,90	486	324	66,7	576,22	65,48
	Total	Urbana	1.379	1.217	88,3	431,37	58,33	1.116	1.013	90,8	595,54	75,79
		Rural	257	65	25,3	263,95	34,48	209	53	25,4	285,60	32,81
		Total	1.636	1.282	78,4	422,88	57,12	1.325	1.066	80,5	580,13	73,65
MA	Estadual	Urbana	223	207	92,8	503,50	55,39	468	438	93,6	580,83	67,76
		Rural	61	31	50,8	262,87	38,35	80	38	47,5	308,08	43,53
		Total	284	238	83,8	472,16	53,17	548	476	86,9	559,05	65,83
	Municipal	Urbana	1.237	1.121	90,6	416,89	59,10	694	598	86,2	566,31	62,63
		Rural	1.612	743	46,1	273,28	34,64	1.378	507	36,8	315,75	34,98
		Total	2.849	1.864	65,4	359,65	49,36	2.072	1.105	53,3	451,35	49,95
	Total	Urbana	1.460	1.328	91,0	430,39	58,52	1.162	1.036	89,2	572,45	64,80
		Rural	1.673	774	46,3	272,86	34,79	1.458	545	37,4	315,22	35,58
		Total	3.133	2.102	67,1	372,39	49,79	2.620	1.581	60,3	483,78	54,73
MG	Estadual	Urbana	1.899	1.754	92,4	615,58	66,09	2.477	2.273	91,8	754,67	77,59
		Rural	237	99	41,8	319,13	30,43	300	120	40,0	317,86	31,74
		Total	2.136	1.853	86,8	599,75	64,19	2.777	2.393	86,2	732,76	75,29
	Municipal	Urbana	2.402	2.162	90,0	500,20	72,50	1.008	880	87,3	681,46	74,37
		Rural	1.286	362	28,1	224,11	31,24	544	184	33,8	288,16	31,20
		Total	3.688	2.524	68,4	460,60	66,58	1.552	1.064	68,6	613,45	66,91
	Total	Urbana	4.301	3.916	91,0	551,88	69,63	3.485	3.153	90,5	734,23	76,69
		Rural	1.523	461	30,3	244,52	31,07	844	304	36,0	299,88	31,41
		Total	5.824	4.377	75,2	519,51	65,57	4.329	3.457	79,9	696,04	72,71
MS	Estadual	Urbana	251	237	94,4	789,54	48,28	283	272	96,1	799,32	75,03
		Rural	23	18	78,3	456,78	35,89	34	20	58,8	459,85	39,45
		Total	274	255	93,1	766,05	47,41	317	292	92,1	776,07	72,59
	Municipal	Urbana	340	313	92,1	643,29	66,43	224	204	91,1	761,05	56,56
		Rural	120	60	50,0	463,28	44,30	118	39	33,1	548,49	36,31
		Total	460	373	81,1	614,33	62,87	342	243	71,1	726,94	53,31
	Total	Urbana	591	550	93,1	706,31	58,61	507	476	93,9	782,92	67,12
		Rural	143	78	54,5	461,78	42,36	152	59	38,8	518,44	37,37
		Total	734	628	85,6	675,94	56,59	659	535	81,2	753,75	63,84

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
MT	Estadual	Urbana	337	311	92,3	607,72	53,33	413	409	99,0	657,91	81,94
		Rural	93	40	43,0	320,80	34,90	123	66	53,7	306,18	33,45
		Total	430	351	81,6	575,02	51,23	536	475	88,6	609,04	75,20
	Municipal	Urbana	387	355	91,7	481,80	56,82	170	145	85,3	582,36	52,88
		Rural	291	68	23,4	283,28	31,29	214	67	31,3	257,01	30,33
		Total	678	423	62,4	449,89	52,72	384	212	55,2	479,54	45,75
	Total	Urbana	724	666	92,0	540,60	55,19	583	554	95,0	638,14	74,33
		Rural	384	108	28,1	297,18	32,63	337	133	39,5	281,41	31,88
		Total	1.108	774	69,9	506,63	52,04	920	687	74,7	569,08	66,11
PA	Estadual	Urbana	288	235	81,6	511,74	75,37	302	280	92,7	897,63	102,15
		Rural	91	48	52,7	275,46	38,85	99	68	68,7	530,04	61,00
		Total	379	283	74,7	471,67	69,18	401	348	86,8	825,80	94,11
	Municipal	Urbana	1.134	1.080	95,2	535,99	75,49	515	486	94,4	732,35	86,57
		Rural	1.413	747	52,9	289,28	35,78	1.073	361	33,6	372,71	35,84
		Total	2.547	1.827	71,7	435,12	59,26	1.588	847	53,3	579,07	64,95
	Total	Urbana	1.422	1.315	92,5	531,66	75,47	817	766	93,8	792,77	92,26
		Rural	1.504	795	52,9	288,45	35,97	1.172	429	36,6	397,65	39,83
		Total	2.926	2.110	72,1	440,02	60,59	1.989	1.195	60,1	650,92	73,44
PB	Estadual	Urbana	395	299	75,7	371,06	44,00	399	318	79,7	645,64	69,72
		Rural	43	18	41,9	190,61	27,39	40	17	42,5	263,71	34,53
		Total	438	317	72,4	360,81	43,06	439	335	76,3	626,26	67,93
	Municipal	Urbana	737	570	77,3	371,28	43,26	396	315	79,5	509,07	56,75
		Rural	404	120	29,7	230,91	28,73	143	62	43,4	320,15	36,81
		Total	1.141	690	60,5	346,87	40,73	539	377	69,9	478,00	53,47
	Total	Urbana	1.132	869	76,8	371,20	43,52	795	633	79,6	577,68	63,27
		Rural	447	138	30,9	225,65	28,55	183	79	43,2	308,00	36,32
		Total	1.579	1.007	63,8	351,26	41,46	978	712	72,8	547,76	60,28
PE	Estadual	Urbana	278	262	94,2	682,14	52,80	676	654	96,7	853,69	99,44
		Rural	48	31	64,6	437,81	41,80	68	58	85,3	586,59	60,53
		Total	326	293	89,9	656,29	51,67	744	712	95,7	831,93	96,32
	Municipal	Urbana	1.246	1.158	92,9	491,35	63,06	492	437	88,8	761,33	83,58
		Rural	895	433	48,4	307,50	37,03	393	265	67,4	400,29	41,85
		Total	2.141	1.591	74,3	441,32	55,98	885	702	79,3	625,04	67,82
	Total	Urbana	1.524	1.420	93,2	526,55	61,17	1.168	1.091	93,4	816,69	93,09
		Rural	943	464	49,2	316,21	37,34	461	323	70,1	433,74	45,16
		Total	2.467	1.884	76,4	474,75	55,31	1.629	1.414	86,8	729,22	82,17

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	% Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
PI	Estadual	Urbana	319	226	70,8	310,31	38,72	337	234	69,4	440,18	49,76
		Rural	5	2	40,0	465,00	53,00	7	2	28,6	426,00	41,50
		Total	324	228	70,4	311,67	38,84	344	236	68,6	440,06	49,69
	Municipal	Urbana	590	472	80,0	361,65	49,15	378	290	76,7	434,33	54,49
		Rural	1.007	217	21,5	212,95	29,08	581	158	27,2	246,44	33,75
		Total	1.597	689	43,1	314,82	42,83	959	448	46,7	368,06	47,18
	Total	Urbana	909	698	76,8	345,03	45,77	715	524	73,3	436,94	52,38
		Rural	1.012	219	21,6	215,25	29,30	588	160	27,2	248,69	33,85
		Total	1.921	917	47,7	314,03	41,84	1.303	684	52,5	392,90	48,05
PR	Estadual	Urbana	70	66	94,3	781,70	49,82	1.484	1.395	94,0	727,64	105,88
		Rural	22	12	54,5	286,58	36,50	397	199	50,1	241,63	39,14
		Total	92	78	84,8	705,53	47,77	1.881	1.594	84,7	666,96	97,55
	Municipal	Urbana	2.030	1.797	88,5	357,65	63,00	38	36	94,7	799,17	91,58
		Rural	564	184	32,6	181,41	34,49	11	8	72,7	373,63	41,38
		Total	2.594	1.981	76,4	341,28	60,36	49	44	89,8	721,80	82,45
	Total	Urbana	2.100	1.863	88,7	372,67	62,54	1.522	1.431	94,0	729,44	105,52
		Rural	586	196	33,4	187,85	34,62	408	207	50,7	246,73	39,23
		Total	2.686	2.059	76,7	355,08	59,88	1.930	1.638	84,9	668,43	97,14
RJ	Estadual	Urbana	327	292	89,3	629,93	59,84	875	812	92,8	744,18	83,80
		Rural	21	18	85,7	351,00	40,61	69	50	72,5	402,68	47,96
		Total	348	310	89,1	613,74	58,72	944	862	91,3	724,37	81,72
	Municipal	Urbana	2.195	2.049	93,3	527,16	71,91	982	876	89,2	726,55	84,80
		Rural	497	240	48,3	301,60	40,03	157	77	49,0	438,47	38,60
		Total	2.692	2.289	85,0	503,51	68,56	1.139	953	83,7	703,27	81,06
	Total	Urbana	2.522	2.341	92,8	539,98	70,40	1.857	1.688	90,9	735,03	84,32
		Rural	518	258	49,8	305,05	40,07	226	127	56,2	424,38	42,28
		Total	3.040	2.599	85,5	516,65	67,39	2.083	1.815	87,1	713,29	81,38
RN	Estadual	Urbana	315	277	87,9	398,21	43,24	340	269	79,1	560,20	55,05
		Rural	42	23	54,8	243,65	31,83	29	10	34,5	380,00	28,90
		Total	357	300	84,0	386,36	42,37	369	279	75,6	553,75	54,11
	Municipal	Urbana	482	432	89,6	411,53	57,81	288	233	80,9	519,02	60,34
		Rural	390	191	49,0	239,53	31,37	172	67	39,0	328,73	34,25
		Total	872	623	71,4	358,80	49,70	460	300	65,2	476,52	54,52
	Total	Urbana	797	709	89,0	406,33	52,12	628	502	79,9	541,09	57,51
		Rural	432	214	49,5	239,98	31,42	201	77	38,3	335,39	33,56
		Total	1.229	923	75,1	367,76	47,32	829	579	69,8	513,73	54,32

(Continua)

(Continuação)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	%Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	%Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
RO	Estadual	Urbana	193	174	90,2	662,67	58,52	213	201	94,4	794,45	83,04
		Rural	51	12	23,5	425,17	38,42	40	16	40,0	402,88	46,44
		Total	244	186	76,2	647,34	57,22	253	217	85,8	765,58	80,34
	Municipal	Urbana	146	135	92,5	538,53	65,91	54	44	81,5	654,98	46,36
		Rural	214	110	51,4	348,00	37,15	202	97	48,0	335,76	34,61
		Total	360	245	68,1	452,98	53,00	256	141	55,1	435,38	38,28
	Total	Urbana	339	309	91,2	608,43	61,75	267	245	91,8	769,40	76,45
		Rural	265	122	46,0	355,59	37,27	242	113	46,7	345,27	36,28
		Total	604	431	71,4	536,86	54,82	509	358	70,3	635,53	63,77
RR	Estadual	Urbana	48	46	95,8	598,43	73,93	66	63	95,5	663,63	104,90
		Rural	79	23	29,1	279,48	30,30	108	21	19,4	288,05	29,76
		Total	127	69	54,3	492,12	59,39	174	84	48,3	569,74	86,12
	Municipal	Urbana	48	46	95,8	493,72	70,65	3	1	33,3	331,00	24,00
		Rural	39	7	17,9	235,57	28,00	27	2	7,4	225,50	25,00
		Total	87	53	60,9	459,62	65,02	30	3	10,0	260,67	24,67
	Total	Urbana	96	92	95,8	546,08	72,29	69	64	92,8	658,44	103,64
		Rural	118	30	25,4	269,23	29,77	135	23	17,0	282,61	29,35
		Total	214	122	57,0	478,00	61,84	204	87	42,6	559,08	84,00
RS	Estadual	Urbana	1.352	990	73,2	630,18	36,96	1.544	1.270	82,3	624,09	51,45
		Rural	220	32	14,5	299,81	27,19	395	74	18,7	265,04	30,04
		Total	1.572	1.022	65,0	619,84	36,65	1.939	1.344	69,3	604,32	50,27
	Municipal	Urbana	1.596	1.212	75,9	459,09	48,51	1.239	922	74,4	509,96	45,48
		Rural	691	122	17,7	253,95	29,22	641	125	19,5	257,67	28,82
		Total	2.287	1.334	58,3	440,33	46,74	1.880	1.047	55,7	479,84	43,49
	Total	Urbana	2.948	2.202	74,7	536,01	43,31	2.783	2.192	78,8	576,09	48,94
		Rural	911	154	16,9	263,48	28,80	1.036	199	19,2	260,41	29,28
		Total	3.859	2.356	61,1	518,20	42,37	3.819	2.391	62,6	549,81	47,30
SC	Estadual	Urbana	730	668	91,5	645,20	62,33	804	751	93,4	642,86	64,34
		Rural	155	69	44,5	251,32	30,96	173	63	36,4	267,57	32,46
		Total	885	737	83,3	608,33	59,39	977	814	83,3	613,82	61,87
	Municipal	Urbana	994	760	76,5	463,84	52,31	591	514	87,0	565,56	57,44
		Rural	409	102	24,9	218,87	30,75	153	70	45,8	263,91	32,73
		Total	1.403	862	61,4	434,86	49,76	744	584	78,5	529,41	54,48
	Total	Urbana	1.724	1.428	82,8	548,68	57,00	1.395	1.265	90,7	611,45	61,54
		Rural	564	171	30,3	231,96	30,84	326	133	40,8	265,65	32,60
		Total	2.288	1.599	69,9	514,81	54,20	1.721	1.398	81,2	578,56	58,79

(Continua)

(Conclusão)

UF	Dependência	Localização	5º Ano					9º Ano				
			# Escolas	# Escolas Participantes PB	%Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 5º Ano	# Escolas	# Escolas Participantes PB	%Escolas Participantes PB	Média de Matrículas na Escola	Média de Matrículas no 9º Ano
SE	Estadual	Urbana	202	176	87,1	486,41	47,35	206	180	87,4	697,11	68,56
		Rural	27	12	44,4	349,25	30,42	22	9	40,9	449,44	37,78
		Total	229	188	82,1	477,65	46,27	228	189	82,9	685,32	67,10
	Municipal	Urbana	255	224	87,8	474,08	56,19	140	102	72,9	664,29	62,42
		Rural	402	183	45,5	278,70	32,69	158	83	52,5	398,23	36,75
		Total	657	407	61,9	386,23	45,60	298	185	62,1	544,92	50,90
	Total	Urbana	457	400	87,5	479,51	52,29	346	282	81,5	685,24	66,34
		Rural	429	195	45,5	283,04	32,55	180	92	51,1	403,24	36,85
		Total	886	595	67,2	415,12	45,81	526	374	71,1	615,87	59,09
SP	Estadual	Urbana	1.694	1.667	98,4	725,52	114,58	3.559	3.531	99,2	935,07	132,85
		Rural	79	54	68,4	362,89	41,44	139	109	78,4	412,81	58,34
		Total	1.773	1.721	97,1	714,15	112,29	3.698	3.640	98,4	919,43	130,62
	Municipal	Urbana	4.139	3.975	96,0	544,12	93,38	1.430	1.401	98,0	735,54	101,25
		Rural	512	209	40,8	217,33	35,45	94	59	62,8	334,36	41,51
		Total	4.651	4.184	90,0	527,80	90,49	1.524	1.460	95,8	719,33	98,83
	Total	Urbana	5.833	5.642	96,7	597,72	99,65	4.989	4.932	98,9	878,39	123,87
		Rural	591	263	44,5	247,22	36,68	233	168	72,1	385,26	52,43
		Total	6.424	5.905	91,9	582,11	96,84	5.222	5.100	97,7	862,15	121,52
TO	Estadual	Urbana	234	211	90,2	454,57	49,73	277	259	93,5	533,29	69,39
		Rural	51	12	23,5	268,50	30,75	46	18	39,1	300,89	31,06
		Total	285	223	78,2	444,56	48,71	323	277	85,8	518,19	66,90
	Municipal	Urbana	260	207	79,6	388,33	49,19	101	76	75,2	490,22	50,18
		Rural	132	32	24,2	250,00	29,28	131	20	15,3	283,00	29,15
		Total	392	239	61,0	369,81	46,52	232	96	41,4	447,05	45,80
	Total	Urbana	494	418	84,6	421,77	49,46	378	335	88,6	523,52	65,04
		Rural	183	44	24,0	255,05	29,68	177	38	21,5	291,47	30,05
		Total	677	462	68,2	405,89	47,58	555	373	67,2	499,88	61,47
Total	Estadual	Urbana	10.724	9.530	88,9	607,45	68,44	17.641	16.335	92,6	760,42	93,07
		Rural	1.744	722	41,4	309,62	34,74	2.615	1.163	44,5	343,62	41,55
		Total	12.468	10.252	82,2	586,48	66,07	20.256	17.498	86,4	732,72	89,64
	Municipal	Urbana	26.835	24.058	89,7	472,83	68,39	11.829	10.274	86,9	636,10	74,18
		Rural	16.267	6.690	41,1	266,42	34,33	9.982	3.982	39,9	326,10	35,66
		Total	43.102	30.748	71,3	427,92	60,98	21.811	14.256	65,4	549,51	63,42
	Total	Urbana	37.559	33.588	89,4	511,03	68,40	29.470	26.609	90,3	712,42	85,77
		Rural	18.011	7.412	41,2	270,63	34,37	12.597	5.145	40,8	330,06	36,99
		Total	55.570	41.000	73,8	467,57	62,25	42.067	31.754	75,5	650,47	77,87

Fonte: Base de dados da pesquisa

Observa-se, a partir do Gráfico 3 e do Gráfico 4, em conjunto com a Tabela 4, o porte das escolas participantes da PB em 2011. É possível notar, com o número de matrículas na escola e nos períodos em análise, que, em média, as escolas estaduais eram maiores que as municipais e que as urbanas eram maiores que as rurais.

Em média, as escolas estaduais urbanas que ofertaram o 5º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham 607 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 520 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, mais que 211 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 6.775 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 65 alunos matriculados no 5º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 456 matrículas.

Gráfico 3 - Porte das escolas participantes da PB – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

As escolas estaduais rurais que ofertaram o 5º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham, em média, 310 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 257 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, mais que 115 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.758 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava

35 alunos matriculados no 5º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 226 matrículas.

Em média, as escolas municipais urbanas que ofereceram o 5º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham 473 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 402 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, mais que 188 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 3.043 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 68 alunos matriculados no 5º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 517 matrículas.

As escolas municipais rurais que ofereceram o 5º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham, em média, 266 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 227 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, mais que 106 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.749 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 34 alunos matriculados no 5º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 293 matrículas.

Em relação ao 9º ano, em média, as escolas estaduais urbanas que participaram da edição 2011 da PB tinham 760 alunos matriculados, 50% das escolas, menos que 673 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, mais que 295 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 6.775 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 93 alunos matriculados no 9º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 842 matrículas.

As escolas estaduais rurais que ofertaram o 9º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham, em média, 344 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 281 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, tinham mais que 131 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 2.017 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 42 alunos matriculados no 9º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 217 matrículas.

Em média, as escolas municipais urbanas que ofertaram o 9º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham 636 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 583 alunos matriculados e mais de 90% dessas instituições, mais que 293 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 3.043 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 74 alunos matriculados no 9º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 895 matrículas.

As escolas municipais rurais que ofereceram o 9º ano e participaram da edição 2011 da PB tinham, em média, 326 alunos matriculados, 50% das escolas, mais que 283 alunos

matriculados e mais de 90% dessas instituições, tinham mais que 158 alunos matriculados, sendo que a maior escola desse grupo tinha 1.749 alunos matriculados. Em média, o grupo apresentava 36 alunos matriculados no 9º ano, e a escola com mais alunos matriculados nesse período tinha 300 matrículas.

Gráfico 4 - Porte das escolas participantes da PB – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Considerando o critério para que uma escola/turma participasse da PB, é compreensível que as escolas rurais tenham atingido nível tão inferior de participação quando comparadas às instituições urbanas. Esse fato, por si só, já sugere a ausência de equidade e eficiência limitada da PB para avaliar o desempenho da Educação do Campo, não cumprindo assim o seu papel: estabelecer parâmetros para que as políticas públicas voltadas à educação básica sejam ajustadas às necessidades específicas do campo.

Ao final dessas duas últimas seções, entendeu-se que o quinto objetivo específico – descrever a população participante do estudo – tenha sido alcançado. A partir desse ponto, a

população do estudo ficou limitada às escolas estaduais e municipais, rurais e urbanas que ofertaram o 5º ou o 9º ano da educação básica e que participaram da edição de 2011 da PB. Para esse estrato— o estudo é censitário, o que dispensou os princípios, pressupostos e testes da aplicação da estatística inferencial.

5.4 *Desempenho das escolas*

O objetivo principal desta pesquisa era analisar o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertaram a educação fundamental (5º e 9º anos), conforme as Unidades da Federação (UFs), a dependência administrativa (estadual e municipal), a localização (rural e urbana) das escolas e o local de moradia dos alunos como grupos de comparação.

Nessa etapa do trabalho— procurou-se evidenciar se tais fatores (grupos) realmente influenciaram no desempenho escolar e, em caso positivo, seria verificado o nível. Para tanto, nas próximas seções, buscou-se alcançar do sexto ao décimo objetivo específico, a saber: descrever o perfil médio do Ensino Fundamental brasileiro; analisar as diferenças nos rendimentos escolares médios, conforme a localização das escolas e a dependência administrativa; relacionar o perfil socioeconômico das escolas ao desempenho destas; examinar as diferenças de desempenho das escolas, de acordo com o local de residência dos alunos; e formar e analisar grupos homogêneos de escolas, considerando as variáveis de desempenho.

É preciso destacar, ainda, que se trata de um estudo populacional (censo). Foram encontrados os verdadeiros resultados da população, não sendo necessários testes estatísticos e avaliação de pressupostos, procedimentos indispensáveis quando se trabalha com dados amostrais.

Os dados foram analisados em etapas: na primeira, procedeu-se à análise descritiva geral das variáveis presentes no estudo avaliando as medidas de tendência central, dispersão e distribuição das variáveis; na segunda, analisou-se a correlação entre as principais variáveis presentes no estudo; na terceira, as variáveis de desempenho foram analisadas considerando os diversos níveis ou fatores, conforme proposto nos objetivos; e na última, analisou-se o perfil dos diversos grupos formados na análise de agrupamento.

5.4.1 Avaliação Geral das Variáveis

Pode-se observar, na Tabela 5, no Gráfico 5 e no Gráfico 6, o perfil univariado das principais variáveis presentes no estudo – esse perfil é geral, sem considerar os diversos níveis de análise. Ao analisar a Tabela 5, destaca-se o melhor desempenho médio das turmas do 9º ano em relação às do 5º ano nas provas de Língua Portuguesa e Matemática. Contudo, o IDEB médio do 9º ano foi inferior ao do 5º ano.

Como o IDEB é calculado em função da nota nas referidas provas e dos índices de aprovação, como a nota média nas provas do 9º ano foi mais alta que a do 5º ano, espera-se que a aprovação nos anos finais (6º ao 9º ano) tenha sido inferior à dos anos iniciais (1º ao 5º ano). Outro ponto relevante se refere à constatação de que o índice médio de abandono dos anos finais, que foi bem superior ao índice médio de abandono dos anos iniciais e, ao mesmo tempo, o IDC médio dos anos finais foi inferior ao dos anos iniciais. Como esse indicador mede a disponibilidade dos alunos (não se ocupam de tarefas domésticas e trabalho), tal relação pode sugerir que, ao se dedicarem ao trabalho, apresentam maiores chances de abandonar os estudos.

Tabela 5 - Média e desvio-padrão das principais variáveis presentes no estudo

Variáveis	5º Ano			9º Ano		
	Média	Desvio padrão	N	Média	Desvio padrão	N
NUM_MATRICULAS	62,25	42,65	40995	77,87	57,95	31753
INDICE_RURALIDADE	0,24	0,35	40995	0,26	0,35	31753
IDADE_MEDIA	11,70	0,94	40995	15,67	0,96	31753
MEDIA_LP	184,03	22,38	40381	235,97	19,97	30820
MEDIA_MT	202,69	26,10	40381	242,96	22,20	30820
NOTA_MED_PADR	5,18	0,89	40380	4,65	0,69	30820
IDEB2011	4,69	1,08	40363	3,85	0,87	30810
APROVACAO	89,99	8,79	40980	82,41	11,97	31738
REPROVACAO	8,30	7,28	40980	13,00	9,59	31738
ABANDONO	1,71	3,08	40980	4,59	5,73	31738
ISE	20,44	4,02	40775	21,56	4,33	31554
ISF	9,60	0,60	40777	9,41	0,52	31556
ILC	10,39	1,82	40758	11,18	1,25	31557
IDC	13,45	1,21	40775	11,92	1,10	31563

Fonte: Base de dados da pesquisa

Além da Tabela 5, o Gráfico 5 e o Gráfico 6 apresentam o perfil univariado geral das variáveis de desempenho utilizadas no modelo. Ao analisar os histogramas e os gráficos de caixa, é possível constatar a distribuição aparente das variáveis e a presença de valores

extremos em cada uma delas. Tanto para o 5º quanto para o 9º ano, as variáveis idade média e taxa de abandono são positivamente assimétricas, a variável taxa de aprovação é negativamente assimétrica e as variáveis nota na prova de Matemática, nota na prova de Língua Portuguesa e IDEB são aproximadamente simétricas.

A presença de valores extremos é muito intensa nas variáveis idade média, taxa de aprovação e taxa de abandono. Esses valores sinalizam as possibilidades de grupos de escolas com desempenho inadequado, quando os valores extremos não são os esperados ou desejados e, no outro extremo, sinalizam a possibilidade de grupos de escolas com desempenho superior, momento em que os valores extremos são os esperados ou desejados. Nesse sentido, uma análise mais adequada de desempenho será possível a partir da análise multivariada das variáveis.

Gráfico 5 - Perfil univariado das variáveis do 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Pode-se observar que, na Tabela 5 e no Gráfico 5, a idade média no 5º ano era de 11,7 anos, sendo que esta variou entre 8,09 e 19,91 anos. Em 75% das escolas, a idade média no 5º ano era inferior a 12 anos. Para essa variável, algumas datas de nascimento apresentavam problemas e, portanto, foram desconsideradas.

A nota média em Matemática foi de 202,69 pontos, com variação entre 130,5 e 314,5 pontos. A nota média em Língua Portuguesa foi de 184 pontos, variando entre 114,8 e 289,7 pontos.

A taxa média de aprovação foi de 90%, variando entre 22,7% e 100% – de 25% das escolas apresentaram taxa de aprovação inferior a 85%. Enquanto isso, a taxa média de abandono foi de 1,71%, variando entre 0% e 69,8% – mais de 40% das escolas apresentaram taxa de 0% de abandono.

O IDEB médio foi de 4,69, variando entre 1,2 e 8,6. Pouco mais de 10% das escolas apresentaram IDEB acima de 6, valor que é meta do Brasil para o ano de 2022.

Gráfico 6 - Perfil univariado das variáveis do 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Pode-se observar, na Tabela 5 e no Gráfico 6, que a idade média dos alunos no 9º ano era de 15,67 anos, variando variou entre 13,1 e 19,99 anos, sendo que, em cerca de 20% das escolas, a idade média no 9º ano era inferior a 15 anos e, em aproximadamente 20% das escolas, a idade média no 9º ano era superior a 16 anos. Para essa variável, poucas datas de nascimento apresentavam problemas e, portanto, foram desconsideradas.

A nota média em Matemática foi de 242,96 pontos, com variação entre 157,43 pontos e 347,10; a nota média em Língua Portuguesa foi de 235,97 pontos, variando entre 147,77 e 321,46 pontos; a taxa média de aprovação foi de 82,41%, variando entre 15,2% e 100% – quase 40% das escolas apresentaram taxa de aprovação inferior a 80%; a taxa média de abandono foi de 4,59%, variando entre 0% e 66 – quase 15% das escolas apresentaram taxa de abandono superior a 100%; e o IDEB médio foi de 3,85, variando entre 0,8 e 7,8. Pouco mais de 10% das escolas apresentaram IDEB acima de 5, e menos de 1% das escolas tiveram o índice acima de 6, valor que é meta do Brasil para o ano de 2022.

Ao chegar nesse ponto do estudo, houve uma evolução no que tange ao alcance do sexto objetivo específico, que trata da descrição do perfil médio do ensino público

fundamental brasileiro, Foram descritos o desempenho médio das escolas e as características socioeconômicas médias.

A seguir, analisou-se a correlação entre as principais variáveis contempladas neste estudo para o 5º e para o 9º.

5.4.2 *Análise de Correlação*

Nesta etapa, buscou-se entender a correlação entre as diversas variáveis utilizadas no estudo, com vistas a alcançar o oitavo objetivo específico, que diz respeito a relacionar o perfil socioeconômico das escolas ao desempenho destas. Para o alcance desse objetivo, foram definidas as variáveis que caracterizariam o rendimento escolar (objetivo específico número 2) e os indicadores que diferenciam o perfil socioeconômico das escolas (objetivo específico número 3), para, então, correlacionar tais indicadores.

Os coeficientes de correlação (Bravais-Pearson) entre as principais variáveis investigadas no estudo são apresentados na Tabela 6. Destaca-se que os coeficientes de correlação acima da diagonal principal se referem às variáveis do 9º ano, enquanto os coeficientes abaixo da diagonal principal compreendem as variáveis do 5º ano.

Ao proceder ao cálculo dos coeficientes de correlação entre as principais variáveis investigadas no estudo, verifica-se que, dos 91 coeficientes calculados para cada ano, apenas os de correlação entre as variáveis ILC e ISE e ILC e nota média padronizada, para o 9º ano, não foram significativos do ponto de vista estatístico. Somente um dos coeficientes é significativo ao nível de 0,05 ($\alpha = 0,05$), sendo que todos os outros coeficientes de correlação são significantes a 0,01 ($\alpha = 0,01$).

Alguns pares de variáveis são altamente correlacionados. O IDEB está fortemente correlacionado com as notas obtidas nas provas de Língua Portuguesa e Matemática e com a nota média padronizada, bem como ao índice de aprovação, já que aquele é calculado a partir destes; mas diferenças podem ser observadas ao se analisar os anos. No 5º ano, a correlação do IDEB com as notas de Língua Portuguesa e Matemática e com a nota média padronizada são superiores a 0,9, enquanto a correlação com o índice de aprovação é de 0,73. No 9º ano, a correlação entre o IDEB e essas variáveis varia entre 0,75 e 0,77.

Considerando as médias das variáveis observadas na Tabela 5 e a relação de dependência das variáveis notas nas provas e aprovação (causas) com a variável IDEB (efeito)

e os índices de correlação verificados, os resultados sugerem que o IDEB do 5º ano é fortemente influenciado, de maneira positiva, pela aprovação, ao passo que, no 9º ano, o mesmo item contribui de forma mais moderada para a formação daquele indicador.

Tais resultados podem sugerir que, no 5º ano, a aprovação poderia estar sendo utilizada para inflar o IDEB, em consonância com o argumento de Carvalho (2001), quando afirma que no uso dos indicadores de desempenho – nesse caso, nota em Matemática e nota em Língua Portuguesa – há alguma relação entre esses indicadores e a aprendizagem dos alunos. Porém, essa relação é intermediada pelas políticas educacionais que poderiam, por exemplo, levar a fortes pressões pela diminuição drástica do número de reprovados.

Destaca-se a correlação entre o índice de ruralidade da turma e as outras variáveis do estudo. No 5º ano, compreende-se que tal índice está associado positivamente com a idade média (0,238), a reprovação (0,147) e o abandono (0,097), e negativamente com as demais variáveis. Isso significa que, de um lado, à medida que se aumenta a proporção de alunos residentes em áreas rurais nas turmas do 5º ano, eleva-se a idade média dessas turmas, bem como o índice de reprovação e abandono. Por outro lado, ao notar o incremento da proporção de alunos residentes em áreas rurais nas turmas do 5º ano, há simultaneamente a queda nos outros indicadores, como IDEB, notas nas provas, aprovação, indicadores socioeconômicos, de suporte familiar, leitura e cultura, assim como na disponibilidade e no comprometimento, embora neste último ocorra de forma menos importante.

Tabela 6 - Coeficientes de correlação (Bravais-Pearson) entre as principais variáveis constantes no estudo

	Correlações													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1 - NUM_MATRICULAS		- 0,35	- 0,09	0,13	0,07	0,10	0,10	0,04	- 0,03	- 0,03	0,30	0,20	- 0,03	- 0,22
2 - INDICE_RURALIDADE	- 0,35		0,18	- 0,36	- 0,26	- 0,32	- 0,21	0,02	- 0,08	0,11	- 0,57	- 0,31	- 0,14	0,34
3 - IDADE_MEDIA	- 0,17	0,24		- 0,40	- 0,38	- 0,40	- 0,52	- 0,42	0,19	0,56	- 0,38	- 0,37	0,03	0,04
4 - MEDIA_LP	0,17	- 0,35	- 0,44		0,91	0,98	0,77	0,21	- 0,06	- 0,36	0,67	0,43	0,03	- 0,18
5 - MEDIA_MT	0,15	- 0,31	- 0,43	0,94		0,98	0,77	0,20	- 0,05	- 0,35	0,64	0,39	- 0,01	- 0,14
6 - NOTA_MED_PADR	0,16	- 0,33	- 0,44	0,98	0,99		0,79	0,21	- 0,06	- 0,36	0,67	0,42	0,01	- 0,16
7 - IDEB2011	0,17	- 0,31	- 0,55	0,92	0,92	0,93		0,76	- 0,60	- 0,59	0,55	0,43	- 0,05	- 0,09
8 - APROVACAO	0,11	- 0,16	- 0,48	0,45	0,44	0,45	0,73		- 0,88	- 0,61	0,18	0,26	- 0,09	0,02
9 - REPROVACAO	- 0,11	0,15	0,40	- 0,38	- 0,37	- 0,38	- 0,67	- 0,94		0,17	- 0,02	- 0,11	0,08	- 0,06
10 - ABANDONO	- 0,08	0,10	0,42	- 0,39	- 0,38	- 0,39	- 0,54	- 0,62	0,33		- 0,34	- 0,35	0,04	0,06
11 - ISE	0,29	- 0,52	- 0,44	0,70	0,67	0,70	0,67	0,38	- 0,32	- 0,33		0,56	0,00	- 0,43
12 - ISF	0,22	- 0,36	- 0,38	0,55	0,53	0,55	0,54	0,33	- 0,28	- 0,29	0,65		0,15	- 0,09
13 - ILC	0,22	- 0,44	- 0,28	0,43	0,40	0,42	0,41	0,24	- 0,21	- 0,19	0,56	0,50		0,34
14 - IDC	0,03	- 0,09	- 0,19	0,35	0,35	0,35	0,35	0,21	- 0,19	- 0,16	0,24	0,27	0,36	

Apenas as correlações para o 9º ano entre ILC e ISE, ILC e NOTA_MED_PADR e ILC e MEDIA_MT não são significativas no nível de 0,01 (2 extremidades)

As correlações acima da diagonal representam as correlações entre as variáveis do 9º ano e abaixo da diagonal, do 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Outro ponto de destaque é a correlação entre a idade média dos alunos e as demais variáveis do estudo. Ao analisar o 5º ano, verifica-se que a variável está associada positivamente com o índice de ruralidade (0,238), a reprovação (0,395) e o abandono (0,419), e associada negativamente com a nota em Matemática (-0,431), a nota em Língua Portuguesa (0,441), a aprovação (-0,475), o ISE (-0,439), o ISF (-0,375), o ILC (-0,277) e o IDC (-0,189). Para o 9º ano, as correlações se mantêm, embora ligeiramente mais fracas, exceto para a correlação entre idade média e abandono (0,562), indicando que a elevação da idade média no período e a evasão escolar estão fortemente associadas. Cumpre afirmar que essas correlações entre idade média no período e as variáveis de desempenho e de perfil socioeconômico encontradas estão em consonância com as pesquisas anteriores.

Para Marchesi e Pérez (2004), apesar de a defasagem idade-série ter diminuído, ela ainda é apontada como importante integrante do fracasso escolar, tanto como causa quanto como consequência desse fenômeno. Entre as características típicas do percurso escolar das camadas populares, uma bastante presente em diversos estudos é a tendência às interrupções (PORTES, 1993; 2000; ZAGO, 2000; VIANA, 2007; BARROS, 2013), em que as suas causas dizem respeito às interrupções, à necessidade de trabalhar (PORTES, 1993, BARROS, 2013) e à desmotivação por causa das retenções escolares (JACOMINI, 2010, BARROS, 2013); conseqüentemente, há a defasagem idade-série.

Por fim, voltando ao oitavo objetivo específico, que busca relacionar o perfil socioeconômico das escolas ao desempenho destas, é notado que o indicador socioeconômico criado para este estudo (ISE) está fortemente relacionado com as variáveis de desempenho utilizadas nesta pesquisa.

Quando se analisa o 5º ano, estas correlações são positivas e igual a 0,698 com a nota em Língua Portuguesa, 0,674 com a nota em Matemática, 0,672 com o IDEB e 0,375 com a taxa de aprovação e negativas e igual a -0,439 com a idade média, -0,315 com a taxa de reprovação e -0,327 com a taxa de abandono.

Enquanto isso, ao analisar o 9º ano, as correlações são ligeiramente menores, mas, ainda sim, todas são estatisticamente significantes. Tais correlações são: positivas e iguais a 0,671, com a nota em Língua Portuguesa; 0,636, com a nota em Matemática; 0,548, com o IDEB; e 0,180, com a taxa de aprovação; e negativas e iguais a -0,383, com a idade média; -0,23, com a taxa de reprovação; e -0,339, com a taxa de abandono.

Os resultados permitem afirmar que o desempenho das escolas, independentemente da localização, é bastante influenciado pelas condições socioeconômicas das famílias e, por consequência, das escolas.

É possível salientar que, a partir das correlações encontradas entre o indicador de suporte familiar (ISF), o indicador de leitura e cultura (ILC) e o indicador de dedicação e comprometimento (IDC) com os indicadores de desempenho das escolas – instituições em que, em média, a família se envolve e suporta o desenvolvimento mais amplo do aluno –, os resultados delas tendem a ser melhores.

Isso é apontado por Alves e Soares (2013), posto que, além da relação entre o nível socioeconômico dos alunos e o resultado escolar, as condições de infraestrutura e complexidade das escolas se relacionam com o seu desempenho. Os estudantes que têm menores condições socioeconômicas e suporte familiar (trazem menos de casa), precisariam de escolas com melhores estruturas e mais focadas em suas necessidades de aprendizado.

Conforme Ribeiro (2006), no que concerne à participação e ao envolvimento dos pais na educação dos filhos e com a escola, incluindo a participação no colegiado, esta é mais efetiva na instituição que atende um público de poder socioeconômico mais elevado do que naquela que atende um público menos favorecido, com relação ao nível socioeconômico.

Tais resultados também estão em consonância com os aqueles encontrados por Barros (2013), em que a família pode ser um dos fatores determinantes da não frequência escolar de seus filhos em decorrência do baixo envolvimento que ela apresenta na escolarização destes. Isso revela dificuldades dessas famílias em investir na escolarização e, por consequência, os estudantes obtêm piores desempenhos na escola.

Assim como apresentado por Coleman (1966), Bourdieu e Passeron (2008), essas correlações encontradas sugerem que os resultados escolares são fortemente associados à origem social e cultural dos alunos matriculados nas escolas.

As correlações encontradas entre os quatro indicadores criados para este estudo e os indicadores de desempenho sugerem que tais indicadores são relevantes e adequados para a análise das condições socioeconômicas das escolas.

5.4.3 *Análise de Desempenho entre Fatores*

Nesta etapa do trabalho, buscou-se analisar os rendimentos escolares médios conforme a localização das escolas e a dependência administrativa (sétimo objetivo específico). Vale lembrar que os resultados encontrados são os da população e, portanto, não são necessários testes estatísticos para aceitar ou rejeitar as diferenças ora encontradas. Na formação dos

subconjuntos homogêneos de UFs, utilizou-se o teste *post hoc* HSD de Tukey para a formação desses subconjuntos como forma de analisar a homogeneidade (médias iguais) entre os grupos formados.

Esta etapa do trabalho foi conduzida observando o desempenho das escolas e como as variáveis de desempenho foram utilizadas idade média no período em análise (defasagem idade/série), a nota na prova de Matemática, a nota na prova de Língua Portuguesa, a taxa de aprovação, a taxa de abandono e o IDEB – os resultados estão separados por etapa de ensino (5º e 9º anos). O número total de escolas analisadas foi ligeiramente inferior ao de escolas participantes da Prova Brasil apresentado na Tabela 4, pois, nesta etapa, foram consideradas somente as instituições que possuíam valores válidos para todas as variáveis (eliminação dos valores ausentes por lista – *listwise*).

5.4.3.1 *Análise de Desempenho do 5º Ano*

Os resultados do desempenho médio das escolas que ofertaram o 5º ano em 2011 estão descritos nesta seção. Para cada uma das variáveis de desempenho, procedeu-se ao cálculo de sua média para cada um dos níveis de análise e foi estabelecida a comparação entre as médias dos diversos níveis. Os resultados estão ilustrados em várias tabelas – da Tabela 7 à Tabela 13 – e em diversos gráficos – do Gráfico 7 ao Gráfico 12.

Pode-se observar, na Tabela 7 – considerando as Unidades da Federação, a dependência administrativa e a localização como fatores de análise –, a quantidade de escolas, os valores médios para cada uma das variáveis de desempenho analisadas e as diferenças entre os valores médios de cada nível. Para cada Unidade da Federação, comparou-se o desempenho médio entre as escolas estaduais e municipais (Dif. Méd. E-M) e entre as escolas rurais e urbanas (Dif. Méd. U-R). Tais diferenças também foram calculadas para o agregado Brasil.

Ao constatar o total dessa tabela, pode-se afirmar que no Brasil (última parte da tabela), conforme todos os indicadores de desempenho, as escolas rurais que ofertaram o 5º ano da educação básica tiveram desempenho inferior às instituições urbanas que disponibilizaram o mesmo período, tanto na rede municipal quanto na rede estadual (as escolas municipais tiveram desempenho inferior ao das escolas estaduais).

Tabela 7 - Comparação de desempenho – 5º ano

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
AC	Estadual - E	Urbana - U	79	11,38	0,38	-0,48		200,62	13,66	19,66		186,74	12,94	17,12		92,89	4,81	2,11		0,94	1,39	-0,80		4,82	0,57	0,76	
		Rural - R	21	11,86	0,48			180,96	16,13			169,62	14,95			90,77	7,41			1,74	1,85			4,06	0,61		
		Total	100	11,48	0,44			196,49	16,26			183,15	15,04			92,44	5,48			1,11	1,52			4,66	0,65		
	Municipal - M	Urbana - U	69	11,65	0,39	-0,31		198,17	17,39	17,34		181,33	13,32	14,95		89,78	6,58	1,14		1,78	2,76	-0,58		4,52	0,70	0,62	
		Rural - R	18	11,97	0,50			180,83	20,75			166,38	20,72			88,64	6,51			2,36	2,22			3,91	0,80		
		Total	87	11,72	0,43			194,58	19,34			178,23	16,20			89,54	6,55			1,90	2,66			4,39	0,76		
	Total	Urbana - U	148	11,51	0,40	-0,40		199,48	15,51	18,58		184,22	13,35	16,09		91,44	5,89	1,65		1,33	2,17	-0,69		4,68	0,65	0,69	
		Rural - R	39	11,91	0,49			180,90	18,15			168,13	17,67			89,79	7,00			2,02	2,02			3,99	0,70		
		Total	187	11,59	0,45			195,60	17,74			180,86	15,74			91,09	6,16			1,48	2,16			4,54	0,71		
AL	Estadual - E	Urbana - U	103	11,99	0,62	-0,08		176,58	16,54	13,51		161,43	14,43	14,96		78,58	10,72	-1,30		5,97	5,08	1,88		3,34	0,78	0,33	
		Rural - R	12	12,08	0,36			163,07	14,54			146,47	7,82			79,88	6,86			4,09	3,92			3,01	0,44		
		Total	115	12,00	0,59			175,17	16,80			159,87	14,60			78,72	10,37			5,78	4,99			3,31	0,76		
	Municipal - M	Urbana - U	434	11,91	0,50	-0,25		174,10	16,06	8,19		158,22	14,95	8,54		83,77	8,08	1,59		3,63	3,03	0,37		3,48	0,67	0,31	
		Rural - R	326	12,16	0,60			165,91	18,03			149,68	15,64			82,18	9,72			3,26	3,56			3,18	0,75		
		Total	760	12,02	0,56			170,59	17,40			154,55	15,81			83,09	8,85			3,47	3,27			3,35	0,72		
	Total	Urbana - U	537	11,93	0,53	-0,23		174,57	16,17	8,76		158,83	14,89	9,27		82,77	8,87	0,67		4,08	3,63	0,79		3,46	0,70	0,28	
		Rural - R	338	12,16	0,60			165,81	17,90			149,56	15,43			82,10	9,63			3,29	3,57			3,17	0,75		
		Total	875	12,02	0,57			171,19	17,38			155,25	15,75			82,51	9,17			3,77	3,63			3,35	0,73		
AM	Estadual - E	Urbana - U	285	11,67	0,43	-0,30		204,11	21,94	27,90		184,21	17,49	27,14		91,94	6,27	3,55		2,13	2,36	-0,41		4,80	0,83	1,09	
		Rural - R	25	11,97	0,57			176,21	21,78			157,07	15,21			88,39	6,16			2,54	2,10			3,71	0,73		
		Total	310	11,69	0,45			201,86	23,18			182,02	18,81			91,65	6,32			2,16	2,34			4,71	0,87		
	Municipal - M	Urbana - U	396	11,89	0,46	-0,71		192,66	16,94	25,83		177,94	14,75	25,47		82,94	8,06	3,38		3,30	2,94	-1,73		4,03	0,65	0,95	
		Rural - R	143	12,60	1,00			166,83	15,92			152,47	16,18			79,56	10,49			5,03	4,75			3,09	0,65		
		Total	539	12,08	0,72			185,80	20,20			171,18	18,85			82,04	8,89			3,76	3,59			3,78	0,77		
	Total	Urbana - U	681	11,80	0,46	-0,71		197,45	19,99	29,23		180,56	16,24	27,41		86,71	8,59	5,84		2,81	2,77	-1,85		4,35	0,82	1,17	
		Rural - R	168	12,51	0,98			168,22	17,18			153,15	16,08			80,87	10,44			4,66	4,54			3,18	0,70		
		Total	849	11,94	0,66			191,67	22,68			175,14	19,54			85,55	9,28			3,18	3,28			4,12	0,93		
AP	Estadual - E	Urbana - U	88	11,63	0,47	-0,39		180,56	9,65	10,22		168,43	10,58	12,15		87,68	7,43	3,35		2,19	2,71	-0,09		3,91	0,54	0,48	
		Rural - R	36	12,02	0,53			170,34	13,90			156,28	10,93			84,33	7,47			2,28	2,93			3,43	0,54		
		Total	124	11,74	0,52			177,59	11,94			164,90	11,99			86,71	7,57			2,22	2,76			3,77	0,58		
	Municipal - M	Urbana - U	73	11,64	0,49	0,03		180,25	13,01	4,01		166,96	13,45	-2,49		91,20	6,30	-0,07		1,67	1,60	0,32		4,03	0,64	0,05	
		Rural - R	6	11,61	0,44			176,25	6,57			169,45	6,28			91,27	1,63			1,35	1,49			3,98	0,21		
		Total	79	11,64	0,49			179,95	12,65			167,15	13,03			91,21	6,07			1,64	1,59			4,03	0,62		
	Total	Urbana - U	161	11,63	0,48	-0,33		180,42	11,26	9,24		167,76	11,95	9,60		89,28	7,14	3,96		1,95	2,28	-0,19		3,97	0,59	0,46	
		Rural - R	42	11,96	0,54			171,18	13,21			158,16	11,34			85,32	7,35			2,15	2,78			3,51	0,54		
		Total	203	11,70	0,51			178,51	12,25			165,77	12,42			88,46	7,34			1,99	2,39			3,87	0,61		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
BA	Estadual - E	Urbana - U	120	12,35	0,74	-0,27	0,21	187,37	16,16	5,49	3,14	170,25	15,82	10,63	2,44	77,82	11,58	-3,68		3,89	4,93	-4,61	0,20	3,60	0,84	0,15	
		Rural - R	4	12,62	0,67			181,88	17,61			159,62	4,68			81,50	16,18			8,50	14,46			3,45	0,65		
		Total	124	12,36	0,73			187,19	16,16			169,91	15,69			77,94	11,69			4,04	5,41			3,59	0,84		
	Municipal - M	Urbana - U	2.134	12,09	0,64	-0,20		187,98	15,85	11,55		171,88	14,51	12,98		83,36	9,46	-0,37		4,03	4,12	0,58		3,88	0,71	0,37	-0,16
		Rural - R	1.100	12,29	0,73			176,44	16,75			158,90	14,45			83,73	10,31			3,45	3,87			3,51	0,69		
		Total	3.234	12,16	0,68			184,06	17,06			167,46	15,74			83,48	9,76			3,83	4,05			3,76	0,72		
	Total	Urbana - U	2.254	12,10	0,65	-0,18		187,95	15,87	11,49		171,79	14,59	12,89		83,06	9,66	-0,66		4,02	4,17	0,55		3,87	0,72	0,36	
		Rural - R	1.104	12,29	0,73			176,46	16,75			158,90	14,43			83,72	10,33			3,47	3,95			3,51	0,69		
		Total	3.358	12,16	0,68			184,17	17,04			167,55	15,74			83,28	9,89			3,84	4,11			3,75	0,73		
CE	Estadual - E	Urbana - U	29	11,94	0,61	-0,56	0,19	193,38	22,01	28,78		180,82	21,20	28,11		86,20	11,43	4,10		4,39	4,30	0,81	2,85	4,30	1,10	0,05	0,02
		Rural - R	4	12,49	0,26			164,61	14,76			152,72	16,39			82,10	8,19			3,58	4,59			3,15	0,70		
		Total	33	12,01	0,60			189,90	23,14			177,42	22,47			85,70	11,07			4,29	4,27			4,16	1,12		
	Municipal - M	Urbana - U	1.316	11,81	0,46	-0,02		199,67	21,62	3,55	-8,47	183,15	17,11	2,42	-4,84	90,54	7,09	-2,45		1,80	2,43	0,97		4,63	0,82	0,59	
		Rural - R	764	11,83	0,51			196,12	24,04			180,73	18,94			92,99	6,16			0,83	1,33			4,65	0,87		
		Total	2.080	11,81	0,48			198,36	22,60			182,26	17,84			91,44	6,86			1,44	2,15			4,64	0,84		
	Total	Urbana - U	1.345	11,81	0,46	-0,02		199,53	21,64	3,58		183,10	17,21	2,52		90,44	7,23	-2,49		1,85	2,52	1,01		4,62	0,83	0,60	
		Rural - R	768	11,83	0,51			195,95	24,10			180,58	19,02			92,93	6,21			0,84	1,37			4,64	0,88		
		Total	2.113	11,82	0,48			198,23	22,63			182,18	17,92			91,35	6,98			1,48	2,22			4,63	0,85		
DF	Estadual - E	Urbana - U	298	11,42	0,23	-0,23		224,59	14,66	7,61		205,53	12,88	8,71		90,66	4,20	1,00		0,62	1,15	0,24		5,43	0,59	0,35	
		Rural - R	39	11,64	0,25			216,98	16,69			196,82	11,23			89,66	4,07			0,38	0,86			5,08	0,54		
		Total	337	11,44	0,25			223,71	15,08			204,52	12,99			90,54	4,19			0,59	1,12			5,39	0,60		
	Total	Urbana - U	298	11,42	0,23	-0,23		224,59	14,66	7,61		205,53	12,88	8,71		90,66	4,20	1,00		0,62	1,15	0,24		5,43	0,59	0,35	
		Rural - R	39	11,64	0,25			216,98	16,69			196,82	11,23			89,66	4,07			0,38	0,86			5,08	0,54		
		Total	337	11,44	0,25			223,71	15,08			204,52	12,99			90,54	4,19			0,59	1,12			5,39	0,60		
ES	Estadual - E	Urbana - U	158	11,44	0,37	0,10	-0,13	210,65	19,35	4,70	-1,93	190,65	15,55	5,07	-2,28	92,59	4,24	-2,11		1,05	1,55	0,53	0,11	5,03	0,72	0,05	0,01
		Rural - R	15	11,33	0,40			205,95	20,34			185,57	13,89			94,70	4,25			0,52	1,11			4,97	0,74		
		Total	173	11,43	0,37			210,24	19,42			190,21	15,44			92,78	4,27			1,00	1,52			5,02	0,72		
	Municipal - M	Urbana - U	521	11,54	0,32	-0,10		212,91	18,45	6,21		193,47	16,49	8,28	-2,28	91,13	4,98	1,00	1,77	0,94	1,43	0,37		5,04	0,73	0,31	
		Rural - R	70	11,64	0,41			206,70	18,95			185,18	15,24			90,12	7,11			0,56	1,03			4,74	0,72		
		Total	591	11,55	0,33			212,17	18,60			192,49	16,56			91,01	5,28			0,89	1,40			5,01	0,74		
	Total	Urbana - U	679	11,52	0,33	-0,07		212,38	18,68	5,82		192,81	16,31	7,56		91,47	4,86	0,54		0,96	1,46	0,41		5,04	0,73	0,26	
		Rural - R	85	11,59	0,42			206,56	19,08			185,25	14,93			90,93	6,90			0,56	1,04			4,78	0,73		
		Total	764	11,52	0,35			211,73	18,80			191,97	16,33			91,41	5,12			0,92	1,43			5,01	0,73		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
GO	Estadual - E	Urbana - U	250	11,71	0,45	0,05	0,08	214,44	16,80	-20,27	4,98	196,10	14,16	-13,10	3,16	94,47	4,91	-3,33	2,50	0,95	1,81	0,70	-0,29	5,31	0,63	-0,79	0,28
		Rural - R	4	11,66	0,28			234,71	11,41			209,20	12,65			97,80	2,98			0,25	0,50			6,10	0,22		
		Total	254	11,71	0,45			214,76	16,90			196,30	14,21			94,52	4,90			0,94	1,79			5,32	0,63		
	Municipal - M	Urbana - U	958	11,61	0,47	-0,47	0,08	210,79	16,78	16,93	4,98	194,07	14,40	15,44	3,16	92,22	5,89	3,21	2,50	1,22	1,56	-0,20	-0,29	5,08	0,68	0,73	0,28
		Rural - R	61	12,08	0,58			193,87	15,65			178,64	14,85			89,00	8,07			1,42	1,81			4,35	0,68		
		Total	1.019	11,63	0,49			209,78	17,18			193,15	14,87			92,02	6,09			1,23	1,58			5,04	0,70		
	Total	Urbana - U	1.208	11,63	0,47	-0,42	0,08	211,55	16,84	15,17	4,98	194,49	14,37	13,97	3,14	92,68	5,77	3,14	2,50	1,16	1,62	-0,18	-0,29	5,13	0,67	0,67	0,28
		Rural - R	65	12,05	0,57			196,38	18,27			180,52	16,40			89,54	8,13			1,34	1,78			4,46	0,78		
		Total	1.273	11,65	0,48			210,77	17,24			193,78	14,79			92,52	5,95			1,17	1,63			5,09	0,70		
MA	Estadual - E	Urbana - U	200	11,38	0,63	-0,33	-0,43	179,73	15,29	12,42	6,80	168,50	15,42	11,32	9,21	90,10	6,36	2,05	1,02	1,68	2,59	-0,87	-0,74	4,03	0,65	0,46	0,32
		Rural - R	19	11,71	0,88			167,31	17,31			157,18	18,06			88,05	6,73			2,54	3,88			3,57	0,79		
		Total	219	11,41	0,66			178,66	15,83			167,52	15,94			89,92	6,40			1,75	2,72			3,99	0,68		
	Municipal - M	Urbana - U	1.088	11,71	0,48	-0,32	-0,43	175,78	16,66	9,98	6,80	162,35	14,87	10,31	9,21	89,28	6,81	0,96	1,02	2,46	2,80	-0,08	-0,74	3,81	0,64	0,37	0,32
		Rural - R	704	12,03	0,66			165,80	16,53			152,05	15,45			88,32	8,08			2,54	3,30			3,44	0,65		
		Total	1.792	11,83	0,58			171,86	17,31			158,31	15,91			88,90	7,35			2,49	3,01			3,67	0,67		
	Total	Urbana - U	1.288	11,66	0,52	-0,37	-0,43	176,39	16,51	10,55	6,80	163,31	15,11	11,13	9,21	89,41	6,74	1,10	1,02	2,34	2,78	-0,20	-0,74	3,84	0,65	0,40	0,32
		Rural - R	723	12,02	0,66			165,84	16,54			152,18	15,53			88,31	8,04			2,54	3,31			3,44	0,65		
		Total	2.011	11,79	0,60			172,60	17,28			159,31	16,17			89,02	7,26			2,41	2,98			3,70	0,68		
MG	Estadual - E	Urbana - U	1.748	11,34	0,28	-0,14	-0,17	224,06	21,32	18,10	-0,48	202,96	18,66	17,18	0,75	98,46	2,66	-0,26	3,84	0,68	1,27	0,09	0,09	5,85	0,76	0,64	0,24
		Rural - R	97	11,49	0,36			205,96	20,84			185,78	17,56			98,72	2,38			0,59	1,13			5,21	0,71		
		Total	1.845	11,35	0,29			223,11	21,67			202,06	18,99			98,48	2,65			0,68	1,27			5,81	0,77		
	Municipal - M	Urbana - U	2.151	11,50	0,32	-0,18	-0,17	225,18	20,11	11,22	-0,48	202,78	16,76	10,35	9,21	94,57	4,67	-0,42	3,84	0,57	1,01	-0,11	0,09	5,63	0,74	0,36	0,24
		Rural - R	356	11,68	0,40			213,96	22,78			192,43	17,88			95,00	5,47			0,68	1,25			5,27	0,77		
		Total	2.507	11,52	0,34			223,59	20,88			201,31	17,30			94,63	4,79			0,59	1,05			5,58	0,75		
	Total	Urbana - U	3.899	11,43	0,32	-0,21	-0,17	224,68	20,66	12,43	-0,48	202,86	17,64	11,86	9,21	96,32	4,35	0,52	3,84	0,62	1,14	-0,04	0,09	5,72	0,76	0,47	0,24
		Rural - R	453	11,64	0,40			212,24	22,60			191,00	18,00			95,80	5,20			0,66	1,22			5,25	0,76		
		Total	4.352	11,45	0,33			223,38	21,21			201,63	18,04			96,26	4,45			0,62	1,15			5,68	0,77		
MS	Estadual - E	Urbana - U	236	11,92	0,48	-0,10	0,16	218,66	15,26	12,32	7,53	198,77	14,27	8,12	6,16	84,77	7,21	-0,61	-2,60	1,42	1,98	0,28	0,47	4,88	0,74	0,32	0,05
		Rural - R	17	12,02	0,36			206,34	16,00			190,65	14,66			85,38	4,74			1,14	1,43			4,56	0,57		
		Total	253	11,92	0,48			217,83	15,59			198,23	14,41			84,81	7,07			1,41	1,94			4,86	0,73		
	Municipal - M	Urbana - U	311	11,70	0,52	-0,39	0,16	213,87	18,54	24,50	7,53	195,49	16,52	23,53	6,16	87,91	6,59	3,46	-2,60	0,75	1,36	-1,27	0,47	4,94	0,83	0,93	0,05
		Rural - R	53	12,10	0,59			189,37	29,87			171,96	24,28			84,45	9,27			2,02	2,53			4,01	1,21		
		Total	364	11,76	0,55			210,31	22,28			192,06	19,66			87,41	7,13			0,94	1,65			4,80	0,95		
	Total	Urbana - U	547	11,80	0,52	-0,28	0,16	215,94	17,35	22,45	7,53	196,91	15,66	20,41	9,21	86,56	7,03	1,88	-2,60	1,04	1,69	-0,77	0,47	4,91	0,79	0,77	0,05
		Rural - R	70	12,08	0,54			193,49	28,02			176,50	23,65			84,67	8,38			1,81	2,34			4,15	1,11		
		Total	617	11,83	0,53			213,39	20,14			194,59	17,95			86,34	7,21			1,13	1,79			4,83	0,87		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
MT	Estadual - E	Urbana - U	307	11,22	0,29	-0,03		198,15	16,61	7,56		182,61	15,14	3,89		99,63	1,06	0,05		0,05	0,31	-0,14		5,04	0,59	0,20	
		Rural - R	15	11,24	0,29			190,59	15,22			178,72	9,74			99,57	1,49			0,19	0,75			4,83	0,46		
		Total	322	11,22	0,29			197,80	16,60			182,43	14,94			99,62	1,08			0,06	0,34			5,03	0,59		
	Municipal - M	Urbana - U	353	11,46	0,37	-0,31		198,94	17,57	11,72		182,08	16,29	9,54		95,06	4,79	0,16		0,67	1,10	-0,44		4,82	0,66	0,39	
		Rural - R	64	11,77	0,57			187,22	16,21			172,54	14,38			94,89	4,18			1,11	1,45			4,43	0,55		
		Total	417	11,51	0,42			197,14	17,85			180,61	16,36			95,03	4,70			0,74	1,17			4,76	0,66		
	Total	Urbana - U	660	11,35	0,36	-0,32		198,57	17,12	10,71		182,33	15,75	8,61		97,18	4,24	1,40		0,38	0,88	-0,55		4,92	0,64	0,41	
		Rural - R	79	11,67	0,57			187,86	15,99			173,71	13,79			95,78	4,23			0,93	1,39			4,51	0,56		
		Total	739	11,38	0,40			197,43	17,31			181,40	15,77			97,03	4,26			0,44	0,96			4,87	0,65		
PA	Estadual - E	Urbana - U	173	12,14	0,56	-0,45		180,87	11,47	11,66		169,30	12,21	11,88		88,28	6,63	6,68		3,55	3,47	-2,18		3,93	0,55	0,68	
		Rural - R	40	12,59	0,66			169,21	12,01			157,42	13,38			81,61	14,14			5,73	5,35			3,26	0,83		
		Total	213	12,22	0,61			178,68	12,41			167,07	13,25			87,03	8,91			3,96	3,97			3,81	0,66		
	Municipal - M	Urbana - U	1.075	12,06	0,60	-0,64		187,60	14,32	15,78		173,80	12,98	16,38		87,11	7,65	3,56		3,16	2,87	-0,82		4,10	0,66	0,68	
		Rural - R	715	12,70	0,89			171,82	14,55			157,43	13,34			83,55	9,06			3,97	4,18			3,41	0,61		
		Total	1.790	12,32	0,79			181,30	16,35			167,26	15,38			85,69	8,43			3,48	3,47			3,83	0,73		
	Total	Urbana - U	1.248	12,07	0,59	-0,62		186,67	14,15	14,98		173,18	12,96	15,75		87,27	7,53	3,82		3,21	2,96	-0,86		4,07	0,65	0,67	
		Rural - R	755	12,69	0,88			171,68	14,43			157,43	13,33			83,45	9,40			4,07	4,26			3,41	0,63		
		Total	2.003	12,31	0,77			181,02	16,00			167,24	15,16			85,83	8,49			3,53	3,53			3,82	0,72		
PB	Estadual - E	Urbana - U	286	11,89	0,61	-0,55		187,40	14,83	14,64		171,91	14,01	11,78		84,86	8,95	3,31		5,46	5,46	-1,45		3,95	0,68	0,57	
		Rural - R	16	12,44	1,04			172,76	18,42			160,14	17,70			81,55	11,39			6,91	7,55			3,39	0,77		
		Total	302	11,92	0,65			186,62	15,36			171,29	14,44			84,69	9,10			5,54	5,59			3,92	0,70		
	Municipal - M	Urbana - U	559	12,00	0,65	-0,19		187,85	18,07	9,27		171,68	15,92	8,60		84,70	8,37	0,86		3,81	3,63	0,45		3,95	0,74	0,32	
		Rural - R	116	12,19	0,75			178,58	16,60			163,07	14,86			83,84	9,53			3,35	3,35			3,62	0,67		
		Total	675	12,03	0,67			186,26	18,16			170,20	16,07			84,55	8,58			3,73	3,58			3,89	0,74		
	Total	Urbana - U	845	11,96	0,64	-0,26		187,70	17,04	9,83		171,76	15,30	9,04		84,76	8,57	1,19		4,36	4,40	0,58		3,95	0,72	0,35	
		Rural - R	132	12,22	0,79			177,87	16,87			162,72	15,19			83,56	9,75			3,78	4,21			3,59	0,69		
		Total	977	12,00	0,67			186,37	17,34			170,53	15,58			84,59	8,74			4,29	4,38			3,90	0,72		
PE	Estadual - E	Urbana - U	258	11,79	0,52	-0,19		191,18	17,65	9,03		173,08	15,68	9,22		87,86	7,68	2,87		1,93	3,19	-1,52		4,19	0,76	0,42	
		Rural - R	27	11,98	0,74			182,15	24,99			163,86	20,83			84,99	8,86			3,45	3,99			3,77	0,92		
		Total	285	11,80	0,54			190,32	18,61			172,20	16,42			87,59	7,83			2,07	3,30			4,15	0,78		
	Municipal - M	Urbana - U	1.146	11,80	0,47	-0,22		182,70	15,84	3,92		165,79	13,91	5,43		86,61	6,27	1,22		2,77	2,79	0,20		3,85	0,62	0,21	
		Rural - R	423	12,03	0,62			178,77	21,14			160,36	17,27			85,39	7,96			2,56	3,54			3,64	0,76		
		Total	1.569	11,86	0,53			181,64	17,51			164,33	15,08			86,28	6,78			2,71	3,01			3,79	0,67		
	Total	Urbana - U	1.404	11,80	0,48	-0,22		184,26	16,51	5,28		167,13	14,52	6,56		86,84	6,56	1,47		2,61	2,88	0,00		3,91	0,66	0,27	
		Rural - R	450	12,02	0,63			178,97	21,37			160,57	17,49			85,37	8,00			2,62	3,57			3,65	0,77		
		Total	1.854	11,85	0,53			182,97	17,95			165,54	15,55			86,48	6,97			2,61	3,06			3,85	0,70		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
PI	Estadual - E	Urbana - U	219	11,92	0,56	0,11		192,09	16,94	11,38		175,86	15,45	8,70		82,71	9,70	-3,19		3,18	3,90	2,23		3,97	0,80	0,07	
		Rural - R	2	11,82	0,02			180,71	22,38			167,16	21,76			85,90	6,93			0,95	0,21			3,90	0,99		
		Total	221	11,92	0,56			191,99	16,97		6,97	175,78	15,48		5,95	82,74	9,67		-2,04	3,16	3,89		0,98	3,97	0,80		0,10
	Municipal - M	Urbana - U	458	11,88	0,71		-0,10	189,21	18,91		13,44	173,91	17,09		5,95	85,65	9,70		-2,04	2,04	2,50		0,98	4,04	0,88		
		Rural - R	208	12,33	0,83	-0,45		175,77	18,80	13,44		160,87	17,50	13,04		82,84	10,51	2,81		2,48	3,09	-0,43		3,51	0,81	0,53	
		Total	666	12,02	0,78			185,01	19,86			169,84	18,24			84,78	10,04			2,18	2,71			3,87	0,90		
	Total	Urbana - U	677	11,89	0,67		-0,44	190,14	18,33		14,32	174,54	16,60		13,61	84,70	9,79		1,83	2,41	3,07		-0,05	4,02	0,86		0,51
		Rural - R	210	12,33	0,82			175,82	18,78			160,93	17,49			82,87	10,47			2,46	3,08			3,51	0,81		
		Total	887	12,00	0,73			186,75	19,41			171,32	17,77			84,27	9,98			2,42	3,07			3,90	0,87		
PR	Estadual - E	Urbana - U	65	10,75	0,27			222,33	20,67			199,81	19,03			92,33	7,53	9,81		0,38	1,33			5,45	0,94		
		Rural - R	11	11,67	0,53	-0,91		166,33	22,24	56,00		147,01	15,26	52,80		82,53	7,79		9,81	3,10	5,16	-2,72		3,16	0,81	2,28	
		Total	76	10,88	0,45			214,22	28,70		-6,72	192,17	26,27		-4,30	90,91	8,28		-2,52	0,78	2,45		0,58	5,12	1,22		-0,26
	Municipal - M	Urbana - U	1.768	11,01	0,38		-0,16	222,31	22,23		14,44	197,76	18,39		13,72	93,49	4,43		0,63	0,19	0,44		-0,08	5,43	0,84		0,54
		Rural - R	184	11,17	0,42			207,86	22,55			184,04	17,55			92,86	5,00			0,27	0,76			4,89	0,77		
		Total	1.952	11,03	0,38			220,94	22,65			196,47	18,75			93,43	4,49			0,20	0,48			5,38	0,85		
	Total	Urbana - U	1.833	11,00	0,38		-0,20	222,31	22,17		16,78	197,84	18,41		15,88	93,45	4,58		1,17	0,20	0,50		-0,23	5,43	0,84		0,64
		Rural - R	195	11,20	0,44			205,52	24,44			181,95	19,39			92,28	5,70			0,43	1,53			4,79	0,87		
		Total	2.028	11,02	0,39			220,69	22,93			196,31	19,09			93,34	4,71			0,22	0,68			5,37	0,87		
RJ	Estadual - E	Urbana - U	278	12,24	0,59		-0,39	204,02	20,02			181,18	19,22			83,74	10,46		-0,12	1,63	2,52		0,20	4,32	0,99		0,19
		Rural - R	18	12,64	0,76			197,20	24,83	6,82		175,32	23,11		5,86	83,87	12,15			1,43	2,01			4,13	1,12		
		Total	296	12,27	0,60			203,60	20,36		-11,43	180,82	19,48		-13,09	83,75	10,55		-2,51	1,62	2,49		0,33	4,31	1,00		-0,52
	Municipal - M	Urbana - U	2.028	11,87	0,39		-0,28	215,78	20,03		7,08	194,54	17,18		6,00	86,62	7,42		3,38	1,32	1,61		0,28	4,87	0,87		0,43
		Rural - R	238	12,15	0,42			208,70	18,99			188,55	15,40			83,23	8,30			1,04	1,25			4,44	0,72		
		Total	2.266	11,90	0,40			215,04	20,04			193,91	17,10			86,26	7,59			1,29	1,58			4,83	0,86		
	Total	Urbana - U	2.306	11,92	0,43		-0,27	214,36	20,39		6,47	192,93	17,97		5,32	86,27	7,90		2,99	1,36	1,75		0,29	4,81	0,90		0,38
		Rural - R	256	12,18	0,47			207,89	19,62			187,62	16,36			83,28	8,60			1,07	1,31			4,42	0,76		
		Total	2.562	11,95	0,44			213,71	20,40			192,40	17,88			85,97	8,02			1,33	1,71			4,77	0,90		
RN	Estadual - E	Urbana - U	266	12,20	0,58		-0,32	183,45	17,52			168,52	17,36			78,85	10,78		2,48	5,91	5,62		0,31	3,60	0,87		0,46
		Rural - R	22	12,52	0,67			170,35	14,48	13,11		157,98	11,97		10,54	76,37	10,12			5,60	4,24			3,13	0,63		
		Total	288	12,23	0,59			182,45	17,63		2,30	167,72	17,22		2,77	78,66	10,73		-3,45	5,89	5,53		2,53	3,56	0,86		-0,06
	Municipal - M	Urbana - U	425	12,10	0,47		0,05	184,52	16,85			169,09	16,02		2,77	83,02	8,45		-3,45	3,19	3,29		2,53	3,80	0,78		-0,06
		Rural - R	181	12,36	0,53	-0,26		169,88	14,27	14,64		155,21	14,16	13,88		79,99	8,24	3,02		3,74	3,87	-0,55		3,21	0,61	0,59	
		Total	606	12,18	0,50			180,15	17,45			164,94	16,73			82,11	8,50			3,36	3,48			3,62	0,78		
	Total	Urbana - U	691	12,14	0,51		-0,24	184,11	17,11		14,18	168,87	16,54		13,36	81,41	9,62		1,81	4,24	4,53		0,30	3,72	0,82		0,52
		Rural - R	203	12,38	0,55			169,93	14,25			155,51	13,94			79,60	8,51			3,94	3,95			3,20	0,61		
		Total	894	12,20	0,53			180,89	17,53			165,84	16,93			81,00	9,41			4,17	4,41			3,60	0,81		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
RO	Estadual - E	Urbana - U	173	11,62	0,33	-0,24		205,99	16,03	20,98		187,04	13,55	18,08		88,41	6,04	1,20		1,32	1,92	0,27		4,69	0,67	0,71	
		Rural - R	12	11,87	0,82			185,01	24,28			168,95	21,57			87,21	11,02			1,05	1,47			3,98	0,91		
		Total	185	11,64	0,38			204,63	17,39		8,49	185,86	14,81		8,05	88,34	6,44		-0,10	1,30	1,90		0,11	4,64	0,71		0,28
	Municipal - M	Urbana - U	135	11,72	0,33	-0,19		199,44	14,42			181,61	13,10		8,05	88,63	6,33		-0,10	1,13	1,33		0,11	4,49	0,62		0,29
		Rural - R	106	11,97	0,40	-0,26		191,93	17,12	7,51		172,97	12,46	8,63		88,19	7,14	0,44		1,26	1,79	-0,13		4,20	0,62		
		Total	241	11,83	0,39			196,14	16,07			177,81	13,50			88,43	6,69			1,19	1,55			4,36	0,63		
	Total	Urbana - U	308	11,66	0,33	-0,30		203,12	15,66		11,89	184,66	13,61	12,09		88,51	6,16		0,42	1,24	1,69		0,00	4,60	0,65		0,42
		Rural - R	118	11,96	0,46			191,23	17,97			172,56	13,59			88,09	7,56			1,24	1,75			4,18	0,65		
		Total	426	11,75	0,40			199,83	17,16			181,31	14,63			88,39	6,57			1,24	1,71			4,48	0,68		
RR	Estadual - E	Urbana - U	46	11,41	0,33	-0,40		193,81	19,87	32,98		179,03	18,30	31,88		93,83	4,85	6,06		0,79	1,16			4,62	0,80		
		Rural - R	22	11,82	0,34			160,83	12,71			147,15	13,80			87,78	9,45			3,48	4,83	-2,69		3,23	0,55	1,39	
		Total	68	11,54	0,38			183,14	23,61		-5,56	168,71	22,59		-6,62	91,87	7,21		-1,67	1,66	3,14		0,72	4,17	0,98		-0,28
	Municipal - M	Urbana - U	45	11,40	0,25	-0,61		191,48	14,46		20,65	178,63	13,92		24,52	94,21	4,55	4,96		0,76	1,16		-1,33	4,59	0,65	1,03	
		Rural - R	7	12,01	0,49			170,83	11,17			154,11	8,18			89,26	3,32			2,09	2,78			3,56	0,42		
		Total	52	11,48	0,36			188,70	15,68			175,33	15,70			93,55	4,70			0,94	1,51			4,45	0,72		
	Total	Urbana - U	91	11,41	0,29	-0,46		192,65	17,35		29,41	178,83	16,19		30,00	94,02	4,68		5,89	0,77	1,16		-2,37	4,61	0,73	1,30	
		Rural - R	29	11,86	0,38			163,24	12,92			148,83	12,90			88,13	8,35			3,14	4,42			3,31	0,53		
		Total	120	11,52	0,37			185,55	20,66			171,58	20,10			92,60	6,28			1,35	2,58			4,29	0,88		
RS	Estadual - E	Urbana - U	971	11,72	0,48	-0,27		215,78	20,02	16,63		197,27	18,14	18,25		90,57	6,89	2,65		0,47	0,94		-0,48	5,14	0,88	0,70	
		Rural - R	24	12,00	0,65			199,16	26,59			179,03	25,97			87,92	9,29			0,95	1,86			4,43	1,13		
		Total	995	11,73	0,48		0,04	215,38	20,35		2,50	196,83	18,56		3,40	90,51	6,96		-1,05	0,48	0,97		-0,12	5,12	0,90		0,05
	Municipal - M	Urbana - U	1.209	11,69	0,39	-0,03		213,32	19,47		4,92	193,78	16,91		3,93	91,69	5,55	1,39		0,60	0,99		-0,06	5,09	0,79	0,23	
		Rural - R	120	11,72	0,47			208,40	15,89			189,86	14,71			90,29	6,47			0,66	1,24			4,86	0,65		
		Total	1.329	11,69	0,40			212,88	19,22			193,43	16,76			91,56	5,65			0,60	1,01			5,07	0,78		
	Total	Urbana - U	2.180	11,71	0,43	-0,06		214,42	19,75		7,56	195,34	17,55	7,29		91,19	6,20	1,29		0,54	0,97		-0,17	5,11	0,84	0,32	
		Rural - R	144	11,77	0,51			206,86	18,32			188,05	17,46			89,90	7,03			0,71	1,36			4,79	0,76		
		Total	2.324	11,71	0,44			213,95	19,75			194,88	17,63			91,11	6,26			0,55	1,00			5,09	0,83		
SC	Estadual - E	Urbana - U	667	11,76	0,29	0,07		220,32	17,08	7,82		201,12	15,30	9,08		97,64	2,55	-0,58		0,39	0,87		0,05	5,68	0,63	0,27	
		Rural - R	67	11,69	0,29			212,50	20,63			192,03	18,28			98,21	1,99			0,34	0,77			5,41	0,75		
		Total	734	11,76	0,29		-0,31	219,60	17,56		-3,27	200,29	15,80		-0,59	97,69	2,50		2,02	0,39	0,86		0,13	5,65	0,65		0,04
	Municipal - M	Urbana - U	758	11,42	0,39	-0,18		223,34	20,92		4,02	201,53	17,71		5,59	95,65	3,81	-0,23		0,27	0,68		0,11	5,63	0,76	0,17	
		Rural - R	100	11,60	0,44			219,31	22,85			195,94	19,02			95,88	3,88			0,16	0,49			5,46	0,76		
		Total	858	11,44	0,40			222,87	21,18			200,88	17,95			95,67	3,81			0,25	0,66			5,61	0,76		
	Total	Urbana - U	1.425	11,58	0,39	-0,06		221,92	19,27		5,35	201,34	16,62		6,97	96,58	3,42	-0,24		0,32	0,78		0,09	5,65	0,70	0,21	
		Rural - R	167	11,64	0,39			216,58	22,18			194,37	18,77			96,81	3,44			0,23	0,62			5,44	0,75		
		Total	1.592	11,59	0,39			221,36	19,66			200,61	16,99			96,60	3,43			0,31	0,76			5,63	0,71		

(Continua)

(Conclusão)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
SE	Estadual - E	Urbana - U	175	12,03	0,65	-0,32		189,77	14,58	23,09		173,29	13,76	18,52		82,30	8,52	0,01		2,89	3,45	-0,25		3,88	0,71	0,58	
		Rural - R	11	12,35	0,84			166,68	14,74			154,77	14,45			82,29	9,93			3,14	4,51			3,30	0,80		
		Total	186	12,05	0,66			188,41	15,54		9,37	172,19	14,44		10,30	82,30	8,58		5,59	2,90	3,50		-0,30	3,84	0,72		0,57
	Municipal - M	Urbana - U	219	12,34	0,65	-0,32		182,23	12,21			164,83	11,54			76,70	8,97			3,70	3,36	-0,30		3,36	0,54		
		Rural - R	180	12,41	0,55	-0,07		175,14	12,64	7,09		158,31	11,39	6,53		76,72	9,41	-0,02		2,60	2,34	1,10		3,16	0,53	0,20	
		Total	399	12,37	0,61			179,03	12,89			161,89	11,91			76,71	9,16			3,20	2,99			3,27	0,54		
	Total	Urbana - U	394	12,20	0,67	-0,20		185,58	13,82		10,93	168,59	13,24			79,19	9,20	2,15		3,34	3,42	0,71		3,59	0,67		0,42
		Rural - R	191	12,41	0,57			174,65	12,88			158,10	11,58	10,48		77,04	9,51			2,63	2,50			3,17	0,55		
		Total	585	12,27	0,64			182,01	14,45			165,16	13,63			78,48	9,35			3,11	3,16			3,45	0,66		
SP	Estadual - E	Urbana - U	1.661	10,80	0,22	-0,07		213,93	17,36	6,63		191,79	14,81	8,13		97,26	2,74	-0,04		0,37	0,69	0,19		5,39	0,64	0,26	
		Rural - R	54	10,87	0,44			207,30	17,42			183,66	13,18			97,30	3,21			0,18	0,52			5,13	0,59		
		Total	1.715	10,81	0,23	-0,23		213,72	17,39	-4,89		191,53	14,83	-5,28		97,26	2,76		2,23	0,36	0,69	0,08		5,39	0,64		-0,04
	Municipal - M	Urbana - U	3.947	11,03	0,31	-0,08		218,92	20,65	6,46		197,09	16,86	5,80		95,12	3,89	1,86		0,29	0,77	0,09		5,45	0,72	0,32	
		Rural - R	204	11,11	0,32			212,47	21,93			191,30	17,81			93,26	6,35			0,20	0,54			5,13	0,82		
		Total	4.151	11,03	0,31			218,61	20,76			196,81	16,95			95,03	4,06			0,28	0,76			5,43	0,73		
	Total	Urbana - U	5.608	10,96	0,30	-0,10		217,44	19,86	6,06		195,52	16,46	5,82		95,75	3,72	1,65		0,31	0,75	0,12		5,43	0,70	0,30	
		Rural - R	258	11,06	0,36			211,38	21,14			189,70	17,21			94,10	6,06			0,20	0,54			5,13	0,77		
		Total	5.866	10,97	0,31			217,18	19,96			195,27	16,53			95,68	3,86			0,31	0,74			5,42	0,71		
TO	Estadual - E	Urbana - U	208	11,48	0,47	-0,77		200,07	19,51	15,45		183,55	17,36	15,58		92,44	4,39	5,76		0,29	0,62	-2,91		4,74	0,74	0,83	
		Rural - R	8	12,25	1,30			184,62	20,33			167,97	18,74			86,68	9,44			3,20	7,17			3,91	0,73		
		Total	216	11,50	0,54	-0,16		199,49	19,71		3,28	182,97	17,62		3,46	92,22	4,76		1,03	0,40	1,53	-0,23		4,71	0,76		0,17
	Municipal - M	Urbana - U	206	11,60	0,51	-0,51		199,14	20,42	21,81		181,88	18,79	17,64		91,71	6,12	3,85		0,57	0,92	-0,43		4,66	0,86	0,85	
		Rural - R	32	12,11	0,67			177,34	15,36			164,24	14,38			87,86	7,47			1,00	1,36			3,81	0,72		
		Total	238	11,66	0,56			196,21	21,14			179,51	19,20			91,19	6,44			0,63	0,99			4,55	0,89		
	Total	Urbana - U	414	11,53	0,49	-0,60		199,61	19,95	20,81		182,72	18,08	17,73		92,07	5,33	4,45		0,43	0,79	-1,01		4,70	0,80	0,87	
		Rural - R	40	12,13	0,82			178,79	16,45			164,99	15,16			87,62	7,79			1,44	3,39			3,83	0,71		
		Total	454	11,59	0,55			197,77	20,52			181,16	18,53			91,68	5,72			0,52	1,28			4,62	0,83		
Total	Estadual - E	Urbana - U	9.347	11,50	0,59	-0,31		209,42	23,00	17,97		190,37	20,14	16,53		92,61	8,37	2,39		1,30	2,69	-0,66		5,04	1,02	0,70	
		Rural - R	642	11,81	0,71			191,45	26,43			173,84	22,43			90,22	10,00			1,95	3,65			4,34	1,12		
		Total	9.989	11,52	0,60	-0,19		208,27	23,65		7,41	189,31	20,70		6,99	92,46	8,50		3,08	1,34	2,77	-0,39		5,00	1,04		0,41
	Municipal - M	Urbana - U	23.782	11,60	0,59	-0,48		205,51	25,08	21,71		186,52	21,07	19,64		90,10	7,84	3,36		1,57	2,55	-0,78		4,77	1,02	0,85	
		Rural - R	6.479	12,09	0,75			183,80	24,88			166,88	21,44			86,74	9,66			2,34	3,32			3,92	1,00		
		Total	30.261	11,71	0,66			200,86	26,58			182,31	22,63			89,38	8,38			1,73	2,75			4,59	1,08		
	Total	Urbana - U	33.129	11,58	0,59	-0,49		206,61	24,58	22,13		187,61	20,88	20,10		90,81	8,08	3,76		1,49	2,59	-0,82		4,85	1,03	0,89	
		Rural - R	7.121	12,06	0,75			184,49	25,12			167,50	21,63			87,05	9,74			2,31	3,35			3,96	1,02		
		Total	40.250	11,66	0,65			202,70	26,08			184,05	22,37			90,14	8,52			1,64	2,76			4,69	1,08		

Fonte: Base de dados da pesquisa

Das 9.989 escolas estaduais, 9.347 eram urbanas e 642, rurais. A idade média dos alunos das instituições estaduais urbanas era de 11,5 anos, enquanto a dos estudantes das escolas estaduais rurais, de 11,81 anos, representando uma defasagem de idade dos alunos das escolas rurais em relação aos das escolas urbanas de 0,31 ano – aproximadamente quatro meses.

Em relação à prova de Matemática, a nota média das escolas estaduais urbanas foi 209,42 pontos, contra 191,45 das escolas rurais, sendo a diferença igual a 17,97 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas estaduais urbanas foi 190,37 pontos, e a das escolas estaduais rurais foi 173,84, perfazendo uma diferença de 16,53 pontos.

Quanto à taxa de aprovação, percebe-se que as escolas estaduais urbanas aprovaram mais que as estaduais rurais, sendo a média igual a 92,61% e 90,22%, respectivamente – diferença de 2,39% a favor das escolas estaduais urbanas. A taxa de abandono das escolas estaduais urbanas foi de 1,30%, e das rurais, 1,95% – as escolas estaduais rurais apresentaram um índice de abandono de 0,66% a mais que as urbanas.

Por fim, as escolas estaduais urbanas obtiveram IDEB igual a 5,04, e as rurais, 4,34, sendo a diferença igual a 0,70, algo substancial, representando aproximadamente 16% nesse indicador.

Quando se analisam as escolas municipais, o cenário é parecido com o das instituições estaduais. Contudo, as diferenças médias observadas nas variáveis de desempenho em análise se acentuam em favor das escolas urbanas.

Das 30.261 escolas municipais, 23.782 eram urbanas e 6.479, rurais. A idade média dos alunos das escolas municipais urbanas era de 11,6 anos, enquanto a dos estudantes das escolas municipais rurais, 12,09 anos, representando uma defasagem de idade dos discentes das instituições rurais em relação aos das escolas urbanas de 0,48 ano, aproximadamente seis meses.

No que tange à prova de Matemática, a nota média das escolas municipais urbanas foi 205,51, contra 183,80 das escolas rurais – diferença de 21,71 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas municipais urbanas foi 186,52 pontos, e a das escolas municipais rurais, 166,88, perfazendo uma diferença de 19,64 pontos. Quanto à taxa de aprovação, percebe-se que as escolas municipais urbanas, em média, aprovaram mais que as instituições municipais rurais, sendo a média igual a 90,10% e 86,74%, respectivamente – diferença de 3,36% a favor das escolas municipais urbanas. A taxa de abandono das escolas municipais urbanas foi de 1,57%, e das escolas municipais rurais, 2,34%; em média, as escolas municipais rurais apresentaram um índice de abandono de 0,78% a mais que as

urbanas. Por fim, as escolas municipais urbanas obtiveram IDEB igual a 4,77, e as rurais, 3,92, sendo a diferença igual a 0,85; tal diferença é substancial, representando aproximadamente 22% nesse indicador.

Ao comparar as escolas da rede estadual com da rede municipal, observa-se que, em média, a rede municipal apresenta desempenho inferior ao da rede estadual em todos os indicadores avaliados. As escolas municipais rurais possuem desempenho inferior ao das instituições estaduais rurais, bem como as escolas municipais urbanas apresentam desempenho inferior ao dos colégios estaduais urbanos. Consequentemente, quando se analisam as escolas sem considerar a localização, as escolas municipais apresentam desempenho inferior ao das escolas estaduais.

Das 40.250 escolas analisadas, 9.989 eram estaduais e 30.261, municipais. A idade média dos alunos das escolas estaduais era de 11,52 anos, enquanto a dos estudantes das escolas municipais, 11,71 anos, representando uma defasagem de idade daqueles, em relação a estes, de 0,19 ano, aproximadamente dois meses. No que concerne à prova de Matemática, a nota média das escolas estaduais foi 208,27, contra 200,86 das escolas municipais, sendo a diferença igual a 7,41 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas estaduais foi 189,31 pontos, e a das escolas municipais, 182,31, perfazendo uma diferença de 6,99 pontos.

Quanto à taxa de aprovação, percebe-se que as escolas estaduais, em média, aprovam mais que as municipais, sendo a média igual a 92,46% e 89,38%, respectivamente – a diferença é de 3,08 pontos percentuais a favor das escolas estaduais. A taxa de abandono das escolas estaduais foi de 1,34%, e das municipais, 1,73%; portanto, em média, as instituições municipais apresentaram um índice de abandono de 0,39 pontos percentuais a mais que as escolas estaduais. Por fim, as escolas estaduais obtiveram IDEB igual a 5, e as municipais, 4,59, sendo a diferença igual a 0,41 – aproximadamente 9% nesse indicador.

Ao considerar apenas a localização da escola sem ponderar a dependência administrativa, reafirma-se a diferença de desempenho entre as escolas urbanas e rurais, conforme já descrito anteriormente. Das 40.250 escolas analisadas, 33.129 eram urbanas e 7.121, rurais. A idade média dos alunos das escolas urbanas era 11,58 anos, enquanto a dos estudantes das escolas rurais era 12,06 anos, representando uma defasagem de idade destes em relação àqueles de 0,49 ano, aproximadamente seis meses. No que diz respeito à prova de Matemática, a nota média das escolas urbanas foi 206,61, contra 184,49 das rurais, sendo a diferença igual a 22,13 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas

urbanas foi 187,61 pontos, e das instituições rurais, 167,50 pontos, perfazendo uma diferença de 20,10 pontos.

No que tange à taxa de aprovação, nota-se que as escolas urbanas aprovam mais que as rurais, sendo a média igual a 90,81% e 87,05%, respectivamente – diferença de 3,76 pontos percentuais a favor das escolas urbanas. A taxa de abandono das escolas urbanas foi de 1,49%, e das escolas rurais, 2,31%; em média, as escolas rurais apresentaram um índice de abandono de 0,82 pontos percentuais a mais que as escolas urbanas. Por fim, as escolas urbanas obtiveram IDEB igual a 4,85, e as rurais, 3,96, sendo a diferença igual a 0,89 – aproximadamente 22,5% nesse indicador.

Ao considerar as Unidades da Federação, os resultados se repetem quando se compara o desempenho das escolas urbanas com o das escolas rurais, evidenciando o pior desempenho destas. As exceções são o indicador taxa de abandono (Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe) e o indicador taxa de aprovação (Bahia, Ceará e Santa Catarina), onde as escolas urbanas apresentam desempenho inferior ao das instituições rurais.

Em relação à dependência administrativa, em alguns estados e para alguns dos indicadores, o desempenho das escolas municipais foi superior ao das instituições estaduais. Em alguns casos, conforme determinados indicadores, as escolas rurais apresentaram desempenho superior ao das escolas urbanas.

A partir desse ponto, foram feitas análises para cada um dos indicadores de desempenho com o auxílio da Tabela 7 e dos gráficos e tabelas por indicadores. As tabelas com os grupos homogêneos formados pelas Unidades da Federação, separados por dependência administrativa e localização das escolas, podem ser consultados no Apêndice A – Subconjuntos Homogêneos – 5º Ano.

Ao analisar o indicador idade média no 5º ano, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 15 grupos com idade média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 8). Pode-se notar, no Gráfico 7 e na Tabela 8, que os estados de São Paulo e Paraná alcançaram o melhor desempenho quando se avalia o indicador idade/série, com 10,97 anos e 11,02 anos, respectivamente, e os estados com pior desempenho neste indicador foram Rio Grande do Norte, Sergipe e Pará.

A diferença de idade média entre os estados de São Paulo (melhor desempenho) e Pará (pior desempenho) foi de 1,34 anos, aproximadamente um ano e quatro meses. Quando se verificam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho neste indicador foi das escolas estaduais urbanas do Paraná, com idade média de 10,75 anos, e

o pior desempenho foi das escolas municipais rurais do Pará, com idade média de 12,70 anos – a diferença entre os dois grupos é de quase dois anos.

Gráfico 7 - Idade média – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

De forma geral, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais urbanas, seguido pelas municipais urbanas, estaduais rurais e municipais rurais. Algumas exceções podem ser observadas – como no caso do Rio de Janeiro e da Bahia, onde as escolas estaduais rurais apresentaram o pior desempenho.

Tabela 8 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Idade Média – todas as escolas – 5º ano

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
SP	5.866	10,97														
PR	2.028	11,02														
MT	739		11,38													
DF	337		11,44	11,44												
MG	4.352		11,45	11,45												
RR	120			11,52	11,52											
ES	764			11,52	11,52											
SC	1.592				11,59	11,59										
TO	454				11,59	11,59										
AC	187				11,59	11,59	11,59									
GO	1.273					11,65	11,65	11,65								
AP	203						11,70	11,70	11,70							
RS	2.324							11,71	11,71	11,71						
RO	426							11,75	11,75	11,75	11,75					
MA	2.011								11,79	11,79	11,79					
CE	2.113									11,82	11,82					
MS	617										11,83	11,83				
PE	1.854										11,85	11,85	11,85			
AM	849											11,94	11,94	11,94		
RJ	2.562												11,95	11,95		
PB	977													12,00		
PI	887													12,00		
AL	875													12,02		
BA	3.358														12,16	
RN	894														12,20	12,20
SE	585														12,27	12,27
PA	2.003															12,31
Sig.		0,96	0,74	0,34	0,58	0,85	0,01	0,07	0,22	0,02	0,02	0,01	0,13	0,36	0,03	0,01

Fonte: Base de dados da pesquisa

Com relação ao indicador nota em Matemática, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 11 grupos com nota média homogênea em Matemática (estatisticamente iguais) (Tabela 9). Pode-se constatar, no Gráfico 8 e na Tabela 9, que o Distrito Federal e os estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná obtiveram o melhor desempenho nesse indicador – com 223,71, 223,38, 221,36 e 220,69 pontos, respectivamente e os estados com pior desempenho foram Alagoas e Maranhão, com 171,19 e 172,60 pontos, respectivamente – a diferença na pontuação entre o Distrito Federal (melhor desempenho) e Alagoas (pior desempenho) foi de 52,52 pontos. Quando se observam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais rurais de Goiás, com nota média de 234,71 pontos, e o pior desempenho foi

das escolas estaduais rurais de Roraima, com nota média igual 160,83 pontos – diferença entre os dois grupos é de 73,88 pontos.

Gráfico 8 - Nota média em Matemática – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

No geral, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais urbanas, seguidas pelas municipais urbanas, estaduais rurais e municipais rurais. Foram encontradas variações por Unidade da Federação que merecem destaque, como o desempenho superior das escolas estaduais rurais em Goiás, e o desempenho inferior desse mesmo grupo em várias Unidades da Federação como Sergipe, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Paraíba, Ceará e outros. Geralmente, os estados têm baixa participação na oferta para esse grupo.

Tabela 9 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Matemática – todas as escolas – 5º ano

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AL	875	171,19										
MA	2.011	172,60										
AP	203		178,51									
RN	894		180,89	180,89								
PA	2.003		181,02	181,02								
SE	585		182,01	182,01	182,01							
PE	1.854			182,97	182,97	182,97						
BA	3.358			184,17	184,17	184,17						
RR	120				185,55	185,55						
PB	977				186,37	186,37						
PI	887					186,75						
AM	849						191,67					
AC	187						195,60	195,60				
MT	739							197,43				
TO	454							197,77				
CE	2.113							198,23				
RO	426							199,83				
GO	1.273								210,77			
ES	764								211,73			
MS	617								213,39	213,39		
RJ	2.562								213,71	213,71		
RS	2.324								213,95	213,95		
SP	5.866									217,18	217,18	
PR	2.028										220,69	220,69
SC	1.592										221,36	221,36
MG	4.352											223,38
DF	337											223,71
Sig.		1,00	0,17	0,28	0,01	0,08	0,05	0,02	0,34	0,08	0,02	0,46

Fonte: Base de dados da pesquisa

No que concerne ao indicador nota em Língua Portuguesa, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 12 grupos com nota média homogênea (estatisticamente iguais) (

Tabela 10). O desempenho nesse indicador por Unidade da Federação foi muito parecido com o encontrado na nota em Matemática, e, como pode ser observado na Tabela 6, a correlação entre a nota nessas duas provas foi muito alta. Destaca-se que o desempenho médio em Língua Portuguesa foi inferior ao verificado em Matemática.

Pode-se observar, no Gráfico 9 e na

Tabela **10**, que o Distrito Federal e o estado de Minas Gerais obtiveram o melhor desempenho nesse indicador, com 204,52 e 201,63 pontos, respectivamente, e o estado com o pior desempenho foi Alagoas, com 155,25 pontos – a diferença na pontuação entre o Distrito Federal (melhor desempenho) e Alagoas (pior desempenho) foi de 49,27 pontos. Quando se verificam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais rurais de Goiás, com nota média de 209,20 pontos – e o pior desempenho foi das instituições estaduais rurais do estado de Alagoas, com nota média igual 146,47 pontos – a diferença entre os dois grupos é de 62,73 pontos.

Gráfico 9 - Nota média em Língua Portuguesa – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Assim como o desempenho em Matemática, merecem destaques as escolas estaduais rurais de Goiás. Apesar de serem apenas quatro, o desempenho foi consideravelmente superior às outras Unidades da Federação e aos outros grupos. Para compreender tal desempenho, análises adicionais seriam necessárias em estudos posteriores, com caráter qualitativo.

Tabela 10 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Língua Portuguesa – todas as escolas – 5º ano

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AL	875	155,25											
MA	2.011		159,31										
SE	585			165,16									
PE	1.854			165,54									
AP	203			165,77									
RN	894			165,84									
PA	2.003			167,24	167,24								
BA	3.358			167,55	167,55	167,55							
PB	977				170,53	170,53	170,53						
PI	887					171,32	171,32						
RR	120						171,58	171,58					
AM	849							175,14					
AC	187								180,86				
TO	454								181,16				
RO	426								181,31				
MT	739								181,40				
CE	2.113								182,18				
ES	764									191,97			
RJ	2.562									192,40			
GO	1.273									193,78	193,78		
MS	617									194,59	194,59		
RS	2.324									194,88	194,88		
SP	5.866									195,27	195,27		
PR	2.028										196,31		
SC	1.592											200,61	
MG	4.352											201,63	201,63
DF	337												204,52
Sig.		1,00	1,00	0,64	0,07	0,01	1,00	0,03	1,00	0,07	0,52	1,00	0,23

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em relação ao indicador taxa de aprovação, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 13 grupos com aprovação média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 11).

Pode-se considerar, no Gráfico 10 e na Tabela 11, que os estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo obtiveram o melhor desempenho nesse indicador, com aprovação média de 97,03%, 96,60%, 96,26% e 95,68%, respectivamente, e o estado com o pior desempenho foi Sergipe, com média de 78,48% de aprovação – a diferença nos percentuais de aprovação entre Mato Grosso (melhor desempenho) e Sergipe (pior desempenho) foi de 18,55 pontos percentuais. Quando se verificam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais urbanas do Mato Grosso, com aprovação média de 99,63%, e o pior desempenho foi dos colégios estaduais rurais do Rio Grande do Norte, com aprovação média igual 76,37% – a diferença entre os dois grupos é de 23,26 pontos percentuais.

Gráfico 10 - Taxa média de aprovação – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Nesse indicador, destacou-se o baixo desempenho das escolas estaduais urbanas da Bahia, de Alagoas e do Rio Grande do Norte.

Tabela 11 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Aprovação – todas as escolas – 5º ano

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
SE	585	78,48												
RN	894		81,00											
AL	875		82,51	82,51										
BA	3.358			83,28	83,28									
PI	887				84,27	84,27								
PB	977				84,59	84,59	84,59							
AM	849					85,55	85,55	85,55						
PA	2.003						85,83	85,83						
RJ	2.562						85,97	85,97						
MS	617							86,34						
PE	1.854							86,48						
RO	426								88,39					
AP	203								88,46					
MA	2.011								89,02	89,02				
DF	337									90,54	90,54			
AC	187										91,09	91,09		
RS	2.324										91,11	91,11		
CE	2.113										91,35	91,35		
ES	764										91,41	91,41		
TO	454										91,68	91,68		
GO	1.273											92,52	92,52	
RR	120											92,60	92,60	
PR	2.028												93,34	
SP	5.866													95,68
MG	4.352													96,26
SC	1.592													96,60
MT	739													97,03
Sig.		1,00	0,02	0,96	0,10	0,12	0,06	0,76	1,00	0,01	0,32	0,02	0,92	0,07

Fonte: Base de dados da pesquisa

Com relação ao indicador taxa de abandono, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 13 grupos com aprovação média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 12).

Pode-se constatar, no Gráfico 11 e na Tabela 12, que Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins, Rio Grande do Sul, o Distrito Federal e Minas Gerais obtiveram o melhor desempenho nesse indicador, com abandono médio de 0,22%, 0,31%, 0,31%, 0,44%, 0,52%, 0,55%, 0,59% e 0,62%, respectivamente, e os estados com os piores desempenhos foram Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas e Pará, com abandono médio de 4,29%, 4,17%, 3,84% e 3,77%, respectivamente – a diferença nos percentuais de abandono entre Paraná (melhor desempenho) e Paraíba (pior desempenho) foi de 4,07 pontos percentuais. Quando se observam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais urbanas do Mato Grosso, com abandono médio de 0,05%, e o pior desempenho foi das instituições estaduais rurais da Bahia, com abandono médio igual a 8,50% – a diferença entre os dois grupos é de 8,45 pontos percentuais.

Gráfico 11 - Taxa média de abandono – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Nesse indicador, destacou-se o baixo desempenho das escolas estaduais rurais da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, assim como das escolas estaduais urbanas de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Tabela 12 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Abandono – todas as escolas – 5º ano

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
PR	2.028	0,22												
SP	5.866	0,31												
SC	1.592	0,31												
MT	739	0,44	0,44											
TO	454	0,52	0,52											
RS	2.324	0,55	0,55											
DF	337	0,59	0,59	0,59										
MG	4.352	0,62	0,62	0,62	0,62									
ES	764		0,92	0,92	0,92	0,92								
MS	617			1,13	1,13	1,13	1,13							
GO	1.273				1,17	1,17	1,17							
RO	426					1,24	1,24							
RJ	2.562					1,33	1,33							
RR	120					1,35	1,35							
AC	187						1,48	1,48						
CE	2.113						1,48	1,48						
AP	203							1,99	1,99					
MA	2.011								2,41	2,41				
PI	887								2,42	2,42				
PE	1.854									2,61	2,61			
SE	585										3,11	3,11		
AM	849											3,18		
PA	2.003											3,53	3,53	
AL	875												3,77	3,77
BA	3.358												3,84	3,84
RN	894													4,17
PB	977													4,29
Sig.		0,32	0,08	0,02	0,01	0,22	0,62	0,03	0,22	1,00	0,05	0,23	0,86	0,03

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em relação ao IDEB, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 14 grupos com IDEB médio homogêneo (estatisticamente iguais) (Tabela 13).

Pode-se notar, no Gráfico 12 e na Tabela 13, que Minas Gerais e Santa Catarina obtiveram o melhor IDEB, com média de 5,68 e 5,63 pontos, respectivamente, e os estados com os piores desempenhos foram Alagoas e Sergipe com IDEB médio de 3,35 e 3,45 pontos, respectivamente – a diferença entre Minas Gerais (melhor desempenho) e Alagoas (pior desempenho) foi de 2,33 pontos, representando uma diferença de desempenho de 70% de um estado em relação ao outro. Quando se observam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho foi das escolas estaduais rurais de Goiás, com IDEB médio de 6,10 pontos, e o pior desempenho foi das escolas estaduais rurais de Alagoas, com IDEB médio igual a 3,01 pontos – a diferença entre os dois grupos é de 3,09 pontos, representando uma diferença de desempenho de mais de 100% de um grupo em relação ao outro.

Gráfico 12 - IDEB – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Nesse indicador, destacou-se o baixo desempenho das escolas estaduais rurais do Ceará, de Alagoas, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Roraima.

Tabela 13 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pelo IDEB – todas as escolas – 5º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
AL	875	3,35													
SE	585	3,45	3,45												
RN	894		3,60	3,60											
MA	2.011			3,70	3,70										
BA	3.358			3,75	3,75	3,75									
PA	2.003				3,82	3,82									
PE	1.854				3,85	3,85									
AP	203				3,87	3,87									
PI	887					3,90									
PB	977					3,90									
AM	849						4,12								
RR	120							4,29							
RO	426								4,48						
AC	187								4,54						
TO	454								4,62	4,62					
CE	2.113								4,63	4,63					
RJ	2.562									4,77	4,77				
MS	617										4,83				
MT	739										4,87	4,87			
ES	764											5,01	5,01		
RS	2.324												5,09		
GO	1.273												5,09		
PR	2.028													5,37	
DF	337													5,39	
SP	5.866													5,42	
SC	1.592														5,63
MG	4.352														5,68
Sig.		0,67	0,09	0,08	0,01	0,07	1,00	1,00	0,08	0,12	0,69	0,18	0,97	1,00	1,00

Fonte: Base de dados da pesquisa

5.4.3.2 Análise de Desempenho do 9º Ano

Os resultados do desempenho médio das escolas que ofertaram o 9º ano em 2011 estão descritos nesta seção. Para cada uma das variáveis de desempenho, procedeu-se ao cálculo de sua média para cada um dos níveis de análise e foi estabelecida a comparação entre as médias dos diversos níveis. Os resultados estão ilustrados em várias tabelas – da Tabela 14 à Tabela 20 – e em variados gráficos – do Gráfico 13 ao Gráfico 18.

Pode-se notar, na Tabela 14, para cada Unidade da Federação, a dependência administrativa e localização, a quantidade de escolas, os valores médios para cada uma das variáveis de desempenho analisadas e as diferenças entre os valores médios de cada nível. Para cada Unidade da Federação, comparou-se o desempenho médio entre as escolas estaduais e municipais (Dif. Méd. E-M) e entre as escolas rurais e urbanas (Dif. Méd. U-R). Essas diferenças também foram calculadas para o agregado Brasil.

Ao verificar o total desta tabela, pode-se afirmar que no Brasil (última parte da tabela), considerando os indicadores de desempenho, as escolas rurais que ofertam o 9º ano da educação básica têm desempenho inferior às instituições urbanas que ofertam o mesmo período, tanto na rede municipal quanto na rede estadual, e as escolas municipais têm desempenho inferior às estaduais.

Das 16.776 escolas estaduais, 15.726 eram urbanas e 1.050, rurais. A idade média dos alunos das escolas estaduais urbanas era de 15,5 anos, enquanto a dos alunos das escolas estaduais rurais, 15,62 anos, representando uma defasagem de idade dos alunos das escolas rurais em relação aos das instituições urbanas de 0,12 ano, aproximadamente – cerca de um mês e meio. No que concerne à prova de Matemática, a nota média das escolas estaduais urbanas foi 246,30, contra 238,22 das escolas rurais, sendo a diferença igual a 8,08 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas estaduais urbanas foi 239,62 pontos, e a das escolas estaduais rurais, 229,03 pontos, perfazendo uma diferença de 10,59 pontos.

Quanto à taxa de aprovação, percebe-se que as escolas estaduais urbanas, em média, aprovaram menos que as estaduais rurais, sendo a média igual a 83,04% e 86,62%, respectivamente, e a diferença igual a 3,58% a favor das escolas estaduais rurais. A taxa de abandono das escolas estaduais urbanas foi de 4,01%, e das instituições estaduais rurais, 3,83%; em média, as escolas estaduais rurais apresentaram um índice de abandono de 0,18 pontos percentuais a menos que as escolas estaduais urbanas.

Por fim, as escolas estaduais urbanas obtiveram IDEB igual a 3,96, e as estaduais rurais, 3,85, com diferença de 0,10 – diferença de aproximadamente 3% nesse indicador.

Quando se analisam as escolas municipais, o cenário é parecido com o das escolas estaduais. Contudo, as diferenças médias observadas nas variáveis de desempenho em análise se acentuaram em favor das instituições urbanas. Das 13.668 escolas municipais, 9.940 eram urbanas e 3.728, rurais. A idade média dos alunos das escolas municipais urbanas era de 15,59 anos, enquanto a dos estudantes das escolas municipais rurais, 16,01 anos, representando uma defasagem de idade dos discentes das escolas rurais em relação aos de instituições urbanas de 0,41 ano, aproximadamente cinco meses. Com relação à prova de Matemática, a nota média das escolas municipais urbanas foi 244,66, contra 226,87 das escolas rurais – diferença de 17,80 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas municipais urbanas foi 237,98 pontos, e a das escolas municipais rurais, 218,71, perfazendo uma diferença de 19,27 pontos.

Tabela 14 - Comparação de desempenho – 9º ano

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
AC	Estadual - E	Urbana - U	79	15,14	0,34	-0,46		240,87	14,32	12,66		236,27	14,23	13,37		91,80	5,97	0,46		3,44	4,06	-0,94		4,26	0,59	0,44	
		Rural - R	26	15,60	0,57			228,21	17,55			222,90	15,68			91,33	5,57			4,38	3,48			3,81	0,53		
		Total	105	15,25	0,45			237,74	16,06			232,96	15,64			91,68	5,85			3,67	3,93			4,15	0,60		
	Municipal - M	Urbana - U	14	15,75	0,66	-0,34		231,00	11,26	-0,52		225,48	12,25	0,98		90,54	9,12	3,65		2,86	3,01	-2,55		3,89	0,60	0,19	
		Rural - R	10	16,09	0,72			231,52	13,30			224,49	8,37			86,89	9,65			5,41	5,70			3,70	0,49		
		Total	24	15,89	0,69			231,22	11,87			225,07	10,61			89,02	9,32			3,93	4,42			3,81	0,56		
	Total	Urbana - U	93	15,23	0,45	-0,50		239,39	14,30	10,25		234,64	14,42	11,30		91,61	6,49	1,51		3,35	3,91	-1,31		4,20	0,60	0,42	
		Rural - R	36	15,73	0,65			229,13	16,37			223,34	13,93			90,10	7,08			4,66	4,15			3,78	0,52		
		Total	129	15,37	0,56			236,52	15,54			231,49	15,12			91,19	6,67			3,72	4,01			4,08	0,61		
AL	Estadual - E	Urbana - U	158	16,20	0,87	0,09		223,90	13,09	5,80		219,05	12,91	11,17		67,62	13,73	-3,85		13,36	9,06	0,93		2,73	0,70	0,09	
		Rural - R	11	16,10	0,50			218,10	10,88			207,89	16,23			71,47	11,33			12,43	8,19			2,64	0,42		
		Total	169	16,19	0,85			223,52	13,01			218,33	13,38			67,87	13,59			13,30	8,99			2,72	0,68		
	Municipal - M	Urbana - U	179	16,50	1,06	-0,20		220,02	14,42	3,77		213,34	13,66	4,95		67,53	10,73	-4,61		12,68	7,66	3,67		2,64	0,59	-0,06	
		Rural - R	124	16,23	0,95			216,26	15,64			208,39	12,90			72,14	10,54			9,01	5,62			2,70	0,56		
		Total	303	16,39	1,03			218,48	15,02			211,32	13,55			69,42	10,88			11,17	7,12			2,67	0,58		
	Total	Urbana - U	337	16,36	0,99	0,14		221,84	13,93	5,43		216,02	13,60	7,67		67,57	12,21	-4,51		13,00	8,34	3,71		2,68	0,64	-0,01	
		Rural - R	135	16,22	0,92			216,41	15,29			208,35	13,13			72,09	10,56			9,28	5,91			2,69	0,55		
		Total	472	16,32	0,97			220,29	14,52			213,83	13,89			68,86	11,93			11,94	7,90			2,68	0,62		
AM	Estadual - E	Urbana - U	285	16,14	0,82	-0,31		238,35	14,91	18,11		236,16	13,90	19,02		87,08	8,82	-4,16		5,94	5,01	0,63		4,00	0,65	0,39	
		Rural - R	31	16,45	0,92			220,24	14,09			217,14	13,18			91,24	7,99			5,31	5,36			3,61	0,53		
		Total	316	16,17	0,84			236,57	15,77			234,29	14,93			87,49	8,82			5,88	5,04			3,96	0,65		
	Municipal - M	Urbana - U	126	16,86	1,13	0,25		227,46	13,86	14,72		226,86	13,66	18,95		78,43	9,65	-7,35		10,85	6,44	3,92		3,33	0,61	0,19	
		Rural - R	67	16,61	0,90			212,73	16,94			207,91	19,29			85,78	7,93			6,93	4,79			3,14	0,60		
		Total	193	16,77	1,06			222,35	16,53			220,28	18,20			80,98	9,72			9,49	6,20			3,27	0,61		
	Total	Urbana - U	411	16,36	0,98	-0,20		235,01	15,43	19,90		233,31	14,46	22,48		84,43	9,91	-3,08		7,45	5,93	1,03		3,80	0,71	0,51	
		Rural - R	98	16,56	0,90			215,11	16,40			210,83	18,04			87,51	8,30			6,42	5,01			3,29	0,61		
		Total	509	16,40	0,97			231,18	17,47			228,98	17,60			85,02	9,69			7,25	5,77			3,70	0,72		
AP	Estadual - E	Urbana - U	73	15,34	0,34	-0,70		227,16	11,50	15,31		226,15	11,98	17,54		82,92	8,62	0,85		4,58	3,29	-3,58		3,54	0,56	0,53	
		Rural - R	24	16,05	0,88			211,85	11,37			208,62	14,46			82,07	10,38			8,16	6,29			3,00	0,52		
		Total	97	15,52	0,61			223,37	13,21			221,81	14,68			82,71	9,04			5,47	4,48			3,40	0,59		
	Municipal - M	Urbana - U	13	15,36	0,38	-0,50		229,52	10,61	9,46		231,45	14,03	16,17		80,68	6,96	-2,82		5,57	4,02	-5,23		3,52	0,50	0,32	
		Rural - R	1	15,87				220,06				215,28				83,50				10,80				3,20			
		Total	14	15,40	0,39			228,85	10,50			230,29	14,16			80,89	6,73			5,94	4,11			3,50	0,49		
	Total	Urbana - U	86	15,35	0,35	-0,69		227,51	11,35	15,34		226,95	12,37	18,07		82,58	8,39	0,46		4,73	3,40	-3,54		3,53	0,55	0,52	
		Rural - R	25	16,04	0,87			212,17	11,26			208,88	14,21			82,12	10,17			8,27	6,18			3,01	0,51		
		Total	111	15,50	0,58			224,06	12,98			222,88	14,82			82,48	8,78			5,53	4,42			3,42	0,58		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
BA	Estadual - E	Urbana - U	673	16,11	0,69	-0,11		230,08	16,90	8,22		225,50	16,27	11,79		70,09	12,23	-8,42		6,61	6,56	-0,44		2,97	0,69	-0,10	
		Rural - R	34	16,21	0,75			221,86	17,17			213,71	16,22			78,52	11,47			7,06	5,80			3,06	0,59		
		Total	707	16,11	0,70			229,69	16,99			224,93	16,46			70,50	12,32			6,63	6,52			2,97	0,68		
	Municipal - M	Urbana - U	769	16,06	0,83	-0,32		229,92	16,35	9,86		224,55	15,62	12,49		73,68	10,44	-3,87		8,41	6,13	0,16		3,14	0,59	0,14	
		Rural - R	736	16,38	0,95			220,06	17,94			212,06	16,16			77,55	11,23			8,25	6,30			3,00	0,58		
		Total	1.505	16,22	0,91			225,10	17,83			218,44	17,07			75,58	11,00			8,33	6,21			3,07	0,59		
	Total	Urbana - U	1.442	16,08	0,77	-0,29		230,00	16,60	9,86		224,99	15,93	12,86		72,01	11,45	-5,59		7,57	6,39	-0,63		3,06	0,64	0,06	
		Rural - R	770	16,37	0,94			220,14	17,90			212,13	16,16			77,60	11,24			8,20	6,28			3,00	0,58		
		Total	2.212	16,18	0,85			226,57	17,69			220,52	17,14			73,95	11,68			7,79	6,36			3,04	0,62		
CE	Estadual - E	Urbana - U	251	15,69	0,57	0,48		238,68	15,08	-8,90		236,61	13,56	-9,34		83,23	10,62	-8,67		7,06	5,38	5,31		3,82	0,69	-0,68	
		Rural - R	2	15,21	0,32			247,59	2,40			245,95	2,12			91,90	3,54			1,75	2,47			4,50	0,14		
		Total	253	15,68	0,57			238,75	15,05			236,68	13,54			83,30	10,61			7,02	5,39			3,82	0,69		
	Municipal - M	Urbana - U	895	15,58	0,54	0,06		236,15	17,32	5,99		230,68	15,50	7,64		85,52	9,50	-3,82		4,12	3,76	0,72		3,80	0,61	0,05	
		Rural - R	604	15,51	0,54			230,15	19,82			223,04	16,73			89,34	7,56			3,40	3,12			3,75	0,64		
		Total	1.499	15,55	0,54			233,73	18,60			227,61	16,43			87,06	8,96			3,83	3,54			3,78	0,62		
	Total	Urbana - U	1.146	15,60	0,55	0,09		236,70	16,88	6,49		231,98	15,29	8,87		85,02	9,80	-4,33		4,77	4,34	1,37		3,81	0,63	0,05	
		Rural - R	606	15,51	0,54			230,21	19,82			223,12	16,75			89,35	7,55			3,40	3,12			3,75	0,64		
		Total	1.752	15,57	0,55			234,46	18,21			228,92	16,36			86,52	9,31			4,29	4,02			3,79	0,63		
DF	Estadual - E	Urbana - U	143	15,47	0,21	-0,10		252,09	14,70	-4,92		243,87	13,59	-1,22		78,70	10,01	-1,37		2,72	3,20	1,08		3,88	0,69	-0,12	
		Rural - R	19	15,57	0,23			257,01	17,14			245,09	16,66			80,06	8,44			1,64	1,62			4,00	0,64		
		Total	162	15,48	0,22			252,66	15,03			244,02	13,93			78,86	9,82			2,59	3,07			3,89	0,68		
	Total	Urbana - U	143	15,47	0,21	-0,10		252,09	14,70	-4,92		243,87	13,59	-1,22		78,70	10,01	-1,37		2,72	3,20	1,08		3,88	0,69	-0,12	
		Rural - R	19	15,57	0,23			257,01	17,14			245,09	16,66			80,06	8,44			1,64	1,62			4,00	0,64		
		Total	162	15,48	0,22			252,66	15,03			244,02	13,93			78,86	9,82			2,59	3,07			3,89	0,68		
ES	Estadual - E	Urbana - U	230	15,43	0,45	0,24		249,35	18,47	-1,90		238,36	16,08	1,02		77,90	10,84	-12,98		3,76	4,01	2,00		3,73	0,75	-0,63	
		Rural - R	23	15,19	0,64			251,26	19,97			237,34	16,05			90,88	5,78			1,76	2,36			4,37	0,62		
		Total	253	15,41	0,48			249,53	18,57			238,26	16,05			79,08	11,12			3,58	3,93			3,79	0,76		
	Municipal - M	Urbana - U	317	15,36	0,36	0,02		255,71	18,79	-5,37		246,16	16,31	1,91		80,14	9,47	-6,48		2,50	2,61	0,56		4,03	0,68	-0,36	
		Rural - R	64	15,34	0,34			261,08	21,67			244,26	16,74			86,62	9,76			1,94	2,10			4,40	0,70		
		Total	381	15,36	0,35			256,61	19,37			245,84	16,38			81,23	9,81			2,40	2,54			4,10	0,69		
	Total	Urbana - U	547	15,39	0,40	0,09		253,04	18,90	-5,45		242,88	16,65	0,45		79,20	10,12	-8,55		3,03	3,33	1,13		3,91	0,73	-0,48	
		Rural - R	87	15,30	0,44			258,48	21,56			242,43	16,75			87,75	9,05			1,89	2,16			4,39	0,68		
		Total	634	15,38	0,41			253,79	19,36			242,82	16,65			80,37	10,40			2,87	3,22			3,97	0,74		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
GO	Estadual - E	Urbana - U	707	15,83	0,73	-0,57		244,17	14,83	7,32		238,97	13,94	11,06		84,69	8,54	-2,30		4,66	4,26	0,43		3,99	0,62	0,19	
		Rural - R	16	16,40	1,10			236,85	20,67			227,91	19,37			86,99	13,11			4,23	5,68			3,80	0,79		
		Total	723	15,84	0,74			244,00	15,00			238,72	14,16			84,74	8,66			4,66	4,29			3,99	0,62		
	Municipal - M	Urbana - U	254	15,70	0,91	-0,33		244,79	17,30	2,24		239,31	15,70	4,21		84,89	8,51	0,33		5,66	5,01	0,85		4,01	0,66	0,10	
		Rural - R	29	16,04	0,83			242,54	23,93			235,10	17,92			84,57	10,51			4,81	6,43			3,91	0,78		
		Total	283	15,74	0,91			244,56	18,05			238,88	15,96			84,86	8,72			5,57	5,17			4,00	0,68		
	Total	Urbana - U	961	15,80	0,78	-0,37		244,33	15,51	3,81		239,06	14,42	6,51		84,74	8,53	-0,68		4,93	4,49	0,32		4,00	0,63	0,13	
		Rural - R	45	16,16	0,94			240,52	22,75			232,55	18,55			85,43	11,41			4,60	6,11			3,87	0,77		
		Total	1.006	15,81	0,79			244,16	15,91			238,77	14,68			84,77	8,67			4,91	4,57			3,99	0,64		
MA	Estadual - E	Urbana - U	426	15,43	0,46	-0,31		225,71	15,69	11,48		225,86	15,67	9,87		85,96	7,23	-1,10		3,22	3,49	-0,85		3,59	0,57	0,26	
		Rural - R	33	15,74	0,84			214,23	12,31			216,00	14,48			87,06	7,74			4,07	5,57			3,34	0,53		
		Total	459	15,45	0,51			224,89	15,74			225,15	15,78			86,04	7,27			3,28	3,68			3,57	0,57		
	Municipal - M	Urbana - U	563	15,88	0,71	-0,36		221,50	16,20	12,59		219,59	15,81	14,07		81,76	8,96	-1,69		5,50	4,53	-0,30		3,30	0,61	0,31	
		Rural - R	442	16,25	0,89			208,91	17,58			205,52	16,76			83,45	9,11			5,81	4,41			2,98	0,59		
		Total	1.005	16,04	0,82			215,96	17,94			213,40	17,67			82,51	9,06			5,64	4,48			3,16	0,62		
	Total	Urbana - U	989	15,69	0,65	-0,52		223,31	16,11	14,03		222,29	16,05	16,04		83,57	8,51	-0,13		4,52	4,27	-1,17		3,42	0,61	0,42	
		Rural - R	475	16,21	0,90			209,28	17,31			206,25	16,81			83,70	9,06			5,69	4,51			3,01	0,60		
		Total	1.464	15,86	0,78			218,76	17,76			217,08	17,94			83,61	8,69			4,90	4,38			3,29	0,63		
MG	Estadual - E	Urbana - U	2.244	15,38	0,41	-0,15		261,80	19,07	13,89		251,78	15,91	14,37		82,62	9,74	-4,34		4,51	4,53	0,37		4,32	0,77	0,19	
		Rural - R	113	15,54	0,49			247,91	20,93			237,41	17,05			86,96	7,88			4,14	3,47			4,13	0,65		
		Total	2.357	15,39	0,42			261,13	19,39			251,09	16,26			82,83	9,71			4,49	4,49			4,31	0,77		
	Municipal - M	Urbana - U	864	15,46	0,48	-0,22		262,75	20,00	15,96		253,18	16,73	15,80		84,44	9,24	-2,34		2,89	3,33	-0,45		4,44	0,72	0,35	
		Rural - R	182	15,69	0,60			246,78	24,52			237,37	19,29			86,78	9,74			3,34	3,20			4,10	0,76		
		Total	1.046	15,50	0,51			259,97	21,71			250,43	18,20			84,85	9,37			2,97	3,31			4,38	0,74		
	Total	Urbana - U	3.108	15,41	0,43	-0,22		262,06	19,34	14,85		252,17	16,15	14,78		83,12	9,64	-3,72		4,06	4,30	0,42		4,35	0,76	0,24	
		Rural - R	295	15,63	0,57			247,21	23,18			237,39	18,43			86,85	9,06			3,64	3,32			4,11	0,72		
		Total	3.403	15,43	0,45			260,78	20,13			250,89	16,88			83,45	9,65			4,02	4,22			4,33	0,76		
MS	Estadual - E	Urbana - U	267	15,89	0,62	0,06		254,39	14,50	0,85		245,89	14,36	2,12		70,08	10,53	-6,43		6,95	5,72	2,59		3,49	0,72	-0,26	
		Rural - R	18	15,83	0,95			253,55	16,57			243,77	16,07			76,51	7,44			4,37	3,84			3,75	0,50		
		Total	285	15,89	0,64			254,34	14,61			245,76	14,45			70,49	10,47			6,79	5,65			3,51	0,71		
	Municipal - M	Urbana - U	202	15,40	0,50	-0,57		257,12	16,84	21,97		249,74	15,53	23,43		83,35	11,39	0,76		1,96	3,47	-2,60		4,30	0,84	0,65	
		Rural - R	35	15,96	0,66			235,15	26,68			226,31	21,31			82,59	10,95			4,56	5,14			3,65	1,00		
		Total	237	15,48	0,56			253,87	20,13			246,28	18,44			83,24	11,30			2,35	3,86			4,20	0,89		
	Total	Urbana - U	469	15,68	0,62	-0,24		255,57	15,59	14,17		247,55	14,98	15,31		75,80	12,73	-4,73		4,80	5,46	0,31		3,84	0,87	0,16	
		Rural - R	53	15,92	0,76			241,40	25,15			232,24	21,24			80,53	10,24			4,50	4,70			3,68	0,86		
		Total	522	15,70	0,64			254,13	17,32			246,00	16,37			76,28	12,57			4,77	5,39			3,82	0,87		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
MT	Estadual - E	Urbana - U	407	15,42	0,48	-0,60		237,52	14,81	7,38		232,86	14,08	12,15		95,73	4,61	2,18		0,82	1,51	-2,74		4,31	0,54	0,41	
		Rural - R	54	16,02	0,79			230,14	17,38			220,71	17,15			93,55	8,54			3,56	6,12			3,90	0,58		
		Total	461	15,49	0,56			236,65	15,30			231,44	14,97			95,48	5,26			1,14	2,67			4,26	0,56		
	Municipal - M	Urbana - U	141	15,48	0,59	-0,61		247,60	17,16	8,49		241,10	15,44	12,16		90,57	7,38	0,32		2,08	2,43	-1,25		4,35	0,59	0,34	
		Rural - R	60	16,09	0,94			239,10	20,66			228,94	18,60			90,25	7,94			3,33	3,24			4,01	0,65		
		Total	201	15,66	0,76			245,06	18,64			237,47	17,32			90,48	7,53			2,45	2,75			4,25	0,63		
	Total	Urbana - U	548	15,43	0,51	-0,62		240,11	16,05	5,26		234,98	14,87	9,94		94,40	5,90	2,59		1,15	1,87	-2,29		4,32	0,55	0,36	
		Rural - R	114	16,06	0,87			234,86	19,61			225,04	18,32			91,81	8,36			3,44	4,80			3,96	0,62		
		Total	662	15,54	0,63			239,21	16,82			233,27	15,95			93,96	6,46			1,54	2,76			4,26	0,58		
PA	Estadual - E	Urbana - U	97	15,90	0,54	-0,38		229,71	11,41	10,88		229,41	11,36	12,21		76,83	10,04	-1,96		6,61	4,69	-0,75		3,33	0,56	0,24	
		Rural - R	31	16,28	0,87			218,84	11,65			217,20	12,53			78,79	10,26			7,36	7,47			3,09	0,61		
		Total	128	15,99	0,65			227,08	12,34			226,45	12,73			77,31	10,09			6,79	5,47			3,27	0,58		
	Municipal - M	Urbana - U	481	15,85	0,58	-0,57		234,76	13,49	13,77		231,92	13,06	18,14		82,14	9,65	-1,99		6,13	4,86	-0,88		3,67	0,60	0,38	
		Rural - R	324	16,42	0,96			220,98	15,76			213,78	14,34			84,13	9,14			7,01	5,44			3,29	0,54		
		Total	805	16,08	0,81			229,21	15,94			224,62	16,24			82,94	9,49			6,48	5,11			3,52	0,60		
	Total	Urbana - U	578	15,86	0,57	-0,55		233,91	13,29	13,11		231,50	12,81	17,42		81,25	9,91	-2,41		6,21	4,83	-0,83		3,62	0,60	0,34	
		Rural - R	355	16,41	0,95			220,80	15,44			214,08	14,21			83,66	9,35			7,04	5,63			3,28	0,55		
		Total	933	16,07	0,79			228,92	15,51			224,87	15,81			82,17	9,77			6,53	5,16			3,49	0,60		
PB	Estadual - E	Urbana - U	300	16,10	0,84	-0,22		227,49	14,91	12,25		221,94	14,99	13,30		70,80	11,27	-2,70		13,78	9,08	1,68		2,92	0,63	0,24	
		Rural - R	15	16,32	1,19			215,25	20,05			208,64	14,44			73,49	11,46			12,10	11,93			2,68	0,72		
		Total	315	16,11	0,86			226,91	15,38			221,30	15,21			70,93	11,27			13,70	9,22			2,91	0,64		
	Municipal - M	Urbana - U	302	15,87	0,67	-0,15		231,68	15,61	10,53		225,64	16,10	12,45		76,36	9,65	-0,55		8,28	5,49	-1,62		3,31	0,63	0,31	
		Rural - R	58	16,02	0,77			221,15	17,68			213,18	14,41			76,90	9,66			9,91	6,12			2,99	0,57		
		Total	360	15,90	0,69			229,98	16,40			223,63	16,47			76,44	9,64			8,55	5,62			3,26	0,63		
	Total	Urbana - U	602	15,99	0,77	-0,09		229,59	15,39	9,66		223,79	15,65	11,54		73,59	10,84	-2,62		11,02	7,98	0,66		3,12	0,66	0,19	
		Rural - R	73	16,08	0,87			219,93	18,21			212,25	14,44			76,20	10,07			10,36	7,62			2,93	0,61		
		Total	675	16,00	0,78			228,55	15,99			222,54	15,92			73,87	10,78			10,95	7,94			3,09	0,65		
PE	Estadual - E	Urbana - U	623	15,92	0,91	0,21		230,79	15,30	3,40		225,27	13,66	2,21		79,32	11,17	-3,45		5,57	5,86	0,40		3,39	0,66	-0,08	
		Rural - R	48	15,72	0,60			227,39	17,45			223,06	16,72			82,77	9,33			5,18	6,03			3,47	0,65		
		Total	671	15,91	0,89			230,55	15,47			225,11	13,90			79,57	11,08			5,54	5,86			3,39	0,66		
	Municipal - M	Urbana - U	408	15,87	0,81	-0,04		225,05	17,03	1,24		218,48	15,10	4,17		75,35	9,71	-3,21		8,10	6,08	1,50		3,07	0,60	-0,05	
		Rural - R	261	15,92	0,78			223,81	18,53			214,30	15,80			78,55	10,05			6,60	5,34			3,12	0,62		
		Total	669	15,89	0,80			224,57	17,63			216,85	15,50			76,60	9,96			7,52	5,85			3,09	0,61		
	Total	Urbana - U	1.031	15,90	0,87	0,02		228,52	16,24	4,15		222,58	14,62	6,92		77,75	10,79	-1,46		6,57	6,07	0,19		3,26	0,65	0,09	
		Rural - R	309	15,88	0,76			224,37	18,39			215,66	16,23			79,21	10,04			6,38	5,46			3,18	0,64		
		Total	1.340	15,90	0,85			227,56	16,85			220,99	15,28			78,08	10,64			6,53	5,94			3,24	0,65		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
PI	Estadual - E	Urbana - U	222	15,71	0,44	-0,02		239,50	16,10	21,16		231,13	14,38	6,37		78,96	11,74	-7,64		4,69	4,54	1,14		3,54	0,74	0,14	
		Rural - R	2	15,72	0,23			218,35	12,08			224,77	4,01			86,60	0,99			3,55	1,63			3,40	0,28		
		Total	224	15,71	0,44			239,31	16,17			231,08	14,33			79,02	11,71			4,68	4,52			3,54	0,73		
	Municipal - M	Urbana - U	280	15,82	0,66	-0,40		238,18	17,63	16,36		229,31	16,86	16,80		81,01	10,91	-0,30		4,22	4,40	-1,74		3,63	0,75	0,46	
		Rural - R	141	16,21	0,85			221,82	20,01			212,52	17,42			81,31	11,38			5,96	4,56			3,17	0,74		
		Total	421	15,95	0,76			232,70	19,99			223,69	18,79			81,11	11,06			4,80	4,52			3,48	0,78		
	Total	Urbana - U	502	15,77	0,58	-0,44		238,76	16,97	16,99		230,12	15,82	17,43		80,10	11,32	-1,28		4,43	4,46	-1,50		3,59	0,75	0,42	
		Rural - R	143	16,21	0,85			221,77	19,89			212,69	17,36			81,38	11,32			5,93	4,54			3,18	0,74		
		Total	645	15,87	0,67			235,00	19,00			226,25	17,71			80,38	11,32			4,76	4,52			3,50	0,76		
PR	Estadual - E	Urbana - U	1.387	15,34	0,52	0,01		251,70	15,52	6,67		242,92	14,57	9,77		83,06	8,50	-5,54		3,30	3,59	0,72		4,07	0,63	-0,02	
		Rural - R	195	15,33	0,53			245,02	17,45			233,15	16,69			88,61	7,35			2,57	3,14			4,10	0,62		
		Total	1.582	15,33	0,52	0,20		250,87	15,91	-7,50		241,72	15,19	-7,43		83,75	8,56	0,00		3,21	3,55	1,46		4,08	0,63	-0,22	
	Municipal - M	Urbana - U	36	15,14	0,41		0,02	257,10	13,36	-6,99		249,73	12,66	3,15		83,29	6,02	-2,52		1,61	1,65	-0,74		4,27	0,50	-0,17	
		Rural - R	8	15,12	0,19			264,09	12,80			246,57	8,90			85,81	7,48			2,35	2,69			4,44	0,48		
		Total	44	15,13	0,38			258,37	13,39			249,15	12,04			83,75	6,29			1,74	1,86			4,30	0,50		
	Total	Urbana - U	1.423	15,33	0,52	0,01		251,83	15,49	6,06		243,10	14,56	9,42		83,07	8,45	-5,43		3,25	3,57	0,69		4,08	0,63	-0,03	
		Rural - R	203	15,32	0,52			245,77	17,66			233,68	16,64			88,50	7,35			2,57	3,12			4,11	0,62		
		Total	1.626	15,33	0,52			251,08	15,89			241,92	15,16			83,75	8,51			3,17	3,52			4,08	0,63		
RJ	Estadual - E	Urbana - U	729	16,12	0,66	0,13		239,13	20,60	1,11		231,56	19,23	4,90		75,66	10,75	-1,59		4,83	4,87	-0,04		3,42	0,84	0,01	
		Rural - R	47	15,99	0,64			238,02	21,47			226,66	19,27			77,25	9,68			4,87	5,13			3,41	0,76		
		Total	776	16,11	0,66	0,46		239,06	20,65	-14,49		231,26	19,26	-16,78		75,76	10,69	-5,45		4,83	4,88	2,28		3,42	0,83	-0,68	
	Municipal - M	Urbana - U	861	15,65	0,26	-0,10		253,95	18,91	4,97		248,53	16,83	6,24		81,43	9,10	2,83		2,60	2,49	0,52		4,13	0,71	0,31	
		Rural - R	73	15,75	0,32			248,97	17,18			242,28	15,54			78,60	10,61			2,08	1,82			3,82	0,63		
		Total	934	15,66	0,27			253,56	18,82			248,04	16,81			81,21	9,25			2,55	2,45			4,11	0,71		
	Total	Urbana - U	1.590	15,86	0,54	0,02		247,15	21,04	2,47		240,75	19,86	4,58		78,79	10,29	0,72		3,62	3,93	0,45		3,81	0,85	0,15	
		Rural - R	120	15,85	0,49			244,68	19,64			236,17	18,66			78,07	10,24			3,17	3,75			3,66	0,71		
		Total	1.710	15,86	0,54			246,98	20,95			240,43	19,81			78,74	10,29			3,59	3,92			3,80	0,84		
RN	Estadual - E	Urbana - U	252	15,88	0,64	-0,13		230,65	16,81	9,75		225,05	15,60	4,71		70,97	11,54	-6,95		10,32	7,10	2,79		2,99	0,69	-0,10	
		Rural - R	9	16,01	0,61			220,90	21,78			220,34	12,92			77,92	7,83			7,52	5,30			3,09	0,38		
		Total	261	15,88	0,64	0,07		230,31	17,04	-1,00		224,89	15,52	1,47		71,21	11,49	0,55		10,22	7,06	1,71		2,99	0,68	-0,02	
	Municipal - M	Urbana - U	225	15,80	0,64	-0,03		233,87	15,78	11,80		226,21	15,10	12,90		69,87	11,54	-3,64		8,68	6,25	0,79		3,05	0,71	0,19	
		Rural - R	62	15,83	0,63			222,06	15,89			213,31	13,78			73,51	11,33			7,88	4,87			2,86	0,57		
		Total	287	15,81	0,64			231,32	16,51			223,42	15,72			70,66	11,57			8,50	5,98			3,01	0,68		
	Total	Urbana - U	477	15,84	0,64	-0,01		232,17	16,39	10,25		225,60	15,36	11,40		70,45	11,54	-3,62		9,54	6,76	1,70		3,02	0,70	0,13	
		Rural - R	71	15,86	0,63			221,91	16,56			214,20	13,79			74,07	11,01			7,84	4,89			2,89	0,56		
		Total	548	15,84	0,64			230,84	16,76			224,12	15,63			70,92	11,53			9,32	6,57			3,00	0,68		

(Continua)

(Continuação)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
RO	Estadual - E	Urbana - U	198	15,57	0,35			247,08	14,26			239,90	13,48			73,97	12,29			4,68	3,56			3,53	0,72		
		Rural - R	16	16,01	0,71	-0,44		239,40	19,39	7,68		226,89	17,84	13,02		82,79	10,68	-8,83		5,58	4,52	-0,90		3,65	0,64	-0,12	
		Total	214	15,60	0,40		246,51	14,78		1,77	238,93	14,22		7,16	74,63	12,38		-6,37	4,74	3,63		0,28	3,54	0,72		-0,16	
	Municipal - M	Urbana - U	43	15,61	0,42		-0,28	249,00	14,40			237,04	13,84			79,29	10,76			3,94	3,85			3,80	0,57		0,14
		Rural - R	94	15,88	0,54			242,79	14,51	6,21		229,36	11,96	7,67		81,78	10,79	-2,50		4,71	4,47	-0,76		3,66	0,60		
		Total	137	15,80	0,52			244,74	14,71			231,77	13,03			81,00	10,81			4,47	4,29			3,71	0,59		
	Total	Urbana - U	241	15,57	0,37		-0,33	247,42	14,27			239,39	13,56			74,92	12,19			4,55	3,61			3,58	0,70		-0,08
		Rural - R	110	15,90	0,56			242,29	15,26	5,13		229,00	12,91	10,39		81,93	10,74	-7,01		4,83	4,47	-0,29		3,66	0,60		
		Total	351	15,68	0,46			245,82	14,76			236,14	14,19			77,11	12,18			4,64	3,90			3,61	0,67		
RR	Estadual - E	Urbana - U	63	15,55	0,33		-0,37	232,23	13,27			227,73	13,92			81,66	8,75			3,64	3,31			3,54	0,65		0,58
		Rural - R	19	15,92	0,79			206,17	16,14	26,07		199,55	14,93	28,18		86,23	6,58	-4,57		4,63	3,78	-0,99		2,96	0,50		
		Total	82	15,63	0,50		-0,63	226,19	17,75		2,26	221,20	18,46		-3,92	82,72	8,48		0,15	3,87	3,43		-4,57	3,40	0,67		-0,03
	Municipal - M	Urbana - U	1	15,39			-1,31	216,13				225,97				84,10				5,60				3,40			-0,05
		Rural - R	2	16,70	0,59			227,83	14,59	-11,70		224,69	29,98	1,28		81,80	1,27	2,30		9,85	3,61	-4,25		3,45	0,49		
		Total	3	16,27	0,87			223,93	12,33			225,12	21,21			82,57	1,60			8,43	3,54			3,43	0,35		
	Total	Urbana - U	64	15,55	0,33		-0,45	231,98	13,32		23,75	227,70	13,81		25,76	81,70	8,68			3,67	3,29			3,54	0,65		0,53
		Rural - R	21	16,00	0,80			208,23	16,96			201,94	17,40			85,80	6,39	-4,11		5,12	3,99	-1,46		3,00	0,51		
		Total	85	15,66	0,52			226,11	17,54			221,33	18,44			82,71	8,33			4,03	3,51			3,41	0,66		
RS	Estadual - E	Urbana - U	1.230	15,41	0,48	0,06		260,22	18,50	4,79		249,45	15,80	9,65		75,71	11,31	-4,90		2,32	3,16	0,04		3,90	0,79		-0,03
		Rural - R	69	15,35	0,41			255,43	21,01			239,80	18,86			80,61	9,74			2,28	2,69			3,93	0,75		
		Total	1.299	15,41	0,47		0,06	259,96	18,66		2,95	248,93	16,12		3,51	75,97	11,28		-4,90	2,32	3,14		-0,02	3,90	0,79		-0,17
	Municipal - M	Urbana - U	892	15,33	0,45		-0,12	257,67	19,55		5,39	246,64	16,95			80,74	10,33			2,32	2,82			4,10	0,79		0,20
		Rural - R	124	15,45	0,44			252,28	22,55			236,67	18,06	9,97		81,85	10,11	-1,11		2,52	2,60	-0,21		3,90	0,72		
		Total	1.016	15,34	0,45			257,01	20,00			245,42	17,39			80,87	10,31			2,34	2,80			4,07	0,78		
	Total	Urbana - U	2.122	15,38	0,47		-0,04	259,15	18,98		5,74	248,27	16,35		10,48	77,83	11,18		-3,58	2,32	3,03		-0,12	3,98	0,79		0,08
		Rural - R	193	15,42	0,43			253,41	22,01			237,79	18,36			81,41	9,97			2,44	2,63			3,91	0,73		
		Total	2.315	15,38	0,46			258,67	19,31			247,39	16,78			78,12	11,13			2,33	2,99			3,98	0,79		
SC	Estadual - E	Urbana - U	738	15,12	0,28		0,03	255,52	14,59		5,25	244,45	13,50			93,60	4,73			2,20	2,70			4,64	0,53		0,16
		Rural - R	62	15,08	0,32			250,27	18,59			234,98	14,44	9,46		94,65	6,39	-1,05		2,33	3,16	-0,12		4,48	0,64		
		Total	800	15,11	0,28			255,11	14,99		-5,49	243,71	13,80		-5,85	93,68	4,88		2,89	2,21	2,74		0,99	4,63	0,54		-0,06
	Municipal - M	Urbana - U	511	15,03	0,26		-0,06	261,82	18,41		10,41	251,36	15,56			90,37	6,87			1,21	1,70			4,72	0,68		0,24
		Rural - R	68	15,10	0,42			251,41	18,42			236,06	17,12	15,29		93,89	6,09	-3,51		1,33	2,00	-0,12		4,48	0,63		
		Total	579	15,04	0,28			260,60	18,70			249,56	16,49			90,79	6,87			1,22	1,74			4,69	0,68		
	Total	Urbana - U	1.249	15,08	0,27		-0,01	258,10	16,55		7,23	247,27	14,77		11,72	92,28	5,92		-1,97	1,80	2,40		-0,01	4,67	0,60		0,19
		Rural - R	130	15,09	0,37			250,87	18,44			235,55	15,85			94,25	6,22			1,81	2,66			4,48	0,63		
		Total	1.379	15,08	0,29			257,42	16,86			246,17	15,26			92,46	5,97			1,80	2,42			4,65	0,60		

(Continua)

(Conclusão)

			Variável																								
UF	Dependência	Localização	N	Idade Média				Matemática				Língua Portuguesa				Taxa de Aprovação				Taxa de Abandono				IDEB			
				Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M	Média	Desv. Pad.	Dif. Méd U-R	Dif. Méd E-M
SE	Estadual - E	Urbana - U	175	16,22	0,65	-0,02		235,27	14,77	11,26		227,29	14,65	13,54		66,95	12,32	-2,90		7,46	6,78	0,39		2,89	0,65		
		Rural - R	9	16,24	0,59			224,01	14,58			213,75	14,05			69,86	9,16			7,07	5,99			2,72	0,48	0,17	
		Total	184	16,22	0,65			234,72	14,92		4,02	226,63	14,88		5,76	67,09	12,18		0,75	7,44	6,73		-1,12	2,89	0,65		0,07
	Municipal - M	Urbana - U	92	16,30	0,80	-0,14		233,21	17,26	5,32		223,06	14,86	4,64		65,69	11,86	-1,39		8,50	5,79	-0,15		2,84	0,65	0,05	
		Rural - R	82	16,44	0,79			227,89	16,12			218,42	15,28			67,08	11,33			8,64	5,37			2,78	0,64		
		Total	174	16,37	0,80			230,71	16,90			220,88	15,19			66,35	11,60			8,57	5,58			2,81	0,64		
	Total	Urbana - U	267	16,25	0,71	-0,17		234,56	15,67	7,06		225,84	14,83	7,87		66,52	12,16	-0,84		7,82	6,46	-0,67		2,87	0,65	0,10	
		Rural - R	91	16,42	0,78			227,51	15,94			217,96	15,15			67,36	11,12			8,49	5,42			2,78	0,62		
		Total	358	16,29	0,73			232,77	16,02			223,83	15,28			66,73	11,89			7,99	6,22			2,85	0,64		
SP	Estadual - E	Urbana - U	3.517	15,14	0,25	0,03		245,34	14,67	0,49		241,50	14,01	2,85		91,30	6,21	-4,39		1,88	2,46	1,01		4,36	0,61	-0,15	
		Rural - R	109	15,10	0,32			244,85	14,69		-6,68	238,65	14,41		-4,84	95,68	4,36		-0,15	0,87	1,34		0,57	4,51	0,56		-0,17
		Total	3.626	15,13	0,25	-0,02		245,33	14,67			241,42	14,03			91,43	6,21			1,85	2,44			4,36	0,61		
	Municipal - M	Urbana - U	1.398	15,16	0,24	0,00		251,84	18,75	-4,18		246,19	16,47	-1,59		91,51	5,93	-1,74		1,31	1,75	0,75		4,53	0,62	-0,17	
		Rural - R	58	15,16	0,26			256,02	17,20			247,78	16,36			93,25	6,67			0,56	1,03			4,70	0,56		
		Total	1.456	15,16	0,24			252,01	18,70			246,25	16,46			91,58	5,97			1,28	1,73			4,54	0,62		
	Total	Urbana - U	4.915	15,14	0,24	0,02		247,19	16,20	-1,54		242,84	14,90	1,01		91,36	6,13	-3,48		1,72	2,30	0,96		4,41	0,62	-0,17	
		Rural - R	167	15,12	0,30			248,73	16,45			241,82	15,68			94,84	5,39			0,76	1,25			4,58	0,56		
		Total	5.082	15,14	0,25			247,24	16,21			242,80	14,93			91,47	6,14			1,69	2,28			4,41	0,62		
TO	Estadual - E	Urbana - U	252	15,58	0,46	-0,52		238,66	17,64	11,32		232,78	15,69	13,51		85,89	7,35	2,02		2,45	2,67	-1,22		3,88	0,60	0,43	
		Rural - R	15	16,10	0,97			227,34	12,82		-0,63	219,27	14,75		-0,83	83,87	6,40		-2,04	3,67	3,15		0,34	3,45	0,50		-0,13
		Total	267	15,61	0,51	-0,16		238,03	17,58			232,02	15,92			85,77	7,30			2,52	2,70			3,86	0,60		
	Municipal - M	Urbana - U	73	15,65	0,55	-0,57		242,77	21,77	19,90		237,69	20,33	23,41		87,81	7,71	-0,05		1,98	2,57	-0,96		4,11	0,81	0,63	
		Rural - R	19	16,22	0,80			222,87	18,04			214,28	17,51			87,85	7,55			2,94	2,29			3,48	0,72		
		Total	92	15,77	0,65			238,66	22,47			232,85	21,88			87,82	7,64			2,18	2,53			3,98	0,83		
	Total	Urbana - U	325	15,60	0,48	-0,57		239,59	18,69	14,74		233,88	16,93	17,40		86,32	7,46	0,23		2,35	2,65	-0,92		3,93	0,66	0,46	
		Rural - R	34	16,17	0,87			224,84	15,89			216,48	16,31			86,09	7,25			3,26	2,68			3,47	0,62		
		Total	359	15,65	0,55			238,19	18,92			232,23	17,61			86,30	7,43			2,43	2,66			3,89	0,67		
Total	Estadual - E	Urbana - U	15.726	15,50	0,62	-0,12		246,30	19,65	8,08		239,62	17,35	10,59		83,04	11,79	-3,58		4,01	4,95	0,18		3,96	0,83	0,10	
		Rural - R	1.050	15,62	0,74			238,22	21,96		5,99	229,03	19,09		6,24	86,62	10,22		0,79	3,83	4,92		-0,65	3,85	0,79		0,19
		Total	16.776	15,51	0,63	-0,20		245,80	19,90			238,96	17,65			83,27	11,73			4,00	4,95			3,95	0,83		
	Municipal - M	Urbana - U	9.940	15,59	0,67	-0,41		244,66	22,26	17,80		237,98	19,86	19,27		82,49	11,02	0,06		4,25	4,93	-1,47		3,91	0,86	0,53	
		Rural - R	3.728	16,01	0,88			226,87	22,77			218,71	19,67			82,43	11,20			5,71	5,27			3,38	0,78		
		Total	13.668	15,71	0,76			239,81	23,76			232,72	21,59			82,47	11,07			4,65	5,07			3,76	0,87		
	Total	Urbana - U	25.666	15,54	0,64	-0,39		245,67	20,72	16,31		238,99	18,38	18,01		82,83	11,50	-0,52		4,10	4,95	-1,20		3,94	0,84	0,46	
		Rural - R	4.778	15,92	0,86			229,36	23,08			220,98	20,00			83,35	11,12			5,30	5,25			3,48	0,81		
		Total	30.444	15,60	0,70			243,11	21,92			236,16	19,76			82,91	11,45			4,29	5,01			3,87	0,85		

Fonte: Base de dados da pesquisa

No que diz respeito à taxa de aprovação, percebe-se que as escolas municipais urbanas e rurais apresentaram desempenho similar, sendo a média igual a 82,49% e 82,43%, respectivamente – diferença igual a 0,06% a favor das escolas municipais urbanas. A taxa de abandono das escolas municipais urbanas foi de 4,25%, e das escolas municipais rurais, 5,71%; em média, as escolas municipais rurais apresentaram um índice de abandono de 1,47 pontos percentuais a mais que as municipais urbanas. Por fim, as escolas municipais urbanas obtiveram IDEB igual a 3,91, e as municipais rurais, 3,38, sendo a diferença de 0,53, algo substancial, representando aproximadamente 16% nesse indicador.

Ao comparar as escolas da rede estadual com as da rede municipal, constata-se que, em média, a rede municipal apresentou desempenho inferior ao da rede estadual em todos os indicadores avaliados. Das 30.444 escolas analisadas, 16.776 eram estaduais e 13.668, municipais. A idade média dos alunos das escolas estaduais era de 15,51 anos, enquanto a dos alunos das escolas municipais, 15,71 anos, representando uma defasagem de idade dos alunos das escolas rurais, com relação aos alunos de instituições urbanas, de 0,20 ano, aproximadamente dois meses.

Em relação à prova de Matemática, a nota média das escolas estaduais foi 245,80, contra 239,81 das escolas municipais – diferença de 5,99 pontos. Na prova de Língua Portuguesa, a nota média das escolas estaduais foi 238,96 pontos, e a das escolas municipais, 232,72 pontos, perfazendo uma diferença de 6,24 pontos. Quanto à taxa de aprovação, percebe-se que as escolas estaduais aprovaram mais que as escolas municipais, sendo a média igual a 83,27% e 82,47%, respectivamente, e a diferença de 0,79 pontos percentuais a favor das escolas estaduais. A taxa de abandono das escolas estaduais foi de 4%, e das escolas municipais, 4,65%; em média, as escolas municipais apresentaram um índice de abandono de 0,65 pontos percentuais a mais que as estaduais. Por fim, as escolas estaduais obtiveram IDEB igual a 3,95, e as escolas municipais, 3,76, sendo a diferença igual a 0,19 – aproximadamente 5% nesse indicador.

Por fim, ao considerar apenas a localização da escola, sem destacar a dependência administrativa, reafirma-se a diferença de desempenho entre as escolas urbanas e rurais, conforme já descrito anteriormente. Das 30.444 escolas analisadas, 25.666 eram urbanas e 4.778, rurais. A idade média dos alunos das escolas urbanas era 15,54 anos, enquanto a dos alunos das escolas rurais era 15,92 anos – defasagem de idade destes rurais em relação àqueles de 0,39 ano, aproximadamente cinco meses.

No que concerne à prova de Matemática, a nota média das escolas urbanas foi 245,67, contra 229,36 das escolas rurais, sendo a diferença igual a 16,31 pontos. Na prova de Língua

Portuguesa, a nota média das escolas urbanas foi 238,99 pontos, e a das escolas rurais foi 220,98 pontos, perfazendo uma diferença de 18,01 pontos. Quanto à taxa de aprovação, nota-se que as escolas urbanas aprovaram menos que as escolas rurais, sendo a média igual a 82,83% e 83,35%, respectivamente – diferença de 0,52 pontos percentuais a favor das escolas rurais. A taxa de abandono das escolas urbanas foi de 4,10%, e das escolas rurais, 5,30%: em média, as instituições rurais apresentaram um índice de abandono de 1,2 pontos percentuais a mais que as escolas urbanas. Por fim, as escolas urbanas obtiveram IDEB igual a 3,94, e as escolas rurais, 3,48, sendo a diferença igual a 0,46 – aproximadamente 13% nesse indicador.

Ao considerar as Unidades da Federação, diferentemente dos resultados do 5º ano, observaram-se alguns comportamentos inversos, sendo que, em alguns indicadores, principalmente na taxa de aprovação, as escolas rurais apresentaram melhor desempenho que as urbanas, enquanto houve situações em que escolas municipais apresentaram alguns indicadores superiores às escolas estaduais. Embora tais episódios sejam pontuais, eles se destacaram e, nesses casos, sugerem aprofundamento das análises a serem realizadas em estudos futuros, quantitativos e qualitativos em profundidade, para o entendimento dos fatos.

A partir desse ponto, foram feitas análises para cada um dos indicadores de desempenho, com o auxílio da Tabela 14 e dos gráficos e tabelas por indicadores. As tabelas com os grupos homogêneos formados pelas Unidades da Federação, separados por dependência administrativa e localização das escolas, podem ser consultados no Apêndice B – Subconjuntos Homogêneos – 9º Ano.

Ao analisar o indicador idade média no 9º ano, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 15 grupos com idade média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 15). Pode-se observar, no Gráfico 13 e na Tabela 15, que Santa Catarina e São Paulo possuíam o melhor desempenho quando se avaliou o indicador idade/série com 15,08 anos e 15,14 anos, respectivamente, e os estados com pior desempenho foram Amazonas, Alagoas e Sergipe. A diferença de idade média entre os estados de São Paulo (melhor desempenho) e Pará (pior desempenho) foi de 1,32 anos, aproximadamente um ano e quatro meses.

Quando se observa a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas municipais urbanas de Santa Catarina, com idade média de 15,03 anos, e o pior desempenho foi das escolas municipais rurais de Roraima, com idade média de 16,70 anos, sendo a diferença entre os dois grupos de um ano e oito meses.

De forma geral, o melhor desempenho nesse indicador foi das escolas estaduais urbanas, seguido pelas municipais urbanas, estaduais rurais e municipais rurais. Algumas

exceções podem ser observadas, como no caso do Rio de Janeiro, onde as escolas estaduais urbanas apresentaram o pior desempenho.

Gráfico 13 - Idade média – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Tabela 15 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Idade Média – todas as escolas – 9º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
SC	1.379	15,08														
SP	5.082	15,14														
PR	1.626		15,33													
AC	129		15,37	15,37												
ES	634		15,38	15,38	15,38											
RS	2.315		15,38	15,38	15,38											
MG	3.403		15,43	15,43	15,43	15,43										
DF	162		15,48	15,48	15,48	15,48										
AP	111			15,50	15,50	15,50	15,50									
MT	662				15,54	15,54	15,54	15,54								
CE	1.752					15,57	15,57	15,57								
TO	359						15,65	15,65	15,65							
RR	85						15,66	15,66	15,66							
RO	351							15,68	15,68							
MS	522							15,70	15,70	15,70						
GO	1.006								15,81	15,81	15,81					
RN	548									15,84	15,84	15,84				
MA	1.464									15,86	15,86	15,86				
RJ	1.710									15,86	15,86	15,86				
PI	645									15,87	15,87	15,87				
PE	1.340										15,90	15,90				
PB	675											16,00	16,00			
PA	933												16,07	16,07		
BA	2.212													16,18	16,18	
SE	358														16,29	16,29
AL	472														16,32	16,32
AM	509															16,40
Sig.		1,00	0,04	0,16	0,01	0,06	0,03	0,02	0,01	0,01	0,93	0,03	0,99	0,38	0,13	0,55

Fonte: Base de dados da pesquisa

No que concerne ao indicador nota em Matemática, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 15 grupos com nota média homogênea em Matemática (estatisticamente iguais) (Tabela 16). Pode-se observar, no Gráfico 14 e na Tabela 16, que Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina obtiveram o melhor desempenho neste indicador com 260,78, 258,67 e 257,42 pontos, respectivamente, e os estados com pior desempenho foram Maranhão e Alagoas, com 218,76 e 220,29 pontos, respectivamente – a diferença na pontuação entre Minas Gerais (melhor desempenho) e Maranhão (pior desempenho) foi de 42,02 pontos.

Quando se observam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho neste indicador foi das escolas municipais rurais do Paraná, com nota média de 264,09 pontos, e o pior desempenho foi das instituições estaduais rurais de Roraima, com nota média igual 206,17 pontos – diferença entre os dois grupos é de 57,92 pontos.

Em geral, o melhor desempenho neste indicador foi das escolas estaduais urbanas, seguido pelas municipais urbanas, estaduais rurais e municipais rurais. Contudo, verificaram-

se variações por Unidade da Federação que merecem destaque, como o desempenho superior das escolas municipais rurais no Paraná, no Espírito Santo e em São Paulo.

Gráfico 14 - Nota média em Matemática – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Tabela 16 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Matemática – todas as escolas – 9º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
MA	1.464	218,76														
AL	472	220,29	220,29													
AP	111		224,06	224,06												
RR	85			226,11	226,11											
BA	2.212			226,57	226,57	226,57										
PE	1.340			227,56	227,56	227,56										
PB	675			228,55	228,55	228,55	228,55									
PA	933			228,92	228,92	228,92	228,92									
RN	548				230,84	230,84	230,84	230,84								
AM	509					231,18	231,18	231,18								
SE	358						232,77	232,77	232,77							
CE	1.752							234,46	234,46	234,46						
PI	645							235,00	235,00	235,00						
AC	129								236,52	236,52						
TO	359									238,19						
MT	662									239,21						
GO	1.006										244,16					
RO	351										245,82					
RJ	1.710										246,98	246,98				
SP	5.082										247,24	247,24				
PR	1.626											251,08	251,08			
DF	162												252,66	252,66		
ES	634												253,79	253,79	253,79	
MS	522												254,13	254,13	254,13	
SC	1.379													257,42	257,42	257,42
RS	2.315														258,67	258,67
MG	3.403															260,78
Sig.		1,00	0,22	0,01	0,02	0,03	0,08	0,09	0,23	0,02	0,66	0,11	0,68	0,02	0,01	0,47

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em relação ao indicador nota em Língua Portuguesa, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 13 grupos com nota média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 17). O desempenho neste indicador por Unidade da Federação foi muito parecido com a nota em Matemática e, como se pode observar na Tabela 6, a correlação entre a nota nessas duas provas é muito alta. Destaca-se que o desempenho médio em Língua Portuguesa foi inferior ao encontrado em Matemática, mas as diferenças foram menores que as observadas no 5º ano.

Pode-se observar, no Gráfico 15 e na Tabela 17, que os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul obtiveram o melhor desempenho neste indicador, com 251,78 e 249,45 pontos, respectivamente, e os estados com o pior desempenho foram Alagoas e Maranhão, com 213,83 e 217,08 pontos, respectivamente – a diferença na pontuação entre Minas Gerais (melhor desempenho) e Alagoas (pior desempenho) foi de 37,06 pontos. Quando se verifica a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho neste indicador foi das escolas municipais urbanas de Minas Gerais, com nota média de 253,18 pontos, e o

pior desempenho foi das escolas estaduais rurais de Roraima, com nota média igual 199,55 pontos – diferença entre os dois grupos foi de 53,63 pontos.

Destacam-se neste indicador as escolas municipais urbanas que obtiveram desempenho superior em várias Unidades da Federação.

Gráfico 15 - Nota média em Língua Portuguesa – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Tabela 17 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela nota em Língua Portuguesa – todas as escolas – 9º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
AL	472	213,83												
MA	1.464	217,08	217,08											
BA	2.212		220,52	220,52										
PE	1.340		220,99	220,99										
RR	85		221,33	221,33										
PB	675			222,54	222,54									
AP	111			222,88	222,88									
SE	358			223,83	223,83									
RN	548			224,12	224,12									
PA	933			224,87	224,87	224,87								
PI	645				226,25	226,25								
CE	1.752					228,92	228,92							
AM	509					228,98	228,98							
AC	129						231,49							
TO	359						232,23	232,23						
MT	662						233,27	233,27						
RO	351							236,14	236,14					
GO	1.006								238,77	238,77				
RJ	1.710								240,43	240,43	240,43			
PR	1.626									241,92	241,92	241,92		
SP	5.082									242,80	242,80	242,80		
ES	634									242,82	242,82	242,82		
DF	162										244,02	244,02	244,02	
MS	522											246,00	246,00	
SC	1.379											246,17	246,17	
RS	2.315												247,39	247,39
MG	3.403													250,89
Sig.		0,31	0,02	0,01	0,10	0,03	0,01	0,06	0,02	0,04	0,14	0,02	0,24	0,18

Fonte: Base de dados da pesquisa

Com relação ao indicador taxa de aprovação, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 12 grupos com aprovação média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 18).

Pode-se observar, no Gráfico 16 e na Tabela 18, que Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo obtiveram o melhor desempenho neste indicador, com aprovação média de 93,96%, 92,46% e 91,47%, respectivamente, e os estados com o pior desempenho foram Sergipe e Alagoas, com aprovação média de 66,73% e 68,86%, respectivamente – a diferença nos percentuais de aprovação entre Mato Grosso (melhor desempenho) e Sergipe (pior desempenho) foi de 27,23 pontos percentuais.

Quando se observam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho neste indicador foi das escolas estaduais urbanas do Mato Grosso, com aprovação média de 95,73%, e o pior desempenho foi das escolas municipais urbanas do Sergipe, com aprovação média igual 65,69% – diferença entre os dois grupos foi de 30,04 pontos percentuais.

Neste indicador, destacou-se o melhor desempenho das escolas estaduais rurais no geral e em várias Unidades da Federação.

Quando comparado ao 5º ano, o 9º ano apresentou desempenho inferior àquele. Isso significa que a aprovação nos anos finais do ensino básico é inferior à verificada nos anos iniciais.

Gráfico 16 - Taxa média de aprovação – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Tabela 18 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Aprovação – todas as escolas – 9º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
SE	358	66,73											
AL	472	68,86	68,86										
RN	548		70,92										
PB	675			73,87									
BA	2.212			73,95									
MS	522			76,28	76,28								
RO	351				77,11								
PE	1.340				78,08	78,08							
RS	2.315				78,12	78,12							
RJ	1.710				78,74	78,74							
DF	162				78,86	78,86							
ES	634						80,37	80,37					
PI	645						80,38	80,38					
PA	933							82,17	82,17				
AP	111							82,48	82,48	82,48			
RR	85							82,71	82,71	82,71			
MG	3.403								83,45	83,45			
MA	1.464								83,61	83,61			
PR	1.626								83,75	83,75	83,75		
GO	1.006								84,77	84,77	84,77	84,77	
AM	509									85,02	85,02	85,02	
TO	359										86,30	86,30	
CE	1.752											86,52	
AC	129												91,19
SP	5.082												91,47
SC	1.379												92,46
MT	662												93,96
Sig.		0,14	0,20	0,04	0,01	0,06	0,05	0,01	0,02	0,02	0,54	0,96	0,02

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em relação ao indicador taxa de abandono, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 15 grupos com aprovação média homogênea (estatisticamente iguais) (Tabela 19).

Pode-se observar, no Gráfico 17 e na Tabela 19, que Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Tocantins e o Distrito Federal obtiveram o melhor desempenho neste indicador, com abandono médio de 1,54%, 1,69%, 1,80%, 2,33%, 2,43% e 2,59%, respectivamente, e os estados com os piores desempenhos foram Alagoas e Paraíba, com abandono médio de 11,94% e 10,95%, respectivamente – a diferença nos percentuais de abandono entre Mato Grosso (melhor desempenho) e Alagoas (pior desempenho) foi de 10,4 pontos percentuais.

Quando se observam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho foi das escolas municipais rurais do estado de São Paulo, com abandono médio de 0,56%, e o pior desempenho foi das escolas estaduais urbanas da Paraíba, com abandono médio igual a 13,78% – a diferença entre os dois grupos é de 13,22 pontos percentuais.

Neste indicador, destacou-se o bom desempenho geral das escolas estaduais rurais.

Gráfico 17 - Taxa média de abandono – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Tabela 19 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pela Taxa de Abandono – todas as escolas – 9º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
MT	662	1,54														
SP	5.082	1,69	1,69													
SC	1.379	1,80	1,80													
RS	2.315	2,33	2,33	2,33												
TO	359	2,43	2,43	2,43	2,43											
DF	162	2,59	2,59	2,59	2,59	2,59										
ES	634		2,87	2,87	2,87	2,87	2,87									
PR	1.626			3,17	3,17	3,17	3,17	3,17								
RJ	1.710				3,59	3,59	3,59	3,59	3,59							
AC	129					3,72	3,72	3,72	3,72	3,72						
MG	3.403						4,02	4,02	4,02	4,02						
RR	85						4,03	4,03	4,03	4,03						
CE	1.752							4,29	4,29	4,29						
RO	351								4,64	4,64	4,64					
PI	645								4,76	4,76	4,76					
MS	522								4,77	4,77	4,77					
MA	1.464									4,90	4,90					
GO	1.006									4,91	4,91					
AP	111										5,53	5,53				
PA	933											6,53	6,53			
PE	1.340											6,53	6,53			
AM	509												7,25	7,25		
BA	2.212													7,79		
SE	358													7,99		
RN	548														9,32	
PB	675															10,95
AL	472															11,94
Sig.		0,08	0,02	0,47	0,02	0,03	0,02	0,03	0,02	0,01	0,33	0,13	0,78	0,73	1,00	0,15

Fonte: Base de dados da pesquisa

Em relação ao IDEB, considerando as Unidades da Federação, verificou-se a formação de 16 grupos com IDEB médio homogêneo (estatisticamente iguais) (Tabela 20).

Pode-se constatar, no Gráfico 18 e na Tabela 20, que Santa Catarina obteve o melhor IDEB, com média de 4,65 pontos, e os estados com os piores desempenhos foram Alagoas e Sergipe, com IDEB médio de 2,68 e 2,85 pontos, respectivamente. A diferença entre Santa Catarina (melhor desempenho) e Alagoas (pior desempenho) foi de 1,97 pontos, representando uma diferença de desempenho neste indicador de 73,5%, de um estado em relação ao outro.

Quando se verificam a dependência administrativa e a localização das escolas, o melhor desempenho foi das escolas municipais urbanas de Santa Catarina, com IDEB médio de 4,72 pontos, e o pior desempenho foi das escolas estaduais rurais e municipais urbanas de Alagoas, com IDEB médio igual a 2,64 pontos. A diferença entre os dois grupos de 2,08 pontos representa uma diferença de desempenho neste indicador de 79%, de um grupo em relação ao outro.

Neste indicador, destacou-se o bom desempenho das escolas municipais urbanas em várias Unidades da Federação e o bom desempenho das escolas municipais rurais nos estados de São Paulo, Paraná e Espírito Santo.

Gráfico 18 - IDEB – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Tabela 20 - Subconjuntos homogêneos de UF formados pelo IDEB – todas as escolas – 9º ano

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
AL	472	2,68															
SE	358	2,85	2,85														
RN	548		3,00	3,00													
BA	2.212			3,04													
PB	675			3,09	3,09												
PE	1.340				3,24	3,24											
MA	1.464					3,29											
RR	85					3,41	3,41										
AP	111					3,42	3,42										
PA	933						3,49	3,49									
PI	645						3,50	3,50									
RO	351							3,61	3,61								
AM	509								3,70	3,70							
CE	1.752								3,79	3,79	3,79						
RJ	1.710									3,80	3,80						
MS	522									3,82	3,82	3,82					
TO	359										3,89	3,89					
DF	162										3,89	3,89	3,89				
ES	634										3,97	3,97	3,97	3,97			
RS	2.315										3,98	3,98	3,98	3,98			
GO	1.006											3,99	3,99	3,99			
PR	1.626												4,08	4,08	4,08		
AC	129													4,08	4,08		
MT	662														4,26	4,26	
MG	3.403															4,33	
SP	5.082															4,41	
SC	1.379																4,65
Sig.		0,07	0,15	0,96	0,22	0,03	0,96	0,65	0,02	0,54	0,01	0,05	0,01	0,79	0,03	0,12	1,00

Fonte: Base de dados da pesquisa

5.4.3.3 Considerações sobre o Desempenho entre Fatores

Os resultados univariados apresentados, no geral, sugerem pior desempenho das escolas rurais em relação às instituições urbanas, sobretudo as municipais.

De forma geral, as Unidades da Federação que apresentam melhores e piores desempenhos no 5º ano também figuram entre as de melhores e piores desempenhos na oferta do 9º ano.

Tanto no 5º quanto no 9º ano, há entre os estados com o pior desempenho, Alagoas, Maranhão, Pará e Sergipe, que apresentam resultados inferiores aos demais estados na avaliação da maioria dos indicadores. Por outro lado, os estados que apresentaram melhores desempenhos foram: Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo – estes, com frequência, aparecem entre os de melhor desempenho nos indicadores avaliados.

Tal constatação remete à ambiguidade teórica sobre as vantagens da descentralização para a prestação de serviços públicos, incluindo os seus efeitos distributivos, conforme

apontado por Galiani, Gertler e Schargrodsky (2008). Eles afirmam que, uma vez que existem variações das características dos governos e das populações locais, seria de se esperar uma resposta heterogênea à descentralização; logo, é esperado que a descentralização melhore a prestação de serviços nas áreas mais ricas, onde os cidadãos conseguiriam se expressar e defender suas preferências, mas os benefícios dessa opção poderiam não atingir os mais pobres.

Em algumas Unidades da Federação, existem diferenças importantes em relação ao comportamento de alguns grupos de escolas avaliadas. Por exemplo, embora sejam apenas quatro escolas que compõem o grupo, destaca-se o desempenho das escolas estaduais rurais de Goiás que ofertam o 5º ano. Esse estrato apresenta indicadores substancialmente superiores a todos os outros, requerendo maior aprofundamento em estudos futuros para entender os motivos desse melhor desempenho. Em contrapartida, vale destacar que nesse mesmo estrato, a participação das escolas na edição de 2011 da PB foi muito baixa (15,4%). Eventualmente, a baixa participação poderia acobertar um baixo desempenho desse grupo de escolas.

Ao analisar a idade média (defasagem idade-série), observa-se que em algumas Unidades da Federação e em certos estratos, como escolas rurais do Pará a idade média é bem superior à do Brasil e bem superior a outros estratos e Unidades da Federação.

Para Marchesi e Pérez (2004), apesar de a defasagem idade-série no Brasil ter diminuído, esta ainda é apontada como importante integrante do fracasso escolar, tanto como causa quanto como consequência desse fenômeno. Entre as características típicas do percurso escolar das camadas populares, uma bastante presente em diversos estudos é a tendência às interrupções (PORTES, 1993; 2000; ZAGO, 2000; VIANA, 2007; BARROS, 2013), tendo entre as causas das interrupções a necessidade de trabalhar (PORTES, 1993, BARROS, 2013) e a desmotivação por causa das retenções escolares (JACOMINI, 2010, BARROS, 2013); como consequência, há a defasagem idade-série.

No agregado Brasil, o desempenho médio do 9º ano nas provas de Matemática e Língua Portuguesa foi muito superior ao verificado no 5º ano. Enquanto a nota média em Matemática do 9º ano foi de 243,11 pontos, a nota média desse indicador para o 5º ano foi de apenas 202,7 pontos. Tal diferença representa um desempenho superior do 9º ano em 20%, com relação ao 5º ano. No que tange à nota de Língua Portuguesa, a nota média do 5º ano foi igual a 184,05 pontos, e a do 9º ano, 236,16 pontos, superior em 28% ao desempenho do 5º ano.

Apesar disso, o desempenho médio do 5º ano na taxa de aprovação e taxa de abandono foi superior ao verificado no 9º ano nesses indicadores. Com relação à taxa de aprovação,

enquanto o 9º ano registrou uma aprovação média de 82,91%, o 5º ano registrou uma aprovação média de 90,14%, diferença de aproximadamente 9% superior nesse indicador. No que diz respeito à taxa de abandono, a diferença de desempenho foi muito mais acentuada, registrando uma diferença superior em 162% a favor do 5º ano.

Como consequência, o IDEB (que é derivado do resultado da PB – Matemática e Língua Portuguesa – e do fluxo escolar – taxa de aprovação) do 9º ano foi inferior ao do 5º ano. Enquanto o 9º ano registrou um IDEB médio igual a 3,87 pontos, o 5º ano apresentou 4,69 pontos, 21% superior ao IDEB do 9º ano.

Nesse ponto, uma observação importante que se faz é com relação à alta taxa de aprovação em alguns estados da federação, sobretudo em escolas rurais. Sugere-se que tal indicador poderia estar sendo utilizado para inflar o IDEB, em consonância com o argumento de Carvalho (2001), quando este ressalta que no uso dos indicadores de desempenho – nesse caso, nota em Matemática e nota em Língua Portuguesa – há alguma relação entre eles e a aprendizagem dos alunos; porém, essa relação é intermediada pelas políticas educacionais que poderiam, por exemplo, levar a fortes pressões pela diminuição drástica do número de reprovados.

Na maioria dos fatores observados (UF, dependência administrativa e localização da escola), as diferenças estão presentes, sendo mais atenuadas em alguns casos e mais acentuadas, em outros.

Já no 5º ano, mas de forma intensa no 9º ano, dado que os alunos nessa etapa do ensino básico têm idade mais adequada ao trabalho, o desempenho inferior das escolas do campo, conforme argumenta Hashizume e Lopes (2008), pode ser ocasionado por diversas barreiras. Dentre elas se destacam: baixas expectativas dos professores e a realidade pouco estimulante para a aprendizagem; transmissão de conhecimentos desconectados da realidade vivenciada pelos alunos; classes multisseriadas; precariedade do transporte escolar; e falta de recursos, de profissionais qualificados e de condições adequadas de trabalho. De outro lado, os dificultadores são: fato de muitos alunos serem trabalhadores rurais, de eles estarem isolados geograficamente, terem que fazer longos percursos entre o local da moradia, o trabalho e a escola, além da dissonância entre os ciclos de produção e o calendário escolar que ainda permanece em algumas escolas e regiões. Como consequência, são esperados maiores índices de evasão, repetência e distorção idade-série, além de desempenho inferior nos instrumentos avaliativos (PB).

Além das barreiras citadas, conforme apontado por Leite (2002), a Educação no Campo ficou a cargo dos municípios que, sem recursos humanos e financeiros adequados para

estruturar a oferta, não foram capazes de evitar a deterioração da Educação Rural e sua submissão ao modelo urbano.

5.4.4 *Nível de Ruralidade – Análise do Desempenho*

Conforme descrito nos procedimentos no capítulo anterior, a partir do local de moradia dos alunos (zonas urbana e rural), calculou-se um índice para cada escola, aqui denominado índice de ruralidade, a partir da razão entre a quantidade de alunos do ano avaliado residentes em zonas rurais e a quantidade total de alunos do ano avaliado (5º e 9º anos). A partir desse índice, foram criadas sete categorias de escolas, a saber: escolas que tinham apenas alunos residentes em zonas urbanas no ano; escolas com até 20% dos alunos do ano procedentes de zonas rurais; escolas com mais de 20% até 40% dos alunos do ano procedentes de zonas rurais; escolas com mais de 40% até 60% dos alunos do ano procedentes de zonas rurais; escolas com mais de 60% até 80% dos alunos do ano procedentes de zonas rurais; escolas com mais de 80% dos alunos do ano procedentes de zonas rurais; e escolas com 100% dos alunos do ano procedentes de zonas rurais.

Assim, como forma de alcançar o nono objetivo específico – examinar as diferenças de desempenho das escolas considerando o local de residência dos alunos –, procedeu-se à análise de desempenho das escolas considerando esse indicador de ruralidade.

5.4.4.1 *Análise de Desempenho do 5º Ano pelo Nível de Ruralidade*

A localização das escolas e a proporção de alunos do 5º ano procedentes de zonas rurais (nível de ruralidade) podem ser observadas na Tabela 21. Há algumas escolas localizadas em zonas rurais que tinham apenas alunos de zonas urbanas ou com predominância de estudantes de zonas urbanas.

Ao investigar algumas dessas escolas, constatou-se que havia algumas fora do perímetro urbano das cidades, mas destinadas ao atendimento da zona urbana e, em outros casos, aparentavam problemas cadastrais. Da mesma forma, no outro extremo, apareceram escolas urbanas cujos 5º anos eram compostos apenas por alunos de zonas rurais. Nesse caso,

além da possibilidade de erros cadastrais, observou-se também a possibilidade da formação de turmas exclusivas para estudantes procedentes de zonas rurais.

Tabela 21 - Nível de ruralidade da escola pela localização – 5º ano

Localização		Nível de Ruralidade do 5º Ano						Total
		Só Alunos da Zona Urbana	Até 20% de Alunos da Zona Rural	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	
Urbana	Qtd. Escolas	12.204	15.987	3.042	1.122	435	265	74
	% dentro de Nível de Ruralidade do 5º Ano	99,7%	99,0%	95,8%	86,2%	57,6%	7,7%	2,3%
Rural	Qtd. Escolas	36	155	134	180	320	3.189	3.107
	% dentro de Nível de Ruralidade do 5º Ano	,3%	1,0%	4,2%	13,8%	42,4%	92,3%	97,7%
Total	Qtd. Escolas	12.240	16.142	3.176	1.302	755	3.454	3.181
	% dentro de Nível de Ruralidade do 5º Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Base de dados da pesquisa

A partir das categorias criadas, calculou-se a média de cada uma das variáveis de desempenho, e os resultados são apresentados na Tabela 22 e do Gráfico 19 ao Gráfico 24.

Na Tabela 22 pode-se observar, por UF e pelas categorias de escola criada, a quantidade de escolas na categoria, quanto o grupo representa do total das escolas dentro da UF e a média para cada uma das variáveis de desempenho. Ao final dessa tabela, são apresentados os valores consolidados para o Brasil. – gráficos supracitados são referentes a esses valores agregados para o referido país.

Conforme já descrito no tópico 5.4.2 – Análise de Correlação –, procedeu-se à análise de correlação entre as principais variáveis do estudo. Os valores das correlações gerais das variáveis utilizadas como variáveis de desempenho e o índice de ruralidade para o agregado Brasil podem ser observados tanto na Tabela 6 quanto ao final da Tabela 22. Os valores, em alguns casos, são ligeiramente diferentes, pois, nessa última tabela, utilizou-se a eliminação de casos ausentes por lista (*listwise*); portanto, o número de casos também é ligeiramente inferior. Na Tabela 22, as correlações estatisticamente significativas estão destacadas em negrito e com o sinal duplo de asterisco (**).

Além do cálculo da correlação entre o índice de ruralidade e as variáveis de desempenho para o agregado Brasil, calculou-se a correlação para cada uma das Unidades da Federação. Das 168 correlações possíveis (seis variáveis de desempenho x 27 UFs mais o agregado Brasil), 139 (83%) foram estatisticamente significantes, ao empregar um intervalo de confiança de 99% ($\alpha = 0,01$). O Rio Grande do Sul apresentou correlação entre o índice de ruralidade apenas com a nota em Língua Portuguesa, ainda sim, baixo, ao passo que o Espírito Santo teve correlação significativa entre o índice de ruralidade e as variáveis nota em Língua

Portuguesa e taxa de abandono. Estes foram os dois estados com a menor quantidade de variáveis de desempenho correlacionadas com o índice de ruralidade.

Como esperado, as correlações entre o índice de ruralidade e as variáveis idade média e taxa de abandono foram positivas, e as correlações entre o índice de ruralidade e as variáveis nota em Matemática, nota em Língua Portuguesa, taxa de aprovação e IDEB foram inversas (negativas). Isso confirmou que, ao aumentar o índice de ruralidade da escola, o seu desempenho diminui.

Algumas correlações (10) foram contrárias ao que se esperava. Esse foi o caso da taxa de aprovação no Ceará e no Rio Grande do Sul e a taxa de abandono em Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Espírito Santo e São Paulo. Nesses estados, à medida que aumentou o índice de ruralidade, diminuiu a taxa de abandono.

Ao analisar as variáveis de desempenho pelas faixas de ruralidade criadas, observou-se que no Brasil, à medida que aumenta o nível de ruralidade da escola, pior é o seu desempenho em todos os indicadores. Com a elevação do índice de ruralidade, elevou-se a idade média (defasagem idade série) e a taxa de abandono (evasão), e ocorreu decréscimo nas notas das provas de Matemática e Língua Portuguesa, bem como na taxa de aprovação (fluxo).

Entretanto, ao analisar os dados por UF, em alguns casos, foram constatados comportamentos atípicos que requerem aprofundamento na investigação. Em São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul, observou-se que o grupo de escolas composto por 5º anos, cujos alunos eram procedentes exclusivamente de zonas urbanas, apresentou desempenho médio ligeiramente inferior ao do grupo de escolas composto por 5º anos, com participação em até 20% de alunos procedentes de zonas rurais. Ao analisar esse grupo de escolas em maior profundidade, percebeu-se a predominância de escolas das capitais dos respectivos estados e de municípios das regiões metropolitanas, cujos desempenhos médios foram baixos, sendo que os outros municípios que compõem esse grupo tiveram desempenho médio mais elevado, salvo algumas exceções.

Também é possível observar em muitos estados, como São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Piauí e Distrito Federal, que a curva de desempenho sofre ligeira inflexão entre o grupo de escolas no qual os 5º anos são compostos por mais de 80% de alunos procedentes de zonas rurais, para o grupo composto por escolas em que os 5º anos são compostos exclusivamente por alunos de zonas rurais. Isso significa que tal grupo de escolas possui desempenho igual ou ligeiramente superior àquele grupo.

Tabela 22 - Desempenho por perfil de ruralidade – 5º ano

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
AC	Só Alunos da Zona Urbana	32	17,1	11,35	202,91	189,03	94,21	,79	4,96
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	107	57,2	11,51	199,63	184,04	91,00	1,48	4,65
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	9	4,8	11,87	186,67	172,54	87,88	1,47	4,10
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	2	1,1	12,14	185,27	171,18	85,40	,65	4,05
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	4	2,1	12,36	177,60	167,00	85,75	1,45	3,73
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	24	12,8	11,84	183,50	168,58	90,55	2,18	4,08
	Só Alunos da Zona Rural	9	4,8	11,95	173,23	163,47	89,39	2,20	3,77
	Total	187		11,59	195,60	180,86	91,09	1,48	4,54
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,417 ^{***}	-,476 ^{***}	-,486 ^{***}	-,166 ^{***}	,162 ^{***}	-,463 ^{***}
AL	Só Alunos da Zona Urbana	140	16,0	11,75	181,79	165,86	83,06	4,32	3,67
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	306	35,0	11,97	172,35	157,09	82,73	3,91	3,39
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	71	8,1	12,04	169,45	153,43	82,22	4,23	3,29
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	21	2,4	12,36	169,16	150,53	82,03	4,83	3,23
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	12	1,4	12,23	168,35	155,49	81,50	3,26	3,31
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	153	17,5	12,13	165,99	150,46	82,04	3,21	3,18
	Só Alunos da Zona Rural	172	19,7	12,16	166,30	148,93	82,34	3,32	3,18
	Total	875		12,02	171,19	155,25	82,51	3,77	3,35
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,215 ^{***}	-,255 ^{***}	-,311 ^{***}	-,039	-,102 ^{***}	-,200 ^{***}
AM	Só Alunos da Zona Urbana	357	42,0	11,68	201,40	183,44	88,86	2,43	4,58
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	312	36,7	11,92	193,49	177,72	84,39	3,22	4,12
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	16	1,9	12,10	180,34	165,27	82,69	4,11	3,64
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	3	0,4	12,59	180,61	174,57	81,10	7,23	3,70
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	10	1,2	12,47	170,30	157,21	82,47	3,28	3,28
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	72	8,5	12,32	170,73	155,29	80,32	4,59	3,23
	Só Alunos da Zona Rural	79	9,3	12,68	165,02	149,79	81,11	4,75	3,09
	Total	849		11,94	191,67	175,14	85,55	3,18	4,12
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,442 ^{***}	-,530 ^{***}	-,576 ^{***}	-,266 ^{***}	,232 ^{***}	-,526 ^{***}
AP	Só Alunos da Zona Urbana	59	29,1	11,66	180,41	168,75	88,47	2,42	3,95
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	104	51,2	11,63	180,16	167,05	89,52	1,73	3,96
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	2	1,0	11,78	184,38	169,43	86,70	0,00	4,05
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	0	0,0						
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	3	1,5	12,08	178,34	164,14	88,13	2,10	3,83
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	22	10,8	11,87	174,13	159,04	85,85	2,32	3,61
	Só Alunos da Zona Rural	13	6,4	12,12	163,22	153,30	84,68	1,90	3,25
	Total	203		11,70	178,51	165,77	88,46	1,99	3,87
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,267 ^{***}	-,330 ^{***}	-,342 ^{***}	-,195 ^{***}	,024	-,307 ^{***}
BA	Só Alunos da Zona Urbana	482	14,4	12,04	191,34	175,77	82,66	3,76	3,97
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	1367	40,7	12,08	187,30	171,56	83,23	4,07	3,86
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	272	8,1	12,21	186,08	168,43	83,58	4,36	3,80
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	124	3,7	12,35	183,60	164,41	82,16	4,30	3,64
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	73	2,2	12,29	180,68	163,07	81,17	3,68	3,52
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	585	17,4	12,27	177,76	160,09	83,98	3,40	3,57
	Só Alunos da Zona Rural	455	13,5	12,31	175,02	157,46	83,65	3,41	3,46
	Total	3358		12,16	184,17	167,55	83,28	3,84	3,75
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,157 ^{***}	-,322 ^{***}	-,406 ^{***}	,029	-,060 ^{***}	-,241 ^{***}
CE	Só Alunos da Zona Urbana	405	19,2	11,91	198,80	183,58	86,97	3,22	4,44
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	572	27,1	11,71	201,37	184,44	92,00	1,39	4,76
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	188	8,9	11,85	199,70	181,94	91,57	1,17	4,67
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	85	4,0	11,83	197,15	180,59	91,88	1,00	4,61
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	57	2,7	11,91	197,25	179,00	91,46	1,16	4,59
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	361	17,1	11,78	198,19	182,38	93,53	,83	4,75
	Só Alunos da Zona Rural	445	21,1	11,86	193,42	178,66	92,50	,82	4,54
	Total	2113		11,82	198,23	182,18	91,35	1,48	4,63
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,026	-,096 ^{***}	-,099 ^{***}	,211 ^{***}	-,286 ^{***}	,008
DF	Só Alunos da Zona Urbana	115	34,1	11,39	227,77	207,89	91,23	,59	5,56
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	167	49,6	11,42	223,67	204,52	90,34	,60	5,38
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	13	3,9	11,50	222,42	202,02	88,71	,42	5,19
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	8	2,4	11,58	219,40	202,39	92,26	,08	5,40
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	6	1,8	11,72	212,98	200,70	87,20	1,90	4,95
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	18	5,3	11,61	208,13	191,61	89,45	,63	4,83
	Só Alunos da Zona Rural	10	3,0	11,78	217,37	196,29	90,93	,21	5,15
	Total	337		11,44	223,71	204,52	90,54	,59	5,39
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,351 ^{***}	-,280 ^{***}	-,273 ^{***}	-,081	,000	-,261 ^{***}

(Continua)

(Continuação)

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
ES	Só Alunos da Zona Urbana	287	37,6	11,51	210,46	192,32	91,25	1,18	4,99
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	277	36,3	11,55	213,07	193,82	91,65	,91	5,08
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	55	7,2	11,42	213,77	192,35	91,36	,65	5,04
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	32	4,2	11,51	213,02	190,62	92,08	,82	5,06
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	23	3,0	11,43	209,23	183,34	91,95	,29	4,82
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	44	5,8	11,60	210,24	188,94	90,19	,46	4,86
	Só Alunos da Zona Rural	46	6,0	11,56	211,01	186,29	91,45	,49	4,90
	Total	764		11,52	211,73	191,97	91,41	,92	5,01
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,015	-,015	-,131**	-,013	-,164**	-,066
GO	Só Alunos da Zona Urbana	354	27,8	11,54	212,00	196,62	93,46	1,11	5,22
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	678	53,3	11,67	211,23	194,04	92,23	1,26	5,09
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	131	10,3	11,66	213,11	192,91	92,36	1,03	5,11
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	46	3,6	11,73	207,57	188,00	92,72	,84	4,96
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	17	1,3	11,73	193,64	179,23	92,42	,61	4,55
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	26	2,0	12,27	195,03	178,28	88,31	1,70	4,31
	Só Alunos da Zona Rural	21	1,6	11,88	200,92	186,31	92,01	,81	4,76
	Total	1273		11,65	210,77	193,78	92,52	1,17	5,09
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,193**	-,148**	-,206**	-,077**	-,040	-,177**
MA	Só Alunos da Zona Urbana	238	11,8	11,56	183,25	170,00	89,84	2,06	4,09
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	894	44,5	11,67	175,40	162,31	89,21	2,40	3,80
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	112	5,6	11,76	170,33	157,39	89,88	2,42	3,65
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	39	1,9	11,79	173,41	160,39	87,91	2,86	3,70
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	24	1,2	11,66	174,22	163,36	92,03	1,81	3,96
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	364	18,1	11,98	166,71	153,64	88,92	2,53	3,50
	Só Alunos da Zona Rural	340	16,9	12,08	164,62	150,24	87,64	2,55	3,36
	Total	2011		11,79	172,60	159,31	89,02	2,41	3,70
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,302**	-,315**	-,355**	-,072**	,038	-,304**
MG	Só Alunos da Zona Urbana	1487	34,2	11,34	225,14	204,71	96,45	,56	5,78
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	1628	37,4	11,45	224,35	202,25	96,22	,66	5,70
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	497	11,4	11,52	226,46	202,12	96,21	,66	5,73
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	205	4,7	11,59	222,75	199,65	95,90	,65	5,60
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	89	2,0	11,61	218,69	196,98	96,38	,76	5,51
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	182	4,2	11,65	212,73	191,41	95,57	,72	5,26
	Só Alunos da Zona Rural	264	6,1	11,61	211,11	189,61	96,29	,57	5,23
	Total	4352		11,45	223,38	201,63	96,26	,62	5,68
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,264**	-,177**	-,227**	-,027	,022	-,195**
MS	Só Alunos da Zona Urbana	172	27,9	11,63	220,64	202,43	88,84	,64	5,22
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	271	43,9	11,83	214,62	195,39	86,08	1,15	4,83
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	79	12,8	11,93	212,25	192,61	84,43	1,46	4,67
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	27	4,4	12,03	212,09	191,42	84,49	1,28	4,63
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	10	1,6	12,08	199,58	181,80	82,81	1,25	4,21
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	31	5,0	12,06	193,45	175,34	84,84	1,74	4,13
	Só Alunos da Zona Rural	27	4,4	12,20	187,56	172,40	83,54	2,17	3,94
	Total	617		11,83	213,39	194,59	86,34	1,13	4,83
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,258**	-,393**	-,419**	-,177**	,188**	-,361**
MT	Só Alunos da Zona Urbana	224	30,3	11,27	199,19	183,22	98,04	,22	4,99
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	332	44,9	11,35	198,70	183,15	97,35	,39	4,94
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	77	10,4	11,45	197,45	178,92	94,96	,65	4,73
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	26	3,5	11,84	193,56	173,67	95,05	1,12	4,59
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	19	2,6	11,68	194,06	178,58	95,07	,86	4,65
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	40	5,4	11,46	188,31	174,77	96,48	,53	4,56
	Só Alunos da Zona Rural	21	2,8	11,91	183,58	168,22	94,19	1,53	4,27
	Total	739		11,38	197,43	181,40	97,03	,44	4,87
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,308**	-,192**	-,208**	-,211**	,235**	-,250**
PA	Só Alunos da Zona Urbana	410	20,5	11,99	186,61	174,00	88,54	2,98	4,14
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	806	40,2	12,12	186,33	172,57	86,61	3,36	4,03
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	56	2,8	12,38	183,86	168,25	84,52	3,56	3,80
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	23	1,1	12,16	181,44	166,72	86,77	3,46	3,89
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	26	1,3	12,41	180,28	167,52	87,95	3,60	3,94
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	330	16,5	12,59	172,24	158,70	83,30	3,92	3,43
	Só Alunos da Zona Rural	352	17,6	12,82	170,16	155,03	83,25	4,20	3,33
	Total	2003		12,31	181,02	167,24	85,83	3,53	3,82
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,398**	-,448**	-,507**	-,226**	,114**	-,454**

(Continua)

(Continuação)

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
PB	Só Alunos da Zona Urbana	240	24,6	11,91	190,00	175,51	85,45	4,43	4,08
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	417	42,7	11,93	187,68	171,19	84,52	4,38	3,94
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	137	14,0	12,01	184,34	167,63	85,13	4,13	3,83
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	49	5,0	12,24	185,27	169,49	83,33	4,44	3,79
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	16	1,6	11,97	178,26	162,09	83,02	6,04	3,49
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	59	6,0	12,20	177,23	162,86	82,97	4,05	3,55
	Só Alunos da Zona Rural	59	6,0	12,36	179,31	163,27	83,55	3,01	3,63
	Total	977		12,00	186,37	170,53	84,59	4,29	3,90
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,180^{***}	-,206^{***}	-,232^{***}	-,062	-,056	-,200^{***}
PE	Só Alunos da Zona Urbana	473	25,5	11,65	184,67	168,97	87,89	2,23	4,00
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	766	41,3	11,84	183,59	166,34	86,18	2,83	3,86
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	139	7,5	12,03	184,66	164,61	86,10	3,06	3,83
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	45	2,4	12,05	180,70	162,85	85,80	2,88	3,74
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	35	1,9	11,84	183,05	163,48	86,15	2,88	3,81
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	225	12,1	12,05	178,62	161,10	85,36	2,53	3,65
	Só Alunos da Zona Rural	171	9,2	12,01	180,46	160,16	85,98	2,32	3,69
	Total	1854		11,85	182,97	165,54	86,48	2,61	3,85
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,214^{***}	-,098^{***}	-,177^{***}	-,076^{***}	-,017	-,146^{***}
PI	Só Alunos da Zona Urbana	170	19,2	11,51	201,61	185,36	88,58	1,55	4,59
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	366	41,3	11,99	187,46	172,33	83,32	2,89	3,87
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	93	10,5	12,07	182,80	168,27	83,46	2,57	3,71
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	40	4,5	12,11	182,11	165,68	83,15	1,85	3,66
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	15	1,7	12,37	184,32	164,87	82,15	1,77	3,65
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	91	10,3	12,36	175,09	159,29	83,11	2,59	3,48
	Só Alunos da Zona Rural	112	12,6	12,32	176,63	161,90	83,11	2,24	3,55
	Total	887		12,00	186,75	171,32	84,27	2,42	3,90
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,308^{***}	-,363^{***}	-,395^{***}	-,096^{***}	-,009	-,303^{***}
PR	Só Alunos da Zona Urbana	737	36,3	10,98	223,24	199,85	93,56	,25	5,49
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	682	33,6	11,01	223,22	198,28	93,51	,18	5,46
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	256	12,6	10,97	220,61	194,82	93,25	,12	5,33
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	112	5,5	11,06	215,70	190,38	93,13	,14	5,16
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	43	2,1	11,13	217,92	191,58	92,06	,20	5,18
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	84	4,1	11,22	206,87	184,88	92,14	,68	4,87
	Só Alunos da Zona Rural	114	5,6	11,20	205,41	180,98	92,63	,26	4,79
	Total	2028		11,02	220,69	196,31	93,34	,22	5,37
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,156^{***}	-,221^{***}	-,272^{***}	-,080^{***}	,061^{***}	-,234^{***}
RJ	Só Alunos da Zona Urbana	1533	59,8	11,86	216,30	193,97	87,25	1,39	4,92
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	675	26,3	12,03	210,88	191,19	84,14	1,35	4,59
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	61	2,4	12,14	208,88	189,11	84,46	1,05	4,52
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	33	1,3	12,14	208,21	188,44	84,44	,97	4,51
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	32	1,2	12,15	206,43	185,80	85,15	1,12	4,52
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	176	6,9	12,15	207,09	187,23	83,05	1,09	4,39
	Só Alunos da Zona Rural	52	2,0	12,26	210,47	189,99	85,19	,72	4,58
	Total	2562		11,95	213,71	192,40	85,97	1,33	4,77
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,205^{***}	-,113^{***}	-,098^{***}	-,111^{***}	-,077^{***}	-,139^{***}
RN	Só Alunos da Zona Urbana	157	17,6	12,00	187,94	172,20	82,62	4,04	3,89
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	409	45,7	12,15	183,54	168,63	81,12	4,23	3,70
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	99	11,1	12,29	180,43	165,09	80,60	4,69	3,56
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	31	3,5	12,42	176,55	161,55	79,98	4,85	3,44
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	17	1,9	12,23	181,66	164,77	80,71	3,27	3,53
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	104	11,6	12,41	169,95	156,22	78,62	4,33	3,17
	Só Alunos da Zona Rural	77	8,6	12,32	169,39	153,95	81,28	3,21	3,23
	Total	894		12,20	180,89	165,84	81,00	4,17	3,60
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,222^{***}	-,354^{***}	-,351^{***}	-,087^{***}	-,022	-,289^{***}
RO	Só Alunos da Zona Urbana	51	12,0	11,52	204,54	188,22	88,97	1,17	4,70
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	194	45,5	11,67	203,13	185,10	88,13	1,38	4,60
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	42	9,9	11,74	204,59	182,86	88,59	1,08	4,60
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	20	4,7	11,72	195,12	176,64	88,92	,71	4,35
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	17	4,0	11,85	190,48	171,47	90,32	,43	4,25
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	52	12,2	11,99	190,30	172,11	86,88	1,32	4,09
	Só Alunos da Zona Rural	50	11,7	12,01	193,15	173,01	89,35	1,29	4,28
	Total	426		11,75	199,83	181,31	88,39	1,24	4,48
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,376^{***}	-,299^{***}	-,396^{***}	,013	-,032	-,270^{***}

(Continua)

(Conclusão)

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
RR	Só Alunos da Zona Urbana	37	30,8	11,38	196,75	181,69	95,12	,60	4,80
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	51	42,5	11,43	190,63	177,57	93,20	,92	4,51
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	4	3,3	11,72	172,09	161,13	92,03	,68	3,85
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	1	0,8	10,94	179,91	160,53	92,10	0,00	3,70
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	2	1,7	11,88	191,19	169,33	86,55	2,55	4,05
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	14	11,7	11,86	164,15	151,02	89,11	2,30	3,36
	Só Alunos da Zona Rural	11	9,2	11,89	155,92	141,21	87,13	4,76	3,06
	Total	120		11,52	185,55	171,58	92,60	1,35	4,29
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,533**	-,655**	-,684**	-,410**	,418**	-,670**
RS	Só Alunos da Zona Urbana	1100	47,3	11,73	212,75	194,55	90,61	,61	5,04
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	854	36,7	11,70	215,44	195,98	91,44	,52	5,16
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	114	4,9	11,55	219,24	197,52	93,23	,29	5,35
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	65	2,8	11,74	219,41	195,97	91,93	,42	5,26
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	46	2,0	11,62	217,36	197,41	93,78	,18	5,34
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	74	3,2	11,69	205,92	187,91	90,93	,54	4,83
	Só Alunos da Zona Rural	71	3,1	11,79	207,39	187,34	89,20	,73	4,74
	Total	2324		11,71	213,95	194,88	91,11	,55	5,09
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			-,016	-,030	-,066**	,018	-,028	-,029
SC	Só Alunos da Zona Urbana	407	25,6	11,49	223,69	203,47	96,05	,35	5,69
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	678	42,6	11,63	220,52	200,57	96,56	,34	5,61
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	166	10,4	11,62	222,35	201,19	97,17	,27	5,69
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	108	6,8	11,61	222,89	199,61	97,09	,33	5,67
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	73	4,6	11,62	220,57	197,81	96,78	,27	5,58
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	94	5,9	11,54	216,94	194,91	97,24	,19	5,48
	Só Alunos da Zona Rural	66	4,1	11,67	217,80	194,76	97,10	,17	5,49
	Total	1592		11,59	221,36	200,61	96,60	,31	5,63
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,041	-,056*	-,128**	,097**	-,069**	-,058
SE	Só Alunos da Zona Urbana	107	18,3	12,06	188,12	171,74	81,06	3,64	3,76
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	238	40,7	12,22	185,58	168,45	79,13	3,35	3,59
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	39	6,7	12,52	180,95	163,50	76,08	2,92	3,32
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	19	3,2	12,22	174,16	159,51	77,02	2,79	3,19
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	10	1,7	12,50	172,15	154,93	75,22	1,62	2,97
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	95	16,2	12,41	174,89	158,80	77,22	2,70	3,20
	Só Alunos da Zona Rural	77	13,2	12,41	175,02	157,28	76,46	2,47	3,13
	Total	585		12,27	182,01	165,16	78,48	3,11	3,45
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,183**	-,372**	-,396**	-,148**	-,125**	-,342**
SP	Só Alunos da Zona Urbana	2396	40,8	10,91	213,17	193,50	96,02	,41	5,34
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	2744	46,8	10,99	220,51	197,23	95,65	,25	5,51
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	372	6,3	11,03	222,99	197,26	95,23	,15	5,53
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	118	2,0	11,07	214,68	191,61	94,83	,13	5,26
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	70	1,2	11,05	212,80	190,74	93,64	,14	5,14
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	122	2,1	11,09	209,14	187,59	93,25	,25	5,01
	Só Alunos da Zona Rural	44	0,8	10,92	213,93	190,18	95,41	,19	5,25
	Total	5866		10,97	217,18	195,27	95,68	,31	5,42
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,109**	-,005	-,054**	-,117**	-,077**	-,062**
TO	Só Alunos da Zona Urbana	70	15,4	11,38	206,88	190,75	94,69	,19	5,09
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	247	54,4	11,52	200,31	183,25	92,37	,41	4,74
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	76	16,7	11,67	194,03	176,83	89,01	,63	4,35
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	20	4,4	11,80	189,58	174,22	89,87	,86	4,26
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	6	1,3	11,70	181,57	163,84	87,60	1,10	3,83
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	12	2,6	12,34	171,88	160,09	88,04	,47	3,64
	Só Alunos da Zona Rural	23	5,1	12,10	180,05	165,37	88,49	1,97	3,90
	Total	454		11,59	197,77	181,16	91,68	,52	4,62
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,354**	-,378**	-,383**	-,286**	,251**	-,405**
Total	Só Alunos da Zona Urbana	12240	30,4	11,48	209,75	191,04	91,48	1,30	4,99
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	16142	40,1	11,62	204,37	185,68	90,26	1,66	4,75
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	3176	7,9	11,67	205,46	184,86	90,48	1,59	4,77
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	1302	3,2	11,75	203,77	183,38	90,38	1,52	4,71
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	755	1,9	11,77	200,42	180,96	90,09	1,43	4,60
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	3454	8,6	12,04	185,11	168,35	87,00	2,29	3,98
	Só Alunos da Zona Rural	3181	7,9	12,10	183,52	166,16	87,39	2,23	3,93
	Total	40250		11,66	202,70	184,05	90,14	1,64	4,69
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,297**	-,313**	-,345**	-,155**	,100**	-,306**

** A correlação é significativa ao nível de 99%

Fonte: Base de dados da pesquisa

Outra observação que merece destaque diz respeito à taxa de aprovação. Em vários estados, essa variável de desempenho não possui correlação estatística significativa com o índice de ruralidade, e no caso do Ceará e do Rio Grande do Sul, tal correlação é inversa, significando que maior nível de ruralidade implica em maiores taxas de aprovação.

Quando se observam as faixas de ruralidade criadas em vários estados como Bahia, Ceará, Espírito Santo, Roraima e Santa Catarina, a taxa de aprovação eleva em conjunto com o acréscimo do índice de ruralidade.

Considerando que o IDEB é derivado da taxa de aprovação, tais resultados poderiam sugerir que este indicador estaria sendo utilizado para inflar aquele. Isso encobriria o verdadeiro desempenho da Educação do Campo e, conseqüentemente, o direcionamento inadequado de políticas públicas para esse segmento.

Gráfico 19 - Idade média (anos) no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 22 - Taxa de aprovação média no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 20 - Nota média em Matemática no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 23 - Taxa média de abandono no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 21 - Nota média em Língua Portuguesa no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 24 - IDEB médio no 5º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Na sequência, são apresentados os resultados univariados das escolas que ofertaram o 9º ano em 2011.

5.4.4.2 Análise de Desempenho do 9º Ano pelo Nível de Ruralidade

Assim como no 5º ano, analisou-se o impacto da ruralidade no desempenho das escolas para o 9º ano.

A localização das escolas e a proporção de alunos do 9º ano procedentes de zonas rurais (nível de ruralidade) podem ser observadas na Tabela 24. Igual à análise do 5º ano, há algumas escolas localizadas em zonas rurais que tinham apenas alunos de zonas urbanas ou com predominância de estudantes dessas zonas.

Ao investigar algumas dessas escolas, constatou-se que elas estavam fora do perímetro urbano das cidades, mas destinadas ao atendimento da zona urbana e, em outros casos, aparentavam problemas cadastrais. Da mesma maneira, no outro extremo, apareceram escolas urbanas cujos 9º anos eram compostos apenas por alunos de zonas rurais. Nessa situação, além da possibilidade de erros cadastrais, observou-se a possibilidade da formação de turmas exclusivas para alunos procedentes de zonas rurais.

Tabela 23 - Nível de ruralidade da escola pela localização – 9º ano

Localização		Nível de Ruralidade do 9º Ano						Total
		Só Alunos da Zona Urbana	Até 20% de Alunos da Zona Rural	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	
Urbana	Qtd. Escolas	9.282	10.441	2.968	1.657	853	372	25.666
	% dentro de Nível de Ruralidade do 9º Ano	99,7%	99,2%	96,8%	94,3%	80,5%	15,5%	84,3%
Rural	Qtd. Escolas	25	88	98	101	207	2.034	4.778
	% dentro de Nível de Ruralidade do 9º Ano	,3%	,8%	3,2%	5,7%	19,5%	84,5%	15,7%
Total	Qtd. Escolas	9.307	10.529	3.066	1.758	1.060	2.406	30.444
	% dentro de Nível de Ruralidade do 9º Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Base de dados da pesquisa

A partir das categorias criadas, calculou-se a média de cada uma das variáveis de desempenho, e os resultados são apresentados na Tabela 24 e do Gráfico 25 ao Gráfico 30.

Na Tabela 24 pode-se observar, por UF e em cada uma das categorias de escola criada, a quantidade de escolas na categoria, quanto o grupo representa o total das escolas dentro da UF e a média para cada uma das variáveis de desempenho. Ao final dessa tabela, são

apresentados os valores consolidados para o Brasil. Os gráficos supracitados são referentes a tais valores agregados para esse país.

Conforme já descrito no tópico 5.4.2 – Análise de Correlação –, procedeu-se à análise de correlação entre as principais variáveis do estudo. Os valores das correlações gerais das variáveis de desempenho e do índice de ruralidade para o agregado Brasil podem ser observados tanto na Tabela 6, quanto no final da Tabela 24. Os valores, em alguns casos, são ligeiramente diferentes, pois, na última tabela, foram eliminados os casos ausentes por lista (*listwise*) e, portanto, o número de casos também é ligeiramente inferior. Na Tabela 24, as correlações estatisticamente significativas estão destacadas em negrito e com o sinal duplo de asterisco (**).

Além do cálculo da correlação entre o índice de ruralidade e as variáveis de desempenho para o agregado Brasil, calculou-se a correlação para cada uma das Unidades da Federação. Das 168 correlações possíveis (seis variáveis de desempenho x 27 UFs mais o agregado Brasil), 117 (70%) foram estatisticamente significantes, ao empregar um intervalo de confiança de 99% ($\alpha = 0,01$). A quantidade de correlações estatisticamente significantes entre o índice de ruralidade e as variáveis de desempenho para o 9º é menor do que a do 5º ano – o Distrito Federal não apresentou nenhuma correlação estatisticamente significativa entre o índice de ruralidade e as variáveis de desempenho. O estado do Rio de Janeiro apresentou correlação estatisticamente significativa entre o índice de ruralidade apenas com a idade média, ainda sim, baixa. Esses foram os dois estados com a menor quantidade de variáveis de desempenho correlacionadas com o índice de ruralidade para o 9º ano.

Como esperado, para o agregado Brasil, as correlações entre o índice de ruralidade e as variáveis idade média e taxa de abandono foram positivas, e as correlações entre o índice de ruralidade e as variáveis nota em Matemática, nota em Língua Portuguesa e IDEB, inversas (negativas), confirmando que, ao aumentar o índice de ruralidade da escola, o seu desempenho diminui. No caso da correlação entre o índice de ruralidade e a taxa de aprovação, esta não foi estatisticamente significativa.

Quando se analisou a correlação entre o índice de ruralidade e a taxa de aprovação por Unidades da Federação, ao contrário do que se esperava, para a maioria dos estados (14), a correlação foi estatisticamente significativa e positiva. Isso indica que, à medida que aumentou o índice de ruralidade, aumentou também a taxa de aprovação.

Situação semelhante, mas em menor intensidade, foi verificada com a correlação entre o índice de ruralidade e a taxa de abandono. Nesse caso, em sete estados, maiores índices de ruralidade estavam associados a menores taxas de abandono.

Ao analisar as variáveis de desempenho pelas faixas de ruralidade criadas, pode-se verificar que no Brasil, para as escolas que ofertam o 9º ano, geralmente, à medida que aumenta o nível de ruralidade da escola, pior é o desempenho dos indicadores, exceto para a taxa de aprovação e alguma ressalva para a taxa de abandono. Com o aumento do índice de ruralidade, elevaram-se a idade média (defasagem idade série) e a taxa de abandono (evasão), com o decréscimo nas notas das provas de Matemática, Língua Portuguesa e no IDEB. Em relação à taxa de aprovação, a maior média (84,17%) foi das escolas que possuem apenas alunos de zonas rurais em seus 9º anos, e a segunda maior média (83,07) foi das escolas que possuíam somente estudantes de zonas urbanas em seus 9º anos. Nas demais categorias, as taxas médias de aprovação foram muito próximas, mas sem apresentar uma relação linear com o índice de ruralidade das escolas.

Assim como na análise do 5º ano, ao verificar os dados por UF, em alguns casos, observaram-se comportamentos atípicos em algumas faixas de ruralidade que requerem aprofundamento na investigação.

Nos estados de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul, além do Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais e Rondônia, notou-se que o grupo de escolas composto por 9º anos, em que os alunos são procedentes exclusivamente de zonas urbanas, apresentou desempenho médio ligeiramente inferior ao do grupo de escolas composto por 9º anos, com participação em até 20% de alunos procedentes de zonas rurais. Ao analisar esse grupo de escolas em maior profundidade, percebeu-se a predominância de instituições escolares das capitais dos respectivos estados e de municípios das regiões metropolitanas, cujos desempenhos médios foram baixos, ao passo que os outros municípios que compõem esse grupo apresentaram desempenho médio mais elevado, salvo algumas exceções.

Também é possível observar em muitos estados, como São Paulo, Sergipe, Rondônia, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que a curva de desempenho sofreu uma ligeira inflexão do grupo de escolas nas quais os 9º anos foram compostos por mais de 80% de alunos procedentes de zonas rurais para o grupo composto por escolas cujos 9º anos foram compostos exclusivamente por estudantes de zonas rurais, significando um desempenho ligeiramente superior deste grupo em relação àquele.

Tabela 24 - Desempenho por perfil de ruralidade – 9º ano

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
AC	Só Alunos da Zona Urbana	19	14,7	15,03	245,81	239,46	94,01	2,03	4,48
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	66	51,2	15,24	238,91	234,95	91,10	3,74	4,17
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	5	3,9	15,62	231,13	221,16	88,96	3,94	3,78
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	4	3,1	15,65	223,13	219,22	91,05	2,95	3,68
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	1	0,8	15,68	225,04	231,41	98,20	0,00	4,20
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	20	15,5	15,67	230,08	223,76	89,71	4,13	3,80
	Só Alunos da Zona Rural	14	10,9	15,84	228,45	222,59	90,21	5,76	3,74
	Total	129		15,37	236,52	231,49	91,19	3,72	4,08
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,456^{***}	-,340^{***}	-,388^{***}	-,134^{***}	,163^{***}	-,366^{***}
AL	Só Alunos da Zona Urbana	57	12,1	16,28	228,26	223,39	67,65	11,64	2,85
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	139	29,4	16,27	222,54	217,60	68,36	13,55	2,74
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	58	12,3	16,27	220,78	214,14	67,46	12,10	2,61
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	49	10,4	16,54	218,51	211,81	66,48	12,86	2,57
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	32	6,8	16,60	215,83	207,81	64,67	15,30	2,42
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	63	13,3	16,26	217,11	209,28	73,76	9,29	2,79
	Só Alunos da Zona Rural	74	15,7	16,24	215,32	206,94	71,08	9,19	2,62
	Total	472		16,32	220,29	213,83	68,86	11,94	2,68
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,019	-,254^{***}	-,358^{***}	,121^{***}	-,164^{***}	-,075^{***}
AM	Só Alunos da Zona Urbana	239	47,0	16,21	236,71	235,47	85,26	6,70	3,88
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	164	32,2	16,57	232,83	230,69	83,52	8,36	3,69
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	7	1,4	17,17	225,29	219,97	77,10	12,39	3,17
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	5	1,0	16,41	228,14	220,61	84,54	8,52	3,54
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	2	0,4	16,89	226,12	224,91	92,25	3,70	3,85
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	45	8,8	16,69	216,19	211,80	86,07	7,46	3,27
	Só Alunos da Zona Rural	47	9,2	16,36	213,06	208,85	88,98	5,20	3,28
	Total	509		16,40	231,18	228,98	85,02	7,25	3,70
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,075	-,459^{***}	-,520^{***}	,123^{***}	-,069	-,288^{***}
AP	Só Alunos da Zona Urbana	34	30,6	15,33	227,93	227,15	82,99	4,48	3,57
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	51	45,9	15,36	227,23	226,91	82,53	4,91	3,52
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	3	2,7	15,37	220,52	222,40	76,60	5,00	3,17
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	0	0,0						
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	0	0,0						
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	13	11,7	15,86	215,61	213,13	83,99	6,90	3,20
	Só Alunos da Zona Rural	10	9,0	16,40	206,76	200,64	80,26	10,57	2,73
	Total	111		15,50	224,06	222,88	82,48	5,53	3,42
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,525^{***}	-,508^{***}	-,544^{***}	-,027	,357^{***}	-,397^{***}
BA	Só Alunos da Zona Urbana	413	18,7	15,90	233,38	229,59	68,80	6,13	3,01
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	559	25,3	16,01	230,13	225,74	73,00	7,64	3,12
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	226	10,2	16,25	226,80	220,44	74,21	8,72	3,06
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	160	7,2	16,32	227,84	221,32	74,37	8,38	3,10
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	125	5,7	16,34	224,37	215,72	74,06	8,81	2,97
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	429	19,4	16,44	220,63	213,62	76,34	8,83	2,98
	Só Alunos da Zona Rural	300	13,6	16,34	219,10	209,79	78,96	7,42	3,01
	Total	2212		16,18	226,57	220,52	73,95	7,79	3,04
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,233^{***}	-,288^{***}	-,402^{***}	,235^{***}	,091^{***}	-,058^{***}
CE	Só Alunos da Zona Urbana	339	19,3	15,75	239,86	237,94	81,28	6,38	3,78
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	341	19,5	15,53	236,50	232,24	85,59	4,41	3,84
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	205	11,7	15,54	237,09	230,56	86,59	3,94	3,86
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	135	7,7	15,56	234,06	226,28	87,26	3,89	3,76
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	75	4,3	15,56	232,35	225,64	87,74	4,29	3,76
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	273	15,6	15,55	231,32	224,09	89,20	3,61	3,78
	Só Alunos da Zona Rural	384	21,9	15,48	229,25	222,12	89,52	3,16	3,73
	Total	1752		15,57	234,46	228,92	86,52	4,29	3,79
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				-,106^{***}	-,204^{***}	-,336^{***}	,287^{***}	-,227^{***}	-,042^{***}
DF	Só Alunos da Zona Urbana	49	30,2	15,46	255,66	247,06	79,03	2,38	3,99
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	87	53,7	15,47	250,30	242,23	78,52	3,01	3,83
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	5	3,1	15,41	271,86	259,07	75,50	1,10	4,14
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	0	0,0						
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	3	1,9	15,35	238,28	235,24	83,27	2,07	3,77
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	9	5,6	15,69	253,53	241,65	75,53	2,52	3,68
	Só Alunos da Zona Rural	9	5,6	15,49	252,51	241,68	84,87	,80	4,16
	Total	162		15,48	252,66	244,02	78,86	2,59	3,89
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,141	-,019	-,076	,049	-,108	-,003

(Continua)

(Continuação)

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
ES	Só Alunos da Zona Urbana	219	34,5	15,41	247,80	240,65	77,51	3,42	3,73
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	184	29,0	15,36	254,76	244,95	78,84	2,76	3,95
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	52	8,2	15,44	257,20	245,00	77,89	2,64	3,92
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	44	6,9	15,32	259,42	244,47	82,92	3,28	4,18
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	35	5,5	15,23	260,56	243,39	86,79	1,53	4,37
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	36	5,7	15,61	260,96	243,33	84,82	3,07	4,27
	Só Alunos da Zona Rural	64	10,1	15,29	257,06	240,59	88,82	1,87	4,40
	Total	634		15,38	253,79	242,82	80,37	2,87	3,97
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				-,033	,181 ^{***}	-,006	,357 ^{***}	-,124 ^{***}	,299 ^{***}
GO	Só Alunos da Zona Urbana	256	25,4	15,78	245,30	241,73	83,71	5,23	4,01
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	514	51,1	15,78	244,13	238,90	84,04	5,13	3,96
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	141	14,0	15,87	244,42	236,56	87,60	4,25	4,09
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	47	4,7	15,85	239,27	233,31	87,35	3,78	3,96
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	12	1,2	15,97	245,35	235,78	90,66	3,36	4,24
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	18	1,8	16,15	242,23	233,70	85,20	4,48	3,89
	Só Alunos da Zona Rural	18	1,8	16,25	240,63	231,50	87,62	3,80	3,94
	Total	1006		15,81	244,16	238,77	84,77	4,91	3,99
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,092 ^{***}	-,051	-,140 ^{***}	,163 ^{***}	-,104 ^{***}	,030
MA	Só Alunos da Zona Urbana	136	9,3	15,50	230,68	229,51	84,94	3,44	3,69
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	631	43,1	15,63	224,36	223,65	83,98	4,38	3,47
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	131	8,9	15,89	216,92	215,73	81,74	5,27	3,16
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	65	4,4	16,03	217,20	213,67	80,36	6,63	3,10
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	34	2,3	16,01	209,78	209,43	83,19	5,07	3,06
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	225	15,4	16,05	209,42	207,45	84,01	5,51	3,04
	Só Alunos da Zona Rural	242	16,5	16,38	208,83	204,67	83,49	5,82	2,97
	Total	1464		15,86	218,76	217,08	83,61	4,90	3,29
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,360 ^{***}	-,429 ^{***}	-,484 ^{***}	-,025	,159 ^{***}	-,375 ^{***}
MG	Só Alunos da Zona Urbana	1138	33,4	15,38	261,14	253,18	82,04	3,24	4,30
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	1091	32,1	15,39	263,19	253,15	83,14	4,27	4,38
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	435	12,8	15,43	263,45	251,58	84,39	5,05	4,43
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	282	8,3	15,43	264,54	251,25	85,10	4,56	4,48
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	119	3,5	15,50	256,85	243,77	83,60	5,01	4,19
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	122	3,6	15,58	249,38	239,44	86,68	3,78	4,15
	Só Alunos da Zona Rural	216	6,3	15,65	244,93	235,88	86,45	3,78	4,04
	Total	3403		15,43	260,78	250,89	83,45	4,02	4,33
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,158 ^{***}	-,190 ^{***}	-,277 ^{***}	,131 ^{***}	,066 ^{***}	-,077 ^{***}
MS	Só Alunos da Zona Urbana	145	27,8	15,47	259,67	252,58	80,45	3,09	4,21
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	225	43,1	15,72	255,22	247,11	73,98	5,30	3,73
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	82	15,7	15,78	251,56	242,26	74,26	5,90	3,64
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	20	3,8	15,96	246,80	239,69	72,79	6,31	3,45
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	7	1,3	16,30	247,29	238,36	69,39	6,89	3,21
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	17	3,3	16,12	237,26	227,51	76,91	5,69	3,41
	Só Alunos da Zona Rural	26	5,0	15,90	240,36	230,38	83,39	3,75	3,79
	Total	522		15,70	254,13	246,00	76,28	4,77	3,82
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,210 ^{***}	-,313 ^{***}	-,377 ^{***}	,037	,063	-,152 ^{***}
MT	Só Alunos da Zona Urbana	191	28,9	15,33	237,08	234,36	95,23	,66	4,30
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	284	42,9	15,41	241,88	235,76	94,14	1,25	4,35
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	53	8,0	15,68	243,89	236,03	92,69	1,78	4,31
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	25	3,8	15,98	237,38	229,42	91,24	3,59	4,03
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	15	2,3	15,71	235,55	227,71	92,01	3,70	4,01
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	69	10,4	16,20	233,95	224,41	92,11	3,41	3,96
	Só Alunos da Zona Rural	25	3,8	16,03	233,62	222,39	93,82	2,54	4,00
	Total	662		15,54	239,21	233,27	93,96	1,54	4,26
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,450 ^{***}	-,112 ^{***}	-,246 ^{***}	-,135 ^{***}	,316 ^{***}	-,224 ^{***}
PA	Só Alunos da Zona Urbana	194	20,8	15,75	235,25	234,05	82,09	5,23	3,71
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	309	33,1	15,86	233,57	231,13	81,42	6,26	3,60
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	67	7,2	16,08	230,10	225,42	78,54	8,63	3,36
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	27	2,9	16,41	227,65	222,95	78,71	7,00	3,34
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	20	2,1	16,22	224,88	219,97	82,32	6,99	3,35
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	169	18,1	16,29	221,80	214,98	84,26	6,59	3,32
	Só Alunos da Zona Rural	147	15,8	16,58	219,23	211,74	83,71	7,61	3,23
	Total	933		16,07	228,92	224,87	82,17	6,53	3,49
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,371 ^{***}	-,410 ^{***}	-,551 ^{***}	,102 ^{***}	,115 ^{***}	-,287 ^{***}

(Continua)

(Continuação)

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
PB	Só Alunos da Zona Urbana	114	16,9	15,86	235,78	233,33	77,34	7,97	3,49
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	178	26,4	15,94	229,88	226,12	70,85	12,03	3,02
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	121	17,9	16,12	228,06	218,85	72,80	12,79	2,99
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	119	17,6	15,99	227,02	220,35	74,41	10,98	3,08
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	60	8,9	16,10	225,60	217,31	74,15	11,24	3,00
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	55	8,1	15,99	220,14	212,98	74,61	9,43	2,91
	Só Alunos da Zona Rural	28	4,1	16,24	222,03	211,22	79,21	10,47	3,05
	Total	675		16,00	228,55	222,54	73,87	10,95	3,09
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,085 ⁺	-,253 ⁺⁺	-,382 ⁺⁺	,074	,007	-,151 ⁺⁺
PE	Só Alunos da Zona Urbana	270	20,1	16,01	227,01	222,77	75,85	6,21	3,17
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	419	31,3	15,85	229,05	223,94	77,66	6,54	3,28
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	161	12,0	15,89	228,58	221,76	80,07	6,48	3,34
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	117	8,7	15,94	229,12	220,97	79,07	7,00	3,31
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	79	5,9	15,71	231,70	221,43	78,33	7,22	3,31
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	164	12,2	15,91	223,29	214,80	79,06	7,01	3,14
	Só Alunos da Zona Rural	130	9,7	15,89	224,12	214,39	79,35	5,76	3,16
	Total	1340		15,90	227,56	220,99	78,08	6,53	3,24
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			-,025	-,087 ⁺⁺	-,221 ⁺⁺	,096 ⁺	,010	-,036
PI	Só Alunos da Zona Urbana	94	14,6	15,45	246,88	239,49	83,51	2,13	4,00
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	216	33,5	15,71	239,95	231,68	79,14	4,84	3,57
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	84	13,0	15,84	235,60	227,64	79,87	4,62	3,51
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	54	8,4	16,02	233,75	222,22	79,67	4,76	3,40
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	45	7,0	16,25	230,24	219,57	79,11	6,33	3,30
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	77	11,9	16,24	223,72	213,19	78,36	6,39	3,09
	Só Alunos da Zona Rural	75	11,6	16,13	220,48	212,82	83,97	5,39	3,27
	Total	645		15,87	235,00	226,25	80,38	4,76	3,50
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,366 ⁺⁺	-,433 ⁺⁺	-,501 ⁺⁺	,018	,195 ⁺⁺	-,289 ⁺⁺
PR	Só Alunos da Zona Urbana	306	18,8	15,23	256,98	249,69	81,68	2,88	4,17
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	655	40,3	15,34	251,02	243,21	82,05	3,53	4,02
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	256	15,7	15,38	248,24	238,16	84,97	3,43	4,05
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	103	6,3	15,48	250,39	238,84	85,76	2,98	4,12
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	62	3,8	15,37	250,81	237,98	87,35	2,52	4,20
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	125	7,7	15,29	248,87	236,76	87,28	2,69	4,14
	Só Alunos da Zona Rural	119	7,3	15,30	245,38	233,06	88,44	2,37	4,09
	Total	1626		15,33	251,08	241,92	83,75	3,17	4,08
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,016	-,137 ⁺⁺	-,269 ⁺⁺	,281 ⁺⁺	-,086 ⁺⁺	,037
RJ	Só Alunos da Zona Urbana	1092	63,9	15,82	246,16	240,12	79,19	3,72	3,81
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	385	22,5	15,95	248,54	241,64	77,11	3,56	3,75
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	80	4,7	15,89	254,13	244,97	80,16	2,62	4,02
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	33	1,9	16,15	243,53	234,99	79,40	3,45	3,69
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	20	1,2	15,87	244,18	235,98	79,02	2,58	3,68
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	68	4,0	15,95	246,47	238,37	77,95	3,64	3,69
	Só Alunos da Zona Rural	32	1,9	15,81	244,69	237,48	79,94	2,46	3,77
	Total	1710		15,86	246,98	240,43	78,74	3,59	3,80
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,05$)			,050 ⁺	,004	-,029	,006	-,047	-,016
RN	Só Alunos da Zona Urbana	84	15,3	15,70	237,14	231,11	69,68	7,98	3,15
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	208	38,0	15,76	233,92	227,82	71,78	8,85	3,12
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	90	16,4	15,91	229,05	221,77	70,38	10,24	2,91
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	69	12,6	16,01	229,02	221,19	69,27	11,40	2,91
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	27	4,9	16,17	223,49	217,25	66,18	11,49	2,62
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	30	5,5	16,09	223,44	215,57	70,95	9,51	2,78
	Só Alunos da Zona Rural	40	7,3	15,76	219,24	211,58	76,31	7,30	2,90
	Total	548		15,84	230,84	224,12	70,92	9,32	3,00
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,129 ⁺⁺	-,293 ⁺⁺	-,352 ⁺⁺	,044	,038	-,169 ⁺⁺
RO	Só Alunos da Zona Urbana	41	11,7	15,59	246,33	240,00	70,64	5,35	3,38
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	131	37,3	15,52	250,00	242,50	74,49	4,22	3,64
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	39	11,1	15,64	244,71	236,37	76,34	5,18	3,56
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	22	6,3	15,83	240,30	230,14	79,45	5,00	3,57
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	19	5,4	15,83	243,16	228,40	81,08	4,88	3,64
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	46	13,1	15,97	240,85	229,32	82,24	4,32	3,65
	Só Alunos da Zona Rural	53	15,1	15,79	243,42	228,43	82,33	4,75	3,69
	Total	351		15,68	245,82	236,14	77,11	4,64	3,61
	Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)			,311 ⁺⁺	-,194 ⁺⁺	-,411 ⁺⁺	,333 ⁺⁺	-,005	,075

(Continua)

(Conclusão)

UF	Índice de Ruralidade	Qtd. Escolas	% do Total na UF	Valores Médios					
				Idade Média	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa	Aprovação	Abandono	IDEB
RR	Só Alunos da Zona Urbana	15	17,6	15,40	236,44	235,07	86,97	1,87	3,94
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	46	54,1	15,58	231,38	226,23	80,22	4,12	3,44
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	3	3,5	15,68	218,90	213,37	77,97	5,70	3,00
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	0	0,0						
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	2	2,4	15,73	216,00	206,31	78,40	8,95	2,95
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	12	14,1	15,91	207,42	203,89	85,82	4,83	3,00
	Só Alunos da Zona Rural	7	8,2	16,22	207,40	197,35	87,90	4,54	3,03
	Total	85		15,66	226,11	221,33	82,71	4,03	3,41
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,389^{**}	-,621^{**}	-,640^{**}	,182	,201	-,395^{**}
RS	Só Alunos da Zona Urbana	863	37,3	15,44	256,86	247,65	76,26	2,57	3,88
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	848	36,6	15,35	258,37	248,78	77,61	2,29	3,96
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	170	7,3	15,30	266,77	250,78	80,53	1,98	4,26
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	125	5,4	15,28	265,53	248,21	82,02	1,82	4,27
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	102	4,4	15,30	261,59	244,02	83,44	1,97	4,24
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	104	4,5	15,36	254,92	240,38	80,40	2,28	3,90
	Só Alunos da Zona Rural	103	4,4	15,48	255,52	237,60	81,72	2,31	3,94
	Total	2315		15,38	258,67	247,39	78,12	2,33	3,98
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				-,034	,032	-,136^{**}	,177^{**}	-,042[*]	,082^{**}
SC	Só Alunos da Zona Urbana	412	29,9	15,09	260,04	250,79	91,19	1,77	4,70
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	496	36,0	15,09	256,48	247,13	92,09	1,98	4,64
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	150	10,9	15,04	258,35	245,40	93,48	1,69	4,71
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	98	7,1	15,09	255,16	241,72	93,98	1,70	4,63
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	90	6,5	15,06	258,47	240,02	94,23	1,31	4,67
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	75	5,4	15,09	254,55	239,22	93,80	1,92	4,58
	Só Alunos da Zona Rural	58	4,2	15,07	250,18	233,17	95,04	1,44	4,47
	Total	1379		15,08	257,42	246,17	92,46	1,80	4,65
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				-,025	-,094^{**}	-,287^{**}	,177^{**}	-,042	-,063[*]
SE	Só Alunos da Zona Urbana	76	21,2	16,05	234,80	227,78	67,26	6,13	2,95
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	115	32,1	16,22	235,46	226,32	66,65	7,75	2,87
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	34	9,5	16,42	234,22	225,34	65,65	10,16	2,85
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	26	7,3	16,52	229,11	220,60	62,32	10,09	2,59
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	11	3,1	16,20	234,23	221,95	67,65	8,13	2,88
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	53	14,8	16,42	227,24	217,32	67,12	8,88	2,75
	Só Alunos da Zona Rural	43	12,0	16,55	229,51	219,48	68,84	7,78	2,89
	Total	358		16,29	232,77	223,83	66,73	7,99	2,85
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,199^{**}	-,184^{**}	-,245^{**}	,020	,102	-,075
SP	Só Alunos da Zona Urbana	2473	48,7	15,13	244,30	241,49	90,92	1,82	4,32
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	1986	39,1	15,16	249,95	244,43	91,54	1,67	4,49
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	344	6,8	15,13	251,72	244,40	92,94	1,37	4,58
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	111	2,2	15,14	248,14	240,55	93,96	,95	4,51
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	54	1,1	15,19	252,98	243,50	93,26	,91	4,59
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	77	1,5	15,16	247,40	239,60	93,76	1,11	4,47
	Só Alunos da Zona Rural	37	0,7	15,05	244,88	240,66	95,96	,74	4,56
	Total	5082		15,14	247,24	242,80	91,47	1,69	4,41
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				-,005	,072^{**}	-,003	,137^{**}	-,094^{**}	,092^{**}
TO	Só Alunos da Zona Urbana	38	10,6	15,48	248,23	243,31	88,31	1,86	4,29
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	201	56,0	15,53	240,99	235,83	86,26	2,20	3,98
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	64	17,8	15,79	232,72	225,50	85,89	2,82	3,69
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	18	5,0	15,93	232,50	224,03	83,38	3,53	3,55
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	9	2,5	15,93	222,61	215,87	88,57	1,39	3,53
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	12	3,3	16,36	225,11	214,59	88,19	3,73	3,53
	Só Alunos da Zona Rural	17	4,7	16,03	226,70	220,01	84,36	3,42	3,48
	Total	359		15,65	238,19	232,23	86,30	2,43	3,89
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,380^{**}	-,321^{**}	-,403^{**}	-,032	,148^{**}	-,297^{**}
Total	Só Alunos da Zona Urbana	9307	30,6	15,47	247,02	241,87	83,07	3,41	4,01
	Até 20% de Alunos da Zona Rural	10529	34,6	15,52	245,61	239,26	82,87	4,14	3,94
	De 20% a 40% de Alunos da Zona Rural	3066	10,1	15,63	244,51	235,71	82,73	4,95	3,87
	De 40% a 60% de Alunos da Zona Rural	1758	5,8	15,72	242,57	232,80	81,89	5,41	3,78
	De 60% a 80% de Alunos da Zona Rural	1060	3,5	15,72	240,76	229,64	82,17	5,34	3,72
	Acima de 80% de Alunos da Zona Rural	2406	7,9	15,94	229,98	221,78	82,56	5,61	3,47
	Só Alunos da Zona Rural	2318	7,6	15,90	229,27	220,23	84,17	4,91	3,50
	Total	30444		15,60	243,11	236,16	82,91	4,29	3,87
Correlação de Pearson ($\alpha = 0,01$)				,225^{**}	-,264^{**}	-,364^{**}	0,00	,129^{**}	-,209^{**}

** A correlação é significativa ao nível de 99%

Fonte: Base de dados da pesquisa

Gráfico 25 - Idade média (anos) no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 28 - Taxa de aprovação média no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 26 - Nota média em Matemática no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 29 - Taxa média de abandono no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 27 - Nota média em Língua Portuguesa no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

Gráfico 30 - IDEB médio no 9º ano pelo perfil de ruralidade da turma – Total Brasil

5.4.4.3 *Considerações sobre o Nível de Ruralidade*

Ao analisar a relação entre o nível de ruralidade e os indicadores de desempenho, verificou-se que, tanto para o 5º quanto para o 9º ano, o desempenho das escolas foi reduzido conforme aumentou a proporção de alunos de área rural presentes na turma.

Além de considerar os dois grupos extremos, em que um é composto apenas por escolas nas quais os anos em análise são frequentados exclusivamente por alunos da cidade, e outro composto por escolas cujos anos em análise são frequentados apenas por estudantes do campo, há de se considerar e destacar as escolas urbanas com características rurais, com participação significativa de alunos do campo.

Considerando a relação inversa entre desempenho e nível de ruralidade e a formação das turmas mistas em escolas urbanas, mas com acentuada participação de alunos procedentes de zonas rurais, notou-se que o desempenho dessas escolas com supremacia de estudantes rurais, mesmo sendo urbanas, foi inferior ao das instituições com a maioria de alunos residentes em zonas urbanas.

Arroyo (2011) corrobora com essa análise ao afirmar que colocar alunos de realidades tão desiguais numa mesma sala de aula reflete no desempenho das escolas. Dessa forma, ressalta-se que embora nos últimos anos as iniciativas para a Educação do Campo tenham aumentado consideravelmente, há de se observar que além da Educação do Campo e da educação da cidade existe uma situação mista em que, na maior parte das iniciativas, é tratada apenas como educação da cidade, sem considerar a origem e a moradia rural dos educandos.

Essa situação se agrava ao comparar o 5º (Tabela 21) e o 9º ano (Tabela 23). Compreende-se que a proporção de escolas urbanas com presença de alunos da zona rural aumenta em todas as faixas de ruralidade do 5º para o 9º ano. Essa observação pode ser interpretada como ação para centralizar as escolas que ofertam essa etapa do ensino nas cidades; assim, os alunos que desejarem concluir a segunda etapa do ensino básico devem se deslocar das zonas rurais para a cidade.

Conforme apontado por Hashizume e Lopes (2008), com o fato de muitos deles serem trabalhadores rurais, de eles estarem isolados geograficamente, tendo que fazer longos percursos entre o local da moradia, o trabalho e a escola, além da dissonância entre os ciclos de produção e o calendário escolar, são esperados altos índices de evasão, repetência e distorção idade-série. Tal situação poderia contribuir para o baixo desempenho dos 9º anos em

relação aos 5º anos, quando se observam os indicadores taxa de aprovação, taxa de abandono e IDEB.

O fato de, em alguns estados, o grupo composto apenas por escolas, cujos anos em análise são frequentados exclusivamente por alunos da cidade, apresentar desempenho ligeiramente inferior ao grupo composto por instituições em que os anos em análise são frequentados por até 20% de alunos oriundos do campo, permite dizer que, além da questão da ruralidade e as políticas públicas para a Educação do Campo, existem outros fatores como renda, classe social e condições de vida em grandes centros urbanos. Tais aspectos podem influenciar o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, das escolas, merecendo estudos e análises mais profundos.

Esse achado se alinha com os resultados apresentados por Érnica e Batista (2012), que mostram que, nas metrópoles, quanto maiores os níveis de vulnerabilidade social do entorno da escola, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais por ela oferecidas. De fato, o efeito negativo do território vulnerável sobre a escola é exercido por meio do isolamento desta no território, da reduzida oferta de matrícula de educação infantil, da concentração e segregação de sua população escolar em estabelecimentos de ensino nele localizados, da posição de desvantagem de suas escolas no quase mercado escolar oculto, e dificuldades, dada a posição de desvantagem e de apresentar as condições necessárias para garantir o funcionamento do modelo institucional que orienta a organização escolar.

Tal fato também foi tratado no relatório sobre as desigualdades no sistema de educação francês divulgado pelo CESE (2011). Nele, foram apontadas falhas em relação ao período de escolaridade obrigatória, e as desigualdades em termos de resultados escolares foram correlacionadas com as circunstâncias sociais, culturais e familiares. Segundo o relatório, as divisões geográficas tendem a agravar as desigualdades no desempenho e, em grandes áreas urbanas, onde a segregação social e educacional é mais acentuada, essas situações tendem a aparecer em maior grau.

Destaca-se também a correlação entre o índice de ruralidade e a taxa de aprovação, sobretudo quando se direciona o foco para o 9º ano. A correlação estatisticamente significativa e positiva entre o índice de ruralidade e a variável de desempenho em vários estados poderia sinalizar indícios de que a taxa de aprovação estaria sendo utilizada para elevar o IDEB, já que este é derivado daquela taxa, além do desempenho na PB. Isso contribuiria para encobrir uma diferença no desempenho entre as escolas urbanas e rurais, manipulando o índice e, por conseqüência, diminuindo a possibilidade de as políticas públicas serem mais eficientes.

Por fim, ao considerar a localização das escolas e o local de moradia dos alunos, os resultados encontrados confirmam aqueles obtidos por Passador (2011) e Artoni (2012). Esses autores afirmam que o desempenho das escolas localizadas em zonas rurais ou em zonas urbanas, mas com predominância de alunos provenientes de zonas rurais, segue a tendência de ser inferior ao das escolas urbanas.

Na sequência, analisam-se os perfis dos grupos de escolas formados a partir da aplicação da técnica de análise de agrupamento utilizando, como medidas de similaridade, as variáveis de desempenho analisadas anteriormente.

5.4.5 *Análise de Agrupamento*

Na seção anterior, a análise concentrou-se nos aspectos univariados dos dados. Essa etapa foi importante para entender como cada indicador de desempenho se comportou dentro de cada fator e nível analisados. Contudo, em muitas situações, a análise de dados pode ser mais bem resolvida quando, a partir de uma população, definem-se grupos de objetos homogêneos baseando-se em um perfil multivariado.

Assim, como forma de alcançar o décimo objetivo específico (formar e analisar grupos homogêneos de escolas considerando as variáveis de desempenho como medidas de similaridade) e conforme descrito no capítulo 4, empregando as variáveis de desempenho analisadas anteriormente – IDADE_MEDIA (defasagem idade X série), ABANDONO (taxa de abandono), APROVACAO (taxa de aprovação), MAT_2011 (nota média em Matemática na PB edição 2011) e LP_2011 (nota média em Língua Portuguesa na PB edição 2011) –, procedeu-se à análise de agrupamento. É preciso lembrar que a variável IDEB_2011 não foi utilizada, ela, como já mencionado anteriormente, é derivada das notas obtidas nas provas de Português e Matemática, além da taxa de aprovação no período em análise.

5.4.5.1 *Formação dos Grupos do 5º e do 9º anos*

Neste ponto retomou-se os estágios quarto, quinto e sexto da abordagem de construção da análise de agrupamentos em seis estágios proposta Hair Jr. et al. (2009) e adotada neste estudo. Os procedimentos do estágio um ao terceiro já foram discutidos no capítulo anterior.

Como já ressaltado anteriormente, os dados utilizados neste estudo são populacionais e, portanto, dispensam a validação estatística dos grupos formados. Desse modo, os esforços foram direcionados ao entendimento dos perfis gerados e à análise da significância prática dos resultados encontrados.

Considerando os estágios quarto e quinto da análise proposta, deve-se, neste ponto, escolher o procedimento de partição a ser usado e decidir o número de agrupamentos a serem formados. Os procedimentos mais comumente utilizados são classificados em hierárquicos e não hierárquicos, e os dois tipos básicos de procedimentos de agrupamentos hierárquicos são aglomerativos, em que, no primeiro estágio, cada observação é um agrupamento, e no último estágio, todas as observações formam um único agrupamento e divisivos: no primeiro estágio, todas as observações formam um único agrupamento, e no último estágio, cada observação é um agrupamento.

Nesta etapa do agrupamento hierárquico, utilizou-se o método de ligação média entre os grupos. Após a análise do planejamento de aglomeração, em que se observou a variação no incremento da heterogeneidade interna e a quantidade de observações por grupo, a quantidade de agrupamentos recomendados foi 8 para a amostra do 5º ano e 7 para o 9º ano. Assim, foram gerados os centros (sementes) com as variáveis padronizadas para cada um dos grupos que foram utilizados no procedimento de agrupamento não hierárquico.

Os centros dos grupos do 5º ano podem ser observados na Tabela 25 e no Gráfico 31. Destacam-se os centros do grupo 7, que possui a maior idade média para o 5º ano, a segunda maior taxa média de abandono, a menor taxa média de aprovação e as menores notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa; e os do grupo 1, que apresenta a menor idade média para o 5º ano, a menor taxa média de abandono e a maior taxa média de aprovação, sendo que as notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa são as segundas melhores.

Gráfico 31 - Centros dos grupos – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Pode-se perceber que os grupos gerados possuem centros substancialmente diferentes uns dos outros, sugerindo heterogeneidade externa.

Tabela 25 - Centros dos grupos – 5º ano

Cluster	Z_IDADE_MEDIA	Z_ABANDONO	Z_APROVACAO	Z_MAT_2011	Z_LP_2011
1	-0,65	-0,49	0,65	0,64	0,64
2	0,38	-0,03	-0,2	-0,69	-0,69
3	0,78	2,35	-1,47	-0,91	-0,92
4	0,27	0,27	-0,62	0,8	0,76
5	1,46	0,5	-1,39	-1,46	-1,45
6	1,85	0,84	-2,25	-0,5	-0,46
7	2,41	2,49	-3,04	-1,86	-2,06
8	0,97	2,72	-2,56	0,41	0,65

Fonte: Base de dados da pesquisa

Os centros dos grupos do 9º ano podem ser observados na Tabela 26 e no Gráfico 32. No caso do 9º ano, destacam-se os centros do grupo 1, que possui a maior idade média para o 9º ano, a segunda maior taxa média de abandono, a segunda menor taxa média de aprovação e as menores notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa; e os do grupo 7, que apresenta a menor idade média para o 9º ano, a menor taxa média de abandono e a maior taxa média de aprovação, sendo que as notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa são as segundas melhores.

Gráfico 32 - Centros dos grupos – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Também para o 9º ano, pode-se perceber que os grupos gerados possuem centros substancialmente diferentes uns dos outros, sugerindo heterogeneidade externa.

Tabela 26 - Centros dos grupos – 9º ano

Cluster	Z_IDADE_MEDIA	Z_ABANDONO	Z_APROVACAO	Z_MAT_2011	Z_LP_2011
1	2,73	1,62	-1,52	-1,97	-1,99
2	1,00	0,21	-0,29	-1,13	-1,19
3	2,12	0,99	-0,54	-0,20	0,00
4	0,59	1,44	-1,32	-1,30	-1,35
5	1,79	2,30	-1,64	-0,75	-0,70
6	0,23	-0,05	-1,35	0,44	0,48
7	-0,40	-0,32	0,39	0,23	0,23

Fonte: Base de dados da pesquisa

Na segunda etapa do processo de agrupamento, empregou-se o procedimento não hierárquico k-médias, com o objetivo de segmentar toda a base (a população). Na etapa anterior (método hierárquico), foram utilizadas amostras para o 5º e o 9º ano. Assim, utilizaram-se os arquivos de centros (sementes) produzidos anteriormente com o uso das médias na execução, e a população foi agrupada em oito grupos para o 5º ano e em sete grupos para o 9º ano.

Os centros finais dos grupos do 5º ano podem ser observados na Tabela 27 e no Gráfico 33. Destacam-se os centros do grupo 8, que possui a segunda maior idade média para o 5º ano, e a maior taxa média de abandono, em que a menor taxa média de aprovação e as notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa estão entre as menores; e os do grupo 1, no qual a idade média para o 5º ano e a taxa média de abandono estão entre as menores, e a taxa média de aprovação e as notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa são as maiores.

Gráfico 33 - Centros finais dos grupos – 5º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Pode-se observar, também na Tabela 27, a quantidade de escolas do 5º ano em cada grupo formado. O grupo 1 é o maior grupo, com 12.338 escolas, representando 30,65% do total de escolas da população, e os grupos 8 e 7 são os menores, com 457 (1,14%) e 758 (1,88%) escolas, respectivamente.

Tabela 27 - Centros finais e tamanho dos grupos – 5º ano

Cluster	Z_IDADE_MEDIA	Z_ABANDONO	Z_APROVACAO	Z_MAT_2011	Z_LP_2011	Qtd. Escolas	%
1	-0,62	-0,45	0,63	1,14	1,12	12.338	30,65
2	-0,56	-0,37	0,57	-0,17	-0,13	9.763	24,26
3	0,85	1,95	-1,36	-0,83	-0,82	2.171	5,39
4	0,41	0,02	-0,58	0,04	0,07	6.570	16,32
5	0,35	0,00	0,04	-1,19	-1,20	5.389	13,39
6	0,93	0,36	-1,61	-1,09	-1,14	2.804	6,97
7	2,83	0,87	-1,09	-1,22	-1,33	758	1,88
8	1,86	4,66	-2,80	-1,11	-1,18	457	1,14
Total						40.250	100,00

Fonte: Base de dados da pesquisa

Os centros finais dos grupos do 9º ano podem ser observados na Tabela 28 e no Gráfico 34. Destacam-se os centros do grupo 5, que possui a segunda maior idade média para o 9º ano, a maior taxa média de abandono e a menor taxa média de aprovação, sendo que as notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa estão entre as menores; e os do grupo 7, em que a idade média para o 9º ano e a taxa média de abandono são as menores, a taxa média de aprovação está entre as maiores, e as notas médias nas provas de Matemática e Língua Portuguesa são as maiores.

Gráfico 34 - Centros finais dos grupos – 9º ano

Fonte: Base de dados da pesquisa

Pode-se observar, também na Tabela 28, a quantidade de escolas do 9º ano em cada grupo formado. O grupo 2 é o maior grupo, com 9.175 escolas, representando 30,14% do total

de escolas da população, e os grupos 1 e 5 são os menores, com 1.164 (3,82%) e 1.400 (4,60%) escolas, respectivamente.

Tabela 28 - Centros finais e tamanho dos grupos – 9º ano

Cluster	Z_IDADE_MEDIA	Z_ABANDONO	Z_APROVACAO	Z_MAT_2011	Z_LP_2011	Qtd. Escolas	%
1	2,64	0,95	-0,46	-1,20	-1,28	1.164	3,82
2	-0,45	-0,45	0,59	-0,01	0,04	9.175	30,14
3	-0,10	-0,32	0,54	-1,17	-1,20	3.634	11,94
4	0,39	0,48	-0,62	-0,90	-0,91	3.704	12,17
5	1,21	2,40	-1,78	-0,80	-0,80	1.400	4,60
6	0,11	0,17	-1,08	0,31	0,33	4.101	13,47
7	-0,62	-0,54	0,51	1,25	1,21	7.266	23,87
Total						30.444	100,00

Fonte: Base de dados da pesquisa

O sexto estágio, relacionado à análise e à validação dos perfis dos agrupamentos, é explorado a seguir.

5.4.5.2 *Análise dos Perfis dos Grupos do 5º Ano*

Ao seguir os procedimentos metodológicos, para o 5º ano, optou-se pela formação de oito grupos. Os grupos formados, a composição dos grupos e o desempenho médio de cada um deles estão descritos nesta seção.

Além das variáveis utilizadas na formação dos grupos, foram utilizados outros índices que caracterizam os alunos, as turmas e, por consequência, as escolas. O uso dessas variáveis permitiu compreender o perfil médio de cada um dos grupos, bem como, a partir dos grupos formados, sugerir linhas de ações com vistas à melhoria da qualidade e da equidade da educação básica no Brasil. Na Tabela 29 e do Gráfico 35 ao Gráfico 49, pode-se observar a composição dos grupos e o perfil médio de cada variável dentro de cada um dos grupos.

O grupo 1, composto por escolas com melhores desempenhos, representa 30,7% (12.338) das escolas, sendo o maior grupo formado. Dessas escolas, 31% (3.828) são estaduais e 69% (8.510), municipais, sendo que estão presentes 38,3% das escolas estaduais e 28,1%, das municipais. Além disso, 93,8% (11.576) são escolas urbanas e 6,2% (762), rurais; estão presentes 34,9% das escolas urbanas e 10,7%, das rurais. Em média, o grupo é composto por escolas maiores, com média de turmas na escola igual a 19,85, 509,75 matrículas, 2,63 turmas no 5º ano e 69,22 alunos, em média, matriculados nesse nível de ensino. É o grupo de escolas com o menor índice médio de ruralidade (0,14), indicando que a

presença de estudantes que residem em zonas rurais é baixa. Os indicadores socioeconômicos médios também são os maiores, indicando que as escolas são frequentadas por alunos de maior classe social, quando comparado aos outros grupos. Enquanto isso, os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 23,71, 9,97, 11,20 e 13,97, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse é o grupo com o melhor índice entre todos. A idade média dos alunos foi de 11,25 anos, a taxa de abandono, igual a 0,28%, a taxa de aprovação, 95,66%, a nota em Matemática, 232,44 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 209,10 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 5,93 pontos, valor próximo à meta de 6 estipulada pelo INEP/MEC para o ano de 2022. Aproximadamente 75% das escolas desse grupo são dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 2 – segundo melhor desempenho – representa 24,3% (9.763) das escolas, sendo o segundo maior grupo formado. Dessas instituições, 31,2% (3.042) são estaduais e 68,8% (6.721), municipais. Estão presentes nesse grupo 30,5% de escolas estaduais e 22,2%, municipais. Nesse entremeio, 87,5% (8.542) são escolas urbanas e 12,5% (1.221), rurais. Estão presentes 25,8% das escolas urbanas no grupo e 17,1%, das rurais. Em relação ao porte das escolas, esse grupo é parecido com o 1, mas ligeiramente menor, com média de turmas na escola igual a 19,13, 505,18 matrículas, 2,55 turmas no 5º ano e 68,63 alunos, em média, matriculados nesse período. É o grupo de escolas com o segundo menor índice médio de ruralidade (0,19), juntamente com o grupo 4, indicando que a presença de alunos que residem em zonas rurais ainda é baixa nas escolas desse grupo. Os indicadores socioeconômicos médios também são os segundos maiores, mas um pouco menores que os do grupo 1, indicando que as escolas desse grupo também são frequentadas por alunos de maior classe social, quando comparado aos outros grupos. Enquanto isso, os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 20,75, 9,69, 10,62 e 13,45, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, o grupo 2 apresenta o segundo melhor índice entre todos os grupos. A idade média dos alunos foi de 11,29 anos, a taxa de abandono, igual a 0,54%, a taxa de aprovação, 95,16%, a nota em Matemática, 198,36 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 181,09 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 4,79 pontos, 24% inferior ao do grupo 1. Aproximadamente 37% das escolas desse grupo são dos estados de São Paulo (25,4%) e Minas Gerais (11,8%), conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 3 foi composto por 5,4% (2.171) das escolas, sendo o terceiro menor grupo formado. Dessas escolas, 20,6% (448) são estaduais e 79,4% (1.723), municipais. Estão presentes 4,5% das escolas estaduais, 4,5% e 5,7%, das municipais. Vale ressaltar que 79,6%

(1.729) são escolas urbanas e 20,4% (442), rurais, em que 5,2% das escolas urbanas e 6,2% das rurais estão presentes nesse grupo. Em relação ao porte, em média, o grupo é composto por escolas menores que os dois primeiros, com média de turmas na escola igual a 16,81, 436,57 matrículas, 2,11 turmas no 5º ano e 56,56 alunos, em média, matriculados nesse período. O índice de ruralidade (0,25) aumentou em relação aos dois primeiros grupos, até porque, proporcionalmente, a quantidade de escolas rurais nesse grupo também foi elevada. Os indicadores socioeconômicos médios também são menores que os dois primeiros, indicando menor classe social em relação às escolas daqueles dois grupos. Enquanto isso, os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 17,80, 9,24, 9,79 e 13,07, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, este é um grupo com índice intermediário, quando comparado aos outros grupos. A idade média dos alunos foi de 12,27 anos; a taxa média de abandono, 7,91%, sendo o segundo maior percentual de abandono entre todos os grupos; a taxa de aprovação, 78,10%, sendo a terceira pior entre os grupos; a nota em Matemática, 181,12 pontos; a nota em Língua Portuguesa, 165,75 pontos; e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 3,43 pontos, 73% inferior ao do grupo 1. Aproximadamente 56% das escolas desse grupo são da Bahia (24,8%), do Pará (11,8%), da Paraíba (9,8%) e de Pernambuco (9,4%), conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 4 possui composição similar ao 2, mas com algumas diferenças sutis e importantes. Esse grupo foi composto por 16,3% (6.570) das escolas, sendo o terceiro maior grupo formado. Destas, 20,1% (1.319) são estaduais e 79,9% (5.251), municipais. Estão presentes 13,2% das escolas estaduais, 13,2% e 17,4%, das municipais; 86,4% (5.678) são escolas urbanas e 13,6% (892), rurais, ao passo que 17,1% das escolas urbanas e 12,5% das escolas rurais estão presentes nesse grupo. Em relação ao porte, em média, esse grupo é similar ao 2, mas composto por escolas ligeiramente menores que este, com média de turmas na escola igual a 19,02, 485,02 matrículas, 2,31 turmas no 5º ano e 61,63 alunos, em média, matriculados nesse período. O índice de ruralidade (0,19) é idêntico ao grupo 2, e os indicadores socioeconômicos médios desse grupo também são similares aos do grupo 2, mas ligeiramente inferiores, sendo que ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 20,35, 9,60, 10,44 e 13,38, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, observa-se a grande diferença em relação ao grupo 2. A idade média dos alunos foi de 11,97 anos; a taxa média de abandono, 1,79%, muito superior à do grupo 2; a taxa de aprovação, 84,99%, muito inferior à do grupo 2; a nota em Matemática, 203,76 pontos; a nota em Língua Portuguesa, 185,57 pontos, ambas maiores que as notas médias do grupo 2; e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 4,42 pontos, 9% inferior ao do grupo 1. Embora as escolas tenham

obtido notas médias melhores na PB em relação ao grupo 2, a taxa de média de aprovação foi substancialmente menor, ao ponto de causar a diferença apontada no IDEB. Aproximadamente 54% das escolas desse grupo são dos seguintes estados: Rio de Janeiro (18,6%), Rio Grande do Sul (10,6%), Bahia (10,2%), Ceará (7,9%) e Goiás (5,1%), conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 5 foi composto por 13,4% (5,389) das escolas, sendo o quarto maior grupo formado. Destas, 13,7% (737) são estaduais e 86,3% (4.652), municipais. Estão presentes 7,4% das escolas estaduais e 15,4%, das municipais. Nesse contexto, 62,1% (3.347) são escolas urbanas e 37,9% (2.042), rurais; 10,1% das escolas urbanas e 28,7% das escolas rurais estão presentes neste grupo. Esse é o grupo com o maior número de escolas rurais, embora, em relação ao tamanho do grupo, há outros dois grupos com maior proporção de escolas rurais. Em relação ao porte este grupo é composto por escolas menores do que os grupos anteriores, com média de turmas na escola igual a 14,88, 372,30 matrículas, 1,87 turmas no 5º ano e 48,99 alunos, em média, matriculados nesse período. O índice de ruralidade é relativamente alto (0,42), refletindo a quantidade de escolas rurais na composição do grupo. Os indicadores socioeconômicos médios também são substancialmente inferiores aos dos grupos anteriores, sendo que ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 16,73, 9,18, 9,31 e 13,00, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, a idade média dos alunos foi de 11,92 anos, a taxa média de abandono, 1,72%, a taxa de aprovação, 90,43%, a nota em Matemática, 171,66 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 157,24 pontos, e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 3,69 pontos, 61% inferior ao IDEB do grupo 1, considerado o de melhor desempenho nesse indicador. Aproximadamente 56,3% das escolas desse grupo são do Maranhão (19,4%), da Bahia (14,8%), de Pernambuco (12,3%) e do Pará (9,8%), conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 6 foi composto por 7% (5,389) das escolas. Destas, 14,7% (413) são estaduais e 85,3% (2.391), municipais. Estão presentes 4,1% das escolas estaduais e 7,9%, das municipais. Aproximadamente 60,8% (1.704) são escolas urbanas e 39,2% (1.100), rurais; 5,1% das escolas urbanas e 15,4% das escolas rurais estão presentes nesse grupo. Em relação ao porte, o grupo é composto por escolas ligeiramente maiores que as do grupo 5, com média de turmas na escola igual a 15,53, 397,29 matrículas, 1,96 turmas no 5º ano e 52,82 alunos, em média, matriculados nesse período. O índice de ruralidade é relativamente alto (0,44), refletindo a quantidade de escolas rurais na composição do grupo. Os indicadores socioeconômicos médios são similares aos do grupo 5, sendo que ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 16,90, 9,11, 9,33, e 12,88, respectivamente. Quanto aos

indicadores de desempenho, a idade média dos alunos foi de 12,32 anos; a taxa média de abandono, 2,84%; a taxa de aprovação, 75,89%, sendo a segunda pior média; a nota em Matemática, 174,14 pontos; a nota em Língua Portuguesa, 158,59 pontos; e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 3,13 pontos, sendo o segundo pior grupo nesse indicador. Aproximadamente 63% das escolas desse grupo são da Bahia (20,4%), do Pará (10,3%), de Sergipe (8,2%), de Alagoas (8,1%), do Rio Grande do Norte (8,1%) e de Pernambuco (8%), conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 7 pode ser considerado o mais municipal e rural de todos, composto por 1,9% (758) das escolas. Destas, 9,5% (72) são estaduais e 90,5% (686), municipais. Estão presentes 0,7% das escolas estaduais e 2,3%, das municipais. Nesse entremeio, 34,6% (262) são escolas urbanas e 65,4% (496), rurais; 0,8% das escolas urbanas e 7% das escolas rurais estão presentes nesse grupo. Em relação ao porte, esse grupo é composto pelas menores escolas, com média de turmas na escola igual a 13,68, 323,33 matrículas, 1,63 turmas no 5º ano e 39,93 alunos, em média, matriculados nesse período. O índice de ruralidade é o mais alto (0,68), refletindo a quantidade de escolas rurais na composição do grupo. Os indicadores socioeconômicos médios são os mais baixos, sendo que ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 14,68, 8,90, 8,58 e 112,66, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, a idade média dos alunos foi de 13,64 anos, a taxa média de abandono, 4,49%, a taxa de aprovação, 80,50%, a nota em Matemática, 170,91 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 154,37 pontos, e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou apenas 3,22 pontos. Aproximadamente 53% das escolas desse grupo são do estado do Pará (31,5%) e da Bahia (21,6%), conforme se observa na Tabela 30.

O grupo 8, menor de todos, foi composto por 1,1% (457) das escolas. Destas, 28,4% (130) são estaduais e 71,6% (327), municipais. Estão presentes 1,3% das escolas estaduais e 1,1%, das municipais. Diante disso, 63,7% (291) são escolas urbanas e 36,3% (166), rurais; 0,9% das escolas urbanas e 2,3% das escolas rurais estão presentes nesse grupo. Em relação ao porte, o grupo é composto por escolas ligeiramente maiores que as do grupo 6, com média de turmas na escola igual a 14,34, 363,05 matrículas, 1,83 turmas no 5º ano e 46,52 alunos, em média, matriculados nesse período. O índice de ruralidade é alto (0,40), refletindo a quantidade de escolas rurais na composição do grupo. Os indicadores socioeconômicos médios são ligeiramente superiores aos do grupo 7, sendo que ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 16,67, 9,06, 9,29 e 12,87, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, a idade média dos alunos foi de 12,97 anos; a taxa média de abandono, 16,50%, sendo a mais alta; a taxa de aprovação, 65,44%, sendo a mais baixa; a nota em Matemática,

173,62 pontos; a nota em Língua Portuguesa, 157,61 pontos, e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou apenas 2,67 pontos, sendo o menor entre todos os grupos. Aproximadamente 58% das escolas desse grupo são da Bahia (34,4%), do Rio Grande do Norte (12,3%) e do Pará (11,6%), conforme se observa na Tabela 30.

Embora os grupos 7 e 8 sejam substancialmente pequenos, optou-se por manter esse número de agrupamentos em razão dos perfis marcantes de cada um dos grupos formados. De forma geral, os grupos 6, 7 e 8 são compostos por escolas com os piores desempenhos, e o grupo 1 é formado por instituições com os melhores desempenhos.

Tabela 29 - Perfil médio dos grupos – 5º ano

Grupo		Dependência Administrativa			Localização		Valores Médios														
		Total	Estadual	Municipal	Urbana	Rural	Turmas na Escola	Matrículas na Escola	Turmas 5º Ano	Matrículas 5º Ano	Índice de Ruralidade	IDEB	ISE	ISF	ILC	IDC	Idade Média	Abandono	Aprovação	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa
1	Qtd. Escolas	12.338	3.828	8.510	11.576	762															
	% na Linha	100,0%	31,0%	69,0%	93,8%	6,2%	19,85	509,75	2,63	69,22	0,14	5,93	23,71	9,97	11,20	13,97	11,25	0,28	95,66	232,44	209,10
	% na Coluna	30,7%	38,3%	28,1%	34,9%	10,7%															
2	Qtd. Escolas	9.763	3.042	6.721	8.542	1.221															
	% na Linha	100,0%	31,2%	68,8%	87,5%	12,5%	19,13	505,18	2,55	68,63	0,19	4,79	20,75	9,69	10,62	13,45	11,29	0,54	95,16	198,36	181,09
	% na Coluna	24,3%	30,5%	22,2%	25,8%	17,1%															
3	Qtd. Escolas	2.171	448	1.723	1.729	442															
	% na Linha	100,0%	20,6%	79,4%	79,6%	20,4%	16,81	436,57	2,11	56,56	0,25	3,43	17,80	9,24	9,79	13,07	12,27	7,91	78,10	181,12	165,75
	% na Coluna	5,4%	4,5%	5,7%	5,2%	6,2%															
4	Qtd. Escolas	6.570	1.319	5.251	5.678	892															
	% na Linha	100,0%	20,1%	79,9%	86,4%	13,6%	19,02	485,02	2,31	61,63	0,19	4,42	20,35	9,60	10,44	13,38	11,97	1,79	84,99	203,76	185,57
	% na Coluna	16,3%	13,2%	17,4%	17,1%	12,5%															
5	Qtd. Escolas	5.389	737	4.652	3.347	2.042															
	% na Linha	100,0%	13,7%	86,3%	62,1%	37,9%	14,88	372,30	1,87	48,99	0,42	3,69	16,73	9,18	9,31	13,00	11,92	1,72	90,43	171,66	157,24
	% na Coluna	13,4%	7,4%	15,4%	10,1%	28,7%															
6	Qtd. Escolas	2.804	413	2.391	1.704	1.100															
	% na Linha	100,0%	14,7%	85,3%	60,8%	39,2%	15,53	397,29	1,96	52,82	0,44	3,13	16,90	9,11	9,33	12,88	12,32	2,84	75,89	174,14	158,59
	% na Coluna	7,0%	4,1%	7,9%	5,1%	15,4%															
7	Qtd. Escolas	758	72	686	262	496															
	% na Linha	100,0%	9,5%	90,5%	34,6%	65,4%	13,68	323,33	1,63	39,93	0,68	3,22	14,68	8,90	8,58	12,66	13,64	4,49	80,50	170,91	154,37
	% na Coluna	1,9%	0,7%	2,3%	0,8%	7,0%															
8	Qtd. Escolas	457	130	327	291	166															
	% na Linha	100,0%	28,4%	71,6%	63,7%	36,3%	14,34	363,05	1,83	46,52	0,40	2,67	16,67	9,06	9,29	12,87	12,97	16,50	65,44	173,62	157,61
	% na Coluna	1,1%	1,3%	1,1%	0,9%	2,3%															
Geral	Qtd. Escolas	40.250	9.989	30.261	33.129	7.121															
	% na Linha	100,0%	24,8%	75,2%	82,3%	17,7%	18,23	469,24	2,35	62,49	0,24	4,69	20,47	9,61	10,40	13,46	11,66	1,64	90,14	202,70	184,05
	% na Coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%															

Fonte: Base de dados da pesquisa

Gráfico 35 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de turmas na escola

Gráfico 39 - Perfil médio – 5º ano – Média dos índices de ruralidade

Gráfico 36 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de matrículas na escola

Gráfico 40 - Perfil médio – 5º ano – IDEB médio

Gráfico 37 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de turmas no 5º ano

Gráfico 41 - Perfil médio – 5º ano – ISE médio

Gráfico 38 - Perfil médio – 5º ano – Quantidade média de matrículas no 5º ano

Gráfico 42 - Perfil médio – 5º ano – ISF médio

Gráfico 43 - Perfil médio – 5º ano – ILC médio

Gráfico 47 - Perfil médio – 5º ano – Taxa média de aprovação

Gráfico 44 - Perfil médio – 5º ano – IDC médio

Gráfico 48 - Perfil médio – 5º ano – Nota média em Matemática

Gráfico 45 - Perfil médio – 5º ano – Idade média

Gráfico 49 - Perfil médio – 5º ano – Nota média em Língua Portuguesa

Gráfico 46 - Perfil médio – 5º ano – Taxa média de abandono

Tabela 30 - Composição dos grupos por UF – 5º ano

UF	Estatística	Grupo								Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	
AC	Total	27	83	5	35	27	8	1	1	187
	% dentro da UF	14,4%	44,4%	2,7%	18,7%	14,4%	4,3%	,5%	,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	,2%	,9%	,2%	,5%	,5%	,3%	,1%	,2%	,5%
AL	Total	10	68	127	65	314	227	32	32	875
	% dentro da UF	1,1%	7,8%	14,5%	7,4%	35,9%	25,9%	3,7%	3,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	,1%	,7%	5,8%	1,0%	5,8%	8,1%	4,2%	7,0%	2,2%
AM	Total	77	150	115	247	128	95	23	14	849
	% dentro da UF	9,1%	17,7%	13,5%	29,1%	15,1%	11,2%	2,7%	1,6%	100,0%
	% dentro do Grupo	,6%	1,5%	5,3%	3,8%	2,4%	3,4%	3,0%	3,1%	2,1%
AP	Total	2	65	8	14	83	26	2	3	203
	% dentro da UF	1,0%	32,0%	3,9%	6,9%	40,9%	12,8%	1,0%	1,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	,0%	,7%	,4%	,2%	1,5%	,9%	,3%	,7%	,5%
BA	Total	86	373	539	670	798	571	164	157	3.358
	% dentro da UF	2,6%	11,1%	16,1%	20,0%	23,8%	17,0%	4,9%	4,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	,7%	3,8%	24,8%	10,2%	14,8%	20,4%	21,6%	34,4%	8,3%
CE	Total	343	673	108	519	373	72	15	10	2.113
	% dentro da UF	16,2%	31,9%	5,1%	24,6%	17,7%	3,4%	,7%	,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	2,8%	6,9%	5,0%	7,9%	6,9%	2,6%	2,0%	2,2%	5,2%
DF	Total	228	39	3	67	0	0	0	0	337
	% dentro da UF	67,7%	11,6%	0,9%	19,9%	0,0%	0,0%	,0%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,8%	,4%	,1%	1,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,8%
ES	Total	280	262	7	178	27	10	0	0	764
	% dentro da UF	36,6%	34,3%	0,9%	23,3%	3,5%	1,3%	,0%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	2,3%	2,7%	,3%	2,7%	,5%	,4%	,0%	,0%	1,9%
GO	Total	464	396	17	338	40	13	5	0	1.273
	% dentro da UF	36,4%	31,1%	1,3%	26,6%	3,1%	1,0%	,4%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	3,8%	4,1%	,8%	5,1%	,7%	,5%	,7%	,0%	3,2%
MA	Total	28	418	139	110	1.047	189	53	27	2.011
	% dentro da UF	1,4%	20,8%	6,9%	5,5%	52,1%	9,4%	2,6%	1,3%	100,0%
	% dentro do Grupo	,2%	4,3%	6,4%	1,7%	19,4%	6,7%	7,0%	5,9%	5,0%
MG	Total	2.796	1.155	18	291	86	5	1	0	4.352
	% dentro da UF	64,2%	26,5%	0,4%	6,7%	2,0%	0,1%	,0%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	22,7%	11,8%	,8%	4,4%	1,6%	,2%	,1%	,0%	10,8%
MS	Total	219	50	10	275	20	34	7	2	617
	% dentro da UF	35,5%	8,1%	1,6%	44,6%	3,2%	5,5%	1,1%	,3%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,8%	,5%	,5%	4,2%	,4%	1,2%	,9%	,4%	1,5%
MT	Total	140	478	2	32	84	2	1	0	739
	% dentro da UF	18,9%	64,7%	0,3%	4,3%	11,4%	0,3%	,1%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,1%	4,9%	,1%	,5%	1,6%	,1%	,1%	,0%	1,8%
PA	Total	44	297	257	296	529	288	239	53	2.003
	% dentro da UF	2,2%	14,8%	12,8%	14,8%	26,4%	14,4%	11,9%	2,6%	100,0%
	% dentro do Grupo	,4%	3,0%	11,8%	4,5%	9,8%	10,3%	31,5%	11,6%	5,0%
PB	Total	37	149	213	204	200	101	34	39	977
	% dentro da UF	3,8%	15,3%	21,8%	20,9%	20,5%	10,3%	3,5%	4,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	,3%	1,5%	9,8%	3,1%	3,7%	3,6%	4,5%	8,5%	2,4%
PE	Total	61	352	203	293	662	225	35	23	1.854
	% dentro da UF	3,3%	19,0%	10,9%	15,8%	35,7%	12,1%	1,9%	1,2%	100,0%
	% dentro do Grupo	,5%	3,6%	9,4%	4,5%	12,3%	8,0%	4,6%	5,0%	4,6%
PI	Total	64	165	82	142	194	172	49	19	887
	% dentro da UF	7,2%	18,6%	9,2%	16,0%	21,9%	19,4%	5,5%	2,1%	100,0%
	% dentro do Grupo	,5%	1,7%	3,8%	2,2%	3,6%	6,1%	6,5%	4,2%	2,2%

(Continua)

(Conclusão)

UF	Estatística	Grupo								Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	
PR	Total	1.189	628	2	137	63	8	0	1	2.028
	% dentro da UF	58,6%	31,0%	0,1%	6,8%	3,1%	0,4%	,0%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	9,6%	6,4%	,1%	2,1%	1,2%	,3%	,0%	,2%	5,0%
RJ	Total	809	159	67	1.225	89	194	17	2	2.562
	% dentro da UF	31,6%	6,2%	2,6%	47,8%	3,5%	7,6%	,7%	,1%	100,0%
	% dentro do Grupo	6,6%	1,6%	3,1%	18,6%	1,7%	6,9%	2,2%	,4%	6,4%
RN	Total	29	68	146	166	168	228	33	56	894
	% dentro da UF	3,2%	7,6%	16,3%	18,6%	18,8%	25,5%	3,7%	6,3%	100,0%
	% dentro do Grupo	,2%	,7%	6,7%	2,5%	3,1%	8,1%	4,4%	12,3%	2,2%
RO	Total	64	121	13	155	46	26	1	0	426
	% dentro da UF	15,0%	28,4%	3,1%	36,4%	10,8%	6,1%	,2%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	,5%	1,2%	,6%	2,4%	,9%	,9%	,1%	,0%	1,1%
RR	Total	13	51	2	1	48	3	0	2	120
	% dentro da UF	10,8%	42,5%	1,7%	0,8%	40,0%	2,5%	,0%	1,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	,1%	,5%	,1%	,0%	,9%	,1%	,0%	,4%	,3%
RS	Total	981	474	6	699	98	55	11	0	2.324
	% dentro da UF	42,2%	20,4%	0,3%	30,1%	4,2%	2,4%	,5%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	8,0%	4,9%	,3%	10,6%	1,8%	2,0%	1,5%	,0%	5,8%
SC	Total	1.054	394	3	92	48	1	0	0	1.592
	% dentro da UF	66,2%	24,7%	0,2%	5,8%	3,0%	0,1%	,0%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	8,5%	4,0%	,1%	1,4%	,9%	,0%	,0%	,0%	4,0%
SE	Total	10	27	74	108	92	231	29	14	585
	% dentro da UF	1,7%	4,6%	12,6%	18,5%	15,7%	39,5%	5,0%	2,4%	100,0%
	% dentro do Grupo	,1%	,3%	3,4%	1,6%	1,7%	8,2%	3,8%	3,1%	1,5%
SP	Total	3.189	2.480	5	139	50	2	0	1	5.866
	% dentro da UF	54,4%	42,3%	0,1%	2,4%	0,9%	0,0%	,0%	,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	25,8%	25,4%	,2%	2,1%	,9%	,1%	,0%	,2%	14,6%
TO	Total	94	188	0	72	75	18	6	1	454
	% dentro da UF	20,7%	41,4%	0,0%	15,9%	16,5%	4,0%	1,3%	,2%	100,0%
	% dentro do Grupo	,8%	1,9%	,0%	1,1%	1,4%	,6%	,8%	,2%	1,1%
TOTAL	Total	12.338	9.763	2.171	6.570	5.389	2.804	758	457	40.250
	% do Total	30,7%	24,3%	5,4%	16,3%	13,4%	7,0%	1,9%	1,1%	100,0%

Fonte: Base de dados da pesquisa

A partir da Tabela 30 e do Gráfico 50, é possível analisar, em maior profundidade, como as Unidades da Federação se distribuem em cada um dos grupos. Enquanto as escolas de alguns estados estão mais concentradas em um ou poucos grupos, em outros casos, as instituições de ensino estão distribuídas em diversos grupos.

Observa-se que as escolas do Distrito Federal (67,7%) e dos estados de Santa Catarina (66,2%), Minas Gerais (64,2%), Paraná (58,6%), São Paulo (54,4%), na maioria, foram alocadas no grupo 1, visto como o de melhor desempenho médio entre todos os grupos. Também com presença significativa no grupo 1 estão Rio Grande do Sul (42,2%), Espírito Santo, (36,6%), Goiás (36,4%) e Mato Grosso do Sul (35,5%). As escolas do Mato Grosso (64,7%), Acre (44,4%), Roraima (42,5%), São Paulo (42,3%), Tocantins (41,4%), Espírito Santo (34%), Amapá (32%), Ceará (31,95%), Goiás (31,1%) e Paraná (31%) têm presença

importante no grupo 2. Os estados do Rio de Janeiro (47,8%), Mato Grosso do Sul (44,6%), Rondônia (36,4%) e Rio Grande do Sul (30,1%) são os destaques do grupo 4, ao passo que Maranhão (52,1%), Amapá (40,9%), Roraima (40%), Alagoas (35,9%) e Pernambuco (35,7%) são os estados com maior proporção de escolas no grupo 5. A maior proporção das escolas do Sergipe (39,5%) foi alocada no grupo 6, e as escolas de várias Unidades da Federação estão distribuídas em diversos grupos, principalmente os estados das regiões Norte e Nordeste. Destaca-se ainda o estado do Pará com a maior proporção de escolas no grupo 7 (11,9%), um dos que apresenta pior desempenho e ausência ou baixíssima presença de escolas dos estados com predominância no grupo 1 dos grupos 6, 7 e 8.

Gráfico 50 - Perfil dos grupos – 5º ano – Distribuição das escolas da UF dentro dos grupos

Fonte: Base de dados da pesquisa

5.4.5.3 Análise dos Perfis dos Grupos do 9º Ano

De acordo com os procedimentos metodológicos descritos no Capítulo 0, para o 9º ano, optou-se pela formação de sete grupos. Os grupos formados, a composição dos grupos e o desempenho médio de cada um deles estão descritos nesta seção.

Além das variáveis utilizadas na formação dos grupos, foram empregados outros índices que caracterizam os alunos, as turmas e, por consequência, as escolas. O uso dessas variáveis permitiu compreender o perfil médio de cada um dos grupos, bem como, a partir dos grupos formados, sugerir linhas de ações com vistas à melhoria da qualidade e da equidade da educação básica no Brasil.

Na Tabela 31 e do Gráfico 51 ao Gráfico 65, pode-se observar a composição dos grupos e o perfil médio de cada variável dentro de cada um dos grupos.

O grupo 1 representa 3,8% (1.164) das escolas, sendo o menor grupo formado. Destas, 31,3% (364) são estaduais e 68,7% (800), municipais. Estão presentes 2,2% das escolas estaduais e 5,9%, das municipais. Nesses termos, 54,7% (637) são escolas urbanas e 45,3% (527), rurais; estão presentes 2,5% das escolas urbanas e 11%, das rurais. Proporcionalmente, esse é o grupo mais municipal e o mais rural de todos. O grupo é composto por escolas menores, com média de turmas na escola igual a 19,87, 557,29 matrículas, 2,47 turmas no 9º ano e 71,59 alunos, em média, matriculados nesse nível de ensino. É o grupo de escolas com o maior índice médio de ruralidade (0,54), confirmando a característica de ruralidade. Os indicadores socioeconômicos médios estão entre os menores, indicando que as escolas são frequentadas por alunos de menor classe social, quando comparado aos outros grupos. Os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 16,92, 8,99, 11,12 e 12,14, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse é o grupo com o desempenho médio entre os piores de todos. A idade média dos alunos foi de 17,70 anos, a mais alta; a taxa de abandono, 10,28%, também a mais alta; a taxa de aprovação, 76,79%; a nota em Matemática, 216,53 pontos, a mais baixa; a nota em Língua Portuguesa, 210,69 pontos, também a mais baixa; e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 2,90 pontos. Aproximadamente 63% das escolas são da Bahia (21,1%), do Maranhão (13,5%), de Pernambuco (10,1%), do Amazonas (10,1%) e do Pará (8,5%), conforme se observa na Tabela 32.

O grupo 2 representa 30,1% (9.175) das escolas, sendo o maior grupo formado. Destas, 62,4% (5.729) são estaduais e 37,6% (3.446), municipais. Estão presentes 34,1% das escolas estaduais e 25,2%, das municipais. Proporcionalmente, é o grupo mais estadual entre todos, em que 88,8% (8.151) são escolas urbanas e 11,2% (1.024), rurais; estão presentes 31,8% das escolas urbanas e 21,4%, das rurais. Em média, esse grupo é composto por escolas com mais alunos por turma, com média de turmas na escola igual a 22,86, 678,37 matrículas, 2,76 turmas no 9º ano e 86,41 alunos, em média, matriculados nesse nível de ensino. É um grupo composto por escolas com baixo índice médio de ruralidade (0,21), indicando que a

presença de alunos que residem em zonas rurais é baixa nas escolas. Os indicadores socioeconômicos médios estão entre os maiores, indicando que as escolas são frequentadas por alunos de maior classe social, quando comparado aos outros grupos. Os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 22,116, 9,52, 11,05 e 11,79, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse é o grupo com o melhor desempenho médio entre todos. A idade média dos alunos foi de 15,31 anos, a taxa de abandono, 2,10%, a taxa de aprovação, 89,54%, a nota em Matemática, 242,81 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 236,91 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 4,16 pontos, o segundo maior entre todos os grupos. Aproximadamente 31% das escolas desse grupo são do estado de São Paulo, e nenhum outro estado tem participação superior a 7,5% nesse grupo, como pode ser visto na Tabela 32.

O grupo 3 representa 11,9% (3.634) das escolas. Destas, 41,6% (1.512) são estaduais e 58,4% (2.122), municipais. Estão presentes 9% das escolas estaduais e 15,5%, das municipais. Nesse entremeio, 63,4% (2.305) são escolas urbanas e 36,6% (1.329), rurais; estão presentes 9% das escolas urbanas e 27,8%, das rurais. Em números absolutos, esse grupo possui a maior quantidade de escolas rurais. O grupo é composto por escolas menores, com média de turmas na escola igual a 18,23, 510,09 matrículas, 2,05 turmas no 9º ano e 61,31 alunos, em média, matriculados nesse ano escolar. É o grupo de escolas com alto índice médio de ruralidade (0,45), indicando que a presença de alunos que residem em zonas rurais é alta nas escolas. Os indicadores socioeconômicos médios são médios, e os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 18,06, 9,22, 11,14 e 12,32, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse é o grupo com desempenho médio entre todos. A idade média dos alunos foi de 15,58 anos, a taxa de abandono, 2,86%, a taxa de aprovação, 88,91%, a nota em Matemática, 217,19 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 212,15 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 3,01 pontos. Aproximadamente 51% das escolas são do Maranhão (15,4%), do Ceará (13,6%), de São Paulo (12,2%) e da Bahia (9,4%), conforme se observa na Tabela 32.

O grupo 4 representa 12,2% (3.704) das escolas. Destas, 45% (1.668) são estaduais e 55% (2.036), municipais. Estão presentes 9,9% das escolas estaduais e 14,9%, das municipais. Nesse sentido, 76,4% (2.831) são escolas urbanas e 23,6% (873), rurais; estão presentes 11% das escolas urbanas e 18,3%, das rurais. O grupo é composto por escolas de porte mediano, com média de turmas na escola igual a 21,09, 619,28 matrículas, 2,36 turmas no 9º ano e 72,09 alunos, em média, matriculados nesse ano escolar. O índice médio de ruralidade é igual a 0,35, indicando que a presença de alunos que residem em zonas rurais é significativa nas

escolas. Os indicadores socioeconômicos médios ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 18,57, 9,15, 11,37 e 12,20, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, a idade média dos alunos foi de 15,96 anos, a taxa de abandono, 7,54%, a taxa de aprovação, 74,88%, a nota em Matemática, 223,29 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 217,88 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 3,01 pontos. Aproximadamente 43% das escolas são da Bahia (18,4%), de Pernambuco (9,6%), do Maranhão (7,9%) e do Pará (7,2%), conforme se observa na Tabela 32.

O grupo 5 representa 4,6% (1.400) das escolas, sendo o segundo menor grupo formado. Destas, 51,4% (720) são estaduais e 48,6% (680), municipais. Estão presentes 4,3% das escolas estaduais e 5%, das municipais. Diante disso, 83,9% (1.174) são escolas urbanas e 16,1% (226), rurais; estão presentes 4,6% das escolas urbanas e 4,7%, das rurais. O grupo é composto por escolas de tamanho mediano, com média de turmas na escola igual a 23,21, 703,90 matrículas, 2,62 turmas no 9º ano e 80,69 alunos, em média, matriculados nesse ano escolar. O índice de ruralidade também é mediano, igual a 0,30, indicando a presença reduzida de alunos que residem em zonas rurais nas escolas. Os indicadores socioeconômicos ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 18,69, 9,00, 11,32, e 12,09, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse é o grupo com o pior desempenho médio entre todos. A idade média dos alunos foi de 16,59 anos; a taxa de abandono, 18,77%, a maior de todas; a taxa de aprovação, 60,91%, a menor de todas; a nota em Matemática, 225,41 pontos; a nota em Língua Portuguesa, 220,17 pontos; e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 2,48 pontos, o menor entre todos. Aproximadamente 55% das escolas desse grupo são da Bahia (18,4%), da Paraíba (12,1%), de Alagoas (10,6%) e de Pernambuco (9,9%), conforme se observa na Tabela 32.

O grupo 6 representa 13,5% (4.101) das escolas; destas, 60,7% (2.489) são estaduais e 39,3% (1.612), municipais. Estão presentes 14,8% das escolas estaduais e 11,8%, das municipais. Nesses termos, 91,6% (3.758) são escolas urbanas e 8,4% (343), rurais; estão presentes 14,6% das escolas urbanas e 7,2%, das rurais. O grupo é composto por escolas maiores, com média de turmas na escola igual a 24,29, 692,30 matrículas, 2,48 turmas no 9º ano e 73,65 alunos, em média, matriculados nesse ano escolar. É um grupo de escolas com o baixo índice de ruralidade (0,18), indicando que a presença de alunos que residem em zonas rurais é baixa nas escolas. Os indicadores socioeconômicos médios são altos, indicando que as escolas são frequentadas por alunos de maior classe social, quando comparado aos outros grupos. Os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 22,24, 9,41, 11,30 e 11,74, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse grupo apresenta

contrastes. A idade média dos alunos foi de 15,74 anos, a taxa de abandono, 5,72%, a taxa de aprovação, 69,28%, a nota em Matemática, 249,71 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 242,59 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 3,37 pontos. Aproximadamente 51% das escolas são do Rio Grande do Sul (16,3%), de Minas Gerais (15,7%), do Rio de Janeiro (10%) e da Bahia (9%), conforme se observa na Tabela 32.

O grupo 7 representa 23,9% (7.266) das escolas, sendo o segundo maior grupo formado. Destas, 59,1% (4.294) são estaduais e 40,9% (2.972), municipais. Estão presentes 25,6% das escolas estaduais, 25,6% e 21,7%, das municipais. Enquanto isso, 93,7% (6.810) são escolas urbanas e 6,3% (456), rurais; estão presentes 26,5% das escolas urbanas e 9,5%, das rurais. Proporcionalmente, é o grupo mais urbano de todos. O grupo é composto por escolas grandes, com média de turmas na escola igual a 24,22, 689,51 matrículas, 2,70 turmas no 9º ano e 81,43 alunos, em média, matriculados nesse período. É o grupo de escolas com o menor índice médio de ruralidade (0,16), indicando que a presença de alunos que residem em zonas rurais é baixa nas escolas. Os indicadores socioeconômicos médios estão entre os maiores, indicando que as escolas são frequentadas por alunos de maior classe social, quando comparado aos outros grupos. Os indicadores ISE, ISF, ILC e IDC atingiram escores médios de 25,32, 9,69, 11,18 e 11,78, respectivamente. Quanto aos indicadores de desempenho, esse é o grupo com o melhor desempenho médio entre todos. A idade média dos alunos foi de 15,18 anos, a taxa de abandono, 1,55%, a taxa de aprovação, 88,54%, a nota em Matemática, 270,50 pontos, a nota em Língua Portuguesa, 260,08 pontos e, por fim, o IDEB médio desse grupo alcançou 4,87 pontos. Aproximadamente 70% das escolas são de Minas Gerais (24,2%), São Paulo (22,3%), Rio Grande do Sul (13,5%) e Santa Catarina (9,5%), conforme se observa na Tabela 32.

De forma geral, os grupos 1 e 5 são compostos por escolas com os piores desempenhos, e os grupos 7 e 2 são formados por instituições escolares com melhores desempenhos.

Tabela 31 - Perfil médio dos grupos – 9º ano

Grupo		Total	Dependência		Localização		Valores Médios														
			Estadual	Municipal	Urbana	Rural	Turmas na Escola	Matrículas na Escola	Turmas 9º Ano	Matrículas 9º Ano	Índice de Ruralidade	IDEB	ISE	ISF	ILC	IDC	Idade Média	Abandono	Aprovação	Nota em Matemática	Nota em Língua Portuguesa
1	Qtd. Escolas	1.164	364	800	637	527															
	% na Linha	100,0%	31,3%	68,7%	54,7%	45,3%	19,87	557,29	2,47	71,59	0,54	2,90	16,92	8,99	11,12	12,14	17,70	10,28	76,79	216,53	210,69
	% na Coluna	3,8%	2,2%	5,9%	2,5%	11,0%															
2	Qtd. Escolas	9.175	5.729	3.446	8.151	1.024															
	% na Linha	100,0%	62,4%	37,6%	88,8%	11,2%	22,86	678,37	2,76	86,41	0,21	4,16	22,16	9,52	11,05	11,79	15,31	2,10	89,54	242,81	236,91
	% na Coluna	30,1%	34,1%	25,2%	31,8%	21,4%															
3	Qtd. Escolas	3.634	1.512	2.122	2.305	1.329															
	% na Linha	100,0%	41,6%	58,4%	63,4%	36,6%	18,23	510,09	2,05	61,31	0,45	3,39	18,06	9,22	11,14	12,32	15,58	2,86	88,91	217,19	212,15
	% na Coluna	11,9%	9,0%	15,5%	9,0%	27,8%															
4	Qtd. Escolas	3.704	1.668	2.036	2.831	873															
	% na Linha	100,0%	45,0%	55,0%	76,4%	23,6%	21,09	619,28	2,36	72,09	0,35	3,01	18,57	9,15	11,37	12,20	15,96	7,54	74,88	223,29	217,88
	% na Coluna	12,2%	9,9%	14,9%	11,0%	18,3%															
5	Qtd. Escolas	1.400	720	680	1.174	226															
	% na Linha	100,0%	51,4%	48,6%	83,9%	16,1%	23,21	703,90	2,62	80,69	0,30	2,48	18,69	9,00	11,32	12,09	16,59	18,77	60,91	225,41	220,17
	% na Coluna	4,6%	4,3%	5,0%	4,6%	4,7%															
6	Qtd. Escolas	4.101	2.489	1.612	3.758	343															
	% na Linha	100,0%	60,7%	39,3%	91,6%	8,4%	24,29	692,30	2,48	73,65	0,18	3,37	22,24	9,41	11,30	11,74	15,74	5,72	69,28	249,71	242,59
	% na Coluna	13,5%	14,8%	11,8%	14,6%	7,2%															
7	Qtd. Escolas	7.266	4.294	2.972	6.810	456															
	% na Linha	100,0%	59,1%	40,9%	93,7%	6,3%	24,22	689,51	2,70	81,43	0,16	4,87	25,32	9,69	11,18	11,78	15,18	1,55	88,54	270,50	260,08
	% na Coluna	23,9%	25,6%	21,7%	26,5%	9,5%															
Total	Qtd. Escolas	30.444	16.776	13.668	25.666	4.778															
	% na Linha	100,0%	55,1%	44,9%	84,3%	15,7%	22,51	652,17	2,56	77,93	0,26	3,87	21,64	9,42	11,18	11,92	15,60	4,29	82,91	243,11	236,16
	% na Coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%															

Fonte: Base de dados da pesquisa

Gráfico 51 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de turmas na escola

Gráfico 55 - Perfil médio – 9º ano – Média dos índices de ruralidade

Gráfico 52 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de matrículas na escola

Gráfico 56 - Perfil médio – 9º ano – IDEB médio

Gráfico 53 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de turmas no 9º ano

Gráfico 57 - Perfil médio – 9º ano – ISE médio

Gráfico 54 - Perfil médio – 9º ano – Quantidade média de matrículas no 9º ano

Gráfico 58 - Perfil médio – 9º ano – ISF médio

Gráfico 59 - Perfil médio – 9º ano – ILC médio

Gráfico 63 - Perfil médio – 9º ano – Taxa média de aprovação

Gráfico 60 - Perfil médio – 9º ano – IDC médio

Gráfico 64 - Perfil médio – 9º ano – Nota média em Matemática

Gráfico 61 - Perfil médio – 9º ano – Idade Média

Gráfico 65 - Perfil médio – 9º ano – Nota média em Língua Portuguesa

Gráfico 62 - Perfil médio – 9º ano – Taxa média de abandono

Tabela 32 - Composição dos grupos por UF – 9º ano

UF	Estatística	Grupos							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
AC	Total	2	67	29	12	2	1	16	129
	% dentro da UF	1,6%	51,9%	22,5%	9,3%	1,6%	0,8%	12,4%	100,0%
	% dentro do Grupo	,2%	,7%	,8%	,3%	,1%	,0%	,2%	,4%
AL	Total	58	20	42	171	149	27	5	472
	% dentro da UF	12,3%	4,2%	8,9%	36,2%	31,6%	5,7%	1,1%	100,0%
	% dentro do Grupo	5,0%	,2%	1,2%	4,6%	10,6%	,7%	,1%	1,6%
AM	Total	118	131	83	78	33	32	34	509
	% dentro da UF	23,2%	25,7%	16,3%	15,3%	6,5%	6,3%	6,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	10,1%	1,4%	2,3%	2,1%	2,4%	,8%	,5%	1,7%
AP	Total	3	31	32	39	1	2	3	111
	% dentro da UF	2,7%	27,9%	28,8%	35,1%	0,9%	1,8%	2,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	,3%	,3%	,9%	1,1%	,1%	,0%	,0%	,4%
BA	Total	246	209	342	680	307	370	58	2.212
	% dentro da UF	11,1%	9,4%	15,5%	30,7%	13,9%	16,7%	2,6%	100,0%
	% dentro do Grupo	21,1%	2,3%	9,4%	18,4%	21,9%	9,0%	,8%	7,3%
CE	Total	23	675	495	212	44	157	146	1.752
	% dentro da UF	1,3%	38,5%	28,3%	12,1%	2,5%	9,0%	8,3%	100,0%
	% dentro do Grupo	2,0%	7,4%	13,6%	5,7%	3,1%	3,8%	2,0%	5,8%
DF	Total	0	55	1	7	0	48	51	162
	% dentro da UF	0,0%	34,0%	0,6%	4,3%	0,0%	29,6%	31,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	,0%	,6%	,0%	,2%	,0%	1,2%	,7%	,5%
ES	Total	5	191	33	38	9	139	219	634
	% dentro da UF	0,8%	30,1%	5,2%	6,0%	1,4%	21,9%	34,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	,4%	2,1%	,9%	1,0%	,6%	3,4%	3,0%	2,1%
GO	Total	76	390	65	113	23	144	195	1.006
	% dentro da UF	7,6%	38,8%	6,5%	11,2%	2,3%	14,3%	19,4%	100,0%
	% dentro do Grupo	6,5%	4,3%	1,8%	3,1%	1,6%	3,5%	2,7%	3,3%
MA	Total	157	330	560	294	51	41	31	1.464
	% dentro da UF	10,7%	22,5%	38,3%	20,1%	3,5%	2,8%	2,1%	100,0%
	% dentro do Grupo	13,5%	3,6%	15,4%	7,9%	3,6%	1,0%	,4%	4,8%
MG	Total	14	692	120	116	60	642	1.759	3.403
	% dentro da UF	0,4%	20,3%	3,5%	3,4%	1,8%	18,9%	51,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,2%	7,5%	3,3%	3,1%	4,3%	15,7%	24,2%	11,2%
MS	Total	9	69	11	28	37	207	161	522
	% dentro da UF	1,7%	13,2%	2,1%	5,4%	7,1%	39,7%	30,8%	100,0%
	% dentro do Grupo	,8%	,8%	,3%	,8%	2,6%	5,0%	2,2%	1,7%
MT	Total	17	352	163	14	3	17	96	662
	% dentro da UF	2,6%	53,2%	24,6%	2,1%	0,5%	2,6%	14,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,5%	3,8%	4,5%	,4%	,2%	,4%	1,3%	2,2%
PA	Total	99	206	181	266	41	106	34	933
	% dentro da UF	10,6%	22,1%	19,4%	28,5%	4,4%	11,4%	3,6%	100,0%
	% dentro do Grupo	8,5%	2,2%	5,0%	7,2%	2,9%	2,6%	,5%	3,1%
PB	Total	37	84	64	213	169	93	15	675
	% dentro da UF	5,5%	12,4%	9,5%	31,6%	25,0%	13,8%	2,2%	100,0%
	% dentro do Grupo	3,2%	,9%	1,8%	5,8%	12,1%	2,3%	,2%	2,2%
PE	Total	117	257	314	354	138	119	41	1.340
	% dentro da UF	8,7%	19,2%	23,4%	26,4%	10,3%	8,9%	3,1%	100,0%
	% dentro do Grupo	10,1%	2,8%	8,6%	9,6%	9,9%	2,9%	,6%	4,4%

(Continua)

(Conclusão)

UF	Estatística	Grupos							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
PI	Total	41	165	114	133	34	107	51	645
	% dentro da UF	6,4%	25,6%	17,7%	20,6%	5,3%	16,6%	7,9%	100,0%
	% dentro do Grupo	3,5%	1,8%	3,1%	3,6%	2,4%	2,6%	,7%	2,1%
PR	Total	19	645	96	87	15	277	487	1.626
	% dentro da UF	1,2%	39,7%	5,9%	5,4%	0,9%	17,0%	30,0%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,6%	7,0%	2,6%	2,3%	1,1%	6,8%	6,7%	5,3%
RJ	Total	53	380	103	252	54	409	459	1.710
	% dentro da UF	3,1%	22,2%	6,0%	14,7%	3,2%	23,9%	26,8%	100,0%
	% dentro do Grupo	4,6%	4,1%	2,8%	6,8%	3,9%	10,0%	6,3%	5,6%
RN	Total	18	64	42	181	114	110	19	548
	% dentro da UF	3,3%	11,7%	7,7%	33,0%	20,8%	20,1%	3,5%	100,0%
	% dentro do Grupo	1,5%	,7%	1,2%	4,9%	8,1%	2,7%	,3%	1,8%
RO	Total	3	100	25	40	12	130	41	351
	% dentro da UF	0,9%	28,5%	7,1%	11,4%	3,4%	37,0%	11,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	,3%	1,1%	,7%	1,1%	,9%	3,2%	,6%	1,2%
RR	Total	3	23	24	27	0	4	4	85
	% dentro da UF	3,5%	27,1%	28,2%	31,8%	0,0%	4,7%	4,7%	100,0%
	% dentro do Grupo	,3%	,3%	,7%	,7%	,0%	,1%	,1%	,3%
RS	Total	9	441	97	100	20	669	979	2.315
	% dentro da UF	0,4%	19,0%	4,2%	4,3%	0,9%	28,9%	42,3%	100,0%
	% dentro do Grupo	,8%	4,8%	2,7%	2,7%	1,4%	16,3%	13,5%	7,6%
SC	Total	0	585	57	16	3	31	687	1.379
	% dentro da UF	0,0%	42,4%	4,1%	1,2%	0,2%	2,2%	49,8%	100,0%
	% dentro do Grupo	,0%	6,4%	1,6%	,4%	,2%	,8%	9,5%	4,5%
SE	Total	29	24	14	104	74	109	4	358
	% dentro da UF	8,1%	6,7%	3,9%	29,1%	20,7%	30,4%	1,1%	100,0%
	% dentro do Grupo	2,5%	,3%	,4%	2,8%	5,3%	2,7%	,1%	1,2%
SP	Total	0	2.836	442	91	5	87	1.621	5.082
	% dentro da UF	0,0%	55,8%	8,7%	1,8%	0,1%	1,7%	31,9%	100,0%
	% dentro do Grupo	,0%	30,9%	12,2%	2,5%	,4%	2,1%	22,3%	16,7%
TO	Total	8	153	85	38	2	23	50	359
	% dentro da UF	2,2%	42,6%	23,7%	10,6%	0,6%	6,4%	13,9%	100,0%
	% dentro do Grupo	,7%	1,7%	2,3%	1,0%	,1%	,6%	,7%	1,2%
TOTAL	Total	1.164	9.175	3.634	3.704	1.400	4.101	7.266	30.444
	% do Total	3,8%	30,1%	11,9%	12,2%	4,6%	13,5%	23,9%	100,0%

Fonte: Base de dados da pesquisa

A partir da Tabela 32 e do Gráfico 66, é possível analisar em maior profundidade como as Unidades da Federação se distribuem em cada um dos grupos do 9º ano. Enquanto as escolas de alguns estados estão mais concentradas em um ou poucos grupos, em outros casos, as instituições estão distribuídas em diversos grupos.

Pode-se observar que a maior participação relativa dentro do grupo 1 é do Amazonas, com 23,2% de suas escolas, seguido por Alagoas, com 12,3%, Bahia, com 11,1%, Maranhão, com 10,7% e Pará, com 10,6% de suas escolas. Todos os outros estados têm menos que 10% de suas escolas pertencentes a esse grupo ou, em alguns casos como São Paulo e Santa Catarina, nenhuma escola pertence a ele.

No grupo 2, a maior participação relativa é do estado de São Paulo, com 55,8% de suas escolas, seguido por Mato Grosso, com 53,2%, Acre, com 51,9%, Tocantins, com 42,6%, Santa Catarina, com 42,4%, Paraná, com 39,7%, e, ainda ,um número considerável de estados com participação superior a 20% dentro desse grupo.

Gráfico 66 - Perfil dos grupos – 9º ano – Distribuição das escolas da UF dentro dos grupos
Fonte: Base de dados da pesquisa

Enquanto isso, no grupo 3, a maior participação relativa é do Maranhão, com 38,3% das escolas, seguido por Amapá, com 28,8%, Ceará, com 28,3%, Roraima, com 28,2% e Mato Grosso, com 24,6%.

No grupo 4, a maior participação relativa foi de Alagoas, com 36,2% de suas escolas, seguido por Amapá, com 35,1%, Rio Grande do Norte, com 33%, Roraima, com 31,8%, Paraíba, com 31,6%, Bahia, com 30,7%, Sergipe, com 29,1%, Pará, com 28,5% e Pernambuco, com 26,4%.

A maior participação relativa, no grupo 5, também foi de Alagoas, com 31,6% de suas escolas, seguido por Paraíba, com 25%, Rio Grande do Norte, com 20,8% e Sergipe, com 20,7%.

No grupo 6, a maior participação relativa foi de Mato Grosso do Sul, com 39,7% de suas escolas, seguido por Rondônia, com 37%, Sergipe, com 30,4%, Distrito Federal, com 29,6%, Rio Grande do Sul, com 28,9% e Rio de Janeiro, com 23,9%.

E no grupo 7, a maior participação relativa foi de Minas Gerais, com 51,7% de suas escolas, seguido por Santa Catarina, com 49,8%, Rio Grande do Sul, com 42,3%, Espírito Santo, com 34,5%, São Paulo, com 31,9%, Distrito Federal, com 31,5%, Mato Grosso do Sul, com 30,8% e Paraná, com 30%.

5.4.5.4 Considerações sobre o Perfil dos Grupos

Pode-se observar, tanto no 5º quanto no 9º ano, a formação de grupos homogêneos de escolas, conforme os indicadores de desempenho. A partir desses grupos, é possível entender o perfil do conjunto de escolas que os compõem e, ao considerar o perfil, deve-se pensar e desenvolver políticas públicas que sejam eficazes e eficientes para cada um deles.

Em cada um dos casos, fica evidente a formação de um grupo com melhor desempenho, basicamente constituído por escolas urbanas e estaduais, e a formação de outro grupo com pior desempenho, com significativa presença de escolas rurais e municipais na sua composição.

No caso do 5º ano, aproximadamente 75% das escolas do grupo de melhor desempenho são de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Já para o 9º ano, aproximadamente 70% das escolas desse grupo que apresentam melhor desempenho são de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em ambos os casos, tais grupos têm presença marcante de escolas estaduais e urbanas.

No caso dos grupos de pior desempenho, no 5º ano quase 60% das escolas são do Pará, da Bahia e do Rio Grande do Norte, com predominância de escolas municipais e rurais. No 9º ano, nos dois grupos com pior desempenho, aproximadamente 60% das escolas são da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Amazonas, do Pará, da Bahia, da Paraíba, de Alagoas e de Pernambuco, também com presença acentuada de escolas municipais e rurais.

Tais resultados reforçam os argumentos defendidos por diversos autores sobre o modelo federalista adotado pelo Brasil, as dimensões do país, as diferenças e disparidades regionais e a descentralização da educação. Nota-se que os estados da região Nordeste têm

presença marcante nos grupos de pior desempenho, enquanto os estados do Sul e do Sudeste estão presentes, com destaque, nos grupos de melhor desempenho.

Ao se constatar a formação de grupos com baixo desempenho, formados predominantemente por escolas municipais, reforça-se o argumento de Faria (2009). Tal autor afirma que, ao mesmo tempo em que houve uma ampliação da importância dos municípios dentro do contexto político como ente autônomo, há municípios que apresentam desigualdades financeiras para a oferta de serviços públicos, em especial a educação, com condições diferenciadas de atendimento das demandas da população.

A formação desses grupos com características bem marcantes também encontra sustentação em Arretche (1999). Esse autor arrazoa que, apesar das modificações e reformas sociais ocorridas, estas não são homogêneas para as diferentes políticas sociais, incluindo a educação, e para as diversas regiões do território nacional, havendo grandes variações no que tange à extensão do processo de descentralização entre as diversas políticas sociais e entre os distintos estados brasileiros.

Em um estado federativo com diferenças regionais marcantes e dotado da maioria de municípios com baixa capacidade econômica, de expressiva dependência das transferências fiscais e de fraca tradição administrativa, a capacidade fiscal e administrativa das administrações locais influi no processo de prestação de serviços sociais e, consequentemente, na absorção da descentralização.

Os agrupamentos formados também corroboram com os argumentos de Oliveira e Santana (2010) e Oliveira e Souza (2010), que asseguram que a desigualdade educacional e as diferentes condições de oferta entre regiões mais e menos desenvolvidas são resultantes, dentre outros fatores, da assimetria entre as condições econômicas dos entes federados, dos moldes de atuação do poder público, da relação entre o governo federal e os demais entes federados (estados e municípios) e da distribuição de competências prevista constitucionalmente. Assim, elas são vistas como obstáculos ao desenvolvimento educacional do país, devendo ser tratadas a partir do estabelecimento de um regime no qual a educação fosse uma política sistêmica e nacionalmente consistente.

5.5 Síntese dos Resultados

Como forma de sintetizar todos os achados do presente trabalho, foi construído o Quadro 10, conforme ilustrado abaixo. Buscou-se incluir os itens na sequência em que eles foram tratados no decorrer do trabalho, mas também de forma a apresentar um encadeamento lógico para facilitar a leitura e a reflexão acerca dos resultados encontrados.

Item	Descrição
1	No ano de 2011, coube à iniciativa privada a oferta de 19% (35.220) das escolas para a educação básica. Entretanto, parte destas escolas consideradas particulares é filantrópica ou assemelhada, e, de alguma forma, recebe incentivos ou subvenções públicas para ofertar o ensino, apesar de não entrarem nas estatísticas da educação pública.
2	Pouco mais de 40% das escolas rurais participaram da PB em 2011, sendo que, em alguns casos, a participação é ainda menor, ficando abaixo de 20%, sobretudo as escolas municipais, tanto para o 5º quanto para o 9º ano. Portanto, tais escolas não estão contempladas neste estudo e, consequentemente, não tiveram o desempenho avaliado, ficando à margem das possibilidades de adequação de políticas públicas que pudessem garantir a equidade e a qualidade do ensino.
3	Considerando a dependência administrativa, observou-se que os estados atuaram principalmente na disponibilização do 9º ano e em áreas urbanas, enquanto os municípios tiveram maior atuação na oferta do 5º ano e, na maioria dos casos, foram responsáveis pelas escolas rurais.
4	O IDEB do 5º ano foi fortemente influenciado, de maneira positiva, pela aprovação (fluxo), enquanto no 9º ano esse mesmo item contribuiu de forma mais moderada para a formação do índice, tendo maior peso o desempenho na PB.
5	O desempenho das escolas, independentemente da localização, foi influenciado sobremaneira pelas condições socioeconômicas das famílias. Nas escolas onde, em média, a família se envolve e suporta o desenvolvimento mais amplo do aluno, os resultados tendem a ser melhores.
6	Ao comparar as escolas da rede estadual com as da rede municipal, observou-se que, em média, a rede municipal apresentou desempenho inferior ao da estadual em todos os indicadores avaliados. As escolas municipais rurais tiveram desempenho inferior às escolas estaduais rurais, bem como as escolas municipais urbanas apresentaram desempenho inferior às escolas estaduais urbanas. Consequentemente, quando se analisam as escolas sem considerar a localização, as escolas municipais apresentaram desempenho inferior ao das escolas estaduais.
7	Com relação ao 9º ano, ao considerar as Unidades da Federação, foram destacados alguns comportamentos atípicos, nos quais alguns indicadores, principalmente a taxa de aprovação, as escolas rurais apresentaram melhor desempenho que as urbanas e, em algumas situações, as escolas municipais tiveram indicadores superiores ao das instituições estaduais. Tais resultados podem sugerir que a aprovação estaria sendo utilizada para inflar o IDEB.
8	Tanto no 5º quanto no 9º ano, entre os estados com o pior desempenho, Alagoas, Maranhão, Pará e Sergipe estão presentes na análise da maioria dos indicadores, ao passo que, no outro extremo, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, com frequência, estão entre os de melhor desempenho nos indicadores avaliados.
9	A Educação no Campo ficou a cargo dos municípios que, sem recursos humanos e financeiros adequados para estruturar a oferta, não foram capazes de evitar a deterioração da Educação Rural ou, pelo menos, não foram capazes de garantir a sua melhoria.
10	À medida que aumenta a proporção de alunos residentes em área rurais nas turmas do 5º e do 9º ano (índice de ruralidade), eleva a idade média dessas turmas, bem como o índice de reprovação e abandono. Além disso é observada a queda nos outros indicadores, como IDEB, notas nas provas, aprovação, indicadores socioeconômicos, de suporte familiar, leitura e cultura, bem como disponibilidade e comprometimento. Ou seja, à medida que aumenta o nível de ruralidade da escola, pior é o seu desempenho em todos os indicadores.

(Continua)

(Conclusão)

Item	Descrição
11	Ao considerar a relação inversa entre desempenho e nível de ruralidade e a formação de turmas mistas em escolas urbanas com acentuada participação de alunos procedentes de zonas rurais, o desempenho dessas instituições vem sendo comprometido, pois, ao colocar alunos de realidades tão desiguais numa mesma sala de aula, há um reflexo no desempenho das escolas. Cabe repensar a respeito da desigualdade refletida no contexto escolar, ao aumentar a proporção de alunos de origem rural em relação aos estudantes de origem urbana. E, sob essa ótica, embora nos últimos anos as iniciativas para a Educação do Campo tenham aumentado consideravelmente, há de se observar que, além da Educação do Campo e a educação da cidade, existe uma situação mista em que, na maior parte das iniciativas, é tratada apenas como educação da cidade, sem considerar a origem e a moradia rural dos educandos.
12	A queda no desempenho se acentua ao comparar o 5º ao 9º ano. Percebe-se que a proporção de escolas urbanas com presença de alunos da zona rural aumentou em todas as faixas de ruralidade do 5º para o 9º ano. Isso pode ser interpretado como a centralização das escolas que ofertam essa etapa do ensino na cidade. Assim, os alunos que desejarem concluir a segunda etapa do ensino básico devem se deslocar das zonas rurais para a cidade, sendo que, com o fato de muitos deles serem trabalhadores rurais, de eles estarem isolados geograficamente, tendo que fazer longos percursos entre o local da moradia, trabalho e escola, além da dissonância entre os ciclos de produção e o calendário escolar, são esperados altos índices de evasão, repetência e distorção idade-série. Tal situação poderia contribuir para o baixo desempenho dos 9º anos em relação aos 5º anos, quando se observam os indicadores taxa de aprovação, taxa de abandono e IDEB.
13	Ao proceder ao agrupamento das escolas, tanto para o 5º quanto para o 9º ano, fica evidenciada a formação de um grupo com melhor desempenho, basicamente composto por escolas urbanas e estaduais, e a formação de outro grupo com pior desempenho, com significativa presença de escolas rurais e municipais.
14	No caso do 5º ano, aproximadamente 75% das escolas do grupo de melhor desempenho são de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, e, no caso do 9º ano, aproximadamente 70% das escolas são de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em ambos os casos, esses grupos têm presença marcante de escolas estaduais e urbanas.
15	No caso dos grupos de pior desempenho, em dois grupos do 5º ano, quase 60% das escolas são dos do Pará, da Bahia e do Rio Grande do Norte, com predominância de escolas municipais e rurais, e no 9º ano, nos dois grupos com pior desempenho, aproximadamente 60% das escolas são da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Amazonas, do Pará, da Bahia, da Paraíba, de Alagoas e de Pernambuco, também com presença acentuada de escolas municipais e rurais.
16	Os grupos formados sugerem que, em estados ou municípios onde há maior abundância de recursos educacionais (mais ricos), há mais chances de serem mais eficientes e prestarem um ensino de melhor qualidade e, como consequência, obtém-se um melhor desempenho educacional.
17	Considerando que os municípios têm menos recursos que os estados, espera-se que, no geral, os municípios invistam menos recursos na educação quando comparados aos estados e, portanto, tendem a ter desempenho pior, conforme os resultados encontrados nos agrupamentos.
18	Os grupos formados refletem a desigualdade educacional e as diferentes condições de oferta entre regiões mais e menos desenvolvidas resultantes, dentre outros fatores, da assimetria entre as condições econômicas dos entes federados, dos moldes de atuação do poder público, da relação entre o governo federal e os demais entes federados (estados e municípios) e da distribuição de competências prevista constitucionalmente. Ademais, constitui obstáculo ao desenvolvimento educacional do país e que poderiam ser tratadas ao estabelecer um regime no qual a educação fosse uma política sistêmica e nacionalmente consistente, sob a responsabilidade do governo federal e na medida do necessário, para minimizar as desigualdades sociais.

Quadro 10 - Síntese dos resultados da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados encontrados nesta pesquisa sustentam o argumento de Kleven (2010), quando este diz que deveria ser responsabilidade governamental prover a igualdade de oportunidades educacionais num sistema federal. Assim, o governo federal deveria assumir

essa responsabilidade para assegurar a comparabilidade de que, sob condições sociais igualitárias, tanto em nível nacional quanto em âmbito local, a provisão da educação seja adequada, e que, sob condições desiguais, a federalização total ou parcial parece ser o caminho mais viável para minimizar as desigualdades educacionais.

De forma geral, os resultados encontrados se alinham a outros estudos que apontam que, nos estados ou municípios onde há maior abundância de recursos educacionais, existem mais chances de serem mais eficientes e prestarem um ensino de melhor qualidade, e, como consequência, melhor desempenho educacional (ANUNCIAÇÃO; VERHINE, 2006; DELGADO; MACHADO, 2007). Municípios mais ricos tendem a ter maior compromisso em financiar a educação do que aqueles mais pobres, dado que os primeiros, em função da maior disponibilidade de recursos financeiros, têm mais poder de decisão sobre o volume de recursos a ser investido na educação e, em contrapartida, os municípios mais pobres têm o poder de decisão limitado sobre o aumento dos gastos em educação (ANUNCIAÇÃO; VERHINE, 2006). Ao considerar que, em geral, os municípios têm menos recursos que os estados, espera-se que os municípios invistam menos recursos na educação quando comparados aos estados.

6 Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertaram a educação fundamental (5º e 9º anos) em zonas rurais no ano de 2011, comparando-as com escolas localizadas em zonas urbanas. Foram considerados as Unidades da Federação (UF), a dependência administrativa (estadual e municipal), o local de moradia dos alunos e o perfil socioeconômico destes como fatores de análise.

Para tanto, esforços foram direcionados para entender o contexto e a evolução da educação fundamental no Brasil em seu aspecto mais amplo. Destacaram-se políticas, atores e o contexto social em que se deu essa evolução, com vistas a buscar um contraponto entre a evolução da educação, de forma geral, e a Educação do Campo.

A Educação do Campo é um tema relativamente novo, principalmente quando analisada sob a ótica do desempenho. As primeiras ações vieram nas últimas décadas, tal como a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os constantes movimentos sociais, as conferências nacionais referentes à Educação do Campo, a criação da SECADI e projetos como o Projovem Campo e a Educação Infantil no Campo.

As políticas públicas de Educação no Campo vêm seguindo, de certa forma, o mesmo padrão de implementação. Primeiramente, é publicada uma legislação quanto a um referido tema de Educação do Campo, que não só dá base para a criação de ações, como torna o tema um foco para novos estudos. Depois, há as discussões acerca das prioridades, devido à grande demanda existente. Assim, cria-se um plano para atender às necessidades e, finalmente, ocorre a implementação da política pública.

Portanto, é perceptível uma evolução no tema, que foi primeiramente adotado como lei. Depois, houve discussões no país em forma de conferências que geraram a criação de uma secretaria e, por fim, a prática de projetos com o objetivo de sanar a deficiência da Educação no Campo e de um Movimento Nacional pela Educação do Campo.

Nesse preâmbulo, torna-se necessário destacar a luta dos povos do campo (ribeirinhos, lavradores, extrativistas, quilombolas, acampados, assentados etc.) pela transformação de suas condições sociais, algo que remonta às origens coloniais da história brasileira. Raramente presente no discurso oficial, a história dessa luta permeia diversos momentos em que as disputas pelo território brasileiro colocaram em confronto a expansão do latifúndio e a

reprodução do campesinato, explicitando a contradição entre projetos opostos de campo e de Nação. O movimento da Educação do Campo representa a continuidade histórica de tal processo a partir da década de 1990, no período de emergência dos movimentos sociais rurais no contexto da sociedade civil organizada, após um longo período de clandestinidade durante a ditadura militar no Brasil. Assim, a partir desse momento, inicia-se entre os povos do campo a construção de uma perspectiva crítica sobre a educação oficialmente dirigida para o meio rural, classificada como ‘Educação Rural’, e a construção do que veio a ser chamado de Educação do Campo.

6.1 Limitações da Pesquisa e Sugestões para Trabalhos Futuros

Tão importante quanto os achados, a explicitação das limitações da pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de novos estudos acadêmicos, das discussões, da teoria e da construção, bem como da adequação das políticas públicas que visem ao desenvolvimento da Educação do Campo. Algumas limitações encontradas na execução deste trabalho, por natureza, já constituem oportunidades e sugestões para trabalhos futuros.

A primeira limitação está relacionada à população analisada. Esta pesquisa não contemplou aproximadamente 60% das escolas do campo por não terem atingido, em 2011, o critério mínimo para participação na PB. Portanto, acredita-se que um estudo que contemple essa população poderia trazer resultados distintos deste, podendo ser benéfico para o desenvolvimento da Educação do Campo.

Outra limitação está relacionada à unidade de análise. Adotou-se a escola como sendo a unidade de análise; contudo, o desempenho (proficiência em Língua Portuguesa, proficiência em Matemática, IDEB e defasagem idade-série) foi gerado a partir da agregação dos dados dos alunos (média), mas isso tem como consequência o desaparecimento da variação de desempenho entre os estudantes, o que pode provocar vieses nas análises. Para considerar o educando como unidade de análise, seria necessária a compatibilidade, em nível de aluno, entre o censo escolar e a Prova Brasil, algo que não é possível atualmente.

Este estudo foi realizado por meio de um corte seccional, utilizando dados de 2011, primeiro ano em que as escolas rurais participaram da PB. Se por um lado foi possível evidenciar o pior desempenho das escolas rurais e das escolas municipais, por outro lado não

se pôde avaliar a evolução do desempenho dessas instituições ao longo do tempo. Assim, como sugestão, a partir dos dados de 2011 e após a divulgação, pelo INEP, dos dados de 2013, sugere-se efetuar estudos longitudinais que permitam avaliar a evolução do desempenho dessas escolas rurais em comparação às urbanas.

A escolha das variáveis de desempenho, apesar de elas serem amplamente utilizadas, pode não ter sido a melhor, se considerarmos o desempenho escolar de forma mais ampla, principalmente nas escolas do campo. Portanto, indica-se a avaliação de outras variáveis que possam ser mais adequadas ao propósito de avaliação de desempenho.

Da mesma forma, a escolha das variáveis utilizadas na construção dos indicadores socioeconômicos, além do critério de construção e dos próprios indicadores socioeconômicos, poderia ser avaliada sob outras perspectivas. Entende-se que o procedimento adotado tenha permitido diferenciar as escolas representadas neste estudo, mas os indicadores são difíceis de serem comparados espacialmente, sobretudo quando se consideram as zonas rurais e urbanas. As evidências de riqueza aqui utilizadas são sensíveis às diferenças regionais e às mudanças nos padrões de consumo das famílias, além de não discriminarem o valor do bem consumido.

Sugere-se também o aprofundamento na análise de parte das escolas que estão classificadas como privadas, pois algumas dessas instituições são filantrópicas ou assemelhadas e, de alguma forma, recebem incentivos ou subvenções públicas para ofertarem o ensino, apesar de não entrarem na estatística da educação pública no Brasil.

É recomendado ainda que sejam feitas análises de desempenho entre as escolas que ofertam apenas o 5º ano, as que disponibilizam apenas o 9º ano e as que oferecem o 5º e o 9º ano. É possível que exista diferença no desempenho desses grupos de escola. Estudos em profundidade poderiam investigar possíveis causas de maus e bons desempenhos, como o grupo de escolas estaduais rurais do estado de Goiás que ofertou o 5º ano em 2011.

6.2 Contribuições da Pesquisa

O movimento da Educação do Campo não é apenas uma ação política ou de renovação pedagógica, mas uma ação voltada para a construção de uma epistemologia que dê base ao que passou a ser chamado de Educação do Campo, com novas perspectivas teóricas, inclusive dentro das universidades brasileiras.

Nesse contexto, é cada vez mais relevante o aparecimento dos Observatórios de Educação do Campo, como o existente na Universidade de Brasília (envolvendo oito universidades brasileiras) ou o Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal de Santa Catarina, unindo ensino, pesquisa e extensão.

Verifica-se também, nas universidades brasileiras, um substrato de produção de conhecimento na perspectiva do movimento social por políticas públicas de Educação no Campo no Brasil, que considera as ruralidades e as identidades do campo. Uma política pública diferenciada à Educação do Campo deve considerar justamente o que é campo.

Esta pesquisa foi conduzida sob a ótica de contribuir com a produção de conhecimento sobre a Educação do Campo, e entende-se que os objetivos específicos e gerais tenham sido alcançados. O alcance dos objetivos individuais foi destacado no decorrer das discussões dos resultados e são aqui recapitulados.

Como variáveis utilizadas na análise do perfil socioeconômico das escolas públicas brasileiras que ofertam o Ensino Fundamental, há a posse de bens, o acesso à cultura, a disponibilidade para os estudos, a participação familiar nos estudos e o nível de escolaridade dos pais. Com relação ao desempenho, foram empregadas a defasagem idade-série, o desempenho dos alunos e das escolas nas provas de Matemática e Língua Portuguesa, a aprovação (fluxo) e o abandono (evasão) – tais variáveis foram utilizadas para caracterizar o perfil socioeconômico das escolas, bem como o rendimento escolar.

A oferta da educação básica no Brasil e a população participante deste estudo foram descritas pela quantidade de matrículas, quantidade das escolas ofertantes desse nível de educação das redes particulares e públicas federais, estaduais e municipais, bem como pela localização das mesmas.

Todos os resultados encontrados compõem o perfil médio do ensino público brasileiro. Ademais, as diferenças médias de rendimentos escolares, conforme a localização das escolas e a dependência administrativa ou organização federativa brasileira, o relacionamento entre o perfil socioeconômico das escolas e o desempenho destas, a relação entre desempenho e ruralidade, o agrupamento de escolas considerando as variáveis de desempenho como medidas de similaridade e o relacionamento dos resultados encontrados ao contexto da Educação do Campo no Brasil foram amplamente explorados no decorrer do trabalho.

Assim, ao considerar os indicadores de desempenho adotados e a população em análise, os resultados deste estudo mostraram que o desempenho médio das escolas do campo foi inferior ao das escolas urbanas. Também foi possível constatar que o desempenho médio

das escolas municipais foi inferior ao das escolas estaduais. Os dados mostraram também que, mesmo em escolas urbanas, à medida que aumenta a concentração de alunos procedentes de zonas rurais nessas escolas, elas têm queda no rendimento em comparação às demais instituições urbanas, com maior predominância de estudantes que residem na zona urbana.

Além do desempenho inferior das escolas do campo encontrado nesta pesquisa, há de se considerar a quantidade significativa de escolas do campo (cerca de 60%) que ficaram fora da análise por não atingirem condições mínimas (20 alunos no ano/série em análise) para participarem da avaliação de desempenho. Esse dado, por si só, sugere a precariedade da Educação do Campo no Brasil. Os dados também evidenciam níveis diferentes de desempenhos quando se comparam as diversas UFs e a dependência administrativa das escolas, confirmando a hipótese desta pesquisa que trata da correlação negativa entre o modelo federativo adotado no Brasil (estados e/ou municípios com diferentes disponibilidades de recursos) e o desempenho da educação fundamental, sobretudo a Educação do Campo, ao transferir responsabilidades para municípios que, na maioria, têm limitações na condição de oferta da educação.

Os resultados ainda sugerem a desigualdade do Ensino Fundamental no Brasil, algo que pode estar relacionado às diferentes condições de oferta entre regiões mais e menos desenvolvidas resultante, entre outros fatores, da assimetria entre as condições econômicas dos entes federados, dos moldes de atuação do poder público, da relação entre o governo federal e os demais entes federados (estados e municípios) e a distribuição de competências prevista constitucionalmente. Tais elementos constituem obstáculos ao desenvolvimento educacional do país, conforme argumentam Oliveira e Santana (2010) e Oliveira e Souza (2010).

Ao considerar o IDEB como indicador de desempenho da educação básica no Brasil, o INEP/MEC tem como meta atingir 6,0 pontos na escala até o ano de 2022. Contudo, conforme os dados mostraram, essa meta está ainda distante, principalmente quando se analisa a Educação do Campo.

Além da questão da ruralidade ou campesinato, é possível afirmar que, a partir das correlações encontradas entre o indicador socioeconômico das escolas (ISE), o indicador de suporte familiar (ISF), o indicador de leitura e cultura (ILC) e o indicador de dedicação e comprometimento (IDC) com os indicadores de desempenho da escola, as escolas que, em média, são frequentadas por alunos de maior poder aquisitivo/classe social, onde a família se envolve e suporta o desenvolvimento mais amplo do aluno, apresentam resultados que tendem

a ser melhores. Assim, acredita-se que, com a melhoria dos fatores acima listados, este poderia ser um caminho para a evolução da educação básica no Brasil.

Ao proceder à formação de grupos homogêneos de desempenho, foi possível identificar grupos similares de escolas tanto para o 5º quanto para o 9º ano, evidenciando a formação de um grupo com melhor desempenho, basicamente composto por escolas urbanas e estaduais, e a formação de outro grupo com pior desempenho, em que há significativa presença de escolas rurais e municipais na composição. Esses agrupamentos, se observados e tratados em conjunto, poderão apresentar subsídios para novos estudos que permitam a elevação do IDEB, aproximando-o da meta estabelecida pelo INEP/MEC.

Entre as contribuições acadêmicas desta pesquisa, há o aprofundamento num tema pouco estudado, com uma análise mais completa do que a observada em outros trabalhos anteriores. Isso se deve ao fato de ter sido pesquisado todo o Brasil, incluídas outras variáveis e dimensões de análises não trabalhadas em outros estudos, além de ter trazido resultados consolidados a partir de todas as variáveis em conjunto.

Como contribuições gerenciais, o estudo traz a síntese da educação pública fundamental brasileira em números, sendo possível identificar grupos e estratos de escolas com desempenho inferior, que podem receber um tratamento do poder público para melhorar. Também são identificados os melhores grupos de escolas que podem ser usados como modelos para o restante, além de serem apresentados resultados claros para avaliar as políticas até então implementadas.

Por fim, acredita-se que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação brasileira, desde que os resultados sejam utilizados de forma ampla e com metodologias diversas.

Em resumo, a partir dos resultados encontrados nos quais se observa, em geral, o pior desempenho das escolas municipais em relação às escolas estaduais, nomeadamente das escolas do campo; considerando o histórico de como a educação básica foi sendo transferida para os municípios ao longo do tempo e a grande assimetria entre os entes federados e as regiões do Brasil, entende-se que a hipótese desta pesquisa – que trata da correlação negativa entre o modelo federativo adotado nesse país e o desempenho da educação fundamental, sobretudo a Educação do Campo, ao transferir responsabilidades para municípios que, na maioria, têm limitações na oferta da educação – encontra sustentação suficiente para levar à sua aceitação.

Assim, ao destacar todos os resultados encontrados e discutidos nesta pesquisa, parece ser legítimo que as políticas públicas para a educação básica sejam mais centralizadas pelo

governo federal como forma de assegurar qualidade e equidade do ensino, já que a descentralização da educação não tem garantido esse objetivo, principalmente no campo. Dessa maneira, espera-se que a partir do alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos deste trabalho, os resultados sirvam para auxiliar na execução de novas medidas e planos que busquem a adequação e o desenvolvimento de novas políticas públicas, para contribuir com a equidade e a qualidade da educação básica no Brasil.

Referências⁵

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Brasília: Publicações Seriadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000.

ABRUCIO, F. L. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. **Pesquisas**, São Paulo, n. 12, São Paulo 1999.

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, M. F. I.; BEIRA, L. (Orgs.) **Tópicos de economia paulista para gestores públicos**. São Paulo: Edições FUNDAP, v. 1. p. 13-31, 2007.

ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P. M.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. (Orgs.) **Burocracia e política no Brasil**: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

ABRUCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnósticos e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

ALMEIDA, A. M. F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, p. 163-178, 2008.

ALMEIDA, I. B. **Análise do desempenho de escolas públicas cicladas e não cicladas pertencentes ao Ensino Fundamental**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ALMEIDA, M. H. T. de. Recentralizando a federação. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], n. 24, p. 29-40, jun. 2005.

ALVES, T. **Avaliação na administração pública**: uma proposta de análise para as escolas públicas de educação básica. 2007. 236f. Dissertação (Mestrado em Administração de

---

⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

ALVES, T.; PASSADOR, C. S. **Educação pública no Brasil**: condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes/Inep, 2011.

ALVES, M. T. G; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ALVEZ, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AMIGUINHO, A. **Um testemunho em torno da problemática e da intervenção na escola rural**. Policopiado, 1995.

ANDRADE, M. M. de **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANUNCIACAO, M. P. P. da; VERHINE, R. E. A Relação entre as variações no compromisso financeiro dos municípios com a educação e o desempenho escolar. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 2 , p. 313-328, jul./dez. 2006.

ARAUJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da Educação Básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

ARRETCHE, M. T. S. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

ARRETCHE, M. T. S. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição de termos? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

ARRETCHE, M. T. S. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. In: **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Fiocruz, 2012.

ARTONI, C. B. **Relação entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão de alunos:** escolas do campo e municípios rurais no estado de São Paulo. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

AYED, C. B. As desigualdades socioespaciais de acesso aos saberes: uma perspectiva de renovação da sociologia das desigualdades escolares? **Educação e Sociedade**, vol.33, n.120, 2012.

AZEVEDO, I. B. **O prazer da produção científica:** diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 13. ed. São Paulo: United Press, 2012.

AZEVEDO, J. L. de. **A Educação como política pública.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BAPTISTA, F. M. C. **Educação rural:** das experiências à política pública. 2. ed. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Editorial Abaré, 2003.

BARANKAY, I.; LOCKOOD, B. Decentralization and the productive efficiency of government: evidence from Swiss cantons. **Journal of Public Economics**, [s.l.], v. 91, p. 1197-1218, 2007.

BARDHAN, P.; MOOKHERJEE, D. Decentralizing antipoverty program delivery in developing countries. **Journal of Public Economics**, [s.l.], v. 89, n. 4, p. 675-704, 2005.

BARREIRO, I. M. F. **Política de Educação do Campo:** para além da alfabetização (1952-1963). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. Porto Alegre: Pearson, 2007.

BARROS, R. A. **A Família e o fenômeno do absenteísmo discente no Ensino Fundamental em uma Escola Municipal de Belo Horizonte.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar: Instituições, Sujeitos e Currículos) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9EAHPQ/dissertacao_roberta_barros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BAUER, R. **Gestão da mudança**: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 1999.

BIRD, R. M. Rethinking subnational taxes: a new look at tax assignment. **Tax Notes International**, [s.l.], v. 20, p. 2069-2096, 2000.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) **Dicionário de política**. Brasília: EdUnB, 1992.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961, seção 1, p. 11429.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2º Grau**. 1973.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. . **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2010. 225 p.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996, seção 1, p. 278.

BRASIL. Decreto n. 6.064, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social

pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5/2009, de 17 de dezembro de 2009a. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2009, seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Programas e ações**, 2009b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 nov. 2010a, sSeção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. CONAE: Documento final, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Procampo**. 2011a. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12395&Itemid=677>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. 2011b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **PDDE Escola do Campo**. 2011c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10047&Itemid=>>. Acesso em: 17 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático do campo – PNLD Campo 2013**. 2011d. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=10045&Itemid=>>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Resolução n. 40, de 26 de julho de 2011**. 2011e. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=10044&Itemid=>>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resolução n. 36, de 21 de agosto de 2012**. 2012a. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11966&Itemid=>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resolução n. 32, de 13 de agosto de 2012**. 2012b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11965&Itemid=>>. Acesso em: 2 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Microdados do Censo Escolar 2011**: manual do usuário, 2012c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior – SESU. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Edital de seleção 2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC**, 2012d. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 2 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Microdados SAEB 2011**: manual do usuário. 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Portal IDEB**, 2013b. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 24 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2014**: O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação – participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. CONAE: Documento referência, 2013.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

CALHADO, G. C. **Fatores determinantes da qualidade na educação**: o caso da educação pública no município de Ribeirão Preto. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação

em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. 1 CD-ROM.

CAMARGO, A. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 306-347.

CALAZANS, M. J. C.; CASTRO, L. F. M.; SILVA, H. R. S. Questões e contradições da Educação Rural no Brasil. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (Orgs.) **Educação rural no terceiro mundo**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CANÁRIO, R. **A escola rural na Europa**. Setúbal: ICE, 1995.

CANÁRIO, R. A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Lisboa, n. 14, p. 121-139, 2000.

CANÁRIO, R. Escola rural: de objecto social a objecto de estudo. **Educação**, Santa Maria, set. 2008. Disponível em: <<http://www.cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveduacao/article/view/17/29>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CANCIAN, N. Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na região rural. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

CARVALHO, M. P. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

CASTRO, J. A. Financiamento da Educação Pública no Brasil: evolução dos gastos. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

CENEVIVA, R. **O nível de governo importa para a qualidade da política pública? O caso da educação fundamental no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CHIZZIOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CLARK, D. The performance and competitive effects of school autonomy. **Journal of Political Economy**, [s.l.], v. 117, p. 745-783, 2009.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. In: LESSER, L. L. **Knowledge and social capital: foundations and applications**. Boston: Butterworth Heinemann, 1966.

COLUCCI FILHO, A. A. Gestão de políticas sociais – a necessidade de um Estado “rede”. In: IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT INTERNATIONAL CONFERENCE, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAESP-FGV, 2003.

Conseil Économique et Social-Environmental (CESE). **Les inégalités à l'école**, set. 2011. Disponível em: http://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Rapports/2011/2011_09_inegalite_ecole.pdf. Acesso em: 23 fev. 2014

COSTA, F. L. O. Os determinantes políticos no federalismo brasileiro após a Constituição Federal de 1988 e suas implicações na primeira metade dos anos de 1990. **Revista de Ciência Política**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 32-44, 2013.

COUTINHO, A. F.; TEIXEIRA, M. F. Educação do campo: processos e desafios de uma construção histórica. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 7, n. 2, p. 1-12 2009.

CURY, C. R. J. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre Educação Rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

D'ÁVILA, A. L. V.; LIMA, L. D.; OLIVEIRA, R. G. Descentralização e federalismo: a política de saúde em novo contexto – lições do caso brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 493-507, 2002.

DEFOURNY, V. Prefácio. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DELGADO, V. M. S.; MACHADO, A. F. Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Belo Horizonte, Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 37, n. 3, dez. 2007.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENTE, B. Governare in un contesto federale: quali lezioni per la transizione italiana? In: DENTE, B. et al. (Orgs.) **Governare con il federalismo**. Turim: Fondazione Giovanni Agnelli, 1997.

D'ESPINEY, R. (Org.). **Escolas isoladas em movimento**. Setúbal: ICE, 1994.

DUARTE, N. S. **Política social**: um estudo sobre a educação e pobreza. 2012. 253f. Tese (Pós-graduação em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELAZAR, D. J. **Federal systems of the world: a handbook of federal, confederal and autonomy arrangements**. Introduction. Gale Group, 1994. Disponível em: <<http://www.jcpa.org/dje/books/fedsysworld-intro.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2014

ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 42, n. 146, p. 640-666, maio/ago. 2012.

FAGUET, J. P.; SANCHEZ, F. Decentralization's effects on educational outcomes in Bolivia and Colombia. **World Development**, [s.l.], v. 36, n. 7, p. 1294-1316, 2008.

FARIA, G. G. **Política de Financiamento e Desempenho Educacional**: um estudo comparativo sobre a capacidade de atendimento dos municípios brasileiros. 2009. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FAVERO, L. P. et al. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FEITOSA, A. E. F. As mudanças estruturais do capitalismo rural e suas implicações na formação de técnicos em agropecuária: a extinção da Coagri/MEC. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-15, 2007. Disponível em:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN05%20FEITOSA,%20A.E.F.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Brasília: NEAD, v. 5, p. 53-89, 2004.

FERRAZ, L. R. **O cotidiano de uma escola rural ribeirinha na Amazônia**: práticas e saberes na relação escola-comunidade. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-20092011-135047/>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

FERRER, G. **Sistemas de evaluación de aprendizajes en América Latina**: balance y desafíos. Santiago: PREAL, 2006

FISKE, E. **Decentralization of education**: politics and consensus. Washington: World Bank, 1996.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GALIANI, S.; SCHARGRODSKY, E. Evaluating the impact of school decentralization on educational quality. **Economía LACEA**, [s.l.], v. 2, p. 275-314, 2002.

GALIANI, S.; GERTLER, P.; SCHARGRODSKY, E. School decentralization: helping the good get better, but leaving the poor behind. **Journal of Public Economics**, [s.l.], v. 92, n. 10/11, p. 2106-2120, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social.** Brasília: IPEA, fev. 2000.

GOMES, S. C. **Fatores explicativos das diferentes estratégias de municipalização do ensino fundamental nos governos subnacionais do Brasil (1997-2000).** 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES NETO, J. B. F. et al. **Educação rural: lições do EDURURAL.** São Paulo: EDUSP; Curitiba: Centro Federal Educação Técnica, 1994.

GREMAUD, A. P. Descentralização da América Latina: benefícios, armadilhas e requisitos. **Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, ano 1, n. 2, p. 129-145, set. 2001.

GRITTI, S. M. **Técnico em agropecuária: servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista.** 2008. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, Porto Alegre, 2007.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HAIR Jr., J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR Jr., J. F. et al. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HASHIZUME, C. M.; LOPES, M. M. Trabalho docente rural: dores e prazeres do ofício. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-108, jan./jun. 2006.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, [s.l.], v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOXBY, C. M.; MURARKA, S. Charter schools in New York city: who enrolls and how they affect their students' achievement. **NBER Working Paper**, [s.l.], n. 14.852, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual – 2012 (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2012.

JACOMINI, M. A. **Educar sem reprovar**. São Paulo: Cortez, 2010.

KLEVEN, T. Federalizing Public Education, **Villanova Law Review**, [s.l.], v. 55, n. 2, p. 369-407, 2010. Disponível em: <http://www.works.bepress.com/thomas_kleven/7>. Acesso em: 13 maio 2013.

KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998.

KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 3. ed. New York: Guilford Press, 2011.

KUGELMAS, E.; SOLA, L. Recentralização/descentralização – dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 1990. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 63-83, 1999.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; _____. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas públicas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, L. D. de et al. Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1413-81232012000700030&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

LIMA, M. P. **Inquérito sociológico**: problemas de metodologia. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

MADISON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. **Os artigos federalistas (1787-1788)**: edição integral. [s.l.]: Nova Fronteira, 1993.

MALUF, S. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARCHESI, A.; PÉREZ, E. M. A compreensão do fracasso escolar. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernandez (Orgs.). **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 17-33.

MARTINEZ-VAZQUEZ, J.; GUESS, G.; LOEHR, B. Fiscal decentralization: a methodology for case studies. **CAER – Consulting Assistance on Economic Reform II**, Discussion Papers, n. 3, 1997.

MARTINEZ-VAZQUEZ, J.; MCNAB, M. Fiscal decentralization and economic growth. **World Development**, [s.l.], v. 31, n. 9, p. 1597-1616, 2003.

MARINHO, P. **A pesquisa em ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, P. S. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 497-514, 2010.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MERROUCHE, O. The long term effect of education spending decentralization on human capital in Spain. **Working Paper Series Uppsala University**, [s.l.], p. 3, 2007.

MOLINA, M. C. Desafios e perspectivas na formação de educadores: reflexões a partir da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília. In: DALBEN, A. et al. (Orgs.) **Didática e prática de ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 369-388.

MOLINA, M. C.; MONTENEGRO, J. L. A.; OLIVEIRA, L. L. N. A. Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no

campo. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 28-29, n. 1-2, p. 174-190, 2009/2010.

MONS, N. **De l'école unifiée aux écoles plurielles**: évaluation internationale des politiques de différenciation et de diversification de l'offre éducative. Bourgogne: Université de Bourgogne, 2004. Disponível em: <www.ubourgogne.fr>. Acesso em: 10 maio 2013.

MORDUCHOWIEZ, A.; ARANAGO, A. Desenho institucional e articulação do federalismo educativo: experiências internacionais. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

MOREIRA, H. L. F. Marudá: aspectos da mudança social em uma comunidade de Pescadores da Amazônia. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.) **Povos das Águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MUNARIM, A. Movimento nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2008a, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de Educação do Campo no Brasil. **Educação**, [s.l.], v. 33, p. 59-76, 2008b.

NAPER, L. R. Teacher hiring practice and educational efficiency. **Economics of Education Review**, [s.l.], v. 29, p. 658-668, 2010.

OATES, W. E. **Fiscal Federalism**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.

OATES, W. E. An essay on fiscal federalism. **Journal of Economic Literature**, [s.l.], v. 37, n. 3, p. 1120-1149, 1999.

OBINGER, H.; LEIBFRIED, S.; CASTLES, F. **Federalism and the Welfare State**: new world and European experiences. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

OCDE. **Education Policy Analysis – 1998**. Paris: Center for Educational Research and Innovation, 1998.

OLIVEIRA, F. A. **Fundef e saúde**: duas experiências (virtuosas?) de descentralização. Projeto Descentralização Fiscal e Cooperação Financeira Intergovernamental, Ebap/Fundação Konrad Adenauer, 2001. (Relatório de Pesquisa).

OLIVEIRA, M. R. D. Dos programas oficiais para a Educação Rural aos projetos de Educação do Campo dos movimentos sociais. **Revista Labor**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Orgs.) **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. v. 1. 143p.

OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. Apresentação. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, R. P.; SOUSA, S. Z. Introdução. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

ORNELAS, C. Las bases del federalismo y la descentralización en Educación. **Revista de Investigación Educativa**, [s.l.], v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.redie.uabc.mx/vol5no1/contenido-ornelas.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

PARANÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Educação do campo**. Curitiba: SEED, 2009.

PASSADOR, C. S. **A Educação Rural no Brasil**: o caso da escola do campo no Paraná. São Paulo: Annablume, 2006.

_____.; PASSADOR, J. L. (Orgs.). **Gestão pública e desenvolvimento no século XXI**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

_____. (Org.) **Relatório 1** – Análise das condições de oferta da educação em escolas da rede pública estadual para a mensuração do custo-aluno para o financiamento de uma educação básica de qualidade – CAPES/INEP. Ribeirão Preto: Centro de Estudos de Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic), 2009.

_____. **Observações sobre Educação no campo e desenvolvimento no Brasil**. 2011. 190f. Tese de Livre-Docência – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Educação no campo e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Annablume; IPEA; CAPES, 2013. No prelo.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, p. 37-53, jan.-mar. 2005a.

_____. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005b.

PIRES, W. P. **A In-divisibilidade dos territórios estaduais no Brasil**: os projetos de desmembramento, subdivisão e incorporação de UFs – novos estados e territórios federais frente à manutenção dos atuais estados. 2013. 539f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PORTES, E. A. **Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares**. 1993. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

PORTES, E. A. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.) **Família e Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 61-80.

RIBEIRO, V. L. D. G. **A participação da família na escola**: um exercício de cidadania. 2006. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-99MFVJ/disserta_vanessa_entregue_revisada_por_cida_e_chico_1_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 fev. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, [s.d.].

RODDEN, J. The dilemma of fiscal federalism: grants and fiscal performance around the world. **American Journal of Political Science**, [s.l.], v. 46, n. 3, p. 670-687, 2002.

RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. O novo contrato social: desenvolvimento e justiça em uma sociedade complexa. In: CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A.; SOBREIRA, R. (Orgs.) **Desenvolvimento e construção nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 17-31.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SALVETTI, T. A. S. **A qualidade do ensino na dimensão da gestão escolar democrática: um estudo de caso na EMEB Alfredo Naime a partir do INDIQUE**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

SETUBAL, M. A. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHARPE, J. Federalismo e decentralizzazione nel moderno stato democratico. (p. 39-62) In: DENTE B. (Org.) **Governare con il federalismo**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1997.

SILVA, M. S. Diretrizes operacionais para a escola do campo: rompendo o silêncio das políticas educacionais. In: BATISTA, F. M.; BATISTA, N. Q. (Orgs.). **Educação rural: sustentabilidade do campo**. Feira de Santana: MOC/UEFS, 2003, p. 28-51.

SILVA, M. S. **Educação do campo e desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história, 2004. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2013.

SILVA, I. B. **O pacto federativo na construção do Sistema Nacional de Educação**. 2013. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SMITH, B. C. **Decentralization**: the territorial dimension of the State. London: George Allen & Unwin, 1985.

SOUZA, C. Federalismo e gasto social no Brasil: Tensões e tendências. **Lua Nova**, São Paulo, v. 52, p. 5-28, 2001.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 431-442, 2002.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. de. Sistemas Estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

SUCHAUT, B. **Analyse des effets des systèmes d'enseignement**. Dijon: Institut de Recherche sur l'Éducation; Sociologie et Economie de l'Education, 2007.

TABACHNICK, B.G.; FIDELL, L.S. **Using multivariate statistics**. 6. ed. Boston: Pearson Education, 2013.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. **Gestão pública e cidadania**: metodologias participativas em ação. São Paulo: ESP-FGV, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 7).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZQUEZ, D. A. **Educação, descentralização e desequilíbrios regionais**: os impactos do Fundef. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2003.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos do Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANA, M. J. B. **Longevidade escolar em famílias populares**: algumas condições de possibilidades. Goiânia: Editora da UGC. 2007.

VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2008.

VOSS, D. M. S. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 38, p. 43-67, 2011.

WATTS, R. The Relevance Today of the Federal Idea. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON FEDERALISM, Switzerland, 2002. **Proceedings...** Saint Gallen, Switzerland, 2002. Disponível em: <<http://www.forumfed.org/en/federalism/federalismtoday.php>>. Acesso em: 9 maio 2013.

WERLE, F. O. C. Escola normal rural no Rio Grande do Sul: história institucional. **Revista Diálogo Educacional**, [s.l.], v. 5, n. 14, p. 35-50, 2005.

WOBMANN, L. Schooling resources, educational institutions and student performance: the international evidence. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, [s.l.], v. 65, p. 117-170, 2003.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.). **Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 17-43.

Apêndice A – Subconjuntos Homogêneos – 5º Ano

Idade Média – Escolas Estaduais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
PR	65	10,75													
SP	1.661	10,80													
MT	307		11,22												
MG	1.748		11,34	11,34											
AC	79		11,38	11,38											
MA	200		11,38	11,38											
RR	46		11,41	11,41											
DF	298		11,42	11,42											
ES	158			11,44	11,44										
TO	208			11,48	11,48	11,48									
RO	173				11,62	11,62	11,62								
AP	88				11,63	11,63	11,63								
AM	285					11,67	11,67								
GO	250							11,71	11,71						
RS	971							11,72	11,72	11,72					
SC	667							11,76	11,76	11,76	11,76				
PE	258							11,79	11,79	11,79	11,79				
PB	286								11,89	11,89	11,89	11,89			
MS	236									11,92	11,92	11,92			
PI	219									11,92	11,92	11,92			
CE	29										11,94	11,94	11,94		
AL	103											11,99	11,99		
SE	175												12,03	12,03	12,03
PA	173													12,14	12,14
RN	266													12,20	12,20
RJ	278														12,24
BA	120														12,35
Sig.		1,00	0,01	0,52	0,01	0,02	0,14	0,08	0,01	0,06	0,32	0,01	0,10	0,92	0,27

Idade Média – Escolas Estaduais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média						
		1	2	3	4	5	6	7
SP	54	10,87						
MT	15	11,24	11,24					
ES	15	11,33	11,33	11,33				
MG	97	11,49	11,49	11,49	11,49			
DF	39	11,64	11,64	11,64	11,64	11,64		
GO	4	11,66	11,66	11,66	11,66	11,66	11,66	
PR	11	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67
SC	67	11,69	11,69	11,69	11,69	11,69	11,69	11,69
MA	19	11,71	11,71	11,71	11,71	11,71	11,71	11,71
RR	22	11,82	11,82	11,82	11,82	11,82	11,82	11,82
PI	2	11,82	11,82	11,82	11,82	11,82	11,82	11,82
AC	21		11,86	11,86	11,86	11,86	11,86	11,86
RO	12		11,87	11,87	11,87	11,87	11,87	11,87
AM	25		11,97	11,97	11,97	11,97	11,97	11,97
PE	27		11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
RS	24		12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00
AP	36		12,02	12,02	12,02	12,02	12,02	12,02
MS	17		12,02	12,02	12,02	12,02	12,02	12,02
AL	12		12,08	12,08	12,08	12,08	12,08	12,08
TO	8			12,25	12,25	12,25	12,25	12,25
SE	11				12,35	12,35	12,35	12,35
PB	16				12,44	12,44	12,44	12,44
CE	4					12,49	12,49	12,49
RN	22					12,52	12,52	12,52
PA	40					12,59	12,59	12,59
BA	4						12,62	12,62
RJ	18							12,64
Sig.		0,02	0,08	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01

Idade Média – Escolas Municipais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
PR	1.768	11,01												
SP	3.947	11,03												
RR	45		11,40											
SC	758		11,42											
MT	353		11,46	11,46										
MG	2.151		11,50	11,50	11,50									
ES	521		11,54	11,54	11,54	11,54								
TO	206			11,60	11,60	11,60	11,60							
GO	958			11,61	11,61	11,61	11,61							
AP	73				11,64	11,64	11,64							
AC	69				11,65	11,65	11,65	11,65						
RS	1.209					11,69	11,69	11,69						
MS	311						11,70	11,70						
MA	1.088						11,71	11,71						
RO	135						11,72	11,72	11,72					
PE	1.146							11,80	11,80	11,80				
CE	1.316							11,81	11,81	11,81				
RJ	2.028								11,87	11,87	11,87			
PI	458									11,88	11,88			
AM	396									11,89	11,89			
AL	434									11,91	11,91	11,91		
PB	559										12,00	12,00	12,00	
PA	1.075											12,06	12,06	
BA	2.134												12,09	
RN	425												12,10	
SE	219													12,34
Sig.		1,00	0,07	0,04	0,01	0,02	0,24	0,02	0,01	0,38	0,20	0,04	0,59	1,00

Idade Média – Escolas Municipais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
SP	204	11,11										
PR	184	11,17	11,17									
SC	100	11,60	11,60	11,60								
AP	6	11,61	11,61	11,61	11,61							
ES	70	11,64	11,64	11,64	11,64	11,64						
MG	356		11,68	11,68	11,68	11,68	11,68					
RS	120			11,72	11,72	11,72	11,72					
MT	64			11,77	11,77	11,77	11,77	11,77				
CE	764			11,83	11,83	11,83	11,83	11,83	11,83			
AC	18			11,97	11,97	11,97	11,97	11,97	11,97	11,97		
RO	106			11,97	11,97	11,97	11,97	11,97	11,97	11,97		
RR	7			12,01	12,01	12,01	12,01	12,01	12,01	12,01		
PE	423			12,03	12,03	12,03	12,03	12,03	12,03	12,03		
MA	704			12,03	12,03	12,03	12,03	12,03	12,03	12,03		
GO	61			12,08	12,08	12,08	12,08	12,08	12,08	12,08	12,08	
MS	53			12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	
TO	32			12,11	12,11	12,11	12,11	12,11	12,11	12,11	12,11	
RJ	238				12,15	12,15	12,15	12,15	12,15	12,15	12,15	
AL	326					12,16	12,16	12,16	12,16	12,16	12,16	12,16
PB	116						12,19	12,19	12,19	12,19	12,19	12,19
BA	1.100							12,29	12,29	12,29	12,29	12,29
PI	208								12,33	12,33	12,33	12,33
RN	181								12,36	12,36	12,36	12,36
SE	180									12,41	12,41	12,41
AM	143										12,60	12,60
PA	715											12,70
Sig.		0,01	0,03	0,03	0,01	0,02	0,03	0,02	0,01	0,14	0,02	0,01

Nota em Matemática – Escolas Estaduais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
AL	103	176,58													
MA	200	179,73	179,73												
AP	88	180,56	180,56												
PA	173	180,87	180,87	180,87											
RN	266	183,45	183,45	183,45	183,45										
BA	120		187,37	187,37	187,37	187,37									
PB	286		187,40	187,40	187,40	187,40									
SE	175			189,77	189,77	189,77	189,77								
PE	258				191,18	191,18	191,18	191,18							
PI	219				192,09	192,09	192,09	192,09	192,09						
CE	29					193,38	193,38	193,38	193,38						
RR	46					193,81	193,81	193,81	193,81						
MT	307						198,15	198,15	198,15	198,15					
TO	208							200,07	200,07	200,07					
AC	79								200,62	200,62					
RJ	278									204,02	204,02				
AM	285									204,11	204,11				
RO	173									205,99	205,99	205,99			
ES	158										210,65	210,65	210,65		
SP	1.661											213,93	213,93	213,93	
GO	250											214,44	214,44	214,44	
RS	971												215,78	215,78	215,78
MS	236												218,66	218,66	218,66
SC	667													220,32	220,32
PR	65													222,33	222,33
MG	1.748														224,06
DF	298														224,59
Sig.		0,22	0,08	0,01	0,02	0,35	0,03	0,01	0,02	0,06	0,29	0,02	0,05	0,03	0,01

Nota em Matemática – Escolas Estaduais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática							
		1	2	3	4	5	6	7	8
RR	22	160,83							
AL	12	163,07							
CE	4	164,61	164,61						
PR	11	166,33	166,33	166,33					
SE	11	166,68	166,68	166,68					
MA	19	167,31	167,31	167,31					
PA	40	169,21	169,21	169,21					
AP	36	170,34	170,34	170,34					
RN	22	170,35	170,35	170,35					
PB	16	172,76	172,76	172,76	172,76				
AM	25	176,21	176,21	176,21	176,21	176,21			
PI	2	180,71	180,71	180,71	180,71	180,71	180,71		
AC	21	180,96	180,96	180,96	180,96	180,96	180,96		
BA	4	181,88	181,88	181,88	181,88	181,88	181,88		
PE	27	182,15	182,15	182,15	182,15	182,15	182,15		
TO	8	184,62	184,62	184,62	184,62	184,62	184,62	184,62	
RO	12	185,01	185,01	185,01	185,01	185,01	185,01	185,01	
MT	15	190,59	190,59	190,59	190,59	190,59	190,59	190,59	
RJ	18		197,20	197,20	197,20	197,20	197,20	197,20	
RS	24			199,16	199,16	199,16	199,16	199,16	
ES	15				205,95	205,95	205,95	205,95	205,95
MG	97				205,96	205,96	205,96	205,96	205,96
MS	17				206,34	206,34	206,34	206,34	206,34
SP	54					207,30	207,30	207,30	207,30
SC	67						212,50	212,50	212,50
DF	39							216,98	216,98
GO	4								234,71
Sig.		0,06	0,02	0,02	0,01	0,03	0,02	0,02	0,08

Nota em Matemática – Escolas Municipais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AL	434	174,10											
MA	1.088	175,78	175,78										
AP	73	180,25	180,25	180,25									
SE	219		182,23	182,23	182,23								
PE	1.146			182,70	182,70	182,70							
RN	425			184,52	184,52	184,52							
PA	1.075				187,60	187,60	187,60						
PB	559				187,85	187,85	187,85						
BA	2.134				187,98	187,98	187,98						
PI	458					189,21	189,21						
RR	45						191,48						
AM	396						192,66	192,66					
AC	69							198,17	198,17				
MT	353							198,94	198,94				
TO	206							199,14	199,14				
RO	135								199,44				
CE	1.316								199,67				
GO	958									210,79			
ES	521									212,91	212,91		
RS	1.209									213,32	213,32		
MS	311									213,87	213,87		
RJ	2.028									215,78	215,78	215,78	
SP	3.947										218,92	218,92	218,92
PR	1.768											222,31	222,31
SC	758												223,34
MG	2.151												225,18
Sig.		0,03	0,02	0,61	0,08	0,01	0,25	0,02	1,00	0,28	0,05	0,01	0,03

Nota em Matemática – Escolas Municipais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
MA	704	165,80								
AL	326	165,91								
AM	143	166,83								
RN	181	169,88								
RR	7	170,83								
PA	715	171,82	171,82							
SE	180	175,14	175,14	175,14						
PI	208	175,77	175,77	175,77						
AP	6	176,25	176,25	176,25	176,25					
BA	1.100	176,44	176,44	176,44	176,44					
TO	32	177,34	177,34	177,34	177,34					
PB	116	178,58	178,58	178,58	178,58	178,58				
PE	423	178,77	178,77	178,77	178,77	178,77				
AC	18	180,83	180,83	180,83	180,83	180,83	180,83			
MT	64		187,22	187,22	187,22	187,22	187,22			
MS	53			189,37	189,37	189,37	189,37			
RO	106				191,93	191,93	191,93	191,93		
GO	61					193,87	193,87	193,87	193,87	
CE	764						196,12	196,12	196,12	
ES	70							206,70	206,70	206,70
PR	184								207,86	207,86
RS	120								208,40	208,40
RJ	238								208,70	208,70
SP	204									212,47
MG	356									213,96
SC	100									219,31
Sig.		0,02	0,02	0,05	0,01	0,02	0,02	0,03	0,03	0,17

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Estaduais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
AL	103	161,43													
AP	88	168,43	168,43												
MA	200	168,50	168,50												
RN	266	168,52	168,52												
PA	173	169,30	169,30												
BA	120		170,25												
PB	286		171,91	171,91											
PE	258		173,08	173,08	173,08										
SE	175		173,29	173,29	173,29	173,29									
PI	219		175,86	175,86	175,86	175,86	175,86								
RR	46			179,03	179,03	179,03	179,03	179,03							
CE	29				180,82	180,82	180,82	180,82	180,82						
RJ	278					181,18	181,18	181,18	181,18						
MT	307						182,61	182,61	182,61						
TO	208						183,55	183,55	183,55	183,55					
AM	285							184,21	184,21	184,21	184,21				
AC	79							186,74	186,74	186,74	186,74				
RO	173								187,04	187,04	187,04				
ES	158									190,65	190,65	190,65			
SP	1.661										191,79	191,79	191,79		
GO	250											196,10	196,10	196,10	
RS	971											197,27	197,27	197,27	
MS	236												198,77	198,77	198,77
PR	65													199,81	199,81
SC	667													201,12	201,12
MG	1.748													202,96	202,96
DF	298														205,53
Sig.		0,01	0,03	0,05	0,02	0,01	0,02	0,02	0,20	0,05	0,02	0,11	0,06	0,08	0,09

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Estaduais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa						
		1	2	3	4	5	6	7
AL	12	146,47						
PR	11	147,01						
RR	22	147,15						
CE	4	152,72	152,72					
SE	11	154,77	154,77					
AP	36	156,28	156,28	156,28				
AM	25	157,07	157,07	157,07	157,07			
MA	19	157,18	157,18	157,18	157,18			
PA	40	157,42	157,42	157,42	157,42			
RN	22	157,98	157,98	157,98	157,98			
BA	4	159,62	159,62	159,62	159,62			
PB	16	160,14	160,14	160,14	160,14			
PE	27	163,86	163,86	163,86	163,86	163,86		
PI	2	167,16	167,16	167,16	167,16	167,16		
TO	8	167,97	167,97	167,97	167,97	167,97	167,97	
RO	12	168,95	168,95	168,95	168,95	168,95	168,95	
AC	21	169,62	169,62	169,62	169,62	169,62	169,62	
RJ	18	175,32	175,32	175,32	175,32	175,32	175,32	
MT	15		178,72	178,72	178,72	178,72	178,72	
RS	24		179,03	179,03	179,03	179,03	179,03	
SP	54			183,66	183,66	183,66	183,66	183,66
ES	15				185,57	185,57	185,57	185,57
MG	97				185,78	185,78	185,78	185,78
MS	17					190,65	190,65	190,65
SC	67					192,03	192,03	192,03
DF	39						196,82	196,82
GO	4							209,20
Sig.		0,01	0,04	0,02	0,01	0,01	0,01	0,06

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Municipais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
AL	434	158,22								
MA	1.088	162,35	162,35							
SE	219		164,83	164,83						
PE	1.146		165,79	165,79						
AP	73		166,96	166,96	166,96					
RN	425			169,09	169,09	169,09				
PB	559				171,68	171,68				
BA	2.134				171,88	171,88				
PA	1.075					173,80	173,80			
PI	458					173,91	173,91			
AM	396						177,94	177,94		
RR	45						178,63	178,63		
AC	69							181,33		
RO	135							181,61		
TO	206							181,88		
MT	353							182,08		
CE	1.316							183,15		
ES	521								193,47	
RS	1.209								193,78	
GO	958								194,07	
RJ	2.028								194,54	
MS	311								195,49	
SP	3.947								197,09	197,09
PR	1.768								197,76	197,76
SC	758									201,53
MG	2.151									202,78
Sig.		0,34	0,15	0,28	0,08	0,09	0,09	0,04	0,26	0,01

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Municipais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AL	326	149,68											
MA	704	152,05	152,05										
AM	143	152,47	152,47										
RR	7	154,11	154,11	154,11									
RN	181	155,21	155,21	155,21									
PA	715	157,43	157,43	157,43	157,43								
SE	180	158,31	158,31	158,31	158,31								
BA	1.100	158,90	158,90	158,90	158,90	158,90							
PE	423	160,36	160,36	160,36	160,36	160,36	160,36						
PI	208	160,87	160,87	160,87	160,87	160,87	160,87						
PB	116	163,07	163,07	163,07	163,07	163,07	163,07						
TO	32		164,24	164,24	164,24	164,24	164,24						
AC	18			166,38	166,38	166,38	166,38	166,38					
AP	6				169,45	169,45	169,45	169,45	169,45				
MS	53					171,96	171,96	171,96	171,96	171,96			
MT	64						172,54	172,54	172,54	172,54			
RO	106						172,97	172,97	172,97	172,97			
GO	61							178,64	178,64	178,64	178,64		
CE	764								180,73	180,73	180,73	180,73	
PR	184									184,04	184,04	184,04	184,04
ES	70									185,18	185,18	185,18	185,18
RJ	238										188,55	188,55	188,55
RS	120										189,86	189,86	189,86
SP	204										191,30	191,30	191,30
MG	356											192,43	192,43
SC	100												195,94
Sig.		0,01	0,04	0,04	0,05	0,02	0,03	0,04	0,11	0,01	0,03	0,07	0,06

Taxa de Aprovação – Escolas Estaduais Urbanas - 5º ano

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
BA	120	77,82										
AL	103	78,58										
RN	266	78,85										
SE	175		82,30									
PI	219		82,71									
RJ	278		83,74	83,74								
MS	236		84,77	84,77								
PB	286		84,86	84,86	84,86							
CE	29			86,20	86,20	86,20						
AP	88				87,68	87,68	87,68					
PE	258					87,86	87,86	87,86				
PA	173					88,28	88,28	88,28				
RO	173					88,41	88,41	88,41				
MA	200						90,10	90,10	90,10			
RS	971							90,57	90,57			
DF	298							90,66	90,66			
AM	285								91,94	91,94		
PR	65								92,33	92,33		
TO	208								92,44	92,44		
ES	158								92,59	92,59		
AC	79								92,89	92,89		
RR	46									93,83		
GO	250									94,47	94,47	
SP	1.661										97,26	97,26
SC	667											97,64
MG	1.748											98,46
MT	307											99,63
Sig.		1,00	0,04	0,07	0,01	0,20	0,09	0,01	0,01	0,05	0,01	0,11

Taxa de Aprovação – Escolas Estaduais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação							
		1	2	3	4	5	6	7	8
RN	22	76,37							
AL	12	79,88	79,88						
BA	4	81,50	81,50						
PB	16	81,55	81,55						
PA	40	81,61	81,61						
CE	4	82,10	82,10	82,10					
SE	11	82,29	82,29	82,29					
PR	11	82,53	82,53	82,53					
RJ	18	83,87	83,87	83,87					
AP	36	84,33	84,33	84,33	84,33				
PE	27	84,99	84,99	84,99	84,99	84,99			
MS	17	85,38	85,38	85,38	85,38	85,38	85,38		
PI	2	85,90	85,90	85,90	85,90	85,90	85,90	85,90	
TO	8	86,68	86,68	86,68	86,68	86,68	86,68	86,68	86,68
RO	12	87,21	87,21	87,21	87,21	87,21	87,21	87,21	87,21
RR	22	87,78	87,78	87,78	87,78	87,78	87,78	87,78	87,78
RS	24	87,92	87,92	87,92	87,92	87,92	87,92	87,92	87,92
MA	19	88,05	88,05	88,05	88,05	88,05	88,05	88,05	88,05
AM	25	88,39	88,39	88,39	88,39	88,39	88,39	88,39	88,39
DF	39		89,66	89,66	89,66	89,66	89,66	89,66	89,66
AC	21		90,77	90,77	90,77	90,77	90,77	90,77	90,77
ES	15			94,70	94,70	94,70	94,70	94,70	94,70
SP	54				97,30	97,30	97,30	97,30	97,30
GO	4					97,80	97,80	97,80	97,80
SC	67						98,21	98,21	98,21
MG	97							98,72	98,72
MT	15								99,57
Sig.		0,03	0,10	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Taxa de Aprovação – Escolas Municipais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
SE	219	76,70														
AM	396		82,94													
RN	425		83,02													
BA	2.134		83,36													
AL	434		83,77	83,77												
PB	559		84,70	84,70	84,70											
PI	458			85,65	85,65	85,65										
PE	1.146				86,61	86,61	86,61									
RJ	2.028				86,62	86,62	86,62									
PA	1.075					87,11	87,11	87,11								
MS	311					87,91	87,91	87,91	87,91							
RO	135						88,63	88,63	88,63	88,63						
MA	1.088							89,28	89,28	89,28	89,28					
AC	69								89,78	89,78	89,78	89,78				
CE	1.316									90,54	90,54	90,54	90,54			
ES	521										91,13	91,13	91,13			
AP	73											91,20	91,20	91,20		
RS	1.209												91,69	91,69	91,69	
TO	206													91,71	91,71	
GO	958														92,22	92,22
PR	1.768															93,49
RR	45															93,49
MG	2.151															94,21
MT	353															94,57
SP	3.947															95,06
SC	758															95,12
																95,65
Sig.		1,00	0,21	0,11	0,10	0,01	0,05	0,02	0,13	0,10	0,10	0,09	0,30	0,17	0,06	0,02

Taxa de Aprovação – Escolas Municipais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
SE	180	76,72								
AM	143	79,56	79,56							
RN	181	79,99	79,99							
AL	326	82,18	82,18	82,18						
PI	208	82,84	82,84	82,84	82,84					
RJ	238	83,23	83,23	83,23	83,23	83,23				
PA	715	83,55	83,55	83,55	83,55	83,55				
BA	1.100	83,73	83,73	83,73	83,73	83,73				
PB	116		83,84	83,84	83,84	83,84				
MS	53		84,45	84,45	84,45	84,45	84,45			
PE	423		85,39	85,39	85,39	85,39	85,39			
TO	32			87,86	87,86	87,86	87,86	87,86		
RO	106			88,19	88,19	88,19	88,19	88,19	88,19	
MA	704			88,32	88,32	88,32	88,32	88,32	88,32	
AC	18			88,64	88,64	88,64	88,64	88,64	88,64	
GO	61			89,00	89,00	89,00	89,00	89,00	89,00	89,00
RR	7				89,26	89,26	89,26	89,26	89,26	89,26
ES	70					90,12	90,12	90,12	90,12	90,12
RS	120					90,29	90,29	90,29	90,29	90,29
AP	6						91,27	91,27	91,27	91,27
PR	184							92,86	92,86	92,86
CE	764							92,99	92,99	92,99
SP	204							93,26	93,26	93,26
MT	64							94,89	94,89	94,89
MG	356								95,00	95,00
SC	100									95,88
Sig.		0,01	0,12	0,02	0,04	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02

Taxa de Abandono – Escolas Estaduais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
MT	307	0,05												
TO	208	0,29	0,29											
SP	1.661	0,37	0,37	0,37										
PR	65	0,38	0,38	0,38										
SC	667	0,39	0,39	0,39										
RS	971	0,47	0,47	0,47										
DF	298	0,62	0,62	0,62	0,62									
MG	1.748	0,68	0,68	0,68	0,68									
RR	46	0,79	0,79	0,79	0,79									
AC	79	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94								
GO	250	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95								
ES	158	1,05	1,05	1,05	1,05	1,05	1,05							
RO	173		1,32	1,32	1,32	1,32	1,32	1,32						
MS	236			1,42	1,42	1,42	1,42	1,42						
RJ	278				1,63	1,63	1,63	1,63						
MA	200				1,68	1,68	1,68	1,68						
PE	258					1,93	1,93	1,93	1,93					
AM	285						2,13	2,13	2,13	2,13				
AP	88							2,19	2,19	2,19				
SE	175								2,89	2,89	2,89			
PI	219									3,18	3,18			
PA	173										3,55	3,55		
BA	120										3,89	3,89		
CE	29											4,39	4,39	
PB	286												5,46	5,46
RN	266													5,91
AL	103													5,97
Sig.		0,04	0,03	0,02	0,02	0,05	0,01	0,17	0,06	0,02	0,04	0,24	0,01	0,98

Taxa de Abandono – Escolas Estaduais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono		
		1	2	3
SP	54	0,18		
MT	15	0,19		
GO	4	0,25		
SC	67	0,34		
DF	39	0,38		
ES	15	0,52		
MG	97	0,59		
PI	2	0,95		
RS	24	0,95		
RO	12	1,05		
MS	17	1,14		
RJ	18	1,43	1,43	
AC	21	1,74	1,74	
AP	36	2,28	2,28	
AM	25	2,54	2,54	
MA	19	2,54	2,54	
PR	11	3,10	3,10	3,10
SE	11	3,14	3,14	3,14
TO	8	3,20	3,20	3,20
PE	27	3,45	3,45	3,45
RR	22	3,48	3,48	3,48
CE	4	3,58	3,58	3,58
AL	12	4,09	4,09	4,09
RN	22	5,60	5,60	5,60
PA	40	5,73	5,73	5,73
PB	16		6,91	6,91
BA	4			8,50

Taxa de Abandono – Escolas Municipais Urbanas

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PR	1.768	0,19										
SC	758	0,27										
SP	3.947	0,29										
MG	2.151	0,57	0,57									
TO	206	0,57	0,57									
RS	1.209	0,60	0,60									
MT	353	0,67	0,67									
MS	311	0,75	0,75									
RR	45	0,76	0,76									
ES	521	0,94	0,94	0,94								
RO	135		1,13	1,13	1,13							
GO	958		1,22	1,22	1,22							
RJ	2.028		1,32	1,32	1,32	1,32						
AP	73			1,67	1,67	1,67						
AC	69				1,78	1,78	1,78					
CE	1.316				1,80	1,80	1,80					
PI	458					2,04	2,04	2,04				
MA	1.088						2,46	2,46	2,46			
PE	1.146							2,77	2,77	2,77		
PA	1.075								3,16	3,16	3,16	
RN	425								3,19	3,19	3,19	
AM	396									3,30	3,30	3,30
AL	434										3,63	3,63
SE	219										3,70	3,70
PB	559										3,81	3,81
BA	2.134											4,03
Sig.		0,01	0,01	0,02	0,07	0,03	0,05	0,02	0,02	0,41	0,09	0,02

Taxa de Abandono – Escolas Municipais Rurais

SIGLA	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono					
		1	2	3	4	5	6
SC	100	0,16					
SP	204	0,20					
PR	184	0,27					
ES	70	0,56					
RS	120	0,66					
MG	356	0,68					
CE	764	0,83	0,83				
TO	32	1,00	1,00	1,00			
RJ	238	1,04	1,04	1,04			
MT	64	1,11	1,11	1,11			
RO	106	1,26	1,26	1,26	1,26		
AP	6	1,35	1,35	1,35	1,35		
GO	61	1,42	1,42	1,42	1,42	1,42	
MS	53	2,02	2,02	2,02	2,02	2,02	
RR	7	2,09	2,09	2,09	2,09	2,09	
AC	18	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	
PI	208	2,48	2,48	2,48	2,48	2,48	2,48
MA	704	2,54	2,54	2,54	2,54	2,54	2,54
PE	423	2,56	2,56	2,56	2,56	2,56	2,56
SE	180	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60
AL	326		3,26	3,26	3,26	3,26	3,26
PB	116		3,35	3,35	3,35	3,35	3,35
BA	1.100			3,45	3,45	3,45	3,45
RN	181				3,74	3,74	3,74
PA	715					3,97	3,97
AM	143						5,03
Sig.		0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01

IDEB – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
AL	103	3,34													
RN	266	3,60	3,60												
BA	120	3,60	3,60												
SE	175		3,88	3,88											
AP	88		3,91	3,91											
PA	173		3,93	3,93											
PB	286		3,95	3,95	3,95										
PI	219			3,97	3,97	3,97									
MA	200			4,03	4,03	4,03									
PE	258			4,19	4,19	4,19									
CE	29				4,30	4,30	4,30								
RJ	278					4,32	4,32								
RR	46						4,62	4,62							
RO	173							4,69	4,69						
TO	208							4,74	4,74						
AM	285							4,80	4,80	4,80					
AC	79							4,82	4,82	4,82					
MS	236							4,88	4,88	4,88					
ES	158								5,03	5,03	5,03				
MT	307								5,04	5,04	5,04	5,04			
RS	971									5,14	5,14	5,14	5,14		
GO	250										5,31	5,31	5,31		
SP	1.661											5,39	5,39	5,39	
DF	298												5,43	5,43	
PR	65												5,45	5,45	
SC	667													5,68	5,68
MG	1.748														5,85
Sig.		0,39	0,01	0,07	0,02	0,02	0,05	0,40	0,01	0,03	0,21	0,01	0,07	0,18	0,98

IDEB – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
AL	12	3,01								
RN	22	3,13								
CE	4	3,15	3,15							
PR	11	3,16	3,16							
RR	22	3,23	3,23							
PA	40	3,26	3,26							
SE	11	3,30	3,30	3,30						
PB	16	3,39	3,39	3,39						
AP	36	3,43	3,43	3,43						
BA	4	3,45	3,45	3,45						
MA	19	3,57	3,57	3,57	3,57					
AM	25	3,71	3,71	3,71	3,71	3,71				
PE	27	3,77	3,77	3,77	3,77	3,77				
PI	2	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90			
TO	8	3,91	3,91	3,91	3,91	3,91	3,91	3,91		
RO	12	3,98	3,98	3,98	3,98	3,98	3,98	3,98		
AC	21	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06		
RJ	18	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	
RS	24		4,43	4,43	4,43	4,43	4,43	4,43	4,43	
MS	17			4,56	4,56	4,56	4,56	4,56	4,56	
MT	15				4,83	4,83	4,83	4,83	4,83	4,83
ES	15					4,97	4,97	4,97	4,97	4,97
DF	39						5,08	5,08	5,08	5,08
SP	54						5,13	5,13	5,13	5,13
MG	97							5,21	5,21	5,21
SC	67								5,41	5,41
GO	4									6,10
Sig.		0,07	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01

IDEB – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
SE	219	3,36								
AL	434	3,48								
RN	425		3,80							
MA	1.088		3,81							
PE	1.146		3,85	3,85						
BA	2.134		3,88	3,88						
PB	559		3,95	3,95						
AM	396		4,03	4,03						
AP	73		4,03	4,03						
PI	458		4,04	4,04						
PA	1.075			4,10						
RO	135				4,49					
AC	69				4,52					
RR	45				4,59	4,59				
CE	1.316				4,63	4,63	4,63			
TO	206				4,66	4,66	4,66			
MT	353					4,82	4,82	4,82		
RJ	2.028						4,87	4,87	4,87	
MS	311							4,94	4,94	
ES	521							5,04	5,04	
GO	958								5,08	
RS	1.209								5,09	
PR	1.768									5,43
SP	3.947									5,45
MG	2.151									5,63
SC	758									5,63
Sig.		0,98	0,04	0,03	0,61	0,09	0,04	0,07	0,11	0,24

IDEB – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AM	143	3,09										
SE	180	3,16										
AL	326	3,18										
RN	181	3,21	3,21									
PA	715	3,41	3,41	3,41								
MA	704	3,44	3,44	3,44								
PI	208	3,51	3,51	3,51								
BA	1.100	3,51	3,51	3,51								
RR	7	3,56	3,56	3,56								
PB	116	3,62	3,62	3,62	3,62							
PE	423	3,64	3,64	3,64	3,64							
TO	32		3,81	3,81	3,81	3,81						
AC	18			3,91	3,91	3,91	3,91					
AP	6			3,98	3,98	3,98	3,98					
MS	53			4,01	4,01	4,01	4,01					
RO	106				4,20	4,20	4,20	4,20				
GO	61					4,35	4,35	4,35	4,35			
MT	64						4,43	4,43	4,43			
RJ	238						4,44	4,44	4,44			
CE	764							4,65	4,65	4,65		
ES	70							4,74	4,74	4,74	4,74	
RS	120								4,86	4,86	4,86	4,86
PR	184								4,89	4,89	4,89	4,89
SP	204									5,13	5,13	5,13
MG	356										5,27	5,27
SC	100											5,46
Sig.		0,04	0,01	0,01	0,02	0,05	0,06	0,06	0,06	0,21	0,07	0,01

Apêndice B – Subconjuntos Homogêneos – 9º Ano

Idade Média – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
SC	738	15,12									
SP	3.517	15,14	15,14								
AC	79	15,14	15,14								
PR	1.387		15,34	15,34							
AP	73			15,34							
MG	2.244			15,38	15,38						
RS	1.230			15,41	15,41						
MT	407			15,42	15,42						
ES	230			15,43	15,43						
MA	426			15,43	15,43						
DF	143			15,47	15,47						
RR	63				15,55	15,55					
RO	198				15,57	15,57					
TO	252				15,58	15,58					
CE	251					15,69	15,69				
PI	222					15,71	15,71	15,71			
GO	707						15,83	15,83	15,83		
RN	252						15,88	15,88	15,88		
MS	267							15,89	15,89		
PA	97							15,90	15,90		
PE	623								15,92	15,92	
PB	300									16,10	16,10
BA	673									16,11	16,11
RJ	729									16,12	16,12
AM	285										16,14
AL	158										16,20
SE	175										16,22
Sig.		1,00	0,01	0,57	0,01	0,19	0,02	0,02	0,98	0,02	0,78

Idade Média – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média				
		1	2	3	4	5
SC	62	15,08				
SP	109	15,10	15,10			
ES	23	15,19	15,19			
CE	2	15,21	15,21	15,21		
PR	195	15,33	15,33	15,33	15,33	
RS	69	15,35	15,35	15,35	15,35	
MG	113	15,54	15,54	15,54	15,54	15,54
DF	19	15,57	15,57	15,57	15,57	15,57
AC	26	15,60	15,60	15,60	15,60	15,60
PE	48	15,72	15,72	15,72	15,72	15,72
PI	2	15,72	15,72	15,72	15,72	15,72
MA	33	15,74	15,74	15,74	15,74	15,74
MS	18	15,83	15,83	15,83	15,83	15,83
RR	19	15,92	15,92	15,92	15,92	15,92
RJ	47	15,99	15,99	15,99	15,99	15,99
RO	16	16,01	16,01	16,01	16,01	16,01
RN	9	16,01	16,01	16,01	16,01	16,01
MT	54	16,02	16,02	16,02	16,02	16,02
AP	24	16,05	16,05	16,05	16,05	16,05
TO	15		16,10	16,10	16,10	16,10
AL	11		16,10	16,10	16,10	16,10
BA	34			16,21	16,21	16,21
SE	9				16,24	16,24
PA	31				16,28	16,28
PB	15				16,32	16,32
GO	16					16,40
AM	31					16,45
Sig.		0,02	0,01	0,01	0,01	0,05

Idade Média – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
SC	511	15,03										
PR	36	15,14	15,14									
SP	1.398	15,16	15,16									
RS	892	15,33	15,33	15,33								
AP	13	15,36	15,36	15,36	15,36							
ES	317	15,36	15,36	15,36	15,36							
MS	202		15,40	15,40	15,40							
MG	864		15,46	15,46	15,46	15,46						
MT	141		15,48	15,48	15,48	15,48	15,48					
CE	895			15,58	15,58	15,58	15,58	15,58				
RO	43			15,61	15,61	15,61	15,61	15,61				
RJ	861			15,65	15,65	15,65	15,65	15,65				
TO	73			15,65	15,65	15,65	15,65	15,65				
GO	254				15,70	15,70	15,70	15,70				
AC	14					15,75	15,75	15,75	15,75			
RN	225					15,80	15,80	15,80	15,80			
PI	280						15,82	15,82	15,82			
PA	481							15,85	15,85			
PE	408							15,87	15,87			
PB	302							15,87	15,87			
MA	563							15,88	15,88			
BA	769								16,06	16,06		
SE	92									16,30	16,30	
AL	179										16,50	
AM	126											16,86
Sig.		0,02	0,01	0,04	0,02	0,02	0,02	0,07	0,06	0,42	0,85	1,00

Idade Média – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Idade Média						
		1	2	3	4	5	6	7
SC	68	15,10						
PR	8	15,12	15,12					
SP	58	15,16	15,16					
ES	64	15,34	15,34	15,34				
RS	124	15,45	15,45	15,45				
CE	604	15,51	15,51	15,51	15,51			
MG	182	15,69	15,69	15,69	15,69	15,69		
RJ	73	15,75	15,75	15,75	15,75	15,75	15,75	
RN	62	15,83	15,83	15,83	15,83	15,83	15,83	15,83
RO	94	15,88	15,88	15,88	15,88	15,88	15,88	15,88
PE	261	15,92	15,92	15,92	15,92	15,92	15,92	15,92
MS	35	15,96	15,96	15,96	15,96	15,96	15,96	15,96
PB	58	16,02	16,02	16,02	16,02	16,02	16,02	16,02
GO	29		16,04	16,04	16,04	16,04	16,04	16,04
AC	10			16,09	16,09	16,09	16,09	16,09
MT	60			16,09	16,09	16,09	16,09	16,09
PI	141			16,21	16,21	16,21	16,21	16,21
TO	19			16,22	16,22	16,22	16,22	16,22
AL	124			16,23	16,23	16,23	16,23	16,23
MA	442			16,25	16,25	16,25	16,25	16,25
BA	736				16,38	16,38	16,38	16,38
PA	324				16,42	16,42	16,42	16,42
SE	82					16,44	16,44	16,44
AM	67						16,61	16,61
RR	2							16,70
Sig.		0,01	0,01	0,01	0,01	0,13	0,03	0,03

Nota em Matemática – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
AL	158	223,90														
MA	426	225,71	225,71													
AP	73	227,16	227,16	227,16												
PB	300	227,49	227,49	227,49												
PA	97	229,71	229,71	229,71	229,71											
BA	673	230,08	230,08	230,08	230,08											
RN	252		230,65	230,65	230,65											
PE	623		230,79	230,79	230,79											
RR	63			232,23	232,23	232,23										
SE	175				235,27	235,27	235,27									
MT	407					237,52	237,52									
AM	285					238,35	238,35	238,35								
TO	252						238,66	238,66								
CE	251						238,68	238,68								
RJ	729						239,13	239,13	239,13							
PI	222						239,50	239,50	239,50							
AC	79						240,87	240,87	240,87	240,87						
GO	707							244,17	244,17	244,17	244,17					
SP	3.517							245,34	245,34	245,34	245,34	245,34				
RO	198								247,08	247,08	247,08	247,08	247,08			
ES	230									249,35	249,35	249,35	249,35	249,35		
PR	1.387										251,70	251,70	251,70	251,70		
DF	143											252,09	252,09			
MS	267													254,39	254,39	
SC	738													255,52	255,52	255,52
RS	1.230														260,22	260,22
MG	2.244															261,80
Sig.		0,02	0,18	0,18	0,07	0,02	0,07	0,04	0,02	0,02	0,15	0,01	0,21	0,02	0,04	0,01

Nota em Matemática – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
RR	19	206,17								
AP	24	211,85	211,85							
MA	33	214,23	214,23							
PB	15	215,25	215,25							
AL	11	218,10	218,10	218,10						
PI	2	218,35	218,35	218,35						
PA	31	218,84	218,84	218,84	218,84					
AM	31	220,24	220,24	220,24	220,24	220,24				
RN	9	220,90	220,90	220,90	220,90	220,90				
BA	34	221,86	221,86	221,86	221,86	221,86	221,86			
SE	9	224,01	224,01	224,01	224,01	224,01	224,01	224,01		
TO	15	227,34	227,34	227,34	227,34	227,34	227,34	227,34	227,34	
PE	48	227,39	227,39	227,39	227,39	227,39	227,39	227,39	227,39	
AC	26	228,21	228,21	228,21	228,21	228,21	228,21	228,21	228,21	228,21
MT	54	230,14	230,14	230,14	230,14	230,14	230,14	230,14	230,14	230,14
GO	16		236,85	236,85	236,85	236,85	236,85	236,85	236,85	236,85
RJ	47		238,02	238,02	238,02	238,02	238,02	238,02	238,02	238,02
RO	16		239,40	239,40	239,40	239,40	239,40	239,40	239,40	239,40
SP	109			244,85	244,85	244,85	244,85	244,85	244,85	244,85
PR	195			245,02	245,02	245,02	245,02	245,02	245,02	245,02
CE	2				247,59	247,59	247,59	247,59	247,59	247,59
MG	113					247,91	247,91	247,91	247,91	247,91
SC	62						250,27	250,27	250,27	250,27
ES	23							251,26	251,26	251,26
MS	18								253,55	253,55
RS	69								255,43	255,43
DF	19									257,01
Sig.		0,11	0,02	0,03	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01

Nota em Matemática – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AL	179	220,02										
MA	563	221,50	221,50									
PE	408	225,05	225,05	225,05								
AM	126	227,46	227,46	227,46	227,46							
AP	13	229,52	229,52	229,52	229,52							
BA	769	229,92	229,92	229,92	229,92							
AC	14		231,00	231,00	231,00							
PB	302		231,68	231,68	231,68							
SE	92			233,21	233,21	233,21						
RN	225			233,87	233,87	233,87	233,87					
PA	481			234,76	234,76	234,76	234,76					
CE	895				236,15	236,15	236,15					
PI	280				238,18	238,18	238,18	238,18				
TO	73					242,77	242,77	242,77	242,77			
GO	254						244,79	244,79	244,79	244,79		
MT	141							247,60	247,60	247,60	247,60	
RO	43							249,00	249,00	249,00	249,00	
SP	1.398								251,84	251,84	251,84	251,84
RJ	861									253,95	253,95	253,95
ES	317									255,71	255,71	255,71
PR	36										257,10	257,10
MS	202										257,12	257,12
RS	892										257,67	257,67
SC	511											261,82
MG	864											262,75
Sig.		0,04	0,03	0,05	0,01	0,06	0,01	0,01	0,11	0,01	0,03	0,01

Nota em Matemática – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Matemática										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
MA	442	208,91										
AM	67	212,73	212,73									
AL	124	216,26	216,26	216,26								
BA	736	220,06	220,06	220,06	220,06							
PA	324	220,98	220,98	220,98	220,98	220,98						
PB	58	221,15	221,15	221,15	221,15	221,15						
PI	141	221,82	221,82	221,82	221,82	221,82						
RN	62	222,06	222,06	222,06	222,06	222,06						
TO	19	222,87	222,87	222,87	222,87	222,87						
PE	261	223,81	223,81	223,81	223,81	223,81						
RR	2	227,83	227,83	227,83	227,83	227,83	227,83					
SE	82	227,89	227,89	227,89	227,89	227,89	227,89					
CE	604	230,15	230,15	230,15	230,15	230,15	230,15	230,15				
AC	10		231,52	231,52	231,52	231,52	231,52	231,52	231,52			
MS	35			235,15	235,15	235,15	235,15	235,15	235,15	235,15		
MT	60				239,10	239,10	239,10	239,10	239,10	239,10	239,10	
GO	29					242,54	242,54	242,54	242,54	242,54	242,54	242,54
RO	94					242,79	242,79	242,79	242,79	242,79	242,79	242,79
MG	182						246,78	246,78	246,78	246,78	246,78	246,78
RJ	73						248,97	248,97	248,97	248,97	248,97	248,97
SC	68							251,41	251,41	251,41	251,41	251,41
RS	124								252,28	252,28	252,28	252,28
SP	58									256,02	256,02	256,02
ES	64										261,08	261,08
PR	8											264,09
Sig.		0,02	0,08	0,08	0,07	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
AL	158	219,05													
PB	300	221,94	221,94												
RN	252		225,05	225,05											
PE	623		225,27	225,27	225,27										
BA	673		225,50	225,50	225,50										
MA	426		225,86	225,86	225,86	225,86									
AP	73		226,15	226,15	226,15	226,15									
SE	175		227,29	227,29	227,29	227,29	227,29								
RR	63		227,73	227,73	227,73	227,73	227,73								
PA	97			229,41	229,41	229,41	229,41								
PI	222				231,13	231,13	231,13	231,13							
RJ	729					231,56	231,56	231,56							
TO	252						232,78	232,78	232,78						
MT	407						232,86	232,86	232,86						
AM	285							236,16	236,16	236,16					
AC	79							236,27	236,27	236,27					
CE	251							236,61	236,61	236,61					
ES	230								238,36	238,36	238,36				
GO	707									238,97	238,97	238,97			
RO	198									239,90	239,90	239,90			
SP	3.517									241,50	241,50	241,50	241,50		
PR	1.387										242,92	242,92	242,92		
DF	143										243,87	243,87	243,87	243,87	
SC	738											244,45	244,45	244,45	
MS	267												245,89	245,89	
RS	1.230													249,45	249,45
MG	2.244														251,78
Sig.		0,96	0,01	0,30	0,01	0,02	0,02	0,03	0,02	0,04	0,03	0,03	0,28	0,02	1,00

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa					
		1	2	3	4	5	6
RR	19	199,55					
AL	11	207,89	207,89				
AP	24	208,62	208,62	208,62			
PB	15	208,64	208,64	208,64			
BA	34	213,71	213,71	213,71	213,71		
SE	9	213,75	213,75	213,75	213,75		
MA	33	216,00	216,00	216,00	216,00		
AM	31	217,14	217,14	217,14	217,14		
PA	31	217,20	217,20	217,20	217,20		
TO	15	219,27	219,27	219,27	219,27	219,27	
RN	9	220,34	220,34	220,34	220,34	220,34	220,34
MT	54	220,71	220,71	220,71	220,71	220,71	220,71
AC	26	222,90	222,90	222,90	222,90	222,90	222,90
PE	48	223,06	223,06	223,06	223,06	223,06	223,06
PI	2	224,77	224,77	224,77	224,77	224,77	224,77
RJ	47		226,66	226,66	226,66	226,66	226,66
RO	16		226,89	226,89	226,89	226,89	226,89
GO	16		227,91	227,91	227,91	227,91	227,91
PR	195		233,15	233,15	233,15	233,15	233,15
SC	62			234,98	234,98	234,98	234,98
ES	23				237,34	237,34	237,34
MG	113				237,41	237,41	237,41
SP	109				238,65	238,65	238,65
RS	69				239,80	239,80	239,80
MS	18					243,77	243,77
DF	19					245,09	245,09
CE	2						245,95
Sig.		0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AL	179	213,34										
PE	408	218,48	218,48									
MA	563	219,59	219,59	219,59								
SE	92	223,06	223,06	223,06	223,06							
BA	769		224,55	224,55	224,55							
AC	14		225,48	225,48	225,48							
PB	302		225,64	225,64	225,64							
RN	225		226,21	226,21	226,21							
AM	126		226,86	226,86	226,86							
PI	280			229,31	229,31	229,31						
CE	895				230,68	230,68	230,68					
AP	13				231,45	231,45	231,45	231,45				
PA	481				231,92	231,92	231,92	231,92				
RO	43					237,04	237,04	237,04	237,04			
TO	73					237,69	237,69	237,69	237,69			
GO	254						239,31	239,31	239,31	239,31		
MT	141							241,10	241,10	241,10	241,10	
ES	317								246,16	246,16	246,16	246,16
SP	1.398								246,19	246,19	246,19	246,19
RS	892								246,64	246,64	246,64	246,64
RJ	861									248,53	248,53	248,53
PR	36										249,73	249,73
MS	202										249,74	249,74
SC	511											251,36
MG	864											253,18
Sig.		0,01	0,08	0,01	0,04	0,09	0,06	0,01	0,01	0,03	0,06	0,36

Nota em Língua Portuguesa – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Nota em Língua Portuguesa						
		1	2	3	4	5	6	7
MA	442	205,52						
AM	67	207,91	207,91					
AL	124	208,39	208,39					
BA	736	212,06	212,06	212,06				
PI	141	212,52	212,52	212,52				
PB	58	213,18	213,18	213,18				
RN	62	213,31	213,31	213,31				
PA	324	213,78	213,78	213,78				
TO	19	214,28	214,28	214,28				
PE	261	214,30	214,30	214,30				
SE	82	218,42	218,42	218,42	218,42			
CE	604	223,04	223,04	223,04	223,04	223,04		
AC	10	224,49	224,49	224,49	224,49	224,49		
RR	2	224,69	224,69	224,69	224,69	224,69		
MS	35		226,31	226,31	226,31	226,31	226,31	
MT	60			228,94	228,94	228,94	228,94	228,94
RO	94			229,36	229,36	229,36	229,36	229,36
GO	29				235,10	235,10	235,10	235,10
SC	68				236,06	236,06	236,06	236,06
RS	124				236,67	236,67	236,67	236,67
MG	182				237,37	237,37	237,37	237,37
RJ	73					242,28	242,28	242,28
ES	64						244,26	244,26
PR	8							246,57
SP	58							247,78
Sig.		0,01	0,02	0,05	0,01	0,01	0,03	0,01

Taxa de Aprovação – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
SE	175	66,95												
AL	158	67,62	67,62											
MS	267	70,08	70,08											
BA	673	70,09	70,09											
PB	300		70,80	70,80										
RN	252		70,97	70,97										
RO	198			73,97	73,97									
RJ	729				75,66	75,66								
RS	1.230				75,71	75,71								
PA	97				76,83	76,83	76,83							
ES	230					77,90	77,90							
DF	143					78,70	78,70	78,70						
PI	222					78,96	78,96	78,96						
PE	623						79,32	79,32	79,32					
RR	63							81,66	81,66	81,66				
MG	2.244								82,62	82,62	82,62			
AP	73									82,92	82,92			
PR	1.387										83,06	83,06		
CE	251										83,23	83,23		
GO	707										84,69	84,69	84,69	
TO	252											85,89	85,89	
MA	426											85,96	85,96	
AM	285												87,08	
SP	3.517													91,30
AC	79													91,80
SC	738												93,60	93,60
MT	407													95,73
Sig.		0,07	0,03	0,06	0,17	0,04	0,45	0,12	0,04	0,10	0,03	0,54	0,62	0,77

Taxa de Aprovação – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
SE	9	69,86									
AL	11	71,47	71,47								
PB	15	73,49	73,49	73,49							
MS	18	76,51	76,51	76,51	76,51						
RJ	47	77,25	77,25	77,25	77,25						
RN	9	77,92	77,92	77,92	77,92	77,92					
BA	34	78,52	78,52	78,52	78,52	78,52	78,52				
PA	31	78,79	78,79	78,79	78,79	78,79	78,79	78,79			
DF	19	80,06	80,06	80,06	80,06	80,06	80,06	80,06			
RS	69	80,61	80,61	80,61	80,61	80,61	80,61	80,61	80,61		
AP	24	82,07	82,07	82,07	82,07	82,07	82,07	82,07	82,07	82,07	
PE	48	82,77	82,77	82,77	82,77	82,77	82,77	82,77	82,77	82,77	82,77
RO	16	82,79	82,79	82,79	82,79	82,79	82,79	82,79	82,79	82,79	82,79
TO	15		83,87	83,87	83,87	83,87	83,87	83,87	83,87	83,87	83,87
RR	19			86,23	86,23	86,23	86,23	86,23	86,23	86,23	86,23
PI	2			86,60	86,60	86,60	86,60	86,60	86,60	86,60	86,60
MG	113				86,96	86,96	86,96	86,96	86,96	86,96	86,96
GO	16				86,99	86,99	86,99	86,99	86,99	86,99	86,99
MA	33				87,06	87,06	87,06	87,06	87,06	87,06	87,06
PR	195				88,61	88,61	88,61	88,61	88,61	88,61	88,61
ES	23					90,88	90,88	90,88	90,88	90,88	90,88
AM	31					91,24	91,24	91,24	91,24	91,24	91,24
AC	26						91,33	91,33	91,33	91,33	91,33
CE	2							91,90	91,90	91,90	91,90
MT	54								93,55	93,55	93,55
SC	62									94,65	94,65
SP	109										95,68
Sig.		0,02	0,03	0,01	0,04	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02

Taxa de Aprovação – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
SE	92	65,69											
AL	179	67,53											
RN	225	69,87	69,87										
BA	769		73,68	73,68									
PE	408		75,35	75,35	75,35								
PB	302			76,36	76,36	76,36							
AM	126			78,43	78,43	78,43	78,43						
RO	43			79,29	79,29	79,29	79,29	79,29					
ES	317				80,14	80,14	80,14	80,14	80,14				
AP	13				80,68	80,68	80,68	80,68	80,68				
RS	892				80,74	80,74	80,74	80,74	80,74				
PI	280					81,01	81,01	81,01	81,01				
RJ	861					81,43	81,43	81,43	81,43				
MA	563					81,76	81,76	81,76	81,76				
PA	481						82,14	82,14	82,14				
PR	36						83,29	83,29	83,29	83,29			
MS	202						83,35	83,35	83,35	83,35			
MG	864							84,44	84,44	84,44			
GO	254							84,89	84,89	84,89	84,89		
CE	895								85,52	85,52	85,52	85,52	
TO	73									87,81	87,81	87,81	87,81
SC	511										90,37	90,37	90,37
AC	14										90,54	90,54	90,54
MT	141											90,57	90,57
SP	1.398												91,51
Sig.		0,29	0,02	0,01	0,02	0,02	0,07	0,01	0,02	0,16	0,01	0,05	0,55

Taxa de Aprovação – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Aprovação							
		1	2	3	4	5	6	7	8
SE	82	67,08							
AL	124	72,14	72,14						
RN	62	73,51	73,51	73,51					
PB	58	76,90	76,90	76,90	76,90				
BA	736	77,55	77,55	77,55	77,55				
PE	261		78,55	78,55	78,55	78,55			
RJ	73		78,60	78,60	78,60	78,60			
PI	141		81,31	81,31	81,31	81,31	81,31		
RO	94		81,78	81,78	81,78	81,78	81,78		
RR	2		81,80	81,80	81,80	81,80	81,80		
RS	124		81,85	81,85	81,85	81,85	81,85	81,85	
MS	35		82,59	82,59	82,59	82,59	82,59	82,59	82,59
MA	442		83,45	83,45	83,45	83,45	83,45	83,45	83,45
PA	324			84,13	84,13	84,13	84,13	84,13	84,13
GO	29			84,57	84,57	84,57	84,57	84,57	84,57
AM	67				85,78	85,78	85,78	85,78	85,78
PR	8				85,81	85,81	85,81	85,81	85,81
ES	64				86,62	86,62	86,62	86,62	86,62
MG	182				86,78	86,78	86,78	86,78	86,78
AC	10				86,89	86,89	86,89	86,89	86,89
TO	19				87,85	87,85	87,85	87,85	87,85
CE	604					89,34	89,34	89,34	89,34
MT	60						90,25	90,25	90,25
SP	58							93,25	93,25
SC	68								93,89
Sig.		0,04	0,01	0,02	0,02	0,02	0,19	0,01	0,01

Taxa de Abandono – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
MT	407	,82								
SP	3.517	1,88	1,88							
SC	738	2,20	2,20	2,20						
RS	1.230	2,32	2,32	2,32						
TO	252	2,45	2,45	2,45						
DF	143		2,72	2,72						
MA	426		3,22	3,22	3,22					
PR	1.387		3,30	3,30	3,30					
AC	79		3,44	3,44	3,44					
RR	63			3,64	3,64					
ES	230			3,76	3,76					
MG	2.244				4,51	4,51				
AP	73				4,58	4,58				
GO	707				4,66	4,66				
RO	198				4,68	4,68				
PI	222				4,69	4,69				
RJ	729				4,83	4,83				
PE	623					5,57	5,57			
AM	285					5,94	5,94	5,94		
PA	97						6,61	6,61		
BA	673						6,61	6,61		
MS	267						6,95	6,95		
CE	251						7,06	7,06		
SE	175							7,46		
RN	252								10,32	
AL	158									13,36
PB	300									13,78
Sig.		0,02	0,03	0,04	0,02	0,09	0,06	0,05	1,00	1,00

Taxa de Abandono – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono			
		1	2	3	4
SP	109	,87			
DF	19	1,64	1,64		
CE	2	1,75	1,75		
ES	23	1,76	1,76		
RS	69	2,28	2,28		
SC	62	2,33	2,33		
PR	195	2,57	2,57		
PI	2	3,55	3,55		
MT	54	3,56	3,56		
TO	15	3,67	3,67		
MA	33	4,07	4,07		
MG	113	4,14	4,14		
GO	16	4,23	4,23		
MS	18	4,37	4,37		
AC	26	4,38	4,38		
RR	19	4,63	4,63		
RJ	47	4,87	4,87	4,87	
PE	48	5,18	5,18	5,18	
AM	31	5,31	5,31	5,31	5,31
RO	16	5,58	5,58	5,58	5,58
BA	34	7,06	7,06	7,06	7,06
SE	9	7,07	7,07	7,07	7,07
PA	31	7,36	7,36	7,36	7,36
RN	9	7,52	7,52	7,52	7,52
AP	24		8,16	8,16	8,16
PB	15			12,10	12,10
AL	11				12,43
Sig.		0,04	0,05	0,01	0,01

Taxa de Abandono – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
SC	511	1,21								
SP	1.398	1,31								
PR	36	1,61	1,61							
MS	202	1,96	1,96	1,96						
TO	73	1,98	1,98	1,98						
MT	141	2,08	2,08	2,08						
RS	892	2,32	2,32	2,32						
ES	317	2,50	2,50	2,50						
RJ	861	2,60	2,60	2,60						
AC	14	2,86	2,86	2,86						
MG	864	2,89	2,89	2,89						
RO	43		3,94	3,94	3,94					
CE	895			4,12	4,12					
PI	280			4,22	4,22					
MA	563				5,50					
AP	13				5,57					
GO	254				5,66	5,66				
PA	481				6,13	6,13	6,13			
PE	408					8,10	8,10	8,10		
PB	302						8,28	8,28		
BA	769						8,41	8,41	8,41	
SE	92						8,50	8,50	8,50	
RN	225							8,68	8,68	
AM	126								10,85	10,85
AL	179									12,68
Sig.		0,49	0,03	0,04	0,06	0,01	0,02	1,00	0,01	0,31

Taxa de Abandono – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - Taxa de Abandono						
		1	2	3	4	5	6	7
SP	58	,56						
SC	68	1,33	1,33					
ES	64	1,94	1,94	1,94				
RJ	73	2,08	2,08	2,08				
PR	8	2,35	2,35	2,35	2,35			
RS	124	2,52	2,52	2,52	2,52			
TO	19	2,94	2,94	2,94	2,94	2,94		
MT	60	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	3,33	
MG	182	3,34	3,34	3,34	3,34	3,34	3,34	
CE	604	3,40	3,40	3,40	3,40	3,40	3,40	
MS	35	4,56	4,56	4,56	4,56	4,56	4,56	4,56
RO	94	4,71	4,71	4,71	4,71	4,71	4,71	4,71
GO	29	4,81	4,81	4,81	4,81	4,81	4,81	4,81
AC	10	5,41	5,41	5,41	5,41	5,41	5,41	5,41
MA	442	5,81	5,81	5,81	5,81	5,81	5,81	5,81
PI	141	5,96	5,96	5,96	5,96	5,96	5,96	5,96
PE	261		6,60	6,60	6,60	6,60	6,60	6,60
AM	67			6,93	6,93	6,93	6,93	6,93
PA	324			7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
RN	62				7,88	7,88	7,88	7,88
BA	736					8,25	8,25	8,25
SE	82						8,64	8,64
AL	124							9,01
RR	2							9,85
PB	58							9,91
Sig.		0,02	0,02	0,04	0,01	0,02	0,02	0,02

IDEB – Escolas Estaduais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
AL	158	2,73									
SE	175	2,89									
PB	300	2,92									
BA	673	2,97									
RN	252	2,99									
PA	97		3,33								
PE	623		3,39								
RJ	729		3,42								
MS	267		3,49	3,49							
RO	198		3,53	3,53							
AP	73		3,54	3,54							
PI	222		3,54	3,54							
RR	63		3,54	3,54							
MA	426		3,59	3,59	3,59						
ES	230			3,73	3,73	3,73					
CE	251				3,82	3,82	3,82				
DF	143					3,88	3,88				
TO	252					3,88	3,88				
RS	1.230					3,90	3,90				
GO	707					3,99	3,99	3,99			
AM	285						4,00	4,00			
PR	1.387						4,07	4,07	4,07		
AC	79							4,26	4,26	4,26	
MT	407								4,31	4,31	
MG	2.244								4,32	4,32	
SP	3.517									4,36	
SC	738										4,64
Sig.		0,01	0,01	0,05	0,10	0,01	0,02	0,01	0,03	1,00	1,00

IDEB – Escolas Estaduais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB							
		1	2	3	4	5	6	7	8
AL	11	2,64							
PB	15	2,68	2,68						
SE	9	2,72	2,72						
RR	19	2,96	2,96	2,96					
AP	24	3,00	3,00	3,00	3,00				
BA	34	3,06	3,06	3,06	3,06				
RN	9	3,09	3,09	3,09	3,09	3,09			
PA	31	3,09	3,09	3,09	3,09	3,09			
MA	33	3,34	3,34	3,34	3,34	3,34	3,34		
PI	2	3,40	3,40	3,40	3,40	3,40	3,40	3,40	
RJ	47	3,41	3,41	3,41	3,41	3,41	3,41	3,41	
TO	15	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	
PE	48	3,47	3,47	3,47	3,47	3,47	3,47	3,47	
AM	31	3,61	3,61	3,61	3,61	3,61	3,61	3,61	3,61
RO	16		3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65	3,65
MS	18			3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75
GO	16			3,80	3,80	3,80	3,80	3,80	3,80
AC	26			3,81	3,81	3,81	3,81	3,81	3,81
MT	54			3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90
RS	69			3,93	3,93	3,93	3,93	3,93	3,93
DF	19				4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
PR	195					4,10	4,10	4,10	4,10
MG	113						4,13	4,13	4,13
ES	23							4,37	4,37
SC	62								4,48
CE	2								4,50
SP	109								4,51
Sig.		0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,19	0,02	0,05

IDEB – Escolas Municipais Urbanas

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
AL	179	2,64												
SE	92	2,84	2,84											
RN	225		3,05	3,05										
PE	408		3,07	3,07										
BA	769		3,14	3,14	3,14									
MA	563			3,30	3,30	3,30								
PB	302			3,31	3,31	3,31								
AM	126			3,33	3,33	3,33								
AP	13				3,52	3,52	3,52							
PI	280					3,63	3,63	3,63						
PA	481					3,67	3,67	3,67						
CE	895						3,80	3,80	3,80					
RO	43						3,80	3,80	3,80					
AC	14						3,89	3,89	3,89	3,89				
GO	254							4,01	4,01	4,01	4,01			
ES	317							4,03	4,03	4,03	4,03	4,03		
RS	892								4,10	4,10	4,10	4,10		
TO	73								4,11	4,11	4,11	4,11		
RJ	861								4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	
PR	36									4,27	4,27	4,27	4,27	
MS	202									4,30	4,30	4,30	4,30	
MT	141										4,35	4,35	4,35	4,35
MG	864											4,44	4,44	4,44
SP	1.398												4,53	4,53
SC	511													4,72
Sig.		0,97	0,25	0,44	0,03	0,04	0,04	0,01	0,15	0,01	0,12	0,01	0,02	0,05

IDEB – Escolas Municipais Rurais

UF	Qtd. Escolas	Subconjuntos Homogêneos - IDEB									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
AL	124	2,70									
SE	82	2,78	2,78								
RN	62	2,86	2,86								
MA	442	2,98	2,98	2,98							
PB	58	2,99	2,99	2,99							
BA	736	3,00	3,00	3,00							
PE	261	3,12	3,12	3,12	3,12						
AM	67	3,14	3,14	3,14	3,14						
PI	141	3,17	3,17	3,17	3,17	3,17					
PA	324	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29				
RR	2		3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45			
TO	19		3,48	3,48	3,48	3,48	3,48	3,48			
MS	35			3,65	3,65	3,65	3,65	3,65			
RO	94			3,66	3,66	3,66	3,66	3,66	3,66		
AC	10			3,70	3,70	3,70	3,70	3,70	3,70		
CE	604				3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	
RJ	73				3,82	3,82	3,82	3,82	3,82	3,82	
RS	124					3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	
GO	29						3,91	3,91	3,91	3,91	
MT	60						4,01	4,01	4,01	4,01	4,01
MG	182							4,10	4,10	4,10	4,10
ES	64								4,40	4,40	4,40
PR	8									4,44	4,44
SC	68									4,48	4,48
SP	58										4,70
Sig.		0,14	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,06	0,01	0,01	0,03